

MARINHA DO BRASIL  
ESCOLA DE GUERRA NAVAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS MARÍTIMOS

HELLEN CHRISTINA PACHECO FERREIRA

**OS DISCURSOS DE LULA E DILMA (2007 A 2014) E O ATLÂNTICO SUL:  
UM NOVO OLHAR A PARTIR DA ANÁLISE DE DISCURSO**

RIO DE JANEIRO

2016

HELLEN CHRISTINA PACHECO FERREIRA

**OS DISCURSOS DE LULA E DILMA (2007-2014) E O ATLÂNTICO SUL:  
UM NOVO OLHAR A PARTIR DA ANÁLISE DE DISCURSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos.

Área de concentração: Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Orientador: CMG (RM1-IM) Claudio Rodrigues Corrêa.

Rio de Janeiro

2016

HELLEN CHRISTINA PACHECO FERREIRA

Os discursos de Lula e Dilma (2007-2014) e o Atlântico Sul: um novo olhar a partir da Análise do Discurso.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Estudos Marítimos da Escola de Guerra Naval, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Estudos Marítimos, Área de Concentração em Segurança, Defesa e Estratégia Marítima.

Aprovada em 30 de junho de 2016

Banca Examinadora

---

Claudio Rodrigues Corrêa (EGN-Orientador)  
Capitão de Mar e Guerra (RM1-IM) – Professor-Doutor - CPF Nº 884939037-87

---

José Augusto (EGN)  
Capitão de Mar e Guerra (RM1) – Professor-Doutor – CPF Nº093284327-15

---

Guilherme Nery (UFF)  
Professor-Doutor – CPF Nº 80771882734

## **DEDICATÓRIA**

À minha família Amiraldo, Léa e Helayne que é minha base de tudo, e sempre apoiaram e respeitaram as minhas decisões e que me conferem amor, carinho, compreensão e paciência.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Deus que é meu salvador e o dono da minha vida, aquele que nunca me abandona e que sempre me consola e concebe forças para lutar pelos meus sonhos.

À minha querida e amada família, que apoia minhas decisões incondicionalmente e que mesmo distante tem acompanhado a condução de minha jornada acadêmica.

Ao meu orientador, Prof. Dr. CMG (RM1-IM) Claudio Rodrigues Corrêa a quem devo o meu eterno obrigada, aquele “aceite” de orientação mudou a minha história. Obrigada pelo apoio, confiança, incentivo, paciência, dedicação durante o processo de orientação e que tanto contribuiu para o meu desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal.

À Escola de Guerra Naval, que é um dos estabelecimentos mais relevantes da Marinha do Brasil, agradeço pela oportunidade e pelos conhecimentos recebidos.

Ao corpo docente e técnico do Programa de Pós-graduação em Estudos Marítimos, sempre dispostos a auxiliar no que for preciso.

Às minhas amigas-irmãs Monah Marins e Soraya Fonteneles, valeu garotas! Obrigada pelo apoio incondicional e por me manterem persistente nessa caminhada de dois anos de minha vida. E por contribuírem com palavras de apoio, incentivo e também marco teórico.

Aos comandantes e tripulantes de OMs de navio e de terra, que indiretamente acompanharam essa breve jornada acadêmica e sempre torceram pela concretude deste projeto, o meu eterno agradecimento. Particularmente, ao meu chefe CF Velásquez, que dentro de suas possibilidades, me forneceu todo o apoio necessário.

### **Epígrafe**

The sea is the great adviser. (...) it is a crash course and a School of foresight. All its spectacles are lessons: we do not observe them lightly.

Rui Barbosa, *The Lesson of the Squadrons*, 1898.

## RESUMO

Este estudo tem como propósito identificar se o tema Atlântico Sul foi abordado implícita ou explicitamente nos discursos proferidos por Lula da Silva (2007-2010)<sup>1</sup> e Dilma Rousseff (2011-2014), no período de 2007 a 2014, no foro denominado de Assembleia Geral das Nações Unidas, e se houve continuidade nas abordagens. Para esta finalidade, utilizou-se a Metodologia de Análise Crítica do Discurso (ACD) na perspectiva sócio-cognitiva de Teun A. Van Dijk (2000) e suas estruturas textuais “Temas”, “Implícitos” e “Representação do contexto internacional”, além da pesquisa qualitativo-interpretativa. Por meio do levantamento dos elementos-chaves de Relações Internacionais presentes no referencial teórico, buscou-se aplicar as estruturas textuais de Van Dijk (2000), a fim de apontar em quais construções discursivas foram realizadas referências explícitas ou implícitas ao Atlântico Sul. A partir das análises dos discursos dos presidentes, observou-se continuidade no tratamento dado aos temas que mencionavam apenas indiretamente ou implicitamente a temática sul-atlântica. E constatou-se que as construções discursivas levaram em consideração a esfera sócio-cognitiva do grupo diretamente envolvido com os assuntos discutidos pelo Brasil, como é o caso dos Estados africanos. E que a intencionalidade consistiu justamente em reforçar a relevância do continente africano e do Atlântico Sul dentro das ações desencadeadas pela Política Externa Brasileira (PEB), além do esforço na busca de uma região sul-atlântica cada vez mais cooperativa e articulada para a defesa das riquezas dessa porção oceânica.

Palavras-Chave: Atlântico Sul. Lula da Silva. Dilma Rousseff. Política Externa Brasileira. Análise Crítica do Discurso.

---

<sup>1</sup> Em 2010, o Ministro das Relações Exteriores, o embaixador Celso Amorim compareceu à reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas como representante do presidente do Brasil na época, Lula da Silva. E para fins deste estudo, optou-se por analisar o discurso proferido por ele como um dos discursos que compõem o governo Lula no período proposto (nota do autor).

## ABSTRACT

This study aims to identify whether the South Atlantic topic was addressed implicitly or explicitly in the speeches by Lula da Silva (2007-2010)<sup>2</sup> and Dilma Rousseff (2011-2014), from 2007 to 2014, the so-called forum of the General Assembly UN, and if there was continuity in the approaches. For this purpose, was employed the Analysis Methodology Critical Discourse (ACD) in socio-cognitive perspective of Teun A. Van Dijk (2000) and its textual structures "Themes", "Implicit" and "Representation of the international context" in addition to the qualitative interpretative research. Through the collection of International Relations of key elements in the theoretical framework, it sought to apply the textual structures of Van Dijk (2000), in order to point at which discursive constructions were made explicit or implicit references to the South Atlantic. From the analysis of the speeches of presidents, there was continuity in the treatment of subjects that mentioned only indirectly or implicitly the south Atlantic theme. And it was found that the discursive constructions took into consideration the socio-cognitive sphere of the group directly involved with the issues discussed by Brazil, such as the African states. And that intentionality consisted precisely to enhance the relevance of the African continent and South Atlantic within the actions triggered by the Brazilian Foreign Policy (PEB), and the effort in the search for a South Atlantic region increasingly cooperative and coordinated for the defense of riches of the tidal portion.

Keywords: South Atlantic Lula da Silva. Dilma Rousseff. Brazilian foreign policy. Critical Discourse Analysis

---

<sup>2</sup> In 2010, the Minister of Foreign Affairs, Ambassador Celso Amorim attended the annual meeting of the General Assembly of the United Nations as a representative of the President of Brazil at the time, Lula da Silva. And for purposes of this study, was chosen to analyze the speech delivered by him as one of the speeches that make up the Lula government in the proposed period (author's note).

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACD – Análise Crítica do Discurso

AD – Análise do Discurso

AJB – Águas Jurisdicionais Brasileiras

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CDS – Conselho de Defesa Sulamericano

CNUDM – Convenção das Nações Unidas sobre o direito do Mar

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CS – Conselho de Segurança das Nações Unidas

ECOWAS – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

END – Estratégia Nacional de Defesa

EUA – Estados Unidos da América

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

LEPLAC – Levantamento da Plataforma Continental Brasileira

MB – Marinha do Brasil

MD – Ministério da Defesa

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministério das Relações Exteriores

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAC – Programa de Aceleração e Crescimento

PEB – Política Externa Brasileira

PEI – Política Externa Independente

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Política Nacional de Defesa

RDC – República Democrática do Congo

RI – Relações Internacionais

SACU – União Aduaneira da África Austral

SADC – Southern Africa Development Community

SI – Sistema Internacional

SisGAAz – Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul

TNP – Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares

UE – União Europeia

UNASUL – União de Nações Sul-Americanas

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I – A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA.....</b>	<b>19</b>
1.1. A ANÁLISE DO DISCURSO (AD), A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD) E AS VERTENTES TEÓRICAS.....	19
1.1.1. A teoria social de Fairclough.....	28
1.1.2. A análise sociocognitiva de Van Dijk.....	29
1.2. A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD): ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	31
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	35
<b>CAPÍTULO II – A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E O ATLÂNTICO SUL: DO PÓS-II GUERRA MUNDIAL AO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....</b>	<b>37</b>
2.1. O CENÁRIO BRASILEIRO NO PÓS-II GUERRA MUNDIAL E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	37
2.2. A CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO BRASIL-ÁFRICA NO CONTEXTO DA PEB E O ATLÂNTICO SUL.....	47
2.2.1. O atlântico sul no contexto brasileiro.....	51
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	55
<b>CAPÍTULO III – LULA DA SILVA (2007-2010) E DILMA ROUSSEFF (2011-2014): CONTINUIDADES E/OU RUPTURAS E O ATLÂNTICO SUL.....</b>	<b>57</b>
3.1. A POLÍTICA EXTERNA DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2007-2010) E O CENÁRIO BRASILEIRO E INTERNACIONAL.....	57
3.2. O CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL DE ASSUNÇÃO DE DILMA VANA ROUSSEFF (2011-2014) E A CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (PEB).....	67
3.3. A RELAÇÃO BRASIL-ÁFRICA NOS GOVERNOS DE LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF: ASPECTOS MAIS RELEVANTES E A QUESTÃO DO ATLÂNTICO SUL.....	73
3.3.1. Lula da Silva e a relação Brasil-África.....	73
3.3.2. Dilma Rousseff e a África no contexto brasileiro.....	80
3.3.3. O Atlântico Sul e os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff.....	84

3.4. O CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: GOVERNOS DE LULA DA SILVA E DE DILMA ROUSSEFF.....	87
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	92
<b>CAPÍTULO IV – OS DISCURSOS DE LULA DA SILVA (2007-2010) E DILMA ROUSSEFF (2011-2014) NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O ATLÂNTICO SUL.....</b>	<b>94</b>
4.1. ANÁLISE DOS DISCURSOS DE LULA DA SILVA (2007-2010) NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.....	94
4.1.1. Categorias de análise.....	94
4.2. ANÁLISE DOS DISCURSOS DE DILMA ROUSSEFF (2011-2014) NA ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS.....	118
4.2.2. Categorias de análise.....	118
CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	137
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>145</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>153</b>

## INTRODUÇÃO

O Brasil possui a maior costa atlântica do mundo e sob sua jurisdição estão aproximadamente 4,5 milhões de quilômetros quadrados, extensão de água denominada de Amazônia Azul<sup>3</sup> pela Marinha do Brasil. A estratégia naval brasileira tem como um de seus focos a negação do uso do mar, que consiste em impedir que forças externas projetem poder sobre o seu território. Nesse contexto, o Atlântico Sul se constitui em uma das áreas mais estratégicas para o emprego do Poder Naval brasileiro, e o Brasil precisa estar apto para influenciar as Marinhas lindeiras do Atlântico Sul, e assim atuar conjuntamente no combate ao crescimento de ações ilegais nessa região, como é o caso da Pirataria.

Vale ressaltar que ambos os lados dessa bacia oceânica meridional tem se empenhado para que a integração regional sul-atlântica se concretize. Os africanos têm movimentado por meio da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC – Southern Africa Development Community)<sup>4</sup> cerca de 700 bilhões de dólares de um PIB composto por 14 Estados do sul da África. Valor considerado significativo dentro da realidade dos Estados vizinhos. Já o Brasil e os Estados da América do Sul têm aprofundado também suas ações de integração regional através do MERCOSUL. Nesse sentido, a criação da UNASUL representou também um passo relevante dentro das pretensões de cooperação em defesa e também segurança no âmbito dos vizinhos sul-americanos.

Aproximadamente 95% do comércio exterior brasileiro movimenta-se pelas rotas do Atlântico Sul, e envolve mais de 40 portos do Brasil nas atividades de importação e exportação. No setor econômico, por exemplo, destaca-se a extração de petróleo em camadas profundas do oceano, que tem sido a principal fonte brasileira de petróleo e que se intensificou com a descoberta do pré-sal, a atividade pesqueira que movimenta toneladas de pescado. Sendo assim, essa porção

---

<sup>3</sup> Esse conceito foi criado pelo Almirante de Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho em 2004, por considerar a importância estratégica dessa área para o Brasil equivalente à Amazônia (verde).

<sup>4</sup> SADC – Foi criada em 1992, para incentivar as relações comerciais entre seus 14 países membros. Tem o objetivo de criar um mercado comum, a médio prazo, seguindo o modelo básico da União Européia e alguns aspectos do Mercosul. Tem também o propósito de promover esforços para estabelecer a paz e a segurança na conturbada região meridional africana. O bloco reúne uma população de 206,4 milhões de habitantes e produz um PIB de US\$ 162,2 bilhões, exportando US\$ 52,4 bilhões de sua produção e importando US\$ 50,8 bilhões de produtos do exterior. São Países-Membros da SADC: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malavi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Disponível em: <[www.camara.leg.br/mercosul/blocos/SADC.htm](http://www.camara.leg.br/mercosul/blocos/SADC.htm)>. Acesso em: 15 set. 2016.

oceânica meridional pode ser considerada uma “fronteira de oportunidades e desafios” quando se trata da projeção do Brasil sobre o mar.

No setor político, o entorno estratégico do Atlântico Sul tem sido marcado pelo estreitamento de relações com os Estados africanos situados nessa área, e por essa perspectiva, as Relações Brasil-África podem ser concebidas como um tipo de cooperação regional que tornou possível a criação de um espaço de ação política mais autônoma tanto para o Brasil quanto para esses Estados. No plano interno, há legislações que coadunam com essa vontade brasileira de promover uma integração e cooperação de caráter sul-atlântico, como na própria Política Nacional de Defesa “XX -intensificar o intercâmbio com as Forças Armadas das nações amigas, particularmente com as da América do Sul e as da África, lindeiras do Atlântico Sul” (BRASIL, 2013).

E um dos aspectos que pode ter contribuído para essa situação consiste na formação de uma zona de cooperação e paz nessa região ao invés de atuação militarizada. A criação da ZOPACAS<sup>5</sup> resultou em cooperação em diversos níveis em âmbito regional, e possibilitou a conservação de uma área de paz e segurança para os 24 Estados sul-americanos e africanos situados nesse entorno estratégico.

Ao se comparar o comportamento da política externa dos Governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2014), observa-se uma linha do tempo instável, marcada por continuidades e também retrocessos, que apontam para distintas percepções sobre as prioridades em suas políticas externas em um cenário internacional em constantes mudanças. A partir do governo Lula da Silva, percebe-se que a Política Externa Brasileira se caracterizou por um

---

<sup>5</sup> ZOPACAS – A Zona e Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi estabelecida em 1986, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. É integrada por 24 países banhados pelo Atlântico Sul: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Cameroun, Congo, Côte d'Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné-Conacri, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. Para a preservação da paz no Atlântico Sul, é imprescindível que a região se mantenha como zona livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa. O compromisso dos países da ZOPACAS com esse objetivo foi formalizado por meio do Tratado de Tlatelolco, do Tratado da Antártida e do Tratado de Pelindaba – que declaram serem zonas livres de armas nucleares, respectivamente, a América Latina e o Caribe, o continente antártico e a África. Essa rede de compromissos também contribui para fortalecer iniciativas no âmbito das Nações Unidas voltadas ao estabelecimento do Hemisfério Sul e de Áreas Adjacentes como zona livre de armas nucleares. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacaodo-atlantico-sul](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacaodo-atlantico-sul)>. Acesso em 15 set. 2016.

estreitamento das relações do Brasil com os Estados do sul<sup>6</sup>, ao que os estudiosos denominaram de Cooperação Sul-Sul, e nesse contexto, a relação Brasil-África se intensificou.

Dilma assume o governo brasileiro mediante uma conjuntura externa e interna completamente diversa da realidade deixada por Lula. Um mundo imerso em crises de cunho econômico, financeiro, de segurança – terrorismo cada vez mais presente -, que acabaram impactando também o Brasil. Somado a esse caos internacional, há a ineficiência na gestão pública que provocou uma desaceleração da economia nacional, elevação dos preços dos produtos básicos de consumo, e diminuição do PIB do Estado.

Nessas circunstâncias, será que o Atlântico Sul exerceu algum tipo de influência na condução da política externa brasileira e de que forma? É possível chegar a alguma conclusão, por meio da forma como esses dois chefes de Estado abordaram ou trataram o assunto? A partir de qual perspectiva se analisará os pronunciamentos?

Diante desses questionamentos, formularam-se os seguintes pressupostos:

- 1) Os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, apresentaram continuidades e rupturas na forma como conduziram a Política Externa Brasileira e as questões relacionadas ao Atlântico Sul;
- 2) Os Estados africanos situados no entorno estratégico do Atlântico Sul mantiveram-se no foco da PEB, embora em perspectivas governamentais diferentes;

Este estudo tem, como objetivo geral, identificar se o tema Atlântico Sul foi abordado implícita ou explicitamente nos discursos proferidos por Lula da Silva (2007-2010)<sup>7</sup> e Dilma Rousseff (2011-2014), no período de 2007 a 2014, no foro

---

<sup>6</sup> A divisão Norte-Sul ainda é recorrente, mantendo o sentido original: Norte rico e Sul pobre, grosso modo. Com exceção da Austrália e da Nova Zelândia, as cerca de trinta nações com alto índice de desenvolvimento (IDH) - acima de 0,9 - concentram-se nas áreas mais setentrionais do planeta (PNUD, 2005). O termo *Norte*, mais que o mero sentido geográfico denotativo, tem sentido conotativo de "referência". Ou seja, o Norte inclui Estados que estão na égide das grandes mudanças na política internacional, concentram as redes os fluxos globais e determinam a direção destes. Contudo, no século XXI, está cada vez mais claro que certos países do Sul têm se tornado referência de algumas dessas mudanças. Do ponto de vista da Argentina e da Angola, por exemplo, as referências são o Brasil e a China. Por isso, entende-se que os emergentes simbolizam, hoje, o novo "Norte" do Sul. Disponível em: <[www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100067&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100067&script=sci_arttext)>. Acesso em 02 ago.2016.

<sup>7</sup> Em 2010, o Ministro das Relações Exteriores, o embaixador Celso Amorim compareceu à reunião anual da Assembleia Geral das Nações Unidas como representante do presidente do Brasil na época, Lula da Silva. E para fins deste estudo, optou-se por analisar o discurso proferido por ele como um dos discursos que compõem o governo Lula no período proposto (nota do autor).

denominado de Assembleia Geral das Nações Unidas, e se houve continuidade nas abordagens.

Já os objetivos secundários consistem em contextualizar como a política externa brasileira (PEB) foi conduzida desde o pós-II Guerra Mundial até o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); identificar características da PEB nos governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) e os seus reflexos em âmbito interno e externo; a partir dessa identificação, examinar rupturas e continuidades e levantar os elementos-chaves que norteiam as discussões em torno do Atlântico Sul; e analisar os discursos proferidos, com base na presença desses elementos-chave e sob a ótica das categorias de análise da Análise Crítica do Discurso (ACD).

Esta pesquisa é resultante do interesse desta pesquisadora em obter respostas para os questionamentos levantados anteriormente sobre a temática Atlântico Sul, presente em documentos de defesa e estratégia, como é o caso da Política Nacional de Defesa (PND) e constantemente apontado por estudiosos da área de Relações Internacionais e de Política Externa Brasileira, como uma das prioridades no governo Lula da Silva e cuja tendência era ser mantida no governo Dilma Rousseff.

No foro internacional eleito, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) que é considerado um dos mais relevantes, optou-se pelos discursos de abertura, em virtude de o Brasil possuir a responsabilidade de ser o primeiro Estado a discursar, e o período proposto, acompanhou o processo de transição entre os dois governos de um mesmo partido, o PT. Além das possíveis continuidades e/ou rupturas percebidas a partir da ênfase ou silenciamento de determinados elementos-chave no pronunciamento dos governantes, esse trabalho também traz contribuições para um novo olhar sobre o Atlântico Sul e as construções discursivas geradas a partir dele.

Dessa forma, similar à metodologia aplicada por Souza & Santos (2014)<sup>8</sup> em sua análise sobre a política externa de Dilma Rousseff nos primeiros anos de seu

---

<sup>8</sup> A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU. Disponível em: <[www.unirio.br/ccjp/cienciapolitica/arquivos-1/discursos-de-dilma](http://www.unirio.br/ccjp/cienciapolitica/arquivos-1/discursos-de-dilma)>. Acesso em 10 de ago. 2015.

primeiro mandato, em que utilizou as estruturas textuais de Van Dijk (2000)<sup>9</sup> e sua análise sócio-cognitiva desenvolvida dentro da Análise Crítica do Discurso (ACD), para analisar os discursos proferidos pela presidente na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), também se aplicará neste estudo. Entretanto, considerou-se mais relevante nos propósitos desta pesquisa, a seleção de apenas três, às quais se denominou de Categorias de Análise. São elas: “Temas”; “Implícitos” e “Representação do contexto internacional” e a partir das quais, pretende-se analisar sob a égide da ACD, os elementos-chave que serão retirados do referencial teórico sobre Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014).

Assim, esta pesquisa foi desenvolvida por meio da aplicação teórica e metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD) juntamente com a pesquisa qualitativo-interpretativa e bibliográfica, com o propósito de fornecer respostas e esclarecimentos da seguinte questão: No período de 2007 a 2014, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente, contemplaram ou silenciaram o tema Atlântico Sul nos seus discursos oficiais na Assembleia Geral da ONU?

Para atender ao propósito desta pesquisa, o trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo serão abordadas as vertentes teóricas da Análise do Discurso (AD) de linha francesa e da Análise Crítica do Discurso (ACD), com ênfase no teórico Van Dijk (2000) e sua análise sócio-cognitiva, além da justificativa do porquê de aplicar teórica e metodologicamente a ACD, já que ambas são inseparáveis, ao estudo aqui proposto.

No segundo capítulo, será abordado o comportamento da Política Externa Brasileira desde o pós Segunda Guerra Mundial até o final do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ressaltando as mudanças políticas internas e externas que caracterizaram esse período e os seus reflexos na posição do Brasil no sistema internacional e como o Atlântico Sul está inserido nesse processo. Como é o caso da abertura política, surgimento de novos partidos, a questão do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a relação com a África e o Atlântico Sul.

No terceiro capítulo, se dará ênfase ao contexto de ascensão de Lula à presidência do Brasil e como a política externa foi conduzida durante seu governo,

---

<sup>9</sup> Estruturas textuais de Van Dijk (2000): “representação do contexto internacional”; “temas”; “implícitos”; “contraste”; “representação dos atores” (nota do autor).

assim como o impulso dado à cooperação no âmbito sul-sul e às relações com os Estados Africanos, além da percepção estratégica do Atlântico Sul. Também se abordará as condições interna e externa da assunção da primeira presidente do Brasil, Dilma Rousseff, o comportamento da PEB no seu governo e as rupturas e/ou continuidades em relação às medidas adotadas no governo anterior, principalmente em relação à África e ao Atlântico Sul. Ao final deste capítulo se apontará os elementos-chave de Relações Internacionais relacionados ao tema “Atlântico Sul” que subsidiarão as análises que serão realizadas no capítulo seguinte.

No quarto capítulo, será realizada uma análise dos discursos proferidos pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e pela atual presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2014) no foro Assembleia Geral da ONU. A partir da aplicação das estruturas textuais de Van Dijk (2000) - que funcionarão como categorias de análise de ACD - aos contextos nacional e internacional em que estão inseridos os elementos de Relações Internacionais (RI) levantados no capítulo III, pretende-se verificar se o tema Atlântico Sul foi abordado ou silenciado e se isso aconteceu de forma implícita e/ou explícita.

Ademais, nas considerações parciais, será analisado o comportamento da política externa brasileira desde o pós-II Guerra Mundial, onde há continuidades e rupturas nas ações realizadas no Sistema Internacional, e como a África e América do Sul, Conselho de Segurança da ONU e cooperações no âmbito Sul-Sul foram percebidas nesse contexto. Por fim, na conclusão será respondida a seguinte pergunta que retrata o problema central deste projeto: No período de 2007 a 2014, os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, respectivamente, contemplaram ou silenciaram o tema Atlântico Sul nos seus discursos oficiais na Assembleia Geral da ONU?

## **CAPÍTULO I – A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA**

O presente capítulo denominado de metodológico tem como propósito apresentar o que consiste a Análise Crítica do Discurso (ACD) e levantar os elementos que compõem sua base teórica e metodológica, a partir da percepção de teóricos como Teun A. Van Dijk (Análise Cognitiva do Discurso) e Norman Fairclough (Teoria Social do Discurso), e as contribuições de outros autores que desenvolveram estudos baseados na ACD. E assim, pretende-se justificar o emprego da ACD para fins deste estudo, tanto em relação ao seu embasamento teórico quanto à sua vertente metodológica. Dessa forma, serão apontadas também as limitações identificadas pelos autores sobre a decisão de usar metodologicamente a Análise Crítica do Discurso.

### **1.1. A Análise do Discurso (AD), a Análise Crítica do Discurso (ACD) e as vertentes teóricas.**

Gregolin (2003) ao definir as condições de surgimento da Análise do Discurso (AD) ocorrida na França na década de 1960 dá ênfase para as influências do contexto histórico e político que contribuíram para a constituição dessa nova teoria, que surge no seio de teóricos formados na base do marxismo e política.

Para Mالدیدier (1997) a história da Análise do Discurso na França pode ser lida através de uma dupla fundação, no final dos anos 60, nas figuras de Jean Dubois e de Michel Pêcheux. Apesar das diferenças, os dois fundadores tinham como pano de fundo o panorama da França na época. Dubois e Pêcheux eram ligados ao marxismo e a política (GREGOLIN, 2003, p. 23)

Dessa forma, segundo a autora, as publicações “Lexicologia e análise do enunciado” e *Analyse automatique Du Discours*, de Jean Dubois e Michel Pêcheux, respectivamente, promoveram uma verdadeira revolução no campo dos estudos da linguagem em 1969. Gregolin (2003) ressalta ainda que até esse momento, a relação entre a política e o campo do saber encontrava-se bastante estreita e que nesse contexto, o livro *Analyse automatique du discours* de Pêcheux ao contemplar a necessidade da linguística dialogar com outros campos do saber, amplia a abordagem realizada no âmbito das ciências linguísticas. “(...) inaugura uma abordagem transdisciplinar convocando uma teoria linguística, uma teoria da história e uma teoria do sujeito”. (GREGOLIN, 2003, p.23).

Segundo Mazzola (2009) as contribuições oriundas da lexicologia<sup>10</sup> e lexicografia<sup>11</sup> de Jean Dubois junto com o arcabouço teórico de Michel Pêcheux formado na base do marxismo filosófico e fortemente influenciado pelos estudos de antropologia de L. Althusser, resultaram em um novo campo teórico que constantemente interage com outros campos do saber, o denominado “interdiscurso”.

Brasil (2011) aponta que a AD permitiu não só trazer o sujeito para o centro da construção linguística, como também a percebeu como resultado de uma produção de sentidos, gerada a partir do caráter simbólico incutido na construção dos discursos.

O objeto de apreciação de estudo deixa de ser a frase, e passa a ser o discurso, uma vez que foge da apreciação palavra por palavra na interpretação como uma sequência fechada em si mesma. (...) já que o sujeito, em detrimento do homem, é trazido para o centro da discussão. Não qualquer sujeito, mas um sujeito específico para a análise de discurso: o sujeito do inconsciente, da linguagem, interpelado pela ideologia<sup>12</sup>. Um sujeito descentrado, constituído e atravessado pela linguagem (BRASIL, 2011, p. 172).

Ainda segundo a autora, esse novo campo do saber por ser constituído em meio a um processo de ruptura de paradigma, tende a se aprofundar no conhecimento sobre a história da linguagem, a fim de provocar uma ressignificação dos próprios processos linguísticos. Dessa forma, pode-se considerar que a Análise do Discurso de linha francesa, apresenta-se como uma “disciplina de confluência” em que são condensadas três áreas de conhecimento: o materialismo histórico

---

<sup>10</sup> **Lexicologia** – é uma disciplina que estuda o léxico e sua organização de pontos de vista diversos. Cada palavra remete a particularidades diversas relacionadas ao período histórico em que ocorre, à região geográfica a que pertence, à sua realização fonética, aos morfemas que a compõem, à sua distribuição sintagmática, ao seu uso social e cultural, político e institucional. Disponível em: <[www.anpoll.org.br/gt/lexicologia-lexicografia-e-terminologia/](http://www.anpoll.org.br/gt/lexicologia-lexicografia-e-terminologia/)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

<sup>11</sup> **Lexicografia** – é uma disciplina intimamente ligada à Lexicologia. Ela se ocupa da descrição do léxico de uma ou mais línguas, a fim de produzir obras de referência, principalmente dicionários, em formato papel ou eletrônico, e bases de dados lexicológicas. Dessa Lexicografia prática, distingue-se a Lexicografia teórica ou Metalexicografia, que estuda todas as questões ligadas aos dicionários (história, problema de elaboração, análise, uso). Disponível em: <[www.anpoll.org.br/gt/lexicologia-lexicografia-e-terminologia/](http://www.anpoll.org.br/gt/lexicologia-lexicografia-e-terminologia/)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

<sup>12</sup> **Ideologia** – As ideologias em uma primeira reformulação (elaborada abaixo), são representações que contribuem para a constituição, a reprodução e a transformação das relações sociais de poder e dominação (“maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”, Thompson, 1974). Há muitos pontos de vista diferentes sobre ideologia (Eagleton, 1991; Larrain, 1989; Thompson, 1974; van Dijk, 1998), mas uma grande divisão é entre os conceitos “críticos” versus os conceitos “descritivos” de ideologia, e o que caracteriza essencialmente os conceitos críticos é que as ideologias são vistas como uma modalidade de poder por meio da produção de consenso ou, pelo menos, aquiescência, poder mais por meio da hegemonia que da violência e da força. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 20). Disponível em: <[www.revistaseletronicas.fiafaam.br/index.php/recicofi/article/view/375/372](http://www.revistaseletronicas.fiafaam.br/index.php/recicofi/article/view/375/372)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

(teoria das formações sociais), a linguística (teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação) e a teoria do discurso. Como aponta Brasil (2011, p. 173):

Na teoria discursiva, os conceitos de história, língua, ideologia e inconsciente deixam de ter a formulação de origem ganhando novas dimensões e formulações nas redes discursivas. Neste ponto de vista, a análise de discurso jamais seria um instrumento para a explicação simples de textos ou a aplicação modelar de uma teoria. Nessa ótica pècheuxiana, o sentido não está claro, óbvio ou transparente, uma vez que e preciso considerar a opacidade da materialidade aí presente e já que o sujeito não estratégico ou origem do dizer.

Robin (1977 *apud* MAZZOLA, 2009) ressalta que essa mudança significou a quebra de paradigmas estruturalistas que priorizavam o emprego da língua como um elemento abstrato, “*langue saussuriana*”<sup>13</sup>. Sendo assim, ao trazer para a centralidade dos estudos linguísticos, o “sujeito e os elementos sócio históricos” até então excluídos da lógica saussuriana, essa revolução nos estudos desenvolvidos, possibilitou a compreensão dos fatores que estavam intrínsecos no processo de construção dos discursos. Ainda de acordo com Mazzola (2009, p. 8):

(...) superação dos paradigmas do estruturalismo francês que, segundo Henry (1997, p.27) ‘fez da linguística a ciência-piloto; os estruturalistas tentaram definir seus métodos tendo como referência a linguística’.

Fernandes (2007) ressalta que o objeto de estudo da AD é o discurso. Dessa forma, é a linguagem que permite a ele ser materializado e concebido como algo que ultrapassa a língua, a fala e o texto. Ou seja, para que se compreenda como o discurso é concebido bem como os artefatos discursivos (ferramentas) presentes nele, deve-se ter uma percepção que extrapole a forma que as “estruturas linguísticas” estão dispostas e o estudo retorne para o contexto em que o discurso foi construído.

Nesse contexto, Brasil (2011) aponta que o sujeito do discurso, na percepção de Pêcheux, não pertence a si, ou seja, não é uma simples representação do que o “sujeito” que constituiu o discurso pensa ou vê a realidade ao seu redor. É, na verdade, uma representação de como o meio e os demais elementos influenciam na constituição do seu discurso. Dessa forma, o sujeito resulta da relação entre história

---

<sup>13</sup> **Langue saussuriana** –Ferdinand de Saussure, nasceu em 26 de novembro de 1957 na cidade de Genebra, Suíça e faleceu em 22 de fevereiro de 1913. Para Saussure, a língua não é nada mais que um sistema de valores puros. Descartando toda a possibilidade de que a língua pudesse ser uma descrição do mundo, o linguista apresenta sua teoria, enfocando a língua como um *fato social*, produto da coletividade, que estabelece os valores desse sistema através da convenção social, sobre a qual o indivíduo não teria nenhum poder. Para perceber que a língua não é senão um sistema de valores, o linguista parte da análise de dois de seus aspectos básicos, as ideias e os sons. Disponível em: < [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br) >. Acesso em: 15 maio 2016.

e ideologia. E é essa perspectiva que o sujeito assume dentro da teoria do discurso, que aborda a forma como se relaciona com o outro, significando e sendo ressignificado constantemente.

Para Pêcheux (1998), o sujeito do discurso não se pertence, ele se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina: significação do fenômeno da interpelação do indivíduo em sujeito do seu próprio discurso. Lembramos aqui o conceito de formação discursiva (FD)<sup>14</sup> como a relação de enunciados com regularidades, em relação à linguagem, mobilizados em assuntos e posições ideológicas na produção do dizer (Brasil, 2011, p. 173).

Para Melo (2009) a concepção de discurso enquanto objeto de estudo da AD precisa ser entendido como um desdobramento da língua, em que considera a linguística como uma vertente ideológica do sujeito que constitui o discurso e ao mesmo tempo se dispersa na coletividade que também o compõe.

Mussalim & Bentes (2004 *apud* Mazzola, 2009) apontam que no “projeto althusseriano” a linguagem é percebida como um “horizonte” em que se materializa a ideologia. Segundo dos autores, é possível que a releitura de Louis Althusser sobre o marxismo tenha contribuído para sua concepção de linguagem como um meio pelo qual se depreende como a ideologia funciona.

Partindo do pressuposto de que as ideologias têm existência material, elas passam a ser estudadas não mais como ideias, mas como um conjunto de práticas materiais que reproduzem as relações de produção. Trata-se do materialismo histórico: um importante pilar epistemológico sobre o qual se erigirá a Análise do Discurso (MAZZOLA, 2009, p. 9).

Gracia (2005) ressalta que o espaço adquirido pela linguagem ao longo do século XX nas discussões desenvolvidas no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, principalmente na Filosofia, foi essencial para que acontecesse o denominado “fenômeno do giro linguístico”, que não só rompeu com a “tradição filosófica” que era centralizada nas ideias, mas incorreu na relevância dos estudos linguísticos. “(...) deixa-se de considerar o que são as nossas ‘ideias’ que se relacionam com o mundo, e passa-se a afirmar que são nossas palavras que se correspondem com os objetos do mundo” (GRACIA, 2005, p. 27).

Falcone (2006) define a Análise Crítica do Discurso (ACD) como uma metodologia que surge após a década de 1980 na Inglaterra, principalmente, como

---

<sup>14</sup> Brasil (2011) ressalta que o conceito Formação Discursiva (FD) não foi criado por Michel Pêcheux, mas ressignificados por ele para no campo da análise do Discurso. A expressão foi elaborada por Michel Foucault para se referir a um grupo de enunciados que está relacionado a um sistema de regras comuns e são determinadas historicamente. (nota do autor).

uma contraposição às concepções desenvolvidas pelos pesquisadores da Análise do Discurso (AD) de linha francesa que priorizavam somente o exterior, ou seja, o contexto no qual se dava o processo de construção discursiva. Sendo assim, a cognição que envolve a forma como o social é apreendido individualmente e está diretamente relacionado às crenças de cada indivíduo, não foi considerado relevante pelos estudiosos dessa vertente de AD.

Van Dijk (2008) pontua que na década de 1970, a limitação existente até então em relação aos estudos sobre o discurso que restringiam ao seu caráter gramatical de “sistemas linguísticos” toda e qualquer análise desenvolvida, não se aplica mais. Para Fairclough<sup>15</sup> (2008), essa virada proporcionou à linguagem ocupar um patamar que lhe conferiu a aquisição de um espaço dentro da “teoria social e no estudo dos fenômenos sociais” como se verá adiante, na subsecção sobre Fairclough.

Magalhães (2001) aponta que a concepção em relação aos estudos linguísticos sofreu mudanças após Hallyday e Hasan (1976) iniciarem suas pesquisas sobre coesão e coerência. Segundo a autora, as contribuições desses teóricos foram decisivas para que a percepção de linguagem se projetasse para além da frase, e assim transitasse pela dimensão textual (linguística textual e análise da conversação) e conseqüentemente atingisse a interação e o discurso (MAGALHÃES, 2001, p. 16).

Por volta de fins da década de oitenta, duas publicações, *Linguistic Processes in Sociocultural Practice* (KRESS (1988) e *Language and Power* (FAIRCLOUGH (1989)), consolidam as bases para os estudos críticos da linguagem, apresentando conceitos chaves de *discurso*, *gênero discursivo*, *texto*, *ideologia* e *poder*, vários deles apropriados de teorias sociais e do discurso, dentre elas as teorias do discurso de FOUCAULT (1971, 1972 e 1982) e as teorias sociais de ALTHUSSER (1971), GIDDENS (1984) e GRAMSCI (1971). FAIRCLOUGH (1989) já demonstra preocupação com a metodologia de pesquisa na ACD, propondo um quadro de análise inicial que será refinado em 1992 (...) (MAGALHÃES, 2001, p. 16).

Para Fairclough (2008) a ACD promove uma ação analítica que está situada entre duas extremidades, semioses<sup>16</sup> e práticas sociais (elementos componentes).

---

<sup>15</sup> Norman Fairclough é professor da Universidade de Lancaster, Reino Unido. Autor de livros como “Discurso e mudança social” (nota do autor).

<sup>16</sup> (...) o signo “semiose” designa a operação produtora e geradora de signos, a partir do pressuposto de uma relação recíproca entre significante e significado (F. de Saussure), ou, em termos de L. Hjelmslev, entre o plano da expressão e o plano do conteúdo. Referindo-se a qualquer tipo de ação do signo, a semiose gera e produz um interpretante de si mesmo, isto é, a semiose consiste na ação de determinar um interpretante. Todo ato de linguagem, seja ela artística ou não, enquanto ato de

Sendo assim, a autora ressalta o papel assumido pela semiose no que concerne às alterações suscitadas na sociedade contemporânea e na forma como ela tem se relacionado “dentro da rede de práticas” com os demais componentes das práticas sociais. Dessa forma, a relevância que adquire dentro da construção dos discursos, também será modificada, podendo ser evidenciada ou não, em determinadas situações.

Gracia (2005) ressalta que a linguagem foi percebida pelos estudiosos de Ciências Sociais e Humanas como uma nova ótica de análise não só das bases teóricas dessas ciências como também pelo comportamento de seus objetos de estudo. Dessa forma, muitos teóricos do século XX vislumbraram a Linguística e a Análise do Discurso como elementos integrantes das Ciências Sociais. Van Dijk (2008), por exemplo, faz um paralelo entre a ideologia, linguagem e poder. De acordo com o autor, assim como as ideologias são compartilhadas através da linguagem, também as relações de poder são estabelecidas em diferentes esferas dentro da sociedade.

Resende & Ramalho (2006) apontam que a Análise Crítica do Discurso (ACD) adquire maior destaque no âmbito teórico quando há a interação entre a Ciência Social Crítica e a Linguística, situação que contribuiu de forma decisiva para que o discurso seja percebido como um elemento central dentro da prática social. Já Santos, Bispo & Dourado (2015), a partir da perspectiva desenvolvida por Fairclough, apontam que a ACD desenvolve uma percepção do Discurso, em que ele é simultaneamente texto, prática discursiva e prática social. Sendo assim, essa concepção tridimensional, dentro das ciências sociais, possibilita uma compreensão multifuncional sobre o que é o discurso (SANTOS, BISPO & DOURADO, 2015, p. 61). Segundo os autores, a dimensão do discurso como “prática discursiva” tende a atribuir relevância não só ao contexto em que ele foi produzido, mas também às circunstâncias em que será distribuído e consumido.

Nesse contexto, Fairclough (2005) apresenta sua proposição quanto à utilização de itens que considera essenciais para a realização desse tipo de análise “tridimensional”. Entre os elementos pontuados pelo autor estão: 1) a “Força dos Enunciados”, ou seja, como estão constituídos os atos de fala; 2) a “Coerência dos textos”, que abrange a forma como os discursos estão sendo consumidos e

---

significação, implica uma semiose, que equivale à função semiótica, propriamente dita. Disponível em: <[www.edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6114/semiose/](http://www.edtl.fcsh.unl.pt/business-directory/6114/semiose/)>. Acesso em: 07 set. 2016.

compreendidos pelo público-alvo; e 3) a “Intertextualidade” que está relacionada à presença de vários discursos dentro de um mesmo texto, de forma explícita ou “constitutiva (interdiscursividade)”.

Fernandes (2007) define enunciado como resultado social daquilo que é dito. Misoczky (2005) reforça essa percepção ao ressaltar que os enunciados nascem a partir de ordens de discurso definidas, ou seja, são práticas sociais que acontecem no âmbito da linguagem. Nesse contexto, ordem discursiva deve ser compreendida como um conceito relacionado ao que se denomina de “hegemonia discursiva”, que engloba um conjunto de maneiras do sujeito externalizar uma percepção específica ou até uma ideologia.

Dessa forma, a análise crítica do discurso como uma ferramenta metodológica, não se resume à análise linguística como pretensão final. As abordagens críticas concebem o discurso em sua percepção mais abstrata. Para Misoczky (2005), a ACD está condicionada ao momento social em que está inserido o discurso e que só existe se estiver associado a outros termos, como as instituições escolhidas para a análise, as teorias sociais que serão fundamentadas, entre outros. “(...) a análise de discurso é análise social com foco no contexto e momento do discurso” (MISOCZKY, 2005, p. 129). Godoi (2006) enfatiza a relevância do momento histórico e do contexto enquanto fatores essenciais em uma ACD, pois compreende a complexidade do contexto e de seus elementos potenciais de análise. “o mundo físico, social e organizacional que interage com o texto para criar o discurso” (GODOI, 2006, p. 387).

Van Dijk (2003) define a ACD como uma perspectiva de análise que está centrada nas problemáticas sociais, e assim, tende a buscar entender como o discurso está inserido nos processos de produção e reprodução do abuso de poder ou dominação (VAN DIJK, 2003, p. 144). E nesse contexto, sua análise é desenvolvida de forma a abranger todas as perspectivas envolvidas na construção do objeto de estudo, daí a relevância de se estar atento para a coerência entre a percepção dos grupos dominados e a dos dominantes. Ou seja, considerar as “experiências dos membros desses grupos e concordar com a sua luta contra a desigualdade” (VAN DIJK, 2003, p. 144).

Para Flores (2007), a ideologia envolve tanto a forma como o indivíduo se auto representa e também percebe o outro, a partir dos signos coletivos que permitem se identificar como pertencente a um determinado grupo social.

(...) uma ideologia pressupõe, simultaneamente, uma forma de se 'auto representar' e de representar os outros que permite sintetizar as crenças coletivas e os critérios da identificação dos membros do grupo, isto é, do NÓS em relação a um ELES (FLORES, 2007, p.45)

Ainda segundo o autor, é nesse aspecto que as contribuições dos estudos da ACD se refletem em uma promoção de "solidariedade com os oprimidos", já que se opõe veementemente a quem, por meio dos textos e declarações, tenta reforçar ou legitimar o "seu abuso de poder". Nesse contexto, Misoczky enfatiza que o discurso possui um caráter abrangente, como afirma abaixo:

Como um meio para a construção social dos significados, o discurso nunca é somente lingüístico. Ele opera em conjunto com elementos vocais e visuais, no contexto de espaços arquitetônicos plenos de significados, além da música e outros sinais extralingüísticos (MISOCZKY, 2005, p. 129).

Wodak (2004) ressalta que o discurso não se resume à linguagem, mas engloba ideologia e poder. Segundo o autor, é a ideologia presente no discurso que torna possível que se mantenham ou se criem as "relações desiguais de poder". Sendo assim, aponta que é somente, a partir da compreensão das ideologias presentes nos discursos, que se capta a intencionalidade com que foi construído, já que, na maioria das vezes, não está explícita. É nesse aspecto que o emprego da ACD na análise do discurso daqueles que estão no poder se torna relevante, já que são detentores de um poder que traz reponsabilidades e possibilidades de mudanças ou de manutenção da ordem desigual.

A Análise Crítica do Discurso pode, portanto, indicar as hegemonias ideológica, econômica, cultural, política etc. existentes num determinado contexto estudado e que são construídas, compartilhadas, mantidas ou podem vir a ser questionadas e transformadas por meio do discurso. É interessante observar que todas as dimensões analíticas da abordagem de Fairclough (2008) são indissociáveis (SANTOS, BISPO & DOURADO, 2015, p. 6).

É interessante ressaltar que Fairclough (2005, *apud* SANTOS, BISPO & DOURADO, 2015) aponta que a utilização da ACD, enquanto método, apresenta limitações. Não há como considerá-la uma ferramenta que pode ser empregada sempre que necessária. Torna-se imprescindível a compreensão de que sua utilização deve ser conjugada com outros meios técnicos, como a pesquisa qualitativa e os outros métodos de abordagem das ciências humanas e sociais.

Sendo assim, para o autor, se trata mais de um mecanismo teórico do que metodológico que fornece um novo caminho para a construção de análises (linguísticas ou semióticas) voltadas para sobre o processo social em sua vertente mais ampla.

Além do mais, esta perspectiva tem uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, com eles engajando-se não apenas de maneira interdisciplinar, mas transdisciplinar, entendendo que co-engajamentos particulares sobre determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos e metodológicos que perpassem as fronteiras das várias teorias e métodos (FAIRCLOUGH, 2000a). Dito isso de outra maneira, todos nós deveríamos estar abertos a diferentes lógicas teóricas, a sua “interiorização” (HARVEY, 1996), tornando possível transformar as relações que existem entre elas (SANTOS, BISPO & DOURADO, 2015, p. 6).

Melo (2009), ao comparar as construções do discurso pela perspectiva da AD e pela ACD, aponta que ambas as vertentes teóricas tem como propósito encontrar respostas para pressupostos específicos que “autorizam a construção e a operacionalização do discurso como objeto de análise” (MELO, 2009, p.13). Segundo o autor, os expoentes mais relevantes dessas correntes teóricas como Pêcheux (1988) e Fairclough (2001) desenvolvem suas teorias a partir de origens distintas, o que se reflete na adoção de mecanismos e aspectos diferentes na condução de seus estudos. Sendo assim, enfatiza que, em relação aos analistas de discurso franceses, Fairclough (2001) tende a promover um deslocamento quanto à sua percepção do discurso dentro dos Estudos Linguísticos Críticos.

Quando a AD surge, ela procura, sobretudo, combater uma tendência interpretativista/conteudista nas ciências sociais que lida com o texto como se ele fosse uma superfície transparente, onde, naturalmente, os indivíduos mergulham para buscar os sentidos. No entanto, a proposta de Fairclough é caracterizada por um esforço de síntese de múltiplas contribuições teóricas – mesmo aquelas que se contrapõem -, cujo resultado deve auxiliar a pesquisa científica social a estudar os processos de mudança social (MELO, 2009, p. 14).

Souza & Santos (2014) ressaltam que, pela perspectiva ideológica de Van Dijk (2003), sua análise sócio-cognitiva está fundamentada sobre dois eixos: o Nós e o Eles, sendo que o primeiro consiste em dar visibilidade às coisas positivas e segundo negativas. Segundo os autores, essa estratégia de contraposição entre esses dois polos opostos consiste em “enfatizar o papel do “Nós” seguindo uma dinâmica dialógica é característica da interação e da forma de falar sobre “Nós” e os “Outros”” (SOUZA & SANTOS, 2014,p. 130).

### 1.1.1. A teoria social de Fairclough

Gracia (2005) já apontava que é através da linguagem que as ciências sociais conseguem entender seu próprio funcionamento e o comportamento dos objetos que elegem para desenvolver seus estudos. Fairclough (2008) considera que foi por meio da denominada “virada linguística” ocorrida na segunda metade do século XX, que a linguagem foi inserida nos estudos dos fenômenos sociais e adquiriu lugar na teoria social.

Fairclough (2001), ao abordar a teoria social do discurso, ressalta que se trata de uma percepção teórica ainda em discussão no âmbito acadêmico, quanto ao seu emprego real dentro dos estudos desenvolvidos na área de linguagem. Segundo o autor, o cenário atual envolve a realização de reflexões sobre a “natureza social da linguagem e seu funcionamento nas sociedades contemporâneas” apenas em nível abstrato. Ou seja, não há contato com textos linguísticos que possibilitem uma análise reflexiva sobre a dimensão desses dois elementos que constituem a teoria social do discurso. “O que falta é uma síntese entre essas reflexões e as tradições textuais analíticas dentro dos estudos da linguagem” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 32).

Santos, Bispo & Dourado (2015) ressaltam que as dimensões analíticas desenvolvidas por Fairclough em seus estudos sobre Análise Crítica do Discurso são indissociáveis. E que uma das características principais de sua percepção é a “mudança nas ordens discursivas”. Segundo os autores, Fairclough considera que alterações acontecem em virtude dos discursos serem práticas sociais que geram ressignificados no papel social dos sujeitos dentro das esferas da sociedade e continuamente estabelecem relações de poder e hegemonias.

Para Fairclough (2005) há três formas de emprego da semiose. Em primeira instância, está relacionada à inserção da atividade social em uma prática social. Um exemplo citado pelo autor é o uso da língua com uma finalidade específica. A segunda abrange a forma como a semiose está inserida dentro das representações, concebida aqui como a forma como se constroem socialmente as práticas sociais, ou seja, como essas representações influenciaram no processo de modelagem dessas práticas. E por fim, a dimensão do *desempenho* a partir de posicionamentos individuais. Nessa perspectiva analítica, inserem-se a construção das identidades de indivíduos, cuja posição ocupada no âmbito social só define em parte sua prática social. Questões como classes sociais, sexos, nacionalidades, etnias ou culturas,

que resultam em vivências sociais distintas, também geram desempenhos diferenciados.

As práticas sociais inter-relacionadas de maneira particular constituem a ordem social, como é o caso da atual ordem neoliberal globalizada emergente do novo capitalismo, ou, mais especificamente, a ordem social de educação de uma sociedade específica em um certo período de tempo. O aspecto semiótico de uma ordem social é o que podemos chamar de ordem de discurso (FAIRCLOUGH, 2005, p. 310).

Fairclough (2012) ressalta que é a prática que define a posição que o sujeito ocupa na denominada “rede de práticas estruturadas” e envolve basicamente a forma como ele age no meio social, ao mesmo tempo em que fornece mecanismos de reprodução dessas estruturas, sendo possível até modifica-las, a partir do “domínio de ação social e interação” que são característicos da prática social. “Todas são práticas de produção, arenas dentro das quais a vida social é produzida, sejam elas econômicas, políticas, culturais, ou cotidianas”.

Dessa perspectiva, as relações e identidades sociais, os valores culturais e a consciência são em parte semióticos, o que não permite inferir que as relações sociais, por exemplo, sejam teorizadas do modo como se faz nos estudos da linguagem. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 309).

### **1.1.2. A análise sociocognitiva de Van Dijk**

Falcone (2006) ressalta que o discurso é resultado das interações ocorridas entre o cognitivo individual e o social, a partir do reconhecimento de crenças, normas e valores que sejam comuns entre os atores envolvidos. Ou seja, as construções simbólicas geradas por esses indivíduos, apesar de serem de natureza cognitiva, também são de ordem social, tornando possível a interação. Kress (1990) já ressaltava que a pretensão dos analistas críticos do discurso residia na busca de uma projeção do discurso para além das práticas linguísticas, uma percepção que abrangesse também as estruturas de poder e dominação instituídas nas construções sócio-políticas.

Van Dijk (2000), ao desenvolver seus estudos de ACD, propõe uma linha denominada de sócio-cognitiva, na qual compreende sociedade, discurso e cognição como uma tríade que se complementa e, portanto, ao se negar a análise de qualquer uma dessas dimensões incorre-se em um resultado reducionista e insatisfatório. Ou seja, não tem como tratar dos aspectos cognitivos sem uma compreensão de que as crenças e os conhecimentos adquiridos ao longo das práticas sociais dos indivíduos

acabam sendo transmitidos discursivamente, no que o autor denomina de “contextos sociais”.

Por esta perspectiva teórica, percebe-se que há um novo paradigma em que se busca a superação de absolutismos, seja no âmbito externo das denominadas ‘teorias sociais’ e ‘teorias funcionalistas’, seja na existência de um subjetivismo dominante e automático característico da AD até sua segunda fase que tinha como expoente mais expressivo Michel Pêcheux (1988). Sendo assim, essa vertente analítica visa acabar com o caráter determinístico do social para todos os acontecimentos, ao mesmo tempo em que propõe uma superação da relação interno *versus* externo.

Em seus estudos, Van Dijk (2012) desenvolve uma teoria sobre o papel do “contexto” dentro da ACD. O teórico ressalta que o principal papel do contexto dentro de um discurso, reside na forma como condiciona e torna possível a relação entre produção do texto, compreensão e a fala, e pontua a existência de dimensões maiores que podem ser controladas pelo que denomina de “estruturas contextuais”. Além disso, ressalta também que “essas dimensões do discurso podem, por sua vez, influenciar os modelos de contextos dos participantes, isto é, sua interpretação do evento comunicativo em curso” (VAN DIJK, 2012, p. 159).

Van Dijk (2015) considera imprescindível que a mente não seja percebida como algo externo ao discurso, mas sim como um elemento integrante na construção discursiva, já que a cognição é um resultado das ações intersubjetivas que se constroem por meio da constante interação social. Por isso, o autor desenvolve sua linha sócio-cognitiva a partir de um conceito norteador que é a *interface* entre discurso e sociedade, sendo este composto de três eixos: contexto, modelos mentais e ideologia.

Ainda segundo o autor, torna-se imprescindível compreender que o discurso é constituído a partir dos ‘marcos coletivos’ que são percebidos socialmente, e que nada mais são do que ‘representações sociais’ do meio onde o indivíduo está inserido com suas experiências e crenças. São essas percepções construídas a partir da ligação entre os sistemas cognitivo individual e social que promovem um compartilhamento do que é exterior ao indivíduo com a sua experiência interior. Ou seja, torna-se primordial entender que *cognição* e *discurso* têm origem no social e

que são gerados a partir da forma como os atores interagem e elaboram suas construções nesse meio.

Portanto, trata-se de uma teoria norteadada pela percepção do discurso simultaneamente como produto e produtor das práticas sociais, a partir das quais é possível se observar as relações de poder envolvidas nos mais diversos níveis da sociedade. Sendo assim, estaria sob a responsabilidade do analista crítico disseminar o papel essencial da linguagem no processo de construção dessas relações sociais de poder e assim contribuir para o que os precursores da ACD denominaram de “emancipação”, que consiste na conscientização da linguagem enquanto mecanismo de dominação sobre o outro.

Nessas circunstâncias, a adoção da análise de discurso se justifica pela possibilidade de investigar elementos do “mundo textual” que permitam uma interface interpretativa de textos que apesar de serem oriundos de uma mesma base discursiva, são distintos quanto à forma como foram construídos; e as diferentes formas de compreensão e inferências de leitores a respeito de um texto. Sendo assim, o processo discursivo envolve elementos que foram constituídos socialmente, situados em um contexto específico e elaborados a partir da cognição individual. Ou seja, as atividades discursivas resultam das constantes interações desses elementos e da forma como são apreendidos e interpretados, a partir de uma matriz cognitiva.

É nesse contexto que as perspectivas ideológicas da linguagem também são percebidas, pois estão presentes nos elementos que compõem o instrumento de pesquisa e condicionadas pelo contexto em que as estruturas discursivas foram construídas. “(...) os usuários expressam suas ideologias explícita ou inconscientemente através da linguagem e comunicação.” (VAN DIJK, 2007, p.135).

## **1.2. A Análise Crítica do Discurso (ACD): abordagem teórica e metodológica**

Marques (2011, p. 61-62) aponta que, na Análise do Discurso ao utilizar os elementos que compõem o seu “arcabouço teórico” para realizar seu estudo, o analista também está elevando seus dispositivos metodológicos. Segundo o autor, como são o objeto e as perspectivas da pesquisa que determinam a proposição teórica, quando se trata de AD, não há como separar teoria e metodologia. Dessa forma, a metodologia de análise consiste em uma análise aprofundada que permite, por meio de uma descrição-interpretativa, verificar a posição assumida pelo sujeito e

os componentes imagéticos e lugares de pertencimento construídos nas materialidades que constituem as “regularidades discursivas”.

Ainda de acordo com o autor, o analista do discurso aplica procedimentos teóricos que fundamentarão o estudo de acordo com a finalidade da pesquisa realizada, a partir da observação do objeto escolhido, e simultâneo a isso precisa recorrer à teoria para analisar o objeto. Ou seja, esse caminho analítico percorrido configura uma constante alternância entre a interpretação e a descrição.

Desse modo, as pesquisas nesse viés possuem sempre um caráter qualitativo-interpretativista. Não há análise quantitativa de dados. Busca-se, no geral, realizar uma “exaustividade vertical” como dispositivo analítico (ORLANDI, 2009, p. 62) considerando os objetivos da pesquisa que podem incluir os efeitos de memória, da história, as ideologias, as heterogeneidades constitutiva e mostrada, os não ditos. Pode-se também observar elementos icônicos, gráficos e a relação destes com a linguagem-verbal, geralmente com o intuito de compreender os efeitos de sentidos produzidos pela materialidade linguística e não linguística (isto é, imagética, as substâncias, etc) (MARQUES, 2011, p. 62).

Dessa forma, para este estudo será realizada uma abordagem qualitativo-interpretativa, do tipo exploratório com a finalidade de proporcionar uma perspectiva geral, de cunho aproximativo. Marconi e Lakatos (1999) ressaltam que, ao optar por essa abordagem, aumenta-se a “familiaridade do leitor” com o fenômeno pesquisado e se contribuiu para que futuros estudos sejam desenvolvidos.

A metodologia de pesquisa é a Análise Crítica do Discurso (ACD), que segundo Van Dijk (2015), enquanto uma abordagem teórica e metodológica concebe o discurso como uma “prática social”, por meio da qual os indivíduos agem sobre o mundo e os outros. Ou seja, esse tipo de análise se preocupa com a descoberta, revelação e divulgação do que não se vê literalmente, o implícito. Sendo assim, permite a identificação das ideologias “subjacentes ao discurso”, assim como possibilita a revelação das relações de dominação constituídas por essas ideologias.

No que se refere à coleta de dados, realizou-se uma pesquisa bibliográfica para a elaboração do *corpus* deste trabalho. Segundo Sardinha (2000), trata-se da fase mais relevante para que a investigação do tipo qualitativa seja concretizada. Sendo assim, Bauer e Aarts (2002), Minayo (1998) e Sinclair (1991) apontam que a constituição do *corpus*, dentro das pesquisas sociais, tem a função de conferir confiabilidade e validade no estudo que está sendo desenvolvido.

Dessa forma, o *corpus* desta dissertação foi elaborado a partir de artigos e livros da área de política externa e ciência política; artigos e livros sobre a

abordagem teórica e metodológica da Análise do Discurso (AD) e Análise Crítica do Discurso (ACD); assim como os discursos proferidos pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010)<sup>17</sup> e Dilma Rousseff (2011-2014)<sup>18</sup> na Assembleia Geral da ONU.

Entre os critérios para escolha dos discursos dos presidentes, incluem-se: o fato de o intervalo de tempo selecionado ser um período de transição entre dois governos de um mesmo partido, mas com posturas diferentes no cenário internacional e nacional; e serem discursos pronunciados em um foro internacional que acontece anualmente e tem grande relevância no cenário internacional, pelas temáticas discutidas, e pelos seus reflexos no Sistema Internacional (SI).

Pesquisar os discursos dos presidentes na Assembleia Geral da ONU faz-se importante uma vez que este fórum internacional possui grande influência nas discussões e decisões que são adotadas em prol da comunidade internacional. É nessa instituição que anualmente os 193 Estados-membros reúnem-se para tratar sobre temas, que são eleitos a partir de sua relevância e capacidade de atingir a sociedade mundial. Em outras palavras, os discursos proferidos na AG da ONU são considerados relevantes por serem construídos a partir de assuntos que se encontram em pauta de discussão na ONU e visam melhorias em diferentes âmbitos da esfera global.

Nesse sentido, Van Dijk (2015) aponta que o constante diálogo com outros campos do saber, por meio do caráter multidisciplinar da ACD e o grau de dedicação exigido no que se refere à interpretação dos discursos sob a sua perspectiva, ao mesmo tempo em que elevam a complexidade desse tipo de análise, não condicionam o praticante à existência de um conhecimento aprofundado sobre as áreas que permeiam o estudo desenvolvido. Ou seja, não há um formato pronto e acabado de aplicação da Análise Crítica do Discurso, e a diversidade de pesquisas

---

<sup>17</sup> Discursos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/Discursos/discursos>>. Acesso em: 10 ago. 2015. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2010. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

<sup>18</sup> Discursos da presidenta Dilma Vana Rousseff. Disponível em: <[www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta](http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

realizadas com a utilização do método contribuem para o seu aprimoramento, enquanto perspectivas diversas a respeito de um mesmo tema.

Além disso, a opção por trabalhos teóricos desenvolvidos por autores da área de Relações Internacionais e Política Externa deu-se por considerar que as percepções desenvolvidas por eles em relação ao contexto histórico/social/cultural/econômico de assunção dos presidentes em questão são determinantes para a compreensão da própria análise dos discursos presidenciais realizados na Assembleia Geral das Nações Unidas. Os discursos apresentam a posição político/ideológico histórico e social daqueles que os constroem, e buscar compreendê-los em outros contextos resultaria em sentidos equivocados a respeito de sua interpretação.

O marco cronológico para a coleta dos artigos e capítulos de livros que serão usados na revisão de literatura e no referencial teórico compreende o período que vai do pós-II Guerra Mundial até o primeiro ano do segundo mandato de Dilma Roussef, época marcada por mudanças no comportamento da Política Externa Brasileira (PEB) no cenário internacional e nacional, suscitadas tanto pela conjuntura política desse período quanto pela postura assumida pelos presidentes e que influenciaram diretamente no posicionamento do Brasil no Sistema Internacional (SI).

Quanto aos discursos que serão analisados a partir da adoção da metodologia de ACD, a cronologia estabelecida foi de 2007 a 2014, período em que o presidente Lula iniciava o seu segundo mandato e consolidava sua Política Externa Brasileira; época marcada também pela transição política entre candidatos de um mesmo partido que se sucederam na presidência do Brasil; e o início e término do primeiro de Dilma Roussef e o comportamento de sua Política Externa no cenário internacional, nos quatros anos de governo.

Dessa forma, o *corpus* de análise a partir da aplicação da metodologia de ACD se constitui de oito discursos<sup>19</sup>, quantidade que condiz com a relevância do foro internacional escolhido e a realidade dos estudos desenvolvidos em ACD, principalmente na perspectiva Sociocognitiva de Van Dijk, cujas pesquisas estão se intensificando. Com a seleção desses artigos, inicia-se a construção do *corpus* deste

---

<sup>19</sup> Os discursos analisados encontram-se transcritos na biblioteca do site do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br](http://www.itamaraty.gov.br)>. Acesso em: 10 maio 2016.

estudo, que envolverá no âmbito da ACD, a aplicação das seguintes estruturas textuais: a) “Temas”; b) “Implícitos”; e c) “Representação do contexto internacional”, desenvolvidas e constantemente apontadas nos estudos de Análise Sociocognitiva realizados por Van Dijk e reproduzidas por adeptos de sua percepção sobre a produção discursiva, como é o caso de Flores (2007) que aplicou as estruturas textuais em suas pesquisas sobre política externa.

Para fins deste estudo, as estruturas textuais serão consideradas categorias de análise, a partir das quais se analisará, dentro dos oito discursos selecionados, como os elementos conceituais de Relações Internacionais, retirados do referencial teórico sobre Lula da Silva e Dilma Roussef, se comportaram quanto à menção explícita ou implícita ao Atlântico Sul. Sendo assim, busca-se identificar se o tema “Atlântico Sul” foi mencionado ou silenciado nas produções discursivas, ressaltando se ela se deu forma explícita ou implícita e quais os pontos de convergência e divergência entre os textos analisados.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Como este estudo pretende analisar se os governos Lula da Silva e Dilma Roussef abordaram ou silenciaram a questão do Atlântico Sul nos seus discursos durante a Assembleia Geral da ONU no período de 2007 a 2014, a ACD, enquanto teoria de base, se justifica por fornecer parâmetros de análise capazes de identificar, dentro dos discursos, os fatores internos e externos aos governos e à condução de sua política externa e de que forma contribuíram para tal estrutura discursiva. Nesse contexto, os posicionamentos brasileiros nessa região sul-atlântica estão diretamente relacionados aos interesses do Estado no cenário internacional.

Sendo assim, acredita-se que, por meio do emprego da metodologia de Análise Crítica do Discurso, seja possível identificar os fatores que contribuíram para o comportamento discursivo observado sobre o tema “Atlântico Sul” nos documentos analisados e as possíveis mudanças e/ou continuidades/ rupturas percebidas a partir da ênfase ou silenciamento de determinados elementos-chave no pronunciamento dos governantes. Além disso, esse projeto traz contribuições para um novo olhar sobre o Atlântico Sul e as construções discursivas geradas a partir dele.

No próximo capítulo, será realizada a contextualização histórica da Política Externa Brasileira (PEB) do pós II-Guerra Mundial até o governo Fernando Henrique

Cardoso. Serão apontados os reflexos dentro e fora do Brasil em relação aos posicionamentos adotados no cenário internacional e a concepção brasileira sobre o Atlântico Sul nesse período.

## **CAPÍTULO II: A POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL E O ATLÂNTICO SUL: DO PÓS II GUERRA MUNDIAL AO INÍCIO DO SÉCULO XXI**

Neste capítulo denominado de revisão bibliográfica, pretende-se uma síntese do comportamento da Política Externa Brasileira (PEB), a partir das posturas adotadas pela diplomacia do Brasil no cenário internacional no pós II Guerra Mundial. Para tanto, se discorrerá sobre as principais características da política internacional - já como Política Externa Independente (PEI) - durante o governo militar e o período da Guerra Fria, ressaltando como se estabeleceram as relações com os Estados Unidos da América (EUA) e outras potências, e a aproximação com os Estados da América Latina e os Estados africanos. Dar-se-á ênfase também ao processo de abertura política do Brasil - retorno à democracia - e os seus reflexos no âmbito externo (sistema internacional) e no interno, como o fim do bipartidarismo e o surgimento de novos partidos, inclusive a partir do MDB e da ARENA. E por fim, os fatores que precederam a ascensão do primeiro governo petista da história, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

### **2.1. O cenário brasileiro no pós II Guerra Mundial e a política externa brasileira: principais características**

Desde o início dos anos 60, na esteira do desenvolvimento industrial, a política exterior brasileira voltou-se para a busca de novos espaços, através da mundialização e da multilateralização. Sob os efeitos da "globalização", no final do século XX o País passou a valorizar o espaço regional latino-americano, através do Mercosul, ainda que sem renunciar completamente à cooperação com alguns dos espaços planetários anteriormente atingidos. Esta poderá afirmar-se, nos próximos anos, como uma nova fase das relações do Brasil com o Mundo (VIZENTINI, 1999, p. 134-154).

No conjunto das relações internacionais, Vizontini (1999) caracterizou a política externa como uma vertente que envolve elementos específicos que estão associados à "orientação governamental"<sup>20</sup> de cada Estado, como os propósitos a serem cumpridos pelos governos perante os demais Estados ou estrutura externa apresentada, a partir da adoção de parâmetros determinados de atuação nesse cenário. Sendo assim, os elementos que constituem a denominada política

---

<sup>20</sup> Expressão utilizada por Vizontini para fazer referência à conotação política adotada pelos Estados na condução de suas políticas e ações governamentais (nota do autor).

internacional podem ser caracterizados pela interação, conflito ou cooperação das políticas externas de cada Estado dentro de um cenário internacional.

Brigagão & Rodrigues (2006) ressaltam que desde o pós II Guerra Mundial, o Brasil se constituiu no cenário internacional como um dos defensores dos princípios que regiam a busca pelo desenvolvimento, o apoio à descolonização dos Estados, como foi o caso dos africanos, e o estímulo à cultura do desarmamento. Nesse contexto, a Política Externa Independente (PEI) instaurada por Jânio Quadros (1961-1961) e seus princípios como universalização, autodeterminação dos povos e não intervenção conferiu ao Estado brasileiro posicionamentos “autônomos” em relação às medidas econômicas, políticas e sociais adotadas no sistema internacional. A PEI se manteve até o governo de João Goulart, protagonizada pelo Chanceler Santiago Dantas, antes do regime militar. Com o início do primeiro governo militar Castelo Branco (1964-1967), ela acabou e a política de Castelo foi marcada por um grande alinhamento com os EUA.

Para Meneguello (1989) o governo militar (1964-1985) foi marcado por uma política fundamentada no princípio “liberal-representativo” cujo discurso governista se assentava no propósito de reforçar o projeto desenvolvimentista que caracterizou o período. Nesse contexto, o Estado brasileiro conduzia uma política externa que favorecia um alinhamento com os Estados desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos da América, enquanto mantinha uma relação amistosa com os Estados do sul.

Para Celso Lafer (1987) a denominada “Nova República” () comportava uma relação diferenciada não só em relação à democracia, mas também ao que se refere ao pluralismo<sup>21</sup>. O Estado continuava suas ações externas pautadas na cooperação e pacifismo característicos da inserção do Brasil no sistema internacional. Um exemplo disso é a retomada das relações com Cuba no âmbito diplomático, conferindo à política externa um caráter apaziguador.

(...) a diplomacia brasileira, na linha do que já vinha sendo feito pelo Itamaraty durante o regime militar, vem defendendo as reivindicações dos países do Terceiro Mundo em *prol* de uma ordem econômica mais justa equitativa, entendendo em síntese, que cabe ao país desempenhar em conjunto com outros, com o adicional de legitimidade que deriva de sua proposta interna e com os recursos de poder de que dispõe uma potência internacional para catalisar iniciativas, um papel positivo neste amplo processo de negociação em curso (LAFER, 1987, p. 77).

---

<sup>21</sup> Pluralismo: estaria associado à questão da diversidade de atuação dos Estados no cenário internacional, que caracteriza esse novo momento da política externa brasileira. (nota do autor)

Altemani (2005) destaca que nos primeiros meses do governo Sarney foi aplicado o denominado *countertrade*<sup>22</sup> que mantinha trocas comerciais com a África numa ação semelhante ao mercantilismo, prática condenada pelo sistema internacional. Ainda segundo ele, *a posteriori*, as ações externas foram direcionadas para o processo de integração regional em âmbito de América Latina, com Estados como Argentina. Sendo assim, a forma como a relação entre os Estados sul-americanos estava sendo resgatada, garantiu a ambos uma reformulação em sua inserção no cenário internacional.

Assim, o protecionismo adotado pela maioria dos Estados do Norte global gerou uma verdadeira crise nos Estados que precisavam dinamizar sua economia e buscar novos mercados como era o caso do Brasil. Com a ausência de capital para quitação da dívida com os organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) e a dificuldade para exportar os produtos brasileiros, as relações comerciais e econômicas com os Estados desenvolvidos, como os EUA, se aprofundaram. Em contrapartida, os vínculos construídos com o continente africano no âmbito econômico e comercial foram mantidos pelo Brasil.

Seixas Corrêa (1996) aponta que outro aspecto relevante desse período está relacionado à criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS) que aconteceu em 1986. Com o esforço político do Brasil direcionado para o estabelecimento dessa Zona pela ONU, a ZOPACAS foi uma resposta à tentativa norte-americana de estabelecimento da OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul), que atuaria de forma semelhante à OTAN. Além disso, pode ser considerado um mecanismo de aproximação entre os Estados lindeiros do Atlântico Sul por meio de um discurso que prioriza a Paz e a Cooperação entre os povos sul-atlânticos. A resolução das Nações Unidas 41: 11 de 27 de outubro de 1986 iniciou também um passo concreto no processo de desmilitarização da região em meio a um mundo bipolar, cujos conflitos na África Austral ainda estavam intermitentes.

(...) o governo Sarney promoveu ativamente a iniciativa de declarar o Atlântico Sul zona de paz e cooperação e utilizou a ideia tanto para elevar o

---

<sup>22</sup> O *countertrade*, em uma linguagem bem simplificada, corresponde simplesmente a uma troca de mercadorias, ou seja, o pagamento parcial ou total em mercadorias na compra de outras mercadorias. A aplicação ou ressurgimento do *countertrade*, no contexto internacional, pode ser entendido como decorrente a) da percepção de que a crise provocada pela dívida do Terceiro Mundo não é um problema temporário; e que b) como a crise é constantemente realimentada pelas taxas internacionais de juros e pela prática crescente de protecionismo, o *countertrade* pode auxiliar as exportações do Terceiro Mundo contornando as barreiras protecionistas, suprindo as necessidades de divisas e promovendo o desenvolvimento industrial. (ALTEMANI, 2005, p. 209).

perfil de sua atuação na ONU, impulsionando a iniciativa brasileira, como para relançar pontes de entendimento político em direção à África Atlântica, outra sub-região com a qual o relacionamento econômico-comercial se viu adversamente afetado na década de 80 em função da crise que afetou a maioria dos países da chamada África Negra e do fim da política de incentivos à exportação subsidiada de bens e serviços pelo Brasil (SEIXAS CORRÊA, 1996, p. 380).

Dessa forma, ao se analisar a condição do sistema internacional no final da década de 80, observa-se que apesar das dificuldades enfrentadas por um Brasil que precisava se ajustar a um cenário em constantes transformações, o Estado brasileiro conseguiu, por meio das ações diplomáticas, manter o caráter universalista de sua política externa. Assim, o que se observa é uma tentativa de buscar nos Estados da América Latina uma alternativa para amenizar os efeitos da retração da ação brasileira no cenário externo, já que sua crise interna (crescimento da dívida externa) acabou influenciando no seu posicionamento internacional.

Moura (1992) ressalta que perante o recrudescimento da condição vulnerável do Brasil e sua perda substancial de barganha no âmbito externo, foram elaborados novos campos de decisão política que atendiam em duas vertentes: uma de ação econômica direcionada aos Estados Unidos da América e uma de ação política e econômica voltada para os Estados da América Latina. Pode-se dizer que em primeira instância, a pretensão era não só manter um espaço de negociação brasileiro, mas também garantir que a política externa atuasse com certa autonomia. Em segunda instância, pretendia-se uma espécie de concertação política para sincronizar as agendas política e econômica com esses vizinhos latino-americanos e assim promover uma integração mais eficaz no discurso de defesa dos interesses regionais.

Essa “busca de autonomia” latino-americana ocorre num meio internacional desfavorável devido aos desenvolvimentos mais recentes da política mundial. O impasse no Diálogo Norte-Sul para a criação de uma nova ordem econômica internacional, a articulação mais compacta dos sete Grandes do mundo capitalista, a consolidação dos grandes blocos econômicos (CEE, EUA/Canadá, Japão/Ásia-Pacífico) a *détente* entre as superpotências (...) são fatores que sugerem a chegada de tempos muitos difíceis para a América Latina. Neste contexto de dificuldades crescentes, o estabelecimento de formas de cooperação política e econômica interlatino-americana ganham sentido de urgência absoluta. Nesse particular, a integração econômica sub-regional (embora limitada enquanto “solução” dos problemas da área) talvez seja um dos poucos caminhos disponíveis para se enfrentar, no plano das relações internacionais, as dificuldades crescentes da América Latina, às vésperas do século 21 (MOURA, 1992, p. 145-146).

Diante desse cenário, a relação com a Argentina que é retomada no governo Sarney, acaba se tornando um divisor de águas na atuação do Brasil no contexto da América Latina, já que essa iniciativa se constituirá em um dos principais fatores que desencadearão na formação do bloco MERCOSUL (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) e suas diretrizes políticas e econômicas. Flecha de Lima (1989) enfatizava que a aproximação com os argentinos se dava também em um plano estratégico brasileiro e que visava projetar seu comércio exterior para a região Latino-Americana, e a Argentina seria o “passaporte de entrada”. Vaz (2002, p. 73 – 74) complementa essa percepção, ao apontar que diferentemente de períodos anteriores esse estreitamento se dava em uma esfera de ações políticas ativas:

(...) os esforços de ambos os países para adaptarem-se às condições internacionais e imprimirem às próprias políticas externas novo direcionamento, em razão também dos novos ordenamentos domésticos que a redemocratização colocava, refletiram-se de forma distinta, em cada país, no padrão de continuidade de política externa, ao mesmo tempo em que produziram um nítido sentido de convergência quanto à prioridade a ser conferida à América Latina como espaço privilegiado de sua atuação político-diplomática e econômica. Assim, para o Brasil, preserva-se o sentido universalista de sua política externa, mas dentro dele, foi fortalecida e ampliada a prioridade às relações com a América Latina, que passaram a encontrar, finalmente, sentido de funcionalidade no plano econômico.

Ainda segundo Vaz (2002), ao analisar o processo de integração entre os Estados sul-americanos Brasil e Argentina, considerou que se tratava de uma estrutura de interesse complexa e repleta de ramificações no que concerne à política e à economia. Tanto os acordos no plano bilateral, a exemplo da Ata de Integração Brasil-Argentina assinada em 1986<sup>23</sup>, quanto em níveis mais elevados de comprometimento estratégico como o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988<sup>24</sup> tendiam para o que denominou de “legitimação política”. Sendo assim, era uma forma de demonstrar que se buscava um planejamento de ações em longo prazo e uma afinação das prioridades quanto a um desenvolvimento conjunto. Além de tornar possível não só a priorização de investimentos no setor produtivo de ambos, mas também em outras áreas consideradas essenciais para a infraestrutura dos Estados, como é o caso da energia e do transporte.

---

<sup>23</sup> **Ata de Integração Brasil-Argentina** assinada em 1986. Disponível em: <[www.abacc.org.br/?p=551](http://www.abacc.org.br/?p=551)>. Acesso em: 02 ago. 2016.

<sup>24</sup> **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento de 1988**. Disponível em: <[dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b\\_100/](http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_100/)>. Acesso em: 02 ago. 2016.

Já em âmbito de continente americano, Seixas Corrêa (1989) enfatiza a mudança na concepção do papel dos Estados Unidos da América (EUA) no jogo político brasileiro, a partir do surgimento dos blocos econômicos na década de 1990. Os “novos polos econômicos” como a Comunidade Econômica Europeia, NAFTA e MERCOSUL abrem novas perspectiva de negociação e poder no cenário global, tornando flexíveis as economias cada vez mais globalizadas. Dessa forma, ele aponta que as incongruências envolvendo o relacionamento entre Brasil e EUA podem estar associadas às afinidades dos Estados serem frágeis demais perante a concretude de ações políticas e econômicas.

Esse fato diferencia o contencioso Brasil-EUA dos contenciosos que aquele país mantém com a CEE e com o Japão. Com ambos, o que está em jogo é, em termos reais, muito mais relevante que os EUA. Os interesses comerciais e econômicos americanos, em geral são certamente muito mais ameaçados pelas práticas protecionistas e pela penetração comercial japonesa e europeia do que pelos modestos avanços brasileiros (SEIXAS CORRÊA, 1989, p. 238).

Nesse sentido, houve esforço considerável da diplomacia brasileira para retirar das ações bilaterais do Brasil qualquer sequela gerada pelo enquadramento brasileiro na lei de comércio dos EUA em função dos contenciosos norte-americanos. O objetivo era não prejudicar o andamento das negociações envolvendo a dívida externa do Estado com os organismos internacionais. Vale ressaltar que de forma geral, define-se essa relação bilateral como problemática (dissidências de posicionamentos, ideologias e ausência de interesses afins), repleta de práticas desleais no comércio (pressões norte-americanas). Nesse contexto, a represália norte-americana à política de informática brasileira foi o ápice do conflito de interesses que colocavam em lados opostos os Estados.

(...) à medida em que as negociações comerciais tornaram-se mais complexas ficou clara a dissociação entre este campo de negociações e aqueles correlacionados à dívida externa. A melhor lição neste sentido, deu-se em fins de 1988 quando poucos dias depois de ter chegado a um acordo provisório com as instituições credoras externas para um reescalonamento de sua dívida, a administração Sarney foi surpreendida pelo anúncio do presidente Reagan em aumentar as tarifas sobre a importação dos produtos brasileiros de informática sob proteção de reserva de mercado, sanções essas definidas em virtude da resistência do país em alterar sua política de informática (HIRST, 1990, p. 20 – 21).

Hirst (1990) aponta que outro fato relevante no período de Sarney consistiu na aprovação de uma nova Constituição Federal ocorrida em 1988 e a consequente ampliação das diretrizes da Política Externa Brasileira (PEB) no cenário

internacional. Ao levantar a bandeira de defesa da paz e do uso pacífico da energia nuclear, o Brasil acaba reafirmando sua pretensão política e econômica de manobrar no sistema internacional mais em uma perspectiva cooperativa do que em uma política agressiva de contestação e conflito.

Brigagão & Rodrigues (2006) ressaltam que uma das ações marcantes da década de 1980, corresponde ao retorno da participação do Brasil no Conselho de Segurança da ONU em 1987, após duas décadas de ausência de atuação nesse fórum. A intenção brasileira de obtenção de um assento rotativo no Conselho, por meio de candidatura formal à cadeira, surpreendeu o Sistema Internacional (SI). As medidas adotadas a partir desse momento inseriram a diplomacia em uma agenda externa que englobou assuntos relacionados à questão ambiental, ao crime organizado, entre outros.

Em 1988, o governo Sarney teve de enfrentar uma das maiores pressões internacionais da Política Externa Brasileira recente: os protestos mundiais contra o assassinato de Chico Mendes, líder seringueiro. Para fazer frente a essa irada reação internacional, com graves consequências para a imagem e a credibilidade do País, o Itamaraty criou uma espécie de “diplomacia verde”, uma estratégia para dar prioridade às questões ambientais. Um de seus atos propositivos foi oferecer o Rio de Janeiro para ser sede da Segunda Conferência sobre Meio Ambiente da ONU (BRIGAGÃO & RODRIGUES, 2006, p. 75).

Ainda segundo os autores, o período de governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi marcado pela priorização da denominada “política comercial”. O estreitamento das relações com os Estados desenvolvidos será considerado mais interessante para o novo posicionamento buscado pelo Brasil no cenário internacional. “Collor de Mello inaugurou a diplomacia presidencial, intensificando contatos diretos com lideranças internacionais, com ênfase nas relações e contatos que valorizassem as associações comerciais e formadores de opinião” (BRIGAGÃO & RODRIGUES, 2006, p. 75)

Vale ressaltar que na década de 90 as mudanças geradas pela diluição das fronteiras nacionais no âmbito econômico e um contínuo processo de incorporação pelos Estados de uma economia global, principalmente com a constituição dos Blocos regionais, provocou mudanças no cenário internacional. Sendo assim, coube ao Brasil buscar uma estratégia para ser um agente regional capaz de contribuir de alguma forma para a reformulação da ordem mundial. E assim, conseqüentemente,

ter certa participação nas decisões que envolviam as regras e normas do sistema internacional, enquanto uma potência regional de destaque.

Brigagão & Rodrigues (2006) enfatizam dois acontecimentos do cenário externo que foram decisivos durante o governo Collor de Mello. O primeiro está relacionado à constituição do Acordo Quadripartite que incluiu Brasil, Argentina, ABACC e AIEA e aconteceu após o Estado brasileiro estreitar a cooperação nuclear com esse Estado e ter rompido com o denominado Programa Nuclear Paralelo. Essa situação aconteceu em paralelo com a assinatura do MERCOSUL pelos Estados sul-americanos (Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina) em 1991, que constituiu um dos primeiros blocos econômicos de perspectiva Sul, mas que entrou em vigor, somente em 1994. O segundo acontecimento corresponde ao aspecto diplomático impulsionado através das posturas proativas do Brasil durante a Conferência das Nações Unidas para o meio ambiente (ECO-92), como a atuação direta na aprovação de documentos como a Declaração de princípios sobre Florestas, já que detém a maior parte da Amazônia sob sua jurisdição nacional.

A percepção dos autores aponta para um novo direcionamento no discurso e na prática de Fernando Collor de Mello (1990-1992) no contexto internacional. As alianças políticas e econômicas realizadas nesse período e a posição enérgica de Brasil que buscava na pressão sofrida pela questão ambiental, uma alternativa para mostrar que os Estados subdesenvolvidos também poderiam estar à frente de iniciativas relacionadas às mudanças climáticas. Ou seja, poderiam ser plataformas para projetar as ações e iniciativas que se estava disposto a utilizar para atender às demandas externas. Além disso, não existia interesse em priorizar cooperação em âmbito sul-sul, no máximo relações bilaterais pontuais.

Brigagão & Rodrigues (2006) ressaltam que ao ascender ao cargo de presidente do Brasil, após o impeachment de Collor de Mello, Itamar Franco (1992-1994) adota uma política externa marcada por uma maximização do Itamaraty<sup>25</sup> frente às decisões tomadas no cenário internacional. Neste período, as ações estarão voltadas para um fortalecimento de relações com os vizinhos da América do Sul, no intuito de reforçar o papel brasileiro dentro de um processo de integração regional. Com isso, o Estado pretendeu não somente dar ênfase ao seu interesse na economia global e suas diversas esferas de atuação, mas também contribuiu para a

---

<sup>25</sup> Maximização do Itamaraty – Uma atuação mais enérgica da diplomacia brasileira no cenário externo, sem interferências políticas (nota do autor).

consolidação do bloco econômico MERCOSUL em 1994 e ratificou o contínuo desinteresse político do Brasil na manutenção de vínculos exclusivos com os EUA.

De acordo com os autores, ao priorizar a diplomacia de cunho multilateral, o discurso da política internacional brasileira intensificou esforços na luta pela reforma do Conselho de Segurança da ONU, a fim de propor uma nova ordem mundial, em que os Estados subdesenvolvidos pudessem ter suas reivindicações ouvidas. Além disso, a ampliação da participação do Brasil nas missões de paz da ONU<sup>26</sup> que na época se concentravam nos Estados da América Central e na África.

Em outras frentes, o Brasil endossou valores universais e, com autorização do Congresso, pôde aderir aos pactos de Direitos Humanos da ONU e da OEA. Além disso, teve participação destacada na Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993), auxiliando a aprovar o texto que define os Direitos Humanos como interdependentes indivisíveis e universais, assim como na Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento (1994). Deu passos importantes na área de regimes de segurança internacional: o Senado aprovou o acordo quadripartite de salvaguardas entre Brasil, Argentina, ABACC (Agência Brasileiro-Argentina para Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares) e AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) e a disposição do Brasil de negociar a adesão ao regime de controle de armas de destruição em massa (BRIGAGÃO & RODRIGUES, 2006, p. 77)

O protagonismo do Itamaraty no governo Itamar esteve relacionado à continuidade dada às ações iniciadas por Lafer, que promovera uma nova inserção internacional do Brasil, ao estreitar laços políticos e econômicos com os Estados do Cone Sul. Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim que assumiram a pasta de exterior no governo de Itamar estiveram à frente das medidas adotadas nesse sentido no cenário internacional. Dessa forma, ao ser eleito presidente do Brasil, FHC tende a manter a percepção de inserção brasileira incentivada por ele, desde a época de Ministro das Relações Exteriores.

Danese (2004) aponta que no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), o comportamento da política externa brasileira será marcado por mudanças significativas no cenário global que vão contribuir para o incentivo ao estreitamento entre os Estados da América do Sul, ao mesmo tempo em que tenderão a ampliar os vínculos com as grandes potências a fim de manter uma relação amistosa e de certa

---

<sup>26</sup> Segundo dados do Ministério das Relações Exteriores (MRE), até agora o Brasil já participou de mais de 50 operações de paz e missões similares, tendo contribuído com mais de 33.000 militares, policiais e civis. Atualmente, participa com mais de 1700 pessoas em nove operações de paz: [MINURSO](#) (Saara Ocidental); [MINUSTAH](#) (Haiti); [UNFICYP](#) (Chipre); [UNIFIL](#) (Líbano); [MONUSCO](#) (República Democrática do Congo); [UNISFA](#) (Abyei); [UNMIL](#) (Libéria); [UNMISS](#) (Sudão do Sul); [UNOCI](#) (Côte d'Ivoire). Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/4783-o-brasil-e-as-operacoes-de-paz)>. Acesso em: 10 abr.2016.

forma, equilibrada perante os desafios impostos aos Estados emergentes, como o Brasil. Sendo assim, o processo de integração regional manteve-se na agenda internacional da diplomacia brasileira.

Ao insistir no conceito de “América do Sul”, hierarquizando-o como fundamento de um processo de integração econômica e física, a diplomacia brasileira vem dando uma contribuição, ainda não de todo reconhecida, à ontologia de 12 países. Não se trata de exercício ideológico de sublimação de nossas mazelas históricas, nem de cabala para excluir ou confrontar nações que a geografia não pôs em nosso espaço. Trata-se de um sóbrio exercício de realismo político, não no tipo conformista, mas pragmático, criativo (DANESE, 2004, p. A15).

Ressalta-se a posição de protagonista do Brasil no que concerne ao projeto de integralização em nível regional, apesar dos impasses ainda existentes com relação a alguns Estados sul-americanos, como a Argentina. Embora, fossem grandes os esforços brasileiros em estreitar os vínculos com os argentinos, tanto o protagonismo do Estado quanto sua projeção de liderança na região ainda eram vistos como ameaçadores em âmbito regional.

Brigagão & Rodrigues (2006) pontuam o caráter de “diplomacia presidencial” assumido pela diplomacia no governo FHC e que contribuiu para a forma como o Brasil se inseriu no multilateralismo e construiu sua agenda global de ações nesse período. Segundo os autores, o que se percebeu foi o interesse do governo em investir em áreas de grande manobra política e que até então, o Brasil tinha pouca participação. Até aquele momento, a ECO-92 era a ação de maior visibilidade brasileira no cenário internacional. Sendo assim, a participação em foros internacionais que visavam à promoção e defesa dos direitos humanos, se tornou presente na agenda externa.

Ainda segundo os autores, dentro do regime de não Proliferação de Armas de Destruição em Massa, o governo FHC teve uma participação de destaque no que se refere às decisões e iniciativas brasileiras, principalmente ao impulsionar na região da América do Sul e do continente africano, o emprego das tecnologias a base de energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos. De 1995 a 1998, foram programas, acordos e propostas que colocaram o Brasil em uma posição relevante das negociações envolvendo a manutenção da paz.

A denominada “autonomia pela integração” gerada pela diplomacia presidencial possibilitou ao Brasil, o encerramento de divergências pontuais com os Estados Unidos da América (EUA), após o Congresso aprovar o TRIPS (Normas

sobre Propriedade Intelectual do GATT/OMC), que tornou rotineira a discussão envolvendo os contenciosos norte-americanos dentro da política externa do Estado. Além disso, colocou a relação com os Estados sul-americanos em alto nível de prioridade, ao participar da Primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em 1º de setembro de 2000, ano de celebração dos 500 anos de descobrimento do Brasil. Essa iniciativa forneceu os mecanismos necessários para a constituição de uma agenda sul-americana, que em longo prazo, contribuiu para que as pretensões de integração regional se tornassem possíveis (BRIGAGÃO & RODRIGUES, 2006, p. 79).

O aprofundamento das relações no âmbito do MERCOSUL foi suscitado principalmente pela manutenção dessa dimensão sul-americana nas ações de integralização continental desencadeadas pelo Brasil. Entre elas, pode-se destacar “(...) busca de um acordo do Mercosul com a Comunidade Andina<sup>27</sup>, seja por meio de uma associação direta entre os diferentes países (expressa pela Cúpula da América do Sul, realizada em Brasília em 2000), raciocinando não só em termos político-econômicos, como também de desenvolvimento físico de infra-estrutura”. (ALTEMANI, 2005, p. 253-254).

A dinamização proporcionada pela versatilidade da política externa brasileira contribuiu para que acordos com diferentes regiões do mundo, cujos interesses brasileiros estavam condicionados a um posicionamento de destaque para o Brasil nas manobras internacionais, fossem concretizados. Inclusive, os encontros entre os Chefes de Estados sul-americanos, suscitaram promover várias decisões e acordos que mais à frente desencadeariam na nova inserção internacional tão buscada pelo Brasil, e que se concretiza de fato, no governo de Lula da Silva, que aprofundaremos em outro momento.

## **2.2. Como se construiu a relação Brasil e África no contexto da PEB e o Atlântico Sul?**

Visentini & Pereira (2015) ressaltam que ao se analisar brevemente como se constituíram a história do Brasil e da África observam-se convergências, desde a

---

<sup>27</sup> A união dessas duas entidades resultou na criação da CSAN em 2004, e que em 2008 virou UNASUL (nota do autor).

época da ocupação portuguesa nas duas margens do oceano na porção ao sul ainda no século XVI. Sendo assim, o início desse contato se deu com a chegada dos primeiros escravos africanos em 1538 e se estendeu até 1850 com a proliferação e conseqüente declínio do tráfico em território brasileiro. Embora, tenha obtido papel relevante no século XVII com o império Atlântico Português, o Atlântico Sul acabou ficando novamente em segundo plano no século seguinte. A prontificação do Canal de Suez em 1869, que retirou do Atlântico Sul o tráfego marítimo da Europa para a Ásia, principalmente para a Índia, fonte do chá, produto intensamente importado pelos europeus. Com a independência do Brasil, a pressão inglesa para a extinção do tráfico era cada vez maior, simultâneo a isso, se deu a expansão colonialista europeia que retrocedeu a relação brasileira com o continente africano.

Os autores apontam que na primeira metade do século XX houve uma breve retomada dos negócios comerciais com a África. Entretanto, a conjuntura muda novamente no pós II Guerra Mundial com o apoio brasileiro ao governo ditatorial de Salazar em Portugal, no qual a moeda de troca era o apoio eleitoral dos imigrantes portugueses das casas de Portugal ao governo do Brasil e em contrapartida, o governo brasileiro apoiava as ações colonialistas desencadeadas pelo estado português nos fóruns da ONU. E isso durou até o governo Castelo Branco (1964-1967).

Para Altemani (2005) baseada na mentalidade da guerra fria, a política externa brasileira seguia priorizando as relações com o continente americano, enquanto as questões africanas cujos estados buscavam a independência das colônias portuguesas não estavam nos interesses de Juscelino Kubitschek. A ascensão de Jânio Quadros à presidência do Brasil e sua pioneira Política Externa Independente (PEI) que estava fundamentada em princípios como a autonomia dos povos, tornou a África relevante dentro das ações da diplomacia brasileira, já que os povos coloniais iniciavam uma luta armada contra a exploração de Portugal.

Ainda segundo o autor, a PEI foi lançada oficialmente em 1961, e na ocasião se instituiu também a denominada política africana, através da qual o Brasil assumiu uma posição favorável aos anseios dos povos africanos que almejavam se libertar da opressão do estado europeu. A fim de consolidar essa parceria foi celebrado entre os estados sul-atlânticos um conjunto de acordos culturais, como “um

programa de bolsas de estudo para estudantes africanos no Brasil, que viria a dar origem ao Programa de Estudantes Convênio (PEC)”.

Para Visentini & Pereira (2008)<sup>28</sup> apesar dos avanços obtidos na relação Brasil-África, o governo dos militares iniciado em 1964 alterou o esboço inicial de cooperação sul-sul. Sob a influência da denominada “geopolítica da guerra fria”, a questão da segurança coletiva e a percepção de ameaças em nível de continente Americano foi traduzida pela possibilidade de criação de uma “Força de Defesa Interamericana” e no âmbito de Atlântico Sul, a tentativa mal sucedida de formação de um bloco de segurança denominado de Organização do Tratado do Atlântico Sul (OTAS) que englobava somente Portugal, Argentina e África do Sul, visando a manutenção da denominação europeia e da opressão racista do Apartheid sobre a região.

Penha (2011) enfatiza que Angola é considerado um Estado estrategicamente importante para o Brasil, não só em função de sua posição geográfica, já que se situa entre a região austral e central da África, área que concentra grande quantidade de riquezas naturais e conseqüente potencial para desenvolvimento, mas principalmente pelas afinidades históricas e culturais existentes entre Brasil e Angola. “(...) que por sua vez, contribuíram para impulsionar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), dentro de um processo de opção seletiva para o desenvolvimento das relações com a África, nos anos 1990” (SARAIVA, 1996 *apud* PENHA 2011, p. 206).

Visentini & Pereira (2008) apontam que a política africana se aprofundou ainda no período do governo militar, mais precisamente durante a crise do petróleo de 1973 e na assunção de Ernesto Geisel (1974-1979) à presidência do Brasil, que adotou posturas essenciais para que a questão africana fosse tratada como prioritária dentro do cenário internacional. Em primeira instância reconheceu oficialmente a existência do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1975, apoiou a condenação aos regimes racistas instalados na África do Sul e na Rodésia, e abriu seis novas embaixadas brasileiras no continente.

Para Visentini & Pereira (2008), por meio das medidas adotadas, a diplomacia do “Pragmatismo Responsável” e seu discurso “terceiro-mundista”, característicos do

---

<sup>28</sup> Para fins deste estudo, adotou-se para esse textos, as referências o ano 2008 e a paginação de 1- 10, em virtude de não existirem dados sobre o ano oficial de publicação nem o número de páginas, somente o ano de publicação (Nota do autor).

governo de Geisel, permitiram ao Brasil não só exportar bens de consumo e infraestrutura para esses novos mercados, como também importar quantidades significativas de petróleo. E ressaltam que:

Ao mesmo tempo em que o Brasil exportava bens de consumo, alimentos, automóveis e a construção de infra-estruturas, importava crescentes quantidades de petróleo. A Braspetro, subsidiária da Petrobrás, iniciou atividades de prospecção na África, a Vale do Rio Doce desenvolvia projetos de mineração e as construtoras Mendes Jr e Odebrecht construíam rodovias, pontes, portos e barragens hidroelétricas. Figueiredo foi o primeiro presidente a visitar oficialmente a África: Nigéria, Senegal, Guiné Bissau, Cabo Verde e Argélia (VISENTINI & PEREIRA, 2008, p. 3).

Altemani (2005) ressalta que com a abertura política e a assunção ao cargo de presidente do Brasil, José Sarney (1985-1990) optou por manter como prioridade a relação com o continente africano, embora a conjuntura econômica e política envolvessem a elevação da dívida externa e um sistema internacional que exigia uma adequação às novas necessidades do mercado financeiro e econômico (período marcado por um protecionismo pelo lado dos Estados desenvolvidos). Como parte das ações realizadas pelos governos anteriores, Sarney seguiu visitando Estados africanos – Cabo Verde, Angola e Moçambique – que estavam em situações de conflitos intermitentes, na maioria guerras civis provocadas pelos interesses sul-africanos e de potências que financiavam sua militarização.

Para Visentini & Pereira (2008) após a guerra das Malvinas envolvendo Argentina e Inglaterra, e a tentativa de militarização do Atlântico Sul durante o governo de Reagan nos Estados Unidos da América, o Brasil se apressou para obter junto a Organização das Nações Unidas (ONU) as condições necessárias para a criação de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Dessa forma, a I Conferência do Atlântico Sul realizada no Rio de Janeiro em 1988 foi um primeiro passo para o fortalecimento das relações entre o Brasil e os 19 estados africanos que participaram do evento. Pode-se dizer que a independência da Namíbia foi um dos fatores relevantes na busca de uma política diversificada que objetivasse uma unificação entre os povos.

Brigagão & Rodrigues (2006) ressaltam que durante o governo FHC (1995-2002) o papel ocupado pela África no âmbito das relações internacionais brasileiras permaneceu acanhado. No percurso do segundo mandato de FHC, algumas medidas acabaram sendo fundamentais para as ações que seriam desenvolvidas posteriormente no governo de Lula da Silva. Pode-se citar a participação ativa do

exército nas missões de paz da ONU realizada em Angola e outros estados africanos em 1995 e os acordos firmados em diversos setores após a visita do então presidente aos estados de Angola e África do Sul em 1996 como os episódios mais relevantes. Inclusive Mandela esteve no Brasil dois anos depois retribuindo a visita, dando sinais de que a nova África do Sul seria uma grande parceira brasileiro na região, entrando oficialmente para rol dos parceiros do MERCOSUL no ano 2000, após a assinatura de um Acordo Quadro.

Segundo Silva (2014) compreender a dimensão econômica que o Atlântico Sul vem apresentando nas últimas décadas, seja pelas rotas marítimas, seja pelos recursos minerais recém- descobertos, e pelo fato dos estados limítrofes serem africanos, justificam o interesse brasileiro em manter a região pacífica. Além da atuação cada vez mais intensa de Estados de fora da região e uma legislação marítima que restringe o conceito de “territorialidade” em prol da manutenção de uma liberdade de navegação, cuja principal consequência é a não limitação da capacitação militar das potências e suas forças navais como instrumento no cenário internacional.

### **2.2.1. O Atlântico Sul no contexto brasileiro**

A geógrafa e historiadora Therezinha de Castro (1999) aponta que o Atlântico Sul, desde os primórdios das navegações, foi considerado estratégico pela sua localização geográfica. Por estar situado na metade ao sul do Equador, ou seja, no hemisfério oceânico, apresenta uma relevante vantagem geopolítica, permite a conexão entre outros dois oceanos, o Índico e o Pacífico. Sendo assim, Sardemberg (1996 *apud* Penha 2011, p. 217), afirma que:

(...) o Atlântico Sul, no decorrer do desenvolvimento da expansão portuguesa, surge simultaneamente como rota comercial, em função de sua posição geográfica de contato contíguo com todos os oceanos, sobretudo com o Índico; e como bacia econômica, graças aos empreendimentos portugueses nas costas brasileira e africana. A disputa pela supremacia marítima entre Portugal e Holanda e os ciclos econômicos do açúcar e do ouro no Brasil, com a participação da mão de obra africana, foram os acontecimentos históricos que influenciaram a formação da bacia comercial sul-atlântica e na própria noção de Atlântico Sul, como espaço geopolítico de importância global.

Penha (2011) ressalta que as rotas marítimas do Atlântico Sul desde a época da expansão portuguesa no século XVI, já demonstravam grande potencial de navegação e transporte comercial entre as regiões distintas do planeta. Tal situação

foi comprovada pela Grã-Bretanha durante sua expansão marítima e comercial na transição do século XVIII para o XIX, na qual buscava novos mercados e matérias primas para produção de seus produtos industrializados. Com isso, as ações britânicas proporcionaram uma intensificação nos fluxos comerciais na região sul-atlântica, a partir da relação Brasil-África, e condicionaram a segunda rota comercial mais relevante no cenário global. Sendo novamente modificada a condição do Atlântico Sul com a abertura do Canal de Suez em 1869 e na sequência, do Canal do Panamá em 1914.

A abertura desses canais representou um ponto de clivagem operacional e conceitual. A Marginalização do Atlântico Sul como rota, o fim do comércio Brasil-África e a colonização do continente africano, foram eventos que contribuíram para caracterizar o Atlântico Sul como “vazio de poder”. Este “vazio” era decorrente: de um lado, das dificuldades econômicas e logísticas dos países da vertente sul-americana em afrontar a Royal Navy; de outro, do quadro de dominação colonial europeia presente na África (PENHA, 2011, p. 218).

Ribeiro Luís (2011) aponta que Mário Travassos (1891-1973) é considerado um dos pioneiros no que concerne à concepção de Atlântico Sul enquanto estratégica para o Brasil, desde o início de seus estudos de geopolítica, observou a questão sul-atlântica como uma oportunidade para o Estado ampliar sua área de atuação no cenário internacional. A projeção sobre essa região foi indiretamente apontada durante o processo de construção de seu pensamento geopolítico brasileiro. Em diversas ocasiões ressaltou a importância dos aspectos geográficos e dimensionais do Estado que o colocavam em uma posição vantajosa em relação aos vizinhos argentinos, que também buscavam a supremacia regional daquela área.

(...) Mário Travassos afirma que o papel funcional da região atlântica é ligar e homogeneizar as contradições das regiões continentais. De acordo com o autor, a história comprova que a via marítima assegurou muitas vezes a unidade política brasileira (RIBEIRO LUÍS, 2011, p. 2-3).

Golbery do Couto e Silva (1967) dentro de sua perspectiva de territorialidade brasileira, também apontava para a influência que o Atlântico Sul exercia sobre os Estados da América do Sul, principalmente pelo posicionamento geográfico do Brasil em relação a essa porção oceânica, já que sua extensão abrangia toda a costa brasileira. Dessa forma, a projeção atlântica sobre o Brasil justificaria a necessidade de se pensar estrategicamente a defesa dessa região. “Bem protegida a oeste pelo inigualável fosso do Pacífico imenso e, ademais, pela muralha ciclópica dos Andes, a

América do Sul volta-se toda para o Atlântico e para o hemisfério terrestre do leste, avançando, em ponta, o promontório nordestino” (COUTO e SILVA, 1967, p. 64).

Penha (2011) reforça a percepção da questão geográfica do Brasil de Golbery do Couto e Silva (1911-1987), que dentro de uma conjuntura geopolítica contribuiu indiretamente para que a projeção de poder do Estado brasileiro sobre o Atlântico Sul fosse vista como necessária e inevitável pela ótica da estratégia marítima. Para tanto, acrescentou ao seu processo de análise a denominada “posição ideológica e política”, através da qual transferiu para o âmbito discursivo as contribuições de uma oposição entre ocidente e oriente no que se refere à construção de uma percepção geopolítica sobre o Brasil. Dessa forma, a situação dicotômica provocada pela guerra fria requeria para a manutenção do poder nacional um emprego conjugado de ações nos diversos âmbitos de atuação do estado (político, social, militar). “Em termos geopolíticos, o general baseava-se nos conceitos de espaço e posição para desenvolver seu raciocínio sobre a estratégia correta a seguir do Estado, tanto nos campos de ações interno, quanto no externo” (PENHA, 2011, p. 94).

Castro (1999) ao levar em consideração as condições naturais da porção sul do Atlântico é enfática ao apontar que o espaço é adequado para a instalação de infraestrutura portuária. Segundo ela, as baixas altitudes características das costas dessa parte meridional do oceano Atlântico, contribuiriam para estimular a intensificação da comunicação via marítima com outras regiões do planeta, principalmente com os vizinhos africanos. “(...) as derivas dessas correntes marítimas são caracterizadas como autênticos circuitos de ligação formando, naturalmente, o laço entre as águas americanas e africanas” (CASTRO, 1999, p. 22).

Brozoski (2013) aponta que apesar das semelhanças geológicas existentes entre ambas as costas banhadas pelo Atlântico Sul - como é o caso do Brasil e dos estados Africanos - geográfica e historicamente, o lado africano sempre teve uma população mais concentrada no litoral, principalmente em função das disputas territoriais que caracterizam o continente africano.

Em praticamente todos os países banhados pelo Atlântico Sul existe uma intensa concentração demográfica em cidades localizadas no litoral ou a uma distância de até **100 km** da costa. Em proporção, esta é uma realidade mais evidente do lado africano devido tanto a aspectos geográficos como históricos. Suas duas principais bacias hidrográficas, dos rios Congo e Níger, não proporcionaram facilidades para a penetração em direção ao interior, seja pelo alto revelo bem próximo da linha costeira, seja pelas divisões causadas por disputas territoriais (BROZOSKI, 2013, p. 15-16) .

Ainda segundo a autora, o Brasil é o Estado que apresenta o litoral do Atlântico Sul com maior extensão, aproximadamente 7.500km, seguido de Argentina com 4.700 km, Angola com 1.600 km e Namíbia com 1.500km. Nessas circunstâncias, a concentração econômica, política e social acaba sendo umas das preocupações das Políticas externas dos Estados Sul- Atlânticos, que atribuem à zona costeira e seus recursos marinhos, uma relevância significativa dentro dos interesses voltados para a região (BROZOSKI, 2013, p. 15-16).

Brigagão & Seabra (2011) ressaltam que, ao se analisar a trajetória comercial do Brasil, percebe-se que a via marítima exerceu papel relevante na construção das relações com os outros Estados. Cerca de 90% dos produtos e matérias-primas exportados e importados pelo Estado o são por meio das rotas do Atlântico Sul. Sendo assim, os Estados situados no entorno dessa porção oceânica tem sido alvo de interesses brasileiros. O estreitamento com o continente africano - facilitado pelo posicionamento geográfico e estratégico do Brasil – tem sido possível em virtude das afinidades não só culturais e comerciais, como também da percepção de cooperação transnacional, como é o caso da cooperação agrícola, como uma alternativa às limitações sociais e financeiras dos Estados envolvidos.

Segundo os autores, a consolidação de uma cooperação no Atlântico Sul tem sido tão essencial para o Estado brasileiro quanto adquirir uma capacidade de defesa adequada para dissuadir qualquer possibilidade de ameaça a sua área de jurisdição. Sendo assim, a garantia da proteção das rotas comerciais e das linhas de comunicação com a África é uma prioridade para o Brasil, a fim de manter a condição de pacificidade no entorno estratégico dessa porção oceânica.

Para Penha (2011), pode-se considerar a ZOPACAS como uma tentativa audaciosa de formar uma cooperação que envolve não só interesses econômicos, políticos ou militares dos estados envolvidos, mas engloba também os anseios pretendidos por eles no sistema internacional. Ao se analisar o caso do Brasil, o que se percebe é um discurso que tenta concatenar um conjunto de medidas de aprofundamento das relações entre os estados sul-atlânticos de uma dimensão nunca vista anteriormente. Com uma tendência brasileira cada vez mais voltada para as cooperações em âmbito sul-sul e um discurso constantemente pautado pela necessidade de uma nova ordem mundial menos excludente, a visibilidade adquirida

pelo estado brasileiro no sistema internacional lhe proporcionou expor de forma mais intensa sua visão de mundo.

Mas a questão da segurança militar não foi o único tema da resolução da Zopacas. Houve também o interesse em incrementar relações econômicas, políticas e culturais, entre a América do Sul e a África Ocidental, Central e Austral, envolvendo todos os países que margeiam o Atlântico Sul, num esforço conjunto de incremento do comércio intrarregional (PENHA, 2011, p. 187)

Assim, com base nessa concepção de zona de paz, o poder naval dos Estados acabava sendo condicionada também pelos interesses que estavam diretamente relacionados ao papel que suas marinhas desempenhavam não só na garantia da soberania de suas jurisdições como também na extensão de suas ações para as áreas situadas entre os estados, ou seja, dentro das águas do atlântico sul. Portanto, a forma como os poderes navais dos estados foram sendo desenvolvidos apresentou como atividade fim, definir como atuariam de forma “dissuasória” em caso de invasão ou descumprimento da jurisdição prevista na Convenção das Nações Unidas.

(...) do ponto de vista geopolítico, a posição estratégica relativamente relevante desempenhada pelo Atlântico Sul durante a Guerra Fria foi gradativamente perdendo importância e, com ela, a própria ideia da Zopacas, originada justamente deste contexto de confronto potencial (PENHA, 2011, p. 188).

Abdneur & Marcondes (2014) denominam de *Region-builder*, o termo atribuído ao Brasil a partir do seu capital político junto à região sul-atlântica, uma vez que a forma como os atores envolvidos conduziram os interesses na área e a participação excepcional do Estado perante as tomadas de decisão de maior relevância, como a criação da ZOPACAS. Dessa forma, a cooperação tem sido um mecanismo eficaz na abordagem brasileira dentro do discurso dos interesses e prioridades compartilhadas por todos os Estados situados nessa porção oceânica. Afinal, são 4,5 milhões km<sup>2</sup> que precisam estar sob um monitoramento contínuo a fim de garantir sua segurança e a permanência da soberania brasileira na defesa do pré-sal.

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

A condução da Política Externa Brasileira (PEB) até o segundo mandato de FHC (1995-2002), demonstra que o Brasil desde o processo de abertura política na

década de 1980, tem definido suas ações no Sistema Internacional (SI), a partir da percepção da necessidade de buscar uma nova dinâmica no cenário internacional.

O comportamento da PEB e as medidas adotadas pelo governo brasileiro apontam para uma preocupação crescente com as questões voltadas para o estreitamento de relações com os Estados da América do Sul e África do Sul, através da integração regional, e uma reaproximação com os Estados Africanos, principalmente os situados no entorno do Atlântico Sul.

A criação da ZOPACAS em 1986, em resposta à tentativa norte-americana de estabelecimento de uma OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul) envolvendo os Estados da América do Sul e África do Sul, só reforça a ideia de que o Atlântico Sul, sempre esteve presente nas preocupações brasileiras, seja por sua condição de rota marítima, seja pela percepção de sua relevância estratégica para a soberania do Estado.

A substituição da autonomia pela distância pela autonomia pela participação, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), demonstra que o Brasil tem buscado um reposicionamento no âmbito externo que está além da questão meramente política ou econômica ou comercial, engloba várias esferas possíveis de atuação brasileira, como é o caso da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a candidatura a uma vaga permanente no Conselho em 1994.

No próximo capítulo serão apresentadas as principais características relacionadas ao governo de Lula da Silva e de Dilma Roussef, nas perspectivas de sua política externa e a relação com a África e o Atlântico Sul. Além de serem apontadas continuidades ou rupturas nos posicionamentos dos presidentes no cenário internacional.

### **CAPÍTULO III – LULA DA SILVA E DILMA ROUSSEFF: RUPTURAS E/OU CONTINUIDADES E A CONCEPÇÃO DE ATLÂNTICO SUL**

Neste capítulo, pretende-se apresentar o referencial teórico sobre a conjuntura política interna e externa do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2006-2010) e do primeiro mandato de Dilma Vana Rousseff (2011-2014), ressaltando os principais fatores que contribuíram para o panorama da política externa brasileira que caracterizaram os seus governos e como a relação Brasil-África se comportou dentro das perspectivas de construção de uma cooperação sul-atlântica. Ao final, pretende-se levantar elementos-chave de Relações Internacionais que estejam relacionados ao Atlântico Sul, a fim de serem utilizados no próximo capítulo, no qual será realizada a análise dos discursos desses chefes de Estado no período já mencionado.

#### **3.1. A política externa de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e o cenário brasileiro e internacional.**

Saraiva (2007) aponta que a política internacional do governo de Luiz Inácio Lula da Silva se desenvolveu basicamente sob a priorização das discussões em torno da reforma do Conselho de Segurança da ONU e conseqüentemente da candidatura brasileira a membro permanente do Conselho; e defesa de uma política comercial mais equitativa e que permitisse maior manobra para os Estados em desenvolvimento no cenário internacional. E ressalta que o papel do Itamaraty enquanto uma corporação forte e que concentra historicamente a condução da política externa, se tornou uma ferramenta imprescindível para que o projeto de Lula e do PT para o Brasil no âmbito externo se concretizasse.

Segundo a autora, a forma como a inserção internacional do Brasil foi se desenhando no contexto interno e externo esteve em grande medida associada ao comportamento dos governos brasileiros, mais precisamente a partir de 1990, com o estabelecimento das duas vertentes de atuação do Itamaraty no cenário externo. A primeira engloba: a) a prática da “projeção autônoma” dentro da política internacional, conferindo maior autonomia brasileira no que refere ao processo decisório no cenário externo; b) priorização das questões envolvendo os problemas de caráter político-estratégico dos interesses norte x sul; c) ênfase nos interesses em torno do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a partir da concepção

brasileira sobre a importância da realização de uma reforma; Incentivo à cooperação em âmbito sul-sul, visando não só ampliar as relações do Brasil com os Estados da América do Sul, mas também conferindo maior papel de liderança em nível regional.

Já a segunda vertente envolve a atribuição de relevância aos regimes internacionais vigentes e apoio brasileiro a forma como estão estabelecidos; considera uma inserção internacional baseada em uma “soberania compartilhada”, e na adoção de uma autonomia que se fundamenta em valores genéricos para deliberar sobre sua ação no sistema internacional e, assim se denomina de “autonomia pela participação”; e tem como finalidade a obtenção de uma liderança “discreta” em âmbito de América do Sul. Sendo assim, o que se observa é uma sequência cronológica desde Collor de Mello com uma postura mais “liberal”, seguida por uma “autonomista” de Itamar Franco e um governo FHC que condensou as duas durante sua administração. Já Lula, por sua vez, adota a autonomia baseada em princípios parecidos com a PEI, promove um impacto na forma como a política brasileira se projetava no cenário internacional.

Brigagão & Rodrigues (2006) ressaltam que durante o governo de Lula o que se percebeu é um Brasil com perfil mais comerciante e atuante no cenário global. A busca por uma inserção internacional mais completa, através do MERCOSUL e América do Sul. Por meio da diplomacia de negócios, o então presidente impulsionou investimentos em áreas consideradas estratégicas para que o Brasil concretizasse o reposicionamento desejado no âmbito externo. Para tal finalidade, ampliou a atuação em setores já considerados importantes nos governos anteriores, como: a) *defesa de uma equidade nas relações internacionais*; b) *promoção de uma globalização solidária*; e c) *projetar no âmbito internacional, a associação entre paz, segurança e desenvolvimento social*<sup>29</sup>.

Em sua *Carta ao Povo Brasileiro* (22/06/2002), Lula definiu, antes de sua vitória eleitoral (em outubro de 2002), de forma bem pragmática (ao estilo da tradição da política brasileira), a dupla agenda interna, com efeitos sobre a agenda externa: (1) continuidade da política econômica do governo anterior, para evitar rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), enfatizando o realismo pragmático dos interesses nacionais sobre a ideologia e o programa do Partido dos Trabalhadores (PT); (2) projeção e transferência, com co-responsabilidades, à agenda global das várias dimensões sociais, tendo como fundo a iniciativa do Programa Nacional do Fome zero (BRIGAGÃO & RODRIGUES, 2006, p. 85).

---

<sup>29</sup> Grifo do autor, idem 2006, p. 84.

Dessa forma, as ações no âmbito comercial estavam relacionadas à ênfase nas questões político-estratégicas que caracterizaram uma pró-atividade do Estado em áreas consideradas primordiais, como a busca da ampliação dos mercados para a exportação dos produtos brasileiros, o que resultou na elevação do superávit da balança comercial do Brasil. Investindo em parcerias com Estados desenvolvidos que não só garantiram atuações relevantes para a diplomacia, mas também possibilitaram a “defesa da perspectiva brasileira” dentro das negociações realizadas junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

O G-20, formado por países como Índia, China e África do Sul, tornou-se e seguirá sendo um fórum importante de atuação da diplomacia brasileira logrando condicionar os avanços das negociações da OMC à inclusão da questão dos subsídios à agricultura na sua pauta de discussão (SARAIVA, 2007, p. 23).

O fortalecimento de acordos do MERCOSUL em âmbito cooperativo também ganhou destaque na administração de Lula. Segundo a autora, entre as parcerias formadas nesse período, encontram-se os acordos bilaterais com a Índia, a União Aduaneira da África Austral (SACU) e as tentativas de associação com a União Europeia (UE), esta última considerada mal sucedida, já que não houve um consenso entre a UE e o MERCOSUL em relação às pretensões advindas do possível acordo.

A UE não conseguiu atender à principal área de interesse do MERCOSUL – abrir seu mercado agrícola para as exportações do bloco – enquanto o Mercosul não atendeu às reivindicações de liberalizar o comércio de serviços e abrir as licitações públicas para as Armas Europeias (SARAIVA, 2007, p. 21).

Menezes & Ribeiro (2011) apontam que a estratégia de cooperação sul-sul no âmbito brasileiro consistiu em um dos elementos mais relevantes da política externa durante os dois mandatos de Lula (2003-2010). Assim, a forma como o Brasil concebeu a formação de parcerias e a colocou em prática para obter novos mercados, promovendo maior dinamização e fortalecimento de suas estratégias econômicas e políticas no cenário internacional, representou um posicionamento brasileiro perante o processo de reconfiguração em que se encontravam as Relações Internacionais, desde os atentados terroristas aos EUA em 11 de setembro de 2001.

Nesse contexto, as iniciativas de cooperação dentro da PEB contribuíram para uma nova configuração da estratégia de inserção brasileira no Sistema Internacional,

através da busca de novas parcerias em diversos âmbitos e regiões do cenário global. “Ao se voltar para a formação de uma ampla agenda de cooperação técnica, científica e tecnológica com 37 países africanos, o discurso da política externa brasileira é o de que está em marcha outro ‘olhar’ acerca da cooperação” (MENEZES & RIBEIRO, 2011, p. 3).

Vigevani & Cepaluni (2007) ressaltam que a preferência por parcerias e alianças com os Estados do Sul sempre integrou o discurso do Partido dos Trabalhadores quando se tratou de temas voltados para a política internacional. Sendo assim, ao assumir como prioridade de sua PEB a cooperação no âmbito sul-sul, o governo Lula foi percebido, em um primeiro momento, como um retorno ao terceiro-mundismo.

Na execução de sua política externa, e sempre orientado por princípios constitucionais, o Brasil em um mundo profundamente desigual, arbitrário e violento tem que reagir às iniciativas políticas de Grandes Potências e especialmente da Superpotência, os Estados Unidos; o Brasil tem que articular alianças políticas, econômicas e tecnológicas com os Estados da periferia do sistema internacional para promover e defender seus interesses; o Brasil tem que transformar suas relações tradicionais com as Grandes Potências, historicamente desequilibradas (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 292 – 293)<sup>30</sup>.

Dessa forma, essa percepção de uma PEB voltada para o terceiro mundo esteve presente na pauta de crítica dos partidos de oposição como PSDB e PFL, que residiam tanto na forma como a política externa era conduzida pelo governo, quanto pelos atores que estavam diretamente envolvidos na elaboração de suas ações pelo Ministério das Relações Exteriores. Entretanto, a ocorrência de mudanças no cenário interno e externo contribuíram para desmistificar esse mero retorno e justificar a adoção dessa manobra política, econômica e comercial pelo Brasil no Sistema Internacional.

(...) a primeira, de ordem doméstica, foi a adesão do país aos princípios “universalistas” da democracia; a segunda, de caráter externo, foi a aceleração do processo de globalização, que impossibilitou ao país manter uma política externa com baixo grau de interdependência com relação à outros países (SOARES DE LIMA, 2005, p. 33; SOARES DE LIMA; HIRST, 2006, p. 25). Isso explica porque as posições do Ministério das Relações Exteriores não são elementos de enfraquecimento dos laços ou mesmo de crises com os países ricos, ainda que haja fortes disputas políticas e comerciais (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 294).

---

<sup>30</sup> Reprodução do pronunciamento de Samuel Pinheiro Guimarães, secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores em 2006 (nota do autor).

Para Saraiva (2007), nos quatro primeiros anos de governo Lula, tem-se uma hegemonia do Ministério das relações Exteriores na condução da política externa, ao mesmo tempo em que há variáveis externas influenciando na ação da diplomacia brasileira. Uma das ações mais relevantes do Itamaraty consistiu na busca de uma alternativa negociável para aliviar a pressão norte-americana, que tinha a proposta de constituição de uma área de livre comércio no continente americano, denominada de Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e que englobaria todos Estados da América Latina. Para tal finalidade, introduziu elementos de negociação que dificultaram o andamento do projeto norte-americano, por ora deixado de lado.

A agenda comercial do continente nos próximos anos será a assinatura bilateral de acordos de livre comércio entre os Estados Unidos e países latino-americanos, e a diplomacia brasileira buscará implementar procedimento semelhante (SARAIVA, 2007, p.23)

Pode-se afirmar que a ascensão da “corrente mais autonomista” do Itamaraty conferiu à Cooperação Sul-Sul novo impulso e possibilitou um estreitamento cada vez mais intenso do Brasil com os seus vizinhos sul-americanos e sul-atlânticos, como foi o caso dos Estados africanos. Por meio de uma base compartilhada no que se refere às características geográficas e dimensionais, índices econômicos e sociais, recursos naturais, e identidade cultural da população, a perspectiva brasileira de projeção sobre essas áreas se acirrou. Além do sentimento comum de reivindicação por uma nova ordem mundial, menos desigual e com maior intervenção dos Estados marginalizados do sistema internacional.

(...) países que não estão integrados estruturalmente a áreas mais amplas,..., que veem na globalização a possibilidade de realizar sua condição de potência e de não serem levados a optar por um esquema de associação periférica a uma das três grandes áreas...são os candidatos naturais a ter lugar de destaque na nova ordem mundial (SARAIVA, 2007, p. 23).

Ribeiro (2009) ressalta a existência de uma percepção distinta em relação à agenda externa a ser seguida em um comparativo com o governo anterior. Ajustes foram realizados na política externa brasileira com a finalidade de atender aos anseios das proposições governamentais de Lula, que envolviam o fortalecimento da cooperação em âmbito sul-sul e conseqüentemente do multilateralismo. A nomeação do embaixador Celso Amorim para o cargo de Ministro das Relações Exteriores, função já exercida anteriormente durante o governo Itamar Franco, impulsionou as

ações do Itamaraty no cenário internacional e contribuiu para que o Brasil diversificasse sua atuação no âmbito externo.

A ênfase dada para a integração sul-americana e o fortalecimento das ações da denominada Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que em 2008 virou UNASUL, e a retomada do pleito para a obtenção de um lugar no Conselho de Segurança da ONU, favoreceu o multilateralismo pretendido pela agenda externa do Brasil. Além de ser um estímulo às exportações e o estreitamento de relações comerciais com o G-20, conferindo manobra de negociação junto à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Lima (2003) ressalta que o projeto brasileiro de inserção internacional no governo Lula esteve respaldado pela percepção de que há, sim, espaço para uma presença mais afirmativa do Brasil. Dessa forma, o Estado ao utilizar as ferramentas diplomáticas para ampliar o seu papel no sistema internacional, impulsionaria o estreitamento de relações em níveis multilaterais e assim colocaria em prática o novo projeto pretendido pelo governo Lula da Silva. “(...) uma certa avaliação da conjuntura mundial, que assume a existência de brechas para uma potência média como o Brasil, que, por via de uma diplomacia ativa e consistente, podem até ser ampliadas” (LIMA, 2003, p. 5).

Para Saraiva (2007), os acordos assinados no âmbito do G-20, como foi o caso do Fórum Diálogo Índia – Brasil – África do Sul (IBAS), abriu plataformas de discussão sobre temas ligados à necessidade do reordenamento internacional, desenvolvimento tecnológico e a questão da atuação das Nações Unidas sob a ótica de Estados com realidades socioeconômicas e políticas bem distintas. Já na enseada diplomática têm-se a manutenção de uma autonomia no âmbito MERCOSUL, apesar de o Brasil ampliar sua projeção internacional através desse bloco econômico.

De acordo com a autora, a necessidade de promover mudanças na ordem internacional pode ser percebida não só na forma como o novo governo conduziu suas ações voltadas para o cenário externo, através de discursos oficiais que deixavam claro as pretensões brasileiras de dinamizar suas relações em âmbito global, mas também nas posições assumidas e nas ações desencadeadas nos primeiros meses da era Lula da Silva, principalmente no que se referiu aos Estados do sul. Toda essa percepção pluralista era fundamentada na própria conjuntura da

época, na qual houve uma ampliação da influência e do peso da União Europeia com a criação e crescente fortalecimento do Euro.

Para Lima (2003) com a defesa de um espaço suficientemente capaz de se tornar mais competitivo e menos hegemônico, a partir da participação mais ativa de outros estados (que não sejam os Estados Unidos da América e as demais potências europeias) no cenário global, o Brasil apostou que uma projeção mais intensa da Rússia no continente europeu e Índia e China na região asiática - enquanto potências emergentes - resultaria em um espaço relevante de manobra política e econômica. “(...) a unipolaridade não consegue se legitimar, pois a tentação imperial é permanente, e isso, simultaneamente, estimula o investimento das demais potências” (LIMA, 2003, p. 5).

Ribeiro (2009) enfatiza que condizente com a concepção ideológica do Partido dos Trabalhadores em relação às ações no campo econômico e político, a forma como a política externa brasileira foi conduzida no governo Lula da Silva reafirmou os posicionamentos tradicionais que constituem a base do partido, como é o caso do combate à hegemonia global. Sendo assim, não só o discurso, mas também a prática diplomática, priorizaram o estabelecimento e fortalecimento de alianças e parcerias voltadas para os estados do sul. Em outras palavras, a projeção brasileira obtida a partir da cooperação sul-sul simbolizou a concretização de uma pretensão política do PT em relação a uma nova inserção internacional do Brasil e apontou ser o continente africano a área mais rentável para investimentos brasileiros. É nesse momento que se justifica a forma como as ações diplomáticas em relação à África foram conduzidas assim que o governo petista assumiu o governo.

Entre 2003 e 2006, o número de embaixadores africanos acreditados em Brasília saltou de dezesseis para 25. Ademais, o governo Lula adotou medidas administrativas no âmbito do Ministério das Relações Exteriores para assegurar a ampliação da presença brasileira no continente africano, merecendo destaque o desmembramento do Departamento da África e do Oriente Médio, que veio dar lugar à reativação de um departamento voltado exclusivamente para o continente africano (RIBEIRO, 2009, p. 189-190).

De acordo com o autor, o salto dado pela “política africana” no governo petista, diferente da condição frágil da década de 1990, agora adquire papel fundamental nas pretensões brasileiras em relação à África. Sendo assim, se resultou em uma política bem distinta, provocando um giro de 180º da agenda

diplomática do Brasil resultou em uma política externa bem distinta da observada nos governos anteriores. Dessa forma, o Estado brasileiro não só dinamizou seu setor econômico e político como também aprimorou as vantagens suscitadas pela cooperação sul-sul.

Para Saraiva (2007), em âmbito de América do Sul, a parceria entre Argentina e Brasil caminhou para algo mais consolidado no campo político após a eleição de Néstor Kirchner para o cargo de presidente da Argentina, que aconteceu poucos meses após a eleição de Lula. Entretanto, o processo de integração sul-americana estimulado pelo Brasil, não prosseguiu. Ainda no primeiro mandato de Lula, as negociações políticas entre os Estados entraram em colapso, a tentativa de liderança regional brasileira não foi percebida como positiva pelos argentinos. Com fins de não permitir que a crise compromettesse a relação bilateral existente, a diplomacia brasileira diminuiu as ações em âmbito regional. O peso e as assimetrias que caracterizam Brasil e Argentina continuam sendo obstáculos para o estabelecimento de relações estáveis entre os Estados.

A atuação do governo de Lula no Mercosul vem sendo marcada por movimentos diferentes, oriundos de distintas correntes de pensamento que compõem o governo. A primeira diz respeito à visão de acadêmicos e lideranças pró-integração, que propõe um aprofundamento deste processo em termos políticos e sociais. O Protocolo de Olivos e a formação do Parlamento do Mercosul são resultantes desta perspectiva e a tendência é seguirem nos próximos anos os esforços para uma maior institucionalização do bloco. A segunda visão, formulada na Chancelaria, prioriza uma ampliação do bloco através da entrada de novos Estados ou dos esforços de formação da CASA<sup>31</sup>. Esta visão foi predominante na política externa durante o primeiro mandato. A assinatura do acordo de associação com os países da Comunidade Andina e a entrada da Venezuela atenderam a esta perspectiva. Ao mesmo tempo, busca manter um equilíbrio econômico no interior do Mercosul que favoreça os projetos brasileiros de desenvolvimento industrial e projeção econômica. Os desequilíbrios econômicos regionais internos ao Brasil dificultam que o país exerça o papel do *paymaster*<sup>32</sup> no bloco ou na região e absorva custos dos parceiros menores (SARAIVA, 2007, p. 24).

---

<sup>31</sup> **CASA** - A partir da eleição de Lula (2002), a diplomacia brasileira concentrou esforços mais diretos na sua implementação. As ideias de maior integração econômica da região e defesa dos regimes democráticos foram discutidas. Em 2004 a CASA foi formalmente constituída e em 2008 deu lugar à União das Nações Sul-Americanas (Unasul) por pressões da Venezuela. (SARAIVA, 2009, p. 90).

<sup>32</sup> **Paymaster** – termo utilizado por Saraiva (2013, p. 91) para se referir ao Brasil que a partir de um viés pragmático no sentido de maior articulação do projeto de liderança nacional, que se reflete em uma maior disposição brasileira de arcar com alguns custos da integração sul-americana (nota do autor).

Gonçalves (2011) ao tratar da questão da inserção do Brasil na América do Sul e a dos posicionamentos dos Estados Unidos da América (EUA) mediante as ações do Estado brasileiro voltadas para a região nesse período, enfatiza como o processo de construção da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), principalmente o Conselho de Defesa do organismo, teve um papel fundamental nas “pretensões” brasileiras para o continente sul-americano. Sendo assim, a atuação do Conselho de Defesa da UNASUL que foi uma proposta do Brasil concretizada em 2008, tem como objetivo promover o intercâmbio entre todos os níveis de atuação das forças armadas e assim contribuir para conferir transparência à formulação das políticas de defesa dos estados participantes.

Do ponto de vista estratégico, a criação do Conselho de Defesa deve ser considerada como notável vitória política brasileira. Sobretudo quando se leva em conta a adesão de praticamente todos os países da América do Sul, especialmente do Chile e da Colômbia. A participação desses dois países merece destaque porque ambos têm tido relações militares muito especiais com os Estados Unidos (GONÇALVES, 2011, p. 146).

Essa iniciativa não só coíbe medidas que representem ameaça a hegemonia dos Estados, ao eliminar a desconfiança entre as ações empreendidas por eles dentro da região, mas também descarta a necessidade de outros Estados (fora da região) intervirem na atuação dos Estados sul-americanos. Gonçalves (2011) ressalta ainda que há duas esferas que devem ser analisadas no contexto de ação desse conselho da UNASUL. A primeira envolve a criação de uma cooperação em âmbito regional visando à questão da defesa.

Por outras palavras, isso representa a exclusão dos Estados Unidos como formulador de política de defesa para a região. A região, assim, deixa para trás a idéia de defesa do Mundo Ocidental e passa a pensar a defesa a partir das idéias que tem sobre suas necessidades. Segundo essa nova concepção, torna-se muito importante a comunicação e a cooperação permanentes, de modo que o conceito de defesa seja a expressão da pura realidade do continente (GONÇALVES, 2011, p. 146).

Já a segunda está relacionada à participação do Chile, que além de ter grande proximidade com os EUA e conseqüentemente ser bem equipado militarmente, mantém relação conflituosa com a Argentina que é sua vizinha. Sendo assim, a adesão desse Estado reduz a possibilidade de tensão na região.

Se não elimina a possibilidade de manipulação dessas dificuldades acumuladas no processo histórico, pelo menos a reduz consideravelmente, dado que todos os demais membros do Conselho estarão atentos e prontos para intervir pacificamente, convidando as partes para o diálogo (GONÇALVES, 2011, p. 147).

Saraiva (2007) ressalta que a reeleição de Lula, embora tenha acontecido em um cenário de escândalos de corrupção que se refletiu em severas críticas em âmbito interno, os prejuízos em nível internacional não afetaram a postura brasileira no sistema internacional. Dessa forma, as medidas já adotadas na política internacional pela diplomacia brasileira deveriam ser mantidas e concretizadas. A perspectiva no governo Dilma, consistia na continuidade do paradigma da política externa que foi desenvolvido durante os oito anos de governo Lula.

Dessa forma, o segundo mandato de Lula criou novos espaços de atuação política para o Estado brasileiro. Em primeiro lugar, tornou possível uma performance mais “proativa” da diplomacia, em virtude de acordos bilaterais e multilaterais assinados com diferentes Estados, e que possibilitaram a ampliação da influência do Brasil no jogo político internacional. Em segundo lugar, retornou ao governo Lula a credibilidade perdida em virtude da crise interna, e que se refletiu em uma estagnação da diplomacia presidencial, principalmente no desempenho das relações em nível regional.

Segundo Cervo & Lessa (2014), na atual conjuntura mundial o BRICS tem sido um efetivo mecanismo de negociação e visibilidade para o país, apesar das divergências existentes já que as estratégias nacionais de segurança e geopolíticas dos demais países que o compõem em nada coadunam com o caso brasileiro devido às suas peculiaridades internas. Todavia no âmbito global tendem para as mesmas percepções. Investimento nos ordenamentos multilaterais e na substituição da força militar pelo *Soft Power* da diplomacia, similares às ações que o Brasil já vem realizando nos países limítrofes do Atlântico Sul, seja na costa sul-americana, seja na africana.

Ao levar em consideração os avanços do Brics, os autores apontam que a inserção internacional do Brasil preserva no período a relevância das parcerias bilaterais. A crítica à globalização e o retorno do Estado, reforçam o bilateral, historicamente usado pelo país para estender os braços do poder e veicular interesses nacionais. Com base nessas pretensões, as ações da diplomacia brasileira têm acontecido no intuito de se projetar sobre o Conselho de Segurança da ONU, e assim reforçar o discurso “pacifista” por meio da posição contrária do BRICS em relação às intervenções realizadas pela OTAN. Um exemplo é a

importância dada às operações de paz como posição contrária a violência presidida pelas ações dessa organização militar no contexto internacional.

### **3.2. O contexto internacional e nacional de assunção de Dilma Vana Rousseff (2010-2014) e a condução da política externa**

Saraiva (2014) ressalta que Dilma herda do seu antecessor, estratégias já definidas de condução da política externa, como a atuação mais incisiva nos fóruns multilaterais na condição de representante dos interesses dos Estados do Sul; segue com uma pró-atividade no âmbito sul-americano e dá continuidade ao processo de revisão do papel das instituições internacionais, a partir da perspectiva brasileira. Dessa forma, as *tendências desenvolvimentistas*<sup>33</sup> foram reforçadas com a manutenção dos autonomistas nos cargos-chaves do Ministério das Relações Exteriores. Todavia, o período do governo Dilma foi marcado por uma perceptível diminuição da atuação brasileira no cenário internacional. Atrelado a essa condição estiveram os fatores relacionados à conjuntura econômica internacional interna e a nova política ativa do processo decisório. Segundo Saraiva (2013, p. 15):

A vontade política demonstrada pelo presidente Lula de articular visões favoráveis à construção de uma liderança regional não teve continuidade. No que diz respeito ao foco da política externa e à coexistência entre projeção global e projeção regional, então, algumas prioridades foram modificadas: a América do Sul perdeu peso em nome da atuação nos marcos do Sul global. No equilíbrio entre a projeção global e a projeção regional, a primeira passou a ser prioritária.

Ainda segundo a autora, após a eleição de Dilma Rouseff para o cargo de presidente do Brasil, houve um “esvaziamento político” quanto ao papel do Brasil dentro das “instituições regionais”. A relação com os Estados vizinhos diminuíram e com isso, e a capacidade de atuação do Estado brasileiro por meio de sua política externa também se reduziu, o que resultou em uma “instrumentalização” da ação brasileira voltada para o regionalismo característico do governo Lula da Silva (2003-2010).

Cornetet (2014) ressalta que ao se comparar o quantitativo de viagens realizadas por Lula da Silva e Dilma Rouseff, percebe-se uma significativa diferença, principalmente no que se refere ao segundo mandato de Lula. Segundo ele, a própria conjuntura política do Estado brasileiro pode ter contribuído para essa

---

<sup>33</sup> Tendências desenvolvimentistas: conceito empregado por Miriam Gomes Saraiva ao definir as tendências do governo Dilma em relação ao seu antecessor. (nota do autor).

maior projeção no cenário externo, já que as ações de política interna foram priorizadas durante o seu primeiro governo. Segundo Cornetet (2015, p.126):

Em geral, menos preocupados com sua reeleição, líderes podem viajar mais e desenvolver mais ações de política externa em seu segundo mandato do que no primeiro, quando costumam enfatizar mais a política interna. Dessa forma, haveria uma possibilidade de um protagonismo internacional maior de Dilma a partir de 2015, verificando-se sua reeleição.

Para Vigevani & Cepaluni (2007) o comportamento da diplomacia brasileira no governo Rousseff (2011-2014) apresenta contradições. Ao mesmo tempo em que continua levantando a “bandeira” da autonomia para promover o desenvolvimento em âmbito interno e assim consolidar as pretensões do Brasil dentro da perspectiva multipolar, há também uma redução considerável do índice de viagens presidenciais, e conseqüentemente de iniciativas e parcerias com os Estados. Segundo os autores, as metas estabelecidas no governo anterior que visavam uma “autonomia pela diversificação”, além de uma participação mais efetiva em foros de caráter multilateral, buscando a liderança do Brasil em nível regional, foram substituídas por ações pontuais e que não contemplavam nem formar novos diplomatas nem aumentar o quantitativo de postos.

Para Visentini (2013) o panorama político e econômico do governo Dilma Rousseff é marcado por retrocessos. Há negligências em relação à segurança interna e inteligência (elemento importante de diplomacia), além do descaso em relação ao âmbito de defesa externa. Ações que indicam descontinuidades na política externa brasileira em relação ao governo anterior. Segundo Cornetet (2014) essa postura da presidente demonstra sua tendência a priorizar a política interna e manter em segundo plano, as ações voltadas para o cenário externo.

Outro aspecto relevante apontado por Saraiva (2015) consiste na excessiva confiança brasileira de que obteria apoio regional às suas “aspirações globais” enquanto se recusava a aceitar uma “institucionalização” que limitasse sua autonomia em âmbito regional e internacional. Com isso, a liderança brasileira atingiu um nível de esforço que Dilma não demonstrou interesse em demandar tempo. “A situação econômica brasileira vem enfrentando problemas e uma iniciativa de arcar com custos da cooperação regional passou a ser vista com reticências pelo novo governo” (SARAIVA 2013, p. 15 – 16).

Cornetet (2014) ao abordar como o cenário envolvendo as mudanças em nível interno, interferiu no comportamento da política externa brasileira, ressalta a

questão da ascensão de uma nova burguesia como um dos fatores de continuidade entre os governos. Segundo o autor, o que se observa é uma ausência de alterações em relação à política doméstica que incorram em rompimentos drásticos na condução da PEB. Assim, Cornetet (2014, p. 136) aponta que:

(...) tem importância o fato de que o cenário que os autores [BOITO JR. e BERRINGER, 2013] identificaram – de ascensão da burguesia interna brasileira – consolidou-se no governo de Lula e manteve-se no de Dilma. Considerando o período limitado de tempo, talvez insuficiente para a ocorrência de uma reestruturação doméstica conforme definida por Hermann (1990), consideramos esse um fator de continuidade a influenciar a política externa dos governos estudados.

Também devem ser mencionados os movimentos populares que influenciaram ações desencadeadas em âmbito interno e que, de certa forma, desviaram a atenção de Dilma Rousseff para a situação de crise vivenciada dentro do Brasil. As manifestações de junho de 2013, aliadas às resistências ao grande evento da Copa do Mundo em 2014 e os preparativos para as Olimpíadas de 2016, resultaram em uma ação de priorização da política interna em detrimento da externa.

Nesse contexto, Saraiva (2013) ressalta o papel que o MERCOSUL desempenha no governo Dilma Rousseff. Segundo a autora, o posicionamento adotado pela presidente, configura uma manutenção do Bloco nos moldes de Lula: necessário para a garantia de uma relação amistosa com os Estados vizinhos e assim, garantir a defesa do Brasil. Entretanto, a questão da integração econômica e sua dimensão amplificada, acabaram sendo comprometidas pelos impasses comerciais, envolvendo a exportação de produtos brasileiros na região, e, principalmente, as medidas estatais adotadas pela Argentina e que afastaram qualquer investimento brasileiro no governo argentino. “O governo de Dilma Rousseff mostra menos disposição para fazer concessões ao parceiro e os atritos no campo econômico não parecem solucionáveis no curto prazo” (SARAIVA, 2013, p.16).

Cornetet (2014) aponta que não houve no governo Dilma até os últimos meses de seu primeiro mandato, interesse em dar continuidade às ações desencadeadas pelo governo anterior em relação a temas de “segurança internacional”, que são considerados ousados para manobrar ações de política externa, principalmente pela condição de Estado emergente do Brasil. No caso específico do Oriente Médio, o autor considera que as próprias circunstâncias

políticas instáveis da região, também tenham contribuído para esse posicionamento da presidente. Entretanto, Cornetet (2014, p. 137-138) ressalta que:

Se o governo anterior considerava importante esse tipo de envolvimento, associando-se à ascensão do Brasil em um mundo crescentemente multilateral, o atual governo prefere não arcar com os custos de uma projeção menos convencional.

Outro aspecto relevante apontado por Saraiva (2013) em relação ao MERCOSUL consiste na entrada da Venezuela como membro definitivo do Bloco e os desdobramentos gerados a partir dessa incorporação. Segundo a autora, a forma como os “pensadores do PT” percebiam o comportamento dos vizinhos sul-americanos contribuiu em grande medida para que Brasil e Argentina se alinhassem politicamente, e assim o Estado brasileiro mantivesse suas pretensões externas fora de um possível conflito de interesse em âmbito regional.

A aproximação de posições políticas teve um importante papel compensador das diferenças econômicas, em um cenário aonde seria fundamental manter estreitos laços de cooperação com a Argentina que evitem o renascimento de qualquer tipo de rivalidade que possa provocar danos nas estratégias brasileiras *vis a vis* o exterior (SARAIVA, 2013, p. 16).

Cornetet (2014) aponta que em sua análise comparativa entre as políticas externa de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) foram encontradas continuidades e mudanças. Segundo o autor, os fatores de continuidades estão relacionados à questão da burocracia, já que os nomes mais relevantes da pasta de relações exteriores foram mantidos de um governo para o outro; e também quanto à “reestruturação doméstica”, em que se releve a ausência de tempo hábil para promover mudanças efetivas e os governos pertencerem ao mesmo partido, e conseqüentemente, sofrerem influências das mesmas forças políticas. Quanto às rupturas observadas pelo autor, estão os distintos perfis políticos e pessoais dos governantes, que teriam influenciado suas posturas políticas enquanto líderes e contribuído para a condução de suas políticas externas. Cornetet (2014, p. 141):

Enquanto Lula consolidou-se como líder político a partir de seu carisma, Dilma destacou-se na administração pública por sua capacidade técnica e gestora, tendo se candidatado apenas em 2010. Essas e outras diferenças entre os dois presidentes parecem consistir no principal fator a influenciar a contenção da política externa atual.

A forma como a presidente administrou os “choques externos” relacionados às tensões no Oriente Médio e à própria crise econômica internacional, resultaram

em mudanças na condução da política externa e do próprio posicionamento do Brasil no cenário externo. A redução do peso brasileiro nas manobras políticas envolvendo o mundo Árabe e nos negócios em âmbito multilateral foram reflexos das decisões tomadas mediante essas influências externas.

Saraiva (2013) ao apontar como a política externa brasileira se comportou em âmbito de América do Sul na transição do governo de Lula da Silva (2007-2010) para o governo de Dilma Rousseff (2011-2014), ressalta que o panorama regional foi constituído por uma tentativa do Brasil em equilibrar o peso norte-americano com a promoção de avanços em termos estruturais nas relações com os vizinhos sul-americanos. E assim construiu um ambiente autônomo em que manteve “um sistema de poder próprio” que destoava da percepção dos Estados Unidos, “enquadrando-se então no que seria o regionalismo pós-hegemônico” (SARAIVA, 2013, p. 18). E concluiu:

Por fim, as ideias e visões de diferentes atores brasileiros, assim como a composição e coexistência destas visões tiveram um peso fundamental para a estruturação do comportamento brasileiro para a região durante o governo de Lula. A mudança de governo de Lula para Dilma Rousseff e, com ela, as modificações no peso dos atores no processo de formulação da política externa, trouxe impactos no comportamento brasileiro frente à região que ainda precisam ser melhor estudadas (SARAIVA, 2013, p. 18 – 19).

Ainda em relação ao âmbito sul-americano, Cornetet (2014) ressalta a redução do número de viagens aos Estados vizinhos durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), se comparado ao índice de viagens de seu antecessor. E que a América Central também não esteve entre as prioridades diplomáticas do atual governo. Entretanto, o autor aponta que em âmbito multilateral, os índices mantiveram-se iguais ao de Lula, assim que assumiu a presidência do Brasil.

Para Saraiva (2013), a forma como estão configuradas as ações brasileiras por meio da política externa, apontam para uma tendência na manutenção de relações no âmbito de cooperações de nível financeiro e técnico na América do Sul, em detrimento de reais investimentos, que gerem dividendos para a economia e impulsionem a liderança regional buscada pelo Brasil.

A perspectiva de se construir uma economia de escala segue fora do leque de opções, mas o processo de articulação entre países sul-americanos iniciado no governo de Lula e os vínculos brasileiros com países vizinhos através da cooperação técnica e financeira estão estabelecidos e ramificados por diferentes esferas governamentais dando um caráter de longo prazo para as ações brasileiras na região (SARAIVA, 2013, p. 17)

Segundo Cornetet (2014), Dilma Rousseff (2011-2014) enfatizou em seus discursos, a continuidade nas ações de política externa e interna que foram iniciadas no governo Lula da Silva (2003-2010). Entretanto, quando se analisa a política externa denominada de “altiva e ativa” desenvolvida por Lula e Celso Amorim, percebem-se rompimentos no discurso. “As iniciativas do Brasil são, hodiernamente, ora mais ‘reativas’ do que ‘ativas’ – como no caso da suspensão do Paraguai e da demissão de patriota -, ora mais focado no âmbito das ideias do que da ação prática” (CORNETET, 2014, p. 121).

Quando analisamos o empreendedorismo internacional do Brasil refletido em suas iniciativas, constatamos uma grande redução do ativismo brasileiro a partir do governo Dilma. Como vimos, as iniciativas de política externa perderam em inovação e ativismo, tornando-se mais subjetivas, focadas em mudanças de longo prazo que talvez não ocorram, como a substituição do conceito de responsabilidade de proteger e a instauração de um marco civil multilateral de controle da internet (CORNETET, 2014, p. 127).

Souza & Santos (2014) apontam que a agenda econômica e social e suas diretrizes adotadas no governo Lula da Silva (2003-2010) se mantiveram no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Segundo os autores, o que se observa é uma continuidade nos temas considerados pelos dois governos como prioridades nas ações de seu governo em âmbito interno. Entretanto, quanto à política externa o que se tem é a inserção de novos eixos pela presidente Dilma Rousseff (2011-2014), como a questão da Segurança Internacional envolvendo a Primavera Árabe, por exemplo, e o posicionamento brasileiro contrário às ações de espionagem dos Estados Unidos, que estremeceu a tentativa de intensificar a relação entre os Estados.

Cornetet (2014) ressalta que a situação econômica do Brasil apresentou “crescimento tímido” ao longo do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), e que esse fator suscitou em âmbito interno, medidas de incentivo que visaram alterar o cenário caótico do Brasil. Segundo o autor, foram criadas políticas relacionadas à redução de juros e também de caráter “expansionista”, entretanto, essa iniciativa acabou sendo prejudicada pelas ações dos Estados em desenvolvimento, como aponta Cornetet (2014, p. 139):

(...) no caso da onda emissão norte- americana, encerrada apenas recentemente, que prejudica a competitividade dos produtos de países emergentes. Além disso, a complicação da situação econômica nacional pode ter levado o Brasil a ser menos proativo e propositivo internacionalmente, uma vez que se reduziram os recursos para as ações desse gênero.

### **3.3. A Relação Brasil-África nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff: aspectos mais relevantes e a questão do Atlântico Sul**

Nesta subseção pretende-se levantar as principais características envolvendo o continente africano durante a transição entre os Governos de Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), a fim de fornecer um panorama das ações envolvendo a política externa brasileira e como a questão do Atlântico esteve ou não presente nas prioridades dos governos desses chefes de Estado.

#### **3.3.1. Lula da Silva e a Relação Brasil-África**

Vigevani & Cepaluni (2007) ressaltam que durante o governo Lula, foi frequente o debate em torno da forma como a política externa estava sendo conduzida, principalmente em virtude de um modesto crescimento econômico desde a década de 1980. Segundo os autores, as questões econômicas internacionais e o comportamento da PEB no cenário internacional ocuparam posição de destaque no interesse da opinião pública e da sociedade brasileira como um todo.

Por outro lado, as inovações passaram a encontrar resistência, enfraquecendo o que até então parecia ser um razoável consenso doméstico para uma política externa que, segundo o entendimento de alguns críticos, seria de Estado e não dos governos. Segundo a oposição, sobretudo o PSDB e o PFL, a forte politização deu-se pela falta de concentração de esforços nas relações com os interlocutores políticos e econômicos tradicionais, os mais importantes para o país, sobretudo os Estados Unidos e a União Europeia (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 305).

Nesse contexto, a ênfase dada às relações com os Estados africanos significou uma elevação no perfil brasileiro voltado para a região sul-atlântica, abrangendo principalmente os Estados de língua portuguesa. Com essa priorização da PEB, pretenderam-se ações que envolveram não somente questões econômicas, mas principalmente realizar o resgate da chamada dívida humana, social e cultural (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 306).

Para Visentini & Pereira (2008) a relação Brasil-África remonta a época das grandes navegações. Mas ao longo do tempo esse vínculo foi influenciando e sendo influenciado pelos acontecimentos históricos envolvendo o Estado Brasileiro e os Estados Africanos. Penha (2011) relembra que as gestões de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) vivenciaram momentos diferentes em relação à política africana. A administração de FHC foi marcada por uma preocupação em inserir o Brasil no contexto da globalização, o que afetou a

condução das políticas com os Estados africanos e resultou em uma diminuição dos fluxos comerciais e conseqüentemente dos espaços conquistados desde a era Geisel.

Ainda segundo o autor, Lula, por sua vez, percebeu a questão africana como prioridade na política externa de seu governo. O viés inédito dado a “nova política africana” que não só retomou a atuação da diplomacia brasileira nesse continente, mas também ampliou as áreas e setores de participação do Brasil. Desde 1975, as empresas brasileiras só atuavam em setores tradicionais, como a engenharia pesada.

(...) ocorreu uma retomada do interesse político pela África evidenciando a postura da chancelaria do PT de não restringir a diplomacia unicamente ao comércio internacional do chamado Primeiro Mundo, tal como foi postulado pelo governo FHC. Os resultados econômicos da nova política africana, contudo, apesar de não apresentar resultados expressivos, tem sido cuidadosamente implantados (...) (PENHA, 2011, p. 202).

Dessa forma, quando assumiu a presidência do Brasil, Lula buscou estreitar ainda mais o vínculo com a África por meio das ações da PEB. Com o novo impulso dado à política africana, o continente se tornou uma das áreas de maior investimento diplomático do Brasil, não só reabrindo os postos diplomáticos fechados no governo FHC, mas também ampliando para outros estados do continente (RIBEIRO, 2009, p. 189).

Uma das primeiras medidas do Itamaraty, sob a atual gestão e Celso Amorim, foi o de reabrir e ampliar os postos diplomáticos que haviam sido fechados na década de 1990, elevando para 30 o número de embaixadas e consulado-gerais na África. Os países africanos também mostraram interesse em estabelecerem representações diplomáticas em Brasília, incentivando o relacionamento entre ambos os lados. Outra medida de incentivo foram as constantes viagens de Lula para o continente africano (sete viagens visitando 20 países) e a visita de governantes africanos ao Brasil (PENHA, 2011, p. 208 -209).

Segundo Visentini & Pereira (2008), o intercâmbio gerado a partir dessas novas áreas de expansão foi estipulado em torno de US\$ 1 bilhão. Assim como a ZOPACAS, a CPLP também pode ser considerada um mecanismo eficaz de integração na região do atlântico sul, principalmente no âmbito econômico, ao promover uma interação e diálogo entre blocos econômicos, a exemplo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (conhecida por SADC), do MERCOSUL e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS).

Importante ressaltar que o Brasil, na presidência da CPLP, desempenhou papel central nas gestões diplomáticas que contribuíram para a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Foi estabelecida uma cooperação com a Agência Nacional do Petróleo para ajudar o país a desenvolver seu sistema de regulação e licitação da exploração do seu petróleo. As relações com Angola, parceiro tradicional em diversas áreas, foi ampliada. Com Moçambique, estreitaram-se laços comerciais e estabeleceu-se uma cooperação no setor agropecuário, entre outras áreas (VISENTINI, 2008, p. 6).

Assim, para Ribeiro (2011), tanto as ações realizadas pelo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, quanto pelo Ministro das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim, apontaram para um papel africano inovador dentro da realidade brasileira proposta e colocada em prática pelo governo petista. Nessas circunstâncias, a diplomacia brasileira utilizou esses mecanismos como forma de não só construir acordos multilaterais – já que reúne Estados que apresentam divergências e convergências em termos de interesse econômico – mas também formar multiplicadores nas discussões suscitadas pelo Brasil no sistema internacional.

Na atual gestão, verifica-se nítido esforço para a ampliação do raio de atuação da diplomacia brasileira no continente africano. O próprio roteiro das viagens presidenciais é claro exemplo do interesse em ampliar a presença brasileira na África, que procura não se limitar a apenas uma sub-região ou um organismo multilateral, como a CPLP. Sem desconsiderar as parcerias tradicionais, intenta-se favorecer o estreitamento das relações do Brasil com organismos regionais africanos, como a União Africana (UA), a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (Cedeao), a União Aduaneira da África Austral (SADC), de forma a aproveitar as possibilidades políticas e econômicas no âmbito da cooperação sul-sul (RIBEIRO, 2009, p. 190).

Penha (2011) aponta outro aspecto relevante que consiste na dimensão política nas relações com a África. A partir do governo do PT houve um incremento no âmbito comercial com os estados desse continente. Dessa forma, só no primeiro mandato, os índices se elevaram consideravelmente. Em 2005, foram movimentados US\$ 12,5 bilhões. Destes, cerca de US\$ 580 milhões resultaram da linha de crédito aberta para Angola em 2004. Segundo Penha (2011) essa iniciativa contribuiu para que o Estado Angolano prosseguisse com projetos relacionados à construção da hidrelétrica de Capanda e destinasse verba para as obras de infraestrutura e outros setores do Estado que paralisaram as atividades em virtude da ausência de verba.

Os aportes realizados no continente foram concentrados em setores como petróleo, gás e mineração. Segundo as estimativas da UNCTAD (2005), o fluxo de investimentos para a África deverá continuar a crescer devido ao grande número de projetos já anunciados na região, à quantidade expressiva de investidores interessados nos recursos africanos e a políticas

geralmente favoráveis ao recebimento de IED no continente. No mesmo sentido, as estimativas da OCDE (2006) apontam para o fato de a atividade econômica no continente africano ter crescido, em média, 5% em 2005, prevendo-se alcançar cifras em torno de 5,8% e 5,5% em 2006 e 2007, respectivamente (RIBEIRO, 2009, p. 192).

Ainda em relação à questão de ganhos advindos do estreitamento dessa relação, estão não só a ampliação das rotas marítimas e aéreas entre os dois lados do Atlântico Sul, que se intensificaram na medida em que avançou o comércio bilateral entre o Brasil e os Estados africanos. Nesse contexto, Penha (2011) ressaltou as medidas adotadas em relação a Moçambique, que teve a dívida no valor de US\$ 331 milhões perdoados pelo Brasil e assim pode, a partir de 2004 não só absorver novos investimentos brasileiros como também desenvolver sua infraestrutura e aprimorar a exploração de recursos minerais. Quanto à Nigéria, a chegada de empresas brasileiras como a Petrobrás significou uma injeção de mais de US\$ 2,3 bilhões na economia desse Estado, representando na época o maior investimento feito pela empresa em uma economia estrangeira.

Para Visentini & Pereira (2008) embora a África seja um território marcado por uma pobreza intensa e conflitos intermitentes e armados, tem sido uma alternativa econômica viável para a expansão de empresas brasileiras em busca de novos mercados, já que é uma das fronteiras que ainda comportam negócios em setores tradicionais como mineração e petróleo, que estão cada vez mais escassos no cenário global. Sendo assim, essa tendência também vem sendo seguida por outros estados que buscam economias em desenvolvimento, acirrando a competitividade pelo território africano e suas possibilidades de negócios. Mediante a um cenário em potencial para as ações de interesse do Brasil, a criação e a manutenção da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tornou-se uma das prioridades do Itamaraty durante o início da era Lula.

Nesse contexto, o Brasil desenvolveu com os países da CLPL fortes programas de cooperação bilateral. Entre os mais significativos, estão a abertura de centros de ensino técnico brasileiros no Timor e em Angola e a disposição de urnas eletrônicas para o pleito de Guiné-Bissau, que acabou adiado por conta do golpe militar ocorrido no país. E ainda, foi acordado com Moçambique a instalação de uma fábrica de medicamentos antirretrovirais, trazendo grande entusiasmo aos integrantes da Comunidade (VISENTINI & PEREIRA, 2008, p. 6).

Ribeiro (2009) afirma que em plena década de 1980 e 1990 tanto a conjuntura brasileira quanto a africana eram marcadas por um processo de redefinição política

e econômica. Com isso, muitos estados africanos como Angola e África do Sul sofreram o que o autor denominou de “profundas transformações em suas estruturas políticas, econômicas e sociais”. Com a democratização desses Estados e o consequente processo de industrialização, foram adotadas medidas que visavam não só garantir a estabilidade econômica, mediante a criação de políticas voltadas para essa finalidade, como também permitir a inclusão de suas respectivas economias no fluxo de comércio e investimento internacional.

Somente em 2005, o fluxo de IED no continente atingiu a cifra de 31 bilhões de dólares. Ainda que esteja concentrado em poucos países, é expressivo notar que nesse ano o aumento de IED chegou a 78% em comparação com 2004, sendo ocasionado principalmente por um forte crescimento na rentabilidade das empresas que operam no continente e pelo alto preço das commodities lá produzidas. No continente, a África do Sul foi o país que mais recebeu investimentos em 2005 (6,4 bilhões de dólares), seguida pelo Egito, Nigéria, Marrocos, Sudão, Guiné Equatorial, República Democrática do Congo, Argélia, Tunísia e Chade (RIBEIRO, 2009, p. 190 – 191).

Em relação ao panorama econômico tem-se um Produto Interno Bruto (PIB) inferior a outros Estados da América Latina, inclusive a Argentina. Ribeiro (2009) destaca que nos últimos dez anos, o ritmo de crescimento do PIB *per capita* do México foi três vezes maior do que o Brasil, que não acompanhou o ritmo intenso de crescimento do restante do mundo. E isso resultou em uma perda da importância relativa do Estado na economia mundial. Nessas circunstâncias, houve um empenho maior do Brasil para ampliar sua atuação comercial nos mercados já existentes e buscar outros para elevar esse índice.

Ao contrário de países como México e Rússia, que concentram suas exportações basicamente em petróleo, o Brasil detém uma pauta significativamente diversificada. Por outro lado, a própria diversificação da pauta exportadora possibilita ao Brasil atingir mercados de destino bastante variados: 27% para Europa, 20% para Estados Unidos, 23% para demais países da América Latina, 15% para a Ásia e outros 15% para países árabes, África e Oceania (RIBEIRO, p. 197-198).

Dessa forma, os acordos de cooperação bilateral e investimentos voltados para a exportação, principalmente nos setores de indústria e comércio foram estimulados. Inclusive, ainda no seu primeiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em visita à sede da CPLP em Lisboa, levantou novamente a bandeira do combate à pobreza e à miséria nos Estados que compõem a comunidade, principalmente os africanos, a fim de trazer a discussão também para o nível internacional.

O Brasil começa a tornar-se um exportador de capital e tecnologia, além de um tradicional (e agora competitivo) exportador de produtos primários,

serviços e manufaturas. O fenômeno que ocorre no Brasil é também observado em outras economias em desenvolvimento, a exemplo da Índia, da África do Sul e da China (VISENTINI & PEREIRA, 2008, p. 7).

Visentini & Pereira (2008) aponta que com uma população de 240 milhões espalhadas pelos cinco continentes e composta por estados como Portugal e Angola que veem na cooperação com o Brasil uma forma de melhorar seus índices nos setores de saúde, educação, segurança e negócios, os assuntos relacionados à CPLP permaneceram nas pautas de discussões dos principais fóruns internacionais em que o Estado brasileiro esteve presente (VISENTINI & PEREIRA, 2008, p. 6).

Penha (2011, p. 209) aponta que uma das atuações mais relevantes na retomada dessa parceria com a África, se configurou na cooperação marítima e naval desencadeada em torno das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) desses Estados situados na região do Atlântico Sul. A Marinha do Brasil foi solicitada pela Namíbia, logo após a sua independência a formar sua Marinha e faz isso até os dias atuais. Nesse contexto é que nasceu o contrato para fazer o LEPLAC<sup>34</sup> da Namíbia.

A presença brasileira na Namíbia obedece claramente a critérios geopolíticos: acentuar a participação do Brasil em projetos localizados na África Austral para se contrapor à presença onipotente da África do Sul na região. Neste particular a posição da Namíbia é estratégica para os interesses brasileiros, pois, além de possuir um porto bem aparelhado e bem localizado (Walvis Bay), entre a Cidade do Cabo e Luanda, o país pode servir como aliado para aumentar a influência brasileira na região (PENHA, 2011, p. 210).

Dessa forma, o estreitamento das relações em âmbito comercial com os Estados africanos se tornou uma ferramenta significativa para conferir ao Brasil junto a esses Estados localizados na outra margem do atlântico, tanto credibilidade quanto construir um capital político-diplomático. Em contrapartida, a África tem apresentado melhoras contínuas não só no âmbito político, mas também comercial e econômico (RIBEIRO, 2009, p. 198).

No processo de redefinição em que se inserem as relações Brasil-África, África do Sul, Angola e Nigéria tornam-se vetores exemplares para a definição das estratégias diplomáticas e comerciais brasileiras em relação ao continente, fato que inspira estudos que possam contribuir com modelos de atuação dessa nova forma de pensar a agenda externa brasileira (RIBEIRO, 2009, p. 207).

---

<sup>34</sup> LEPLAC - O Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) é o programa do Governo Brasileiro, instituído pelo Decreto nº 98.145/1989, cujo objetivo é estabelecer, no seu enfoque jurídico, o limite da Plataforma Continental além das 200 milhas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), em conformidade com os critérios estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), que foi assinada e ratificada pelo Brasil. Disponível em: <[www.mar.mil.br/dhn/dhn/ass\\_leplac.html/](http://www.mar.mil.br/dhn/dhn/ass_leplac.html/)>. Acesso em: 02 jul. 2016.

De acordo com Ribeiro (2009), apontar os anseios e as pretensões que envolvem os Estados situados no entorno do Atlântico Sul, são fatores impulsionadores para a promoção e consolidação da relação Brasil-África, a partir da constituição de “canais efetivos de cooperação”. Nesse contexto, o que se observa é uma tendência de “reencontro de interesses político-comerciais promissores” apropriados para gerar uma integração maior das políticas dos Estados envolvidos.

Visentini & Pereira (2008) enfatizam que a relação afro-brasileira prejudicada na década anterior, foi substituída por uma posição em que a África é um dos principais parceiros comerciais do estado brasileiro e cujo papel dentro da política externa do estado tem sido de grande destaque. A preferência pelo fortalecimento de alianças no âmbito sul-sul através não só do discurso, mas também da prática diplomática se tornou uma das áreas de maior investimento na era Lula da Silva.

De qualquer forma, a constituição do IBAS já terá desempenhado um papel importante em chamar a atenção do Norte para a intenção dos países do Sul de terem sua voz ouvida sobre os grandes temas globais e terá, em alguma medida, influenciado o G-8 a convidá-los para seus debates internos. O IBAS, nesse sentido, está realizando um papel de projetar seus membros no cenário internacional, alertando a comunidade internacional que os países estão dispostos e aptos a quebrar o invólucro de seus contextos regionais e colaborar decisivamente para os progressos de uma ordem multipolar. Por fim, o Fórum abriu um valioso espaço político para a atuação internacional da África do Sul e do Brasil (VISENTINI & PEREIRA, 2008, p. 8).

Assim, apesar de representar uma fatia importante de mercado para o Brasil, essa aproximação com a África visa resultados em longo prazo. Bem diferente do imediatismo priorizado anteriormente, no qual o próprio comportamento da política externa brasileira retardou os avanços em negociações que visavam à implantação e renovação de projetos brasileiros no âmbito bilateral e até condições para uma cooperação multilateral no futuro.

Quanto à relação da África com a PEB, Penha (2011) ressalta que os impactos da política africana no contexto brasileiro, a partir da “roupagem” adquirida no governo Lula, também se refletiram em âmbito interno. A política doméstica teria se caracterizado por um sincronismo relativo entre os diversos interesses e concepções militares no que se referiram as ações diplomáticas no continente africano: o Brasil através de sua projeção sul-atlântica, se apresentava cada vez mais capacitado para assumir uma postura de liderança na região, como reforça Penha (2011, p. 210):

O eixo dessa convergência foi sem dúvida, a capacidade do país em se afirmar como liderança na região do Atlântico Sul. A presença de estagiários africanos na ESG, a formação de oficiais e praças da Marinha de Cabo Verde, bem como a formação da Marinha da Namíbia, podem ser apontadas como exemplos das compatibilidades que existiram ao nível das instituições diplomáticas e militares quanto à política africana e a projeção sul-atlântica do Brasil.

### 3.3.2. Dilma Rousseff e a África no contexto brasileiro

Oliveira<sup>35</sup> (2015) ao abordar a questão da política africana no governo Dilma Rousseff (2011-2014), ressalta que há correntes teóricas que consideram que a transição entre Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) foi marcada por continuidades, outras apontam para modificações no papel da África no cenário da Política Externa Brasileira (PEB). O autor ressalta que a produção acadêmica em torno das ações da PEB no governo da presidente ainda é reduzida, e que ao se analisar a questão da Relação Brasil-África, percebe-se que quase não há reflexos sobre a PEB e o continente africano nos quatros primeiros anos de sua administração.

Após oito anos de intensa interação com o continente, nos quais o presidente brasileiro [Lula da Silva] realizou treze viagens à África, visitando 28 países (alguns deles mais d uma vez) e o chanceler Celso Amorim esteve no continente 66 vezes, participando de eventos oficiais em 25 países diferentes (BRASIL, 2011a), a eleição de Dilma Rousseff e a substituição do Ministro Amorim por Antônio Patriota geraram uma série de expectativas em relação aos rumos que seriam adotados na política externa do país, inclusive para a África (OLIVEIRA, 2015, p. 29).

Ainda segundo o autor, durante o seu primeiro ano de governo, Dilma Rousseff visitou o continente africano e assim, demonstrou sinais de manutenção das políticas com os Estados africanos. Dentre as ações realizadas pela presidente estão a participação dela na reunião do IBAS que aconteceu na África do Sul e a consequente nomeação de Lula da Silva no ano seguinte como representante do Brasil na 17<sup>a</sup> Cúpula da União Africana (UA) ocorrida em Guiné-Bissau e que resultou na criação do “Grupo África”<sup>36</sup>. Dessa forma, como aponta Brasil (2015a) o Estado brasileiro conseguiu formar parcerias para mais 81 projetos de cooperação

---

<sup>35</sup> OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGPOL/UFRGS). Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS (PPGEEI/UFRGS) (nota do autor).

<sup>36</sup> O grupo composto por diferentes ministérios além de especialistas e executivos do setor privado tinha por objetivo associar investimentos e vendas brasileiras a programas de desenvolvimento locais, como forma de proporcionar ganhos maiores ao continente africano, além de coordenar a atuação das empresas brasileiras no continente, garantindo um projeto geral para o país (CABRAL, 2011 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 35).

com o continente africano, entre eles, a habilitação de militares de Senegal, Guiné-Bissau e Benim. Saraiva (2012) ressalta também que o “peso” dos Estados africanos nas decisões em favor do Brasil, pode ser observado através do apoio desses Estados para que a eleição de um brasileiro ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas (FAO)<sup>37</sup> daquele ano.

Cornetet (2014) ressalta que no governo Dilma Roussef (2011-2014) a atenção ao continente africano é mantida, assim como a prioridade em relação à América do Sul. Entretanto, segundo o autor, a instabilidade envolvendo o Oriente Médio se refletiu também na continuidade de políticas voltadas para a África, que acabaram diminuindo sua prioridade no governo Dilma, se comparado às ações desencadeadas por Lula da Silva durante seu governo. Cornetet (2014, p. 137-138) aponta que:

Além da instabilidade da região, pesa o desinteresse da atual presidente por temas de segurança internacional, considerado um terreno de ousadia para ação externa do Brasil, um país emergente. Se o governo anterior considerava importante esse tipo de envolvimento, associando-o à ascensão do Brasil em um mundo crescentemente multilateral, o atual governo prefere não arcar com os custos de uma projeção menos convencional.

Segundo Brasil (2015a), embora em 2012 a presidente Dilma Rousseff tenha reduzido as suas visitas à África a zero, os projetos de cooperação continuaram de forma intensa. Naquele ano, foram mais 37, agora com os Estados de Moçambique, Cabo Verde, Nigéria, São Tomé e Príncipe, e Angola no âmbito de capacitação militar. Para Marull (2013), a movimentação de aproximadamente US\$ 642 milhões do BNDES destinados a financiamentos no continente africano, por meio de empresas brasileiras, esse valor representou quase o dobro do investimento fornecido em 2011.

De acordo com Saraiva (2013) a política externa brasileira no governo Dilma tem conferido atenção à Relação Brasil- África, enquanto os avanços brasileiros em direção à construção de uma liderança na região sul-americana se mantiveram reduzidos. Segundo a autora, há uma sobreposição de lideranças buscadas pelo Brasil em que pese ser a dos Estados Africanos, bem mais interessante na perspectiva da presidente. Saraiva (2013, p. 17):

---

<sup>37</sup> **Diretor da FAO** – até então ex-ministro do governo Lula, José Graziano, acabou sendo eleito o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), e o apoio dos Estados africanos foi fundamental para o êxito na eleição (nota do autor)

Em relação à dimensão sul-americana da política externa brasileira – a UNASUL –, as iniciativas brasileiras nos marcos do CDS, criado por indicação do governo de Lula com vistas a perfilar as políticas de defesa dos países da região com a brasileira, estão em compasso de espera. A prioridade da construção de uma liderança na região vem cedendo espaço para a construção de outra mais ampliada que inclui também países africanos.

Oliveira (2015) aponta que em 2013 há um novo impulso para as negociações políticas e econômicas com o continente, que se materializaram através de visitas a novos Estados, como a Nigéria, e a implantação de nova embaixada na África, em Lilongwe, Malauí. Segundo o autor, a concessão do perdão ao endividamento de Estados africanos aconteceu durante essa viagem de Dilma Rousseff, na qual a chefe de estado brasileiro ofereceu um pacote de reestruturação das dívidas de doze desses Estados, entre eles, Congo, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, a República Democrática do Congo (RDC) e Tanzânia, esses últimos com os maiores índices de endividamento. Na ocasião foram concedidos US\$ 900 milhões.

Em 2014, último ano de seu primeiro mandato, a presidente Dilma Rousseff não realizou visitas ao continente africano. Ainda assim, novos projetos de capacitação militar foram estabelecidos com Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Senegal, bem como um projeto de cooperação com a Costa do Marfim para o desenvolvimento sustentável do setor de pesca e aquicultura no país, e um projeto de cooperação triangular com Angola e a FAO (OLIVEIRA, 2015, p. 37).

Ainda de acordo com Oliveira (2015), o panorama da política africana é constituído a partir de 2003, com o posicionamento de destaque adquirido pela África dentro da agenda de ações da política externa brasileira, e que as produções discursivas resultantes desse processo visaram prover benefícios para o continente africano como um todo. Para o autor, é nesse contexto que o multilateralismo se fortalece dentro da estratégia brasileira no cenário internacional. Quanto à contribuição de Dilma Rousseff para a construção dessa percepção, Oliveira (2015, p. 38) ressalta que:

Dilma Rousseff foi ministra (de Minas e Energia e Ministra-Chefe da Casa Civil) durante o governo Lula, além de ter sido a responsável por chefiar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal no período e de ter recebido o apoio de Lula em sua candidatura à presidência (BERTAZZO, 2012). Levando isso em consideração, e adotando a ideia de matriz de política externa<sup>38</sup>, podemos afirmar que, em grande medida, o governo Rousseff representou uma continuação da matriz em que estava

---

<sup>38</sup> **Matriz de política externa** – consiste em um conjunto de opções, concepções e estratégias em um nível de agregação de ordem nacional, generalizável a um determinado país. Nesse sentido, a consideração de matriz leva em consideração condicionamentos e opções estruturais que, em geral, sofrem mudanças em espaço de tempo maiores do que a duração dos governos, sobretudo nos regimes presidencialistas (OLIVEIRA, 2015, p. 38).

inserido o governo Lula, o que todavia, não exclui a possibilidade de mudanças na concepção e na condução da política externa.

Entretanto, a diminuição das visitas de Dilma Rousseff ao continente africano e a crise interna que se instalou em seu governo, contribuíram para a construção de uma percepção de que a África diminuía sua importância para os interesses do Brasil no cenário internacional, através das ações de sua Política Externa Brasileira (PEB). Como aponta Oliveira (2015, p. 40) ao realizar um comparativo entre o governo Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) e os seus reflexos na relação com o continente africano:

O ex-presidente Lula, em seus três primeiros anos de governo (2003-2005) visitou 12 países africanos (São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul, em 2003; São Tomé e Príncipe, Gabão e Cabo Verde, em 2004; e Nigéria, Gana, Guiné-Bissau, Senegal e Camarões, em 2005). Dilma Rousseff, por sua vez, em um período equivalente (2011-2013), visitou apenas seis países africanos (África do Sul, Moçambique e Angola, em 2011, e Nigéria, Guiné Equatorial e Etiópia, em 2013). (OLIVEIRA, 2015, p. 40).

Bachega (2014) considera que a redução de projetos de cooperação no governo Dilma Rouseff (2011-2014) não pode ser percebida como um reflexo negativo de sua administração, mas como resultados de um contexto em que as ações brasileiras estão organizadas de forma adequada, planejada e estruturada no que refere aos projetos desenvolvidos.

Oliveira (2015) ressalta que embora o Brasil tenha desacelerado o processo de estreitamento de relações com a África no período Dilma Rousseff (2011-2014), não houve perdas significativas em âmbito da relevância desse continente para a política externa brasileira. Sendo assim, a manutenção da “política africana” permanece como uma ferramenta de projeção do Estado brasileiro e representa não somente a aquisição de novos mercados para os produtos brasileiros e dividendos econômicos, mas principalmente, contribui para que o Brasil obtenha apoio desses Estados nos foros de relevância internacional.

Apesar dessa mudança, entretanto, fica claro que os objetivos da política externa brasileira para o continente africano se mantiveram os mesmos nos dois governos (devendo se manter assim também no próximo mandato de Dilma Rousseff), o que é evidenciado pela manutenção dos laços e da realização de projetos de cooperação com o continente – com particular ênfase à cooperação em matéria de Defesa –, em menor escala, mas com profundidade e concepções semelhantes às definidas pelo governo anterior (OLIVEIRA, 2015, p. 43)

### **3.3.3. O Atlântico Sul e os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff**

Penha (2011) aponta que a dinâmica nas Relações Internacionais se alterou após os atentados terroristas nos EUA em 11 de setembro de 2001. Nesse contexto, fatores associados à dificuldade norte-americana de administrar em curto e longo prazo as instabilidades do Oriente Médio, impulsionaram o Estado a recorrer à busca de novas fontes de petróleo. Dessa forma, o posicionamento estratégico do Atlântico Sul em relação aos principais entrepostos comerciais e centros de consumo (EUA e Europa), além das facilidades advindas de sua “relativa importância geoestratégica” por ser uma rota de passagem entre o Índico e o Atlântico Norte, contribuiria para o controle dos fluxos de petróleo por essa via marítima, até então secundária.

Ao longo da década de 2000, a África tem se destacado como supridora de recursos minerais, notadamente petróleo. Isso tem suscitado um novo despertar para a África no sentido de uma corrida desenfreada, por parte das potências mundiais, para explorar esses recursos (PENHA, 2011, p. 211).

Abdenur e Marcondes-Neto (2014) ressaltam que houve uma mudança na percepção brasileira em relação ao Atlântico Sul, principalmente a partir da assunção de Lula à presidência do Brasil. Foi durante o governo Lula que os vínculos econômicos, de segurança e também políticos com os Estados do entorno estratégico dessa porção sul-atlântica se intensificaram.

Turíbio Gonçalves (2013, apud AMORIM, 2012) ao pontuar o comportamento da PEB dentro de um cenário de intensificação e resgate da política africana, enfatiza a percepção do Brasil em relação à necessidade de investir em ações conjuntas na região do Atlântico Sul como mecanismo de controle desse espaço marítimo, a fim de evitar que se torne foco de disputa mundial.

Vaz (2011) discorre sobre a gradual migração do Atlântico Sul dentro da concepção das grandes potências, como um dos pontos relevantes da reflexão a respeito dessa porção oceânica e as perspectivas de cada um desses Estados em questão. Dessa forma, a região sul-atlântica até então categorizada como uma área estratégica secundária assume um papel relevante no cenário internacional, principalmente após as descobertas das jazidas energéticas, já que o fluxo comercial por essa via marítima também estava sendo intensificado continuamente.

Assim, o Atlântico Sul desponta como uma importante referência nas políticas de defesa do Brasil, da Argentina e da África do Sul, embora a partir de condições diferenciadas, segundo cada país. Ao mesmo tempo, podemos observar iniciativas de cooperação, tanto em âmbito bilateral como multilateral, nos campos militar, econômico e político, e a recriação ou a

criação de estruturas de segurança, tais como a Quarta Frota ou até mesmo o África Command, criado pelos Estados Unidos e atuante na costa atlântica da África (VAZ, 2011, p. 50).

Penha (2011) ao tratar sobre a “nova geopolítica do Atlântico Sul”, termo utilizado para se referir a nova política africana suscitada pelo Brasil, dá visibilidade ao fato desse retorno dos interesses brasileiros para região estar acompanhado por potências como Estados Unidos da América (EUA), China e Índia. Segundo ele, essa geopolítica em torno do Atlântico Sul está associada à busca pelo controle e exploração dos recursos minerais e da produção do petróleo africano, a partir de *off-shore*. Penha (2011, p. 210 -211):

Segundo o V. Alm. da Marinha angolana Antonio Valentim (2007), o Atlântico Sul subitamente se valorizou, do ponto de vista geoestratégico, transformando-se em um “mar aberto” para as atividades petrolíferas *off shore*, característica que o torna atraente para as potências mundiais, pois é mais fácil controlar esses recursos devido à sua relativa distância dos problemas existentes em terra firme. A presença de ilhas espalhadas pelo Atlântico Sul, desde Cabo Verde, São Tomé e Príncipe até as Ilhas meso-oceânicas e Malvinas, de administração inglesa, reforça a importância geoestratégica desta bacia e a facilidade do seu controle militar por parte das potências marítimas.

Faria (2012) ressalta que a Estratégia Nacional de Defesa (END) criada no governo Lula é considerada um dos documentos mais relevantes dentro das ações desenvolvidas pelo país no contexto internacional, principalmente em relação ao Atlântico sul. Segundo ele, foi a partir da aprovação da END que se delimitaram as duas áreas estrategicamente prioritárias para o país, a saber; a bacia Amazônica e o Atlântico Sul. Nessas circunstâncias, um preparo adequado da Marinha do Brasil (MB) a fim de atuar na proteção dessas regiões marítimas seria imprescindível. Para tanto, a MB precisaria dispor de “meios” diversos e eficientes para garantir a proteção dos interesses do país, situação que estaria bem distante da realidade.

Em relação à segurança da região sul-atlântica na área de atuação brasileira, o autor aponta a criação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), para a obtenção de um controle mais efetivo sobre a jurisdição do Brasil sobre essa área. O SisGAAz tem como finalidade promover um acompanhamento de todas as atividades desenvolvidas no mar e assim preservar a soberania do Estado brasileiro sobre os recursos marinhos ali existentes. Atualmente, as informações sobre as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) estão vinculadas às ações realizadas pelos navios-patrolha que integram a Marinha do Brasil.

Ribeiro Luís (2011) ao tratar da Amazônia Azul também ressalta que além de sua relevância econômica, devido à existência de recursos minerais, como petróleo e as crostas cobaltíferas, a questão da soberania e jurisdição sobre a área correspondente a esse território marítimo é um fator que tem pesado bastante nas decisões brasileiras em relação à extensão da plataforma continental.

Além da importância econômica da Amazônia Azul, a delimitação da Plataforma Continental Brasileira representa também a demarcação das fronteiras da região marítima do Brasil, cujo litoral abrange uma extensão de mais de 8 mil quilômetros, que confere direito de soberania, ainda que de forma não plena, em um espaço passível de influências e projeção de poder de potências alheias que podem gerar focos de tensão e instabilidade. Afinal, como afirma Mario Travassos, as vias marítimas e o curso dos rios Prata e Amazonas foram e continuam sendo as principais vias naturais de acesso ao subcontinente sul-americano (RIBEIRO LUÍS, 2011, p. 4 – 5).

Brigagão & Seabra (2011) em seu artigo sobre segurança internacional do Atlântico Sul enfatizam o peso que a extração de petróleo em águas profundas, principalmente com a descoberta das camadas de reserva de pré-sal, adquire no cenário brasileiro e de que forma isso influencia o interesse do Brasil em manter a segurança da região e afastar a ação de outros Estados. Sendo assim, a política externa tem se norteado por diretrizes específicas que visam à garantia dessas pretensões, como é o caso da forte atuação brasileira e seu consequente compromisso com a busca da aprovação das resoluções da ONU a respeito das ações nos mares e a adoção de mecanismos multilaterais como alternativa para diversificar as relações entre os Estados.

Outras medidas adotadas pela PEB para atingir esse propósito consistem no investimento em cooperação com os Estados limítrofes do Atlântico Sul, como é o caso dos africanos; manter a região sul-atlântica livre de armas de destruição em massa, inclusive atômicas; e investir no aumento das capacidades militares, a exemplo do programa de submarino nuclear da Marinha do Brasil. “Por meio de seu papel central na América do Sul, o Brasil tem buscado ativamente manter o continente livre da presença de armas de destruição em massa, como forma de assegurar a estabilidade do continente, além de projetar o país como potência pacífica” (BRIGAGÃO & SEABRA, 2011, p.18).

Oliveira (2015) aponta que a percepção do Atlântico Sul enquanto um espaço geopolítico relevante para o Brasil se associa ao processo de estímulo a cooperações no âmbito de Defesa na região sul-atlântica. Segundo estudos realizados pelo autor, o governo Dilma Roussef (2011-2014) apresentou um

crescimento em torno de 16% em relação ao governo de Lula da Silva. Nesse aspecto, vale ressaltar que assim como o crescente diálogo entre a política externa e a de defesa, iniciado no governo Lula da Silva, a partir da Estratégia Nacional de Defesa publicada em 2008, e atingiu seu máximo com a elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional, lançado em 2012. Ainda segundo Oliveira (2014, p. 41):

Em grande medida, isso reflete o reforço da importância do Atlântico Sul como espaço geopolítico prioritário para o Brasil, bem como uma vinculação crescente entre as políticas externa e de defesa do País, processo que teve seu início ainda no governo Lula – com a criação da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, por exemplo –, intensificando-se durante o governo Rousseff – com a publicação do Livro Branco de Defesa Nacional, em 2012, por exemplo.

Outro aspecto relevante apontado pelo autor consiste na participação de Celso Amorim como Ministro da Defesa no governo Rousseff (2011-2014) e que contribuiu significativamente para que a percepção de defesa pretendida pelo Brasil ocupasse lugar de destaque dentro da “política africana” dentro de sua administração.

### **3.4. O Conselho de Segurança das Nações Unidas e os governos de Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014)**

Brígido (2011) ressalta que desde 1994, quando lançou sua candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CS), o Brasil já demonstrava as pretensões ao promover uma análise da reforma, a partir da percepção do Brasil em relação às ações realizadas pelo Conselho. Nesse contexto, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a busca por uma vaga permanente no Conselho destacam-se dentro da Política Externa Brasileira pelo seu caráter prioritário nas ações realizadas no cenário internacional durante o Governo Lula.

Apesar de o Brasil não ter obtido a cadeira permanente quando das negociações para a criação da ONU (1945), essa questão permaneceu como meta para o governo brasileiro. Todavia, tal meta só veio a ser “oficialmente divulgada” ao final do Governo de Itamar Franco (BRÍGIDO, 2011, p. 96).

Segundo a autora, em 2004 após a realização de um painel de alto nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, foram apresentadas duas propostas de reforma. A primeira consistia na criação de mais seis assentos permanentes, sem direito a veto, e três assentos não permanentes. A segunda estabeleceria um novo

tipo de modalidade dentro dos não permanentes, criaria oito membros para exercer durante quatro anos um mandato passível de renovação e mais dois não renováveis.

Assim, começam a surgir avanços na discussão sobre a reforma, estagnados desde 1992, quando foi criado um grupo de trabalho para analisar a reivindicação de aumento dos membros do CS pelos diversos Estados. Soares (2009) ressalta que em setembro de 2004 ao constituir o G-4 com Alemanha, Japão e Índia, o Brasil recebeu apoio de 26 Estados localizados em diferentes regiões do mundo.

Rosi (2012) enfatiza que entre os membros não permanentes, o Brasil tem sido um dos Estados que mais vezes foi eleito para o mandato temporário de dois anos, perdendo só para o Japão. Até 2011, teriam sido onze eleições para as vagas rotativas, em mais de 20 anos de participação no Conselho de Segurança. Já em 2005 se formaram mais dois grupos: o Grupo Africano constituído por 43 Estados (África do Sul, Argélia, Angola, Botswana, Burkina Faso, Camarões, Cabo Verde, Congo, Costa do Marfim, Líbano, etc) e o Unidos do Consenso (Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Espanha, Itália, Malta, México, Paquistão, República da Coreia, San Marino e Turquia) (BRÍGIDO, 2011, p. 94-95).

Com a criação de novos grupos visando à busca de uma reforma no CS, Brígido (2011) enfatiza que as propostas são similares e divergentes ao mesmo tempo, pois visam à destinação de vagas para os mesmos Estados, entretanto diferem quanto à quantidade ofertada e quanto ao caráter, permanente e não permanente. Além disso, refletem o posicionamento almejado pelos Estados envolvidos em relação ao Sistema Internacional.

De acordo com a autora, o G-4 propõe a criação de dez novos assentos no Conselho de Segurança, sendo apenas seis permanentes e distribuídos da seguinte forma: dois para a Ásia; dois para a África; um para a Europa Ocidental e outros Estados e um para a América Latina e Caribe. Entretanto, os novos membros não exerceriam o poder de veto até completar 15 anos da realização da reforma, sendo discutida novamente a possibilidade após esse período. Quanto aos não permanentes as vagas seriam destinadas uma para a África, uma para a Ásia, uma para a Europa Ocidental e outros Estados e uma para América Latina e Caribe.

Ainda segundo a autora, o Grupo Africano prevê a ampliação para dez vagas, sendo somente seis permanentes. Destas, duas seriam para os Estados Africanos; duas para os Estados Asiáticos; uma para América Latina e Caribe; e uma para a

Europa Ocidental e demais Estados; e os novos membros permanentes teriam as mesmas prerrogativas dos tradicionais, incluindo o poder de veto. As cinco vagas restantes distribuir-se-iam da seguinte forma: duas para os Estados do continente Africano; uma para os Estados do continente Asiático; uma para a Europa Ocidental e demais Estados e uma para América Latina e Caribe.

Brígido (2011) relata que o Unidos do Consenso por sua vez, era menos ambicioso e propunha o aumento para dez vagas para assentos não-permanentes, elevando para 20 o total de vagas disponíveis. A nova distribuição destinaria seis assentos para Estados Africanos; cinco para Estados Asiáticos; quatro para Estados da América Latina e Caribe; três para Estados da Europa Ocidental; e dois para Estados da Europa Oriental.

Para Rosi (2012) a condição brasileira perante aos demais Estados que compõem o G-4 não se apresentava nada favorável, mediante a um contexto em que há um apoio declarado dos EUA para a ocupação de assento permanente do Conselho para o Japão e a Alemanha. Além disso, a Índia em virtude de seu arsenal militar tem sido um Estado cogitado também a entrar para esse grupo seletivo. Em outra perspectiva, a Argentina e México tem se tornado fortes opositores a candidatura brasileira para a vaga destinada a América Latina.

Segundo o autor, durante o governo Lula, foram adotadas manobras políticas a fim de pleitear de forma mais enfática uma reforma do CS e seu interesse em uma vaga permanente. Entre as medidas adotadas, estão: a tentativa mal sucedida de intermediar as relações entre Irã e as potências ocidentais; a busca por um maior protagonismo na conciliação entre Israel e seus vizinhos; a liderança na MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti); o fortalecimento da Política Africana; a criação do G-4 e do IBAS ou G-3 (ROSI, 2012).

Vizentini (2006, *apud* ROSI, 2012) ressalta que a criação do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) tem como proposta atuar de forma mútua atendendo aos interesses de três Estados cujas perspectivas em relação ao Sistema Internacional são convergentes. Sendo assim, a Reforma do CS reside em um dos principais tópicos de discussão deste projeto multilateral.

Ainda de acordo com o autor, outro aspecto relevante é a assunção do Brasil à liderança da MINUSTAH<sup>39</sup> em 2004. Essa liderança brasileira foi percebida pelo Estado como uma forma de credenciar o Brasil para a conquista da vaga permanente. Bastante atuante nas missões de paz, o Estado mantém desde 2004, mais de 2000 militares que dão apoio para a reconstrução do Haiti e suporte à manutenção de sobrevivência da sua população.

Rosi (2012) aponta que em 2010, após negociar com a ONU, o Itamaraty obteve o Comando da Força-Tarefa Naval das Nações Unidas (FTM-UNIFIL) que atua com efetivo de militares brasileiras na área costeira do Líbano, garantindo proteção da região e manutenção da paz internacional, como prevê o princípio fundador do CS. Entretanto, a ausência de recursos materiais para a atuação simultânea em tantas operações de paz tem sido um fator limitador para o Brasil.

Quando eu era embaixador na ONU, o Brasil sempre teve proximidade com os africanos. Não se pode dizer, portanto, que a boa relação com a África é uma invenção do governo atual. Agora vá comparar a intensidade dessa relação antes e depois. Os países árabes eram antes uma coisa distante. Agora somos convidados para a Conferência de Annapolis sobre Oriente Médio. Não me consta que no passado isso ocorresse (AMORIM, 2008).

De acordo com o artigo de Celso Amorim publicado em 2008<sup>40</sup>, o Brasil vivenciou muitos avanços durante o governo Lula, principalmente em relação à dinamização de atuação do Estado no cenário internacional. Todavia, Visentini & Silva (2010) ressaltam que apesar das ações empreendidas pelo governo Lula e um apreço por parte da China, Reino Unido e França em relação à candidatura brasileira a membro permanente do CS, ele deixou a presidência sem alcançar uma das principais metas de sua PEB, a reforma do CS e o assento permanente.

Dessa forma, a expectativa em relação ao governo Dilma Rouseff, consistiu na continuidade as ações já realizadas pela PEB no Sistema Internacional, como é o caso da meta de assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Rosi (2010) afirma que Dilma Rouseff manteve a reforma do CS como prioridade de sua PEB, assim como deu continuidade às diferentes iniciativas oriundas dos governos anteriores.

---

<sup>39</sup> A MINUSTAH seria vista como “passaporte” para o Brasil conquistar o assento permanente tão almejado. (Nota do autor)

<sup>40</sup> AMORIM, Celso. Notícias do Itamaraty. Estadão. São Paulo: 16 mai. 2008. Disponível em: <[www.estadao.com.br/suplementos/not-sup140913,0.htm](http://www.estadao.com.br/suplementos/not-sup140913,0.htm)> . Acesso em: 10 abr. 2016.

Rosi (2012) ressalta que a assunção de Dilma Rouseff foi vista pelo mundo como um indício de modificações na estrutura do rígido Sistema Internacional (SI). Segundo o autor, por ser a primeira mulher da história a abrir os trabalhos da Assembleia Geral da ONU em 2011, a presidente do Brasil se encontrava em uma posição relevante, indicando que se caminhava para uma democratização do SI, pelo menos foi essa a percepção da imprensa internacional na época.

Miyamoto (2011) apontou que o Brasil tem se destacado em termos diplomáticos junto aos Estados africanos e que se empenhou em atuações que visavam reduzir as “assimetrias” e assim, possibilitar acesso a novos mercados produtores e consumidores para os produtos africanos, culminando também com a intensificação da ação da África no cenário externo. O autor ressalta que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) tem apoiado a candidatura brasileira ao assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Penha (2011) ressalta que a atuação brasileira nas operações de paz se transformou em uma espécie de vitrine, em que a diplomacia passa a buscar um papel de destaque na ONU. Segundo o autor, a reivindicação do Brasil para assumir um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, estaria relacionada não só ao poder de decisão máximo atribuído aos atuais membros permanentes, China, Estados Unidos da América (EUA), França, Grã-Bretanha e Rússia; mas principalmente à importância e peso associados à resolução de conflitos no mundo.

Rosi (2012) destaca que Dilma percebia essa necessidade de uma maior democracia das Relações Internacionais desde que assumiu o governo em 2011. E que o cenário internacional cada vez mais favorecia as argumentações em favor de uma reforma do Conselho de Segurança e da ONU, a fim de adequá-los à contemporaneidade. E nesse contexto, a presidente se empenhou em obter apoio político para a candidatura brasileira ao assento permanente no Conselho, primeiramente junto aos Estados Unidos da América (EUA) durante visita do presidente do Estado norte-americano Barack Obama ao Brasil em 2011, que preferiu não se pronunciar a respeito da candidatura brasileira. Depois, tentou junto aos parceiros do BRICs. Entretanto, a China se restringiu a apoiar o Estado brasileiro para a obtenção de uma ação mais acentuada dentro das Nações Unidas.

Em outubro de 2011 Dilma participou do IBAS<sup>41</sup>. Conforme entendimento do grupo, os três países seguem reivindicando oficialmente uma reforma do CS. Porém, dentre os três, a Índia é possivelmente o país mais próximo de obter vaga permanente: seu contingente militar supera em muito o dos outros membros do grupo, contando inclusive com arsenal nuclear (ROSI, 2012, p. 64).

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir do referencial teórico sobre os governos de Lula da Silva (2007-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014), foram encontrados os elementos-chaves considerados essenciais para a compreensão da dimensão do Atlântico Sul, dentro da política externa conduzida por esses chefes de Estado. São eles: Cooperação Sul-Sul; Política Externa Brasileira; Avanços Econômicos e Sociais; Conselho de Segurança das Nações Unidas; Combate à fome e à pobreza; e Relação Brasil-África.

Durante a era Lula da Silva (2003-2010) observa-se um retorno às políticas voltadas para os Estados do Sul, como a “política africana”, que adquiriu relevância singular nas ações realizadas pela Política Externa Brasileira (PEB) e nos discursos brasileiros voltados para a África. Sendo assim, o que se verifica é um ajuste na agenda do Brasil no cenário externo, agora posicionando o continente africano dentro das regiões de interesse brasileiro e investindo na intensificação do estreitamento de relações com esses Estados. Com isso, as ações não se restringem mais às relações do Brasil com os Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). Além disso, a reabertura de postos diplomáticos e a criação de outros, resultou numa ampliação da presença brasileira em solo africano, impulsionando as relações com esses Estados, inclusive os vizinhos sul-atlânticos, e garantindo a manutenção da segurança e da paz na região do Atlântico Sul, a ZOPACAS.

Dilma Rousseff (2011-2014) quando assume a presidência do Brasil, encontra um cenário externo conturbado, e um interno que pressiona por mudanças na conjuntura econômica e política do Estado brasileiro. Assim, as medidas adotadas em seu governo se refletiram em um posicionamento menos estratégico para o Brasil em nível regional, suscitado pela redução de vínculos em diversos

---

<sup>41</sup> **IBAS** - Criado em junho de 2003 por meio da Declaração de Brasília, o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) congrega as três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento. O IBAS atua em três vertentes principais: coordenação política, cooperação setorial e Fundo IBAS. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas)>. Acesso em: 02 ago. 2016.

setores com os vizinhos sul-americanos, e como consequência, a diminuição de sua manobra política na região. Embora, a presidente tenha mantido a relação Brasil-África como prioridade na política externa, não demonstrou o mesmo interesse e empenho de Lula no estreitamento dessas relações.

Dessa forma, na transição entre os governos do PT, percebem-se continuidades e rupturas na condução da política externa brasileira. No âmbito sul-americano, diferentemente de seu antecessor, Dilma opta por não investir tantos esforços no processo de integração regional e, em meio a impasses econômicos envolvendo Estados como a Argentina, adota uma postura nada proativa quanto aos vizinhos sul-americanos. Já em relação aos Estados africanos, embora tenha reduzido consideravelmente às visitas a esse continente, se comparado com Lula, nota-se uma tendência a manter os vínculos já estreitados.

Quanto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, nota-se que ambos os presidentes consideraram a reforma do Conselho e da Organização das Nações Unidas, como uma prioridade em seus governos, embora Lula da Silva (2003-2010) através de seus posicionamentos no cenário tenha corroborado de forma mais intensa o interesse do Brasil em adquirir um assento permanente.

No próximo capítulo, os elementos-chaves de Relações Internacionais retirados do referencial teórico serão utilizados dentro da metodologia de Análise Crítica do Discurso (ACD), a fim de identificar se o tema “Atlântico Sul” nos discursos proferidos pelos presidentes Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) foi mencionado ou não e se isso aconteceu de forma explícita ou implícita.

## **Capítulo IV – Os discursos de Lula da Silva (2007-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2014) na Assembleia Geral da ONU**

Neste capítulo, pretende-se realizar uma análise dos discursos proferidos pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011-2014) na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU) à luz das informações apresentadas até aqui, com ênfase no tema Atlântico Sul, a partir dos elementos de Relações Internacionais levantados no capítulo anterior. O propósito é identificar a continuidade ou não nos discursos e se essa abordagem aconteceu de forma explícita ou implícita.

Para tal finalidade, foram selecionadas estruturas textuais dos estudos desenvolvidos por Teun A. Van Dijk, aqui consideradas categorias de análise, para a aplicação metodológica e teórica da Análise Crítica do Discurso (ACD). São elas: “Temas”; “Implícitos”; e “Representação do contexto internacional”. Esta última também é utilizada por Flores (2007) dentro de seus estudos sobre ideologia e política externa brasileira. Tal percepção em relação a essa estrutura textual, também será considerada para fins deste estudo. Com esse intuito, optou-se por adotar as seguintes referências aos discursos proferidos: Nome + Ano, já que não há paginação dos discursos. Situação semelhante foi realizada também com o Ministro Celso Amorim.

### **4.1. Análise dos Discursos de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) na Assembleia Geral da ONU.**

#### **4.1.1. Categorias de Análise**

##### **a) Temas**

A ênfase empregada em determinados temas funcionariam como medida de identificação dos tópicos que são considerados importantes na manutenção da imagem positiva do ‘nós’. Por conseguinte, a omissão de determinados temas demonstram a adoção de medidas que impeçam a emergência de fatores que favoreçam a imagem do “Eles” (VAN DIJK, 2003, p.44)

Para o autor, trata-se de uma ferramenta utilizada para identificar os assuntos considerados mais relevantes dentro da percepção (imagem) que se quer construir a respeito de um objeto ou sujeito (Nós) e, em contrapartida, também oculta assuntos que poderiam beneficiar outros (Eles) em detrimento do propósito do discurso constituído. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que essa estrutura textual possibilita identificar os temas mais relevantes que constituem a produção

discursiva, ela também fornece mecanismos para a omissão daqueles considerados negativos ou que não contribuem para a finalidade pretendida pelo discurso no campo de produção de sentidos.

Sendo assim, para este estudo, em que se pretende analisar os discursos proferidos por Luiz Inácio Lula da Silva na Assembleia Geral das Nações Unidas (AG), elencou-se sete temas que estiveram presentes nos últimos quatro anos de seu governo e que são considerados mais relevantes dentro dos propósitos desta pesquisa e que foram levantados a partir do referencial teórico feito no capítulo III. São eles: Nova ordem internacional; Avanços econômicos e sociais; Combate à Fome e à pobreza; Relação Brasil-África; Cooperação Sul-Sul; Política Externa Brasileira e Conselho de Segurança das Nações Unidas.

### **1) Nova ordem internacional**

O primeiro discurso proferido por Luiz Inácio Lula da Silva (2007) na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), após sua reeleição para a presidência do Brasil, percebe-se um posicionamento contrário à forma como está estruturado o cenário externo. Lula da Silva (2007), ao criticar a atual ordem internacional e a forma como ela condiciona um Sistema Internacional (SI) desigual, reflete sua percepção sobre o mundo, a partir das experiências vivenciadas individualmente e também coletivamente, no meio social em que está inserido.

É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço. Se queremos salvar o patrimônio comum, impõem-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas, tanto no interior de cada país como na esfera internacional (LULA DA SILVA, 2007).

No ano seguinte, Lula da Silva (2008) ressalta que a construção de um mundo multipolar precisa de Estados em desenvolvimento que desempenhem novos papéis e estejam credenciados para atuar no cenário internacional, sem ação intermediadora das potências mundiais. Nesse aspecto, o presidente aponta que “iniciativas como o IBAS, o G-20, as cúpulas América do Sul-África ou América do Sul-Países Árabes e a articulação dos BRICs” (LULA DA SILVA, 2008) constituem espaços de diálogos diretos e conferem novas perspectivas que somam na necessidade de uma nova ordem internacional.

Os organismos econômicos supranacionais carecem de autoridade e de instrumentos práticos para coibir a anarquia especulativa. Devemos reconstruí-los em bases complementares novas. Dado o caráter global da

crise, as soluções que venham a ser adotadas deverão ser também globais, tomadas em espaços multilaterais legítimos e confiáveis, sem imposições. Das Nações Unidas, máximo cenário multilateral, deve partir a convocação para uma resposta vigorosa às ameaças que pesam sobre nós (LULA DA SILVA, 2008).

Nesse contexto, Falcone (2006) ressalta a importância do texto enquanto materialização da língua e principalmente, dos processos linguísticos envolvidos na elaboração de uma construção discursiva, que está delimitada pelo contexto e pelas relações sintáticas utilizadas. Ou seja, a cognição opera continuamente e de forma complexa na intermediação desses dois fatores. Para reforçar sua concepção, Falcone (2006, p. 165) aponta a perspectiva de modelo de linguagem desenvolvida por Beaugrande (1997):

Como concebe Beaugrande (1997), faz-se necessário um modelo de linguagem em interface com as delimitações linguísticas, cognitivas e sociais, delimitações estas construídas a partir do conhecimento compartilhado em sociedade. Esse modelo daria conta de explorar as interfaces sistemáticas entre o **movimento discursivo** (quando se realiza um enunciado), o **movimento cognitivo** (quando se acessa e usa o conhecimento) e o **movimento social** (quando há interação entre os indivíduos).

No ano seguinte, Lula da Silva (2009) reforça em seu discurso a perspectiva de que mudanças devem ser suscitadas na ordem internacional, para que novos rumos sejam tomados na busca por soluções plausíveis e concretas para enfrentar a crise econômica, instaurada desde 2008. Assim:

O enfrentamento da crise e a correção do rumo da economia mundial não poderiam ficar apenas a cargo dos de sempre. Os países desenvolvidos – e os organismos multilaterais onde eles eram hegemônicos – foram incapazes de prever a catástrofe que se iniciava e menos ainda, de preveni-la (LULA DA SILVA, 2009).

O Presidente enfatiza que não há mais como essas ações se limitarem aos Estados desenvolvidos e seus “organismos multilaterais”, já que não conseguiram se prevenir contra a crise nem mesmo detectá-la a tempo de evitar maiores consequências. “A economia mundial é interdependente. Estamos obrigados a atuar além de nossas fronteiras. Por isso, é imprescindível refundar a ordem econômica mundial” (LULA DA SILVA, 2009).

Beaugrande (1997) aponta que, ao considerar o papel desempenhado pela língua na formulação das práticas discursivas, torna-se possível o desencadeamento de percepções inovadoras em relação às dicotomias presentes na sociedade e que influenciam nas ações realizadas pelo sujeito em nível social e cognitivo. Assim,

reforça a necessidade de conhecer a dimensão da língua dentro da construção de um discurso. Beaugrande (1997, p.12):

Vamos encarar isso: a língua é sustentada pelas práticas discursivas e tomar esse fato seriamente pode nos levar a novos insights importantes para toda a série de pares estabelecidos em inadequadas dicotomias: teoria x práticas, sistema x dados, geral x específico, saber x fazer, ordem x caos.

Em 2010, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Assembleia Geral das Nações Unidas. O Ministro, ao iniciar seu discurso, informa a ausência do presidente do Brasil através do compartilhamento com os outros Estados do processo eleitoral vivenciado no Estado brasileiro naquele momento. De acordo com Beaugrande (1997, p. 11) “as pessoas usam e compartilham a língua precisamente porque ela é um sistema continuado de interação com os seus conhecimentos sobre o seu mundo e a sua sociedade”. Ou seja, o processo de construção desse discursivo teve como propósito situar os Estados sobre as questões políticas do Brasil e ressaltar a representatividade do presidente na condução das eleições daquele ano.

Amorim (2010), ao enfatizar o posicionamento brasileiro mediante a situação de crise instaurada no mundo desde 2008, aponta o êxito do Brasil ao evitar o que denomina de “surto protecionista descontrolado” e seus reflexos depressivos sobre o Sistema Internacional (SI). Mas, principalmente, reforça a necessidade de maior comprometimento dos Estados desenvolvidos com o processo de estabilização da economia em âmbito global, através da utilização de novos mecanismos que visem uma participação mais ativa de todos os Estados que compõem o cenário internacional. E Amorim (2010) ressalta que:

As mudanças que se têm operado no mundo ao longo das últimas décadas e a sucessão de crises que temos vivido no que toca à segurança alimentar, à mudança do clima, ao campo econômico e financeiro, e às áreas de paz e segurança tornam urgente redefinir as regras que organizam o convívio internacional.

Sendo assim, percebe-se que, ao ressaltar a reivindicação brasileira de uma participação mais significativa dos Estados em desenvolvimento nas ações realizadas no Sistema Internacional (SI), o discurso brasileiro, de forma implícita, faz alusão às questões de interesse situadas no Atlântico Sul, cuja proteção também está a cargo dos Estados africanos, que ficam na outra margem do oceano.

## 2) Política Externa Brasileira

Em seu pronunciamento, Lula da Silva (2007) ressalta a questão da integração Sul-Americana como uma das ações de sua política externa em busca da construção de uma nova ordem internacional e reforça a percepção do Brasil enquanto uma potência regional que está destinando esforços para o estreitamento de relações em nível regional para projetar sua economia dentro do continente. E dessa forma, busca obter avanços na participação do MERCOSUL no nível decisório dos Estados-membros.

A construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez. O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração Sul-Americana, sobretudo no Mercosul (LULA DA SILVA, 2007).

Brigagão & Rodrigues (2006) já apontavam a tentativa de reposicionar o MERCOSUL dentro de uma perspectiva em que fossem priorizadas áreas consideradas estratégicas para o Brasil, entre elas, a defesa de uma equidade nas relações internacionais. Segundo Lula da Silva (2007):

Temos atuado para aproximar povos e regiões, impulsionando o diálogo político e o intercâmbio econômico com os países árabes, africanos e asiáticos, sem abdicar de nossos parceiros tradicionais. Criamos – Brasil, África do Sul e Índia – um foro inovador de diálogo e ação conjunta, o IBAS. Temos realizado inclusive projetos concretos de cooperação em diversos países, a exemplo do que fizemos no Haiti e em Guiné-Bissau.

Para Lula da Silva (2007), as ações adotadas pela Política Externa têm proporcionado uma dinamização para a economia brasileira, ampliado sua atuação no cenário internacional, principalmente a partir de parcerias com mercados promissores para os produtos exportados pelo Estado, e desencadeado iniciativas de outros níveis de participação, como as missões de paz no Haiti. Falcone (2006) ressalta que é nessa ação desencadeada pelo sujeito através da prática linguística, que o discurso se torna um mecanismo concreto de produção de sentidos e, principalmente, de compartilhamento de percepções sociais.

A partir da concepção de que a língua é um sistema virtual e o texto é a sua possibilidade de atualização, dá-se espaço para a ação de um sujeito, mais especificamente um sujeito cognitivo, operando com o seu conhecimento social/individual para a prática linguística (FALCONE, 2006, p. 165).

Lula da Silva (2009) enfatiza as ações desencadeadas pelo Brasil e que permitiram ao Estado não sentir os efeitos da crise de forma tão intensa. “Simplesmente havíamos preservado nosso sistema financeiro do vírus da

especulação. Havíamos reduzido nossa vulnerabilidade externa, passando da condição de devedores à de credores internacionais” (LULA DA SILVA, 2009). Pode-se inferir que essa construção discursiva teve como propósito ressaltar a proatividade do Brasil no cenário externo, uma das características ressaltadas nos discursos do governo Lula, e que resultou em um posicionamento favorável do Estado brasileiro mediante a situação de crise instaurada no mundo.

Falcone (2006, p.164) ressalta que “Ao mesmo tempo em que a formulação de textos é uma realização individual, sempre será socialmente construída e compartilhada”. Ou seja, a ação de utilizar a língua está associada a um constante diálogo entre os conhecimentos que se adquire individualmente e o que resulta do convívio social. Sendo assim, ao compartilhar em seu discurso as ações realizadas pela Política Externa Brasileira (PEB), Lula da Silva (2009) se propôs a explorar potencialmente sua experiência adquirida após decisões que se configuraram como as “salvadoras” do Brasil mediante um cenário de crise de proporção global. Como afirma Falcone (2006, p. 164):

Assim, a língua é um ‘sistema adaptado’, sintonizado com os usos possíveis e os usos correntes. “Dessa forma, a relação entre sistema virtual da língua e sistema atual de texto é uma dialética onde cada lado controla o outro, enquanto eles funcionam conjuntamente (BEAUGRANDE, 1997, p. 12)”.

Em 2010, quando o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2010) compareceu à AGNU como representante do governo brasileiro, ao discursar sobre o papel adquirido pela PEB no governo Lula da Silva (2003 – 2010), que atuou nas Relações Internacionais (RI) com uma vertente mais solidária e humanitária. “Nesses últimos anos, o Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo sentido de solidariedade. Temos a convicção de que é possível fazer política externa com humanismo, sem perder de vista o interesse nacional” (AMORIM, 2010).

### **3) Relação Brasil- África**

Lula da Silva (2007), ao relatar os avanços obtidos pela parceria realizada com os Estados africanos que garantiu ações e medidas de prevenção e combate ao HIV/AIDS e o fornecimento de medicamentos a preços mais baixos, expõe o posicionamento do Brasil em relação a qualquer ato que esteja no rumo contrário. E, principalmente, ressalta sua preocupação com a África. A relação do Brasil com esse

continente se fortalece no governo de Lula, impulsionado pelas cooperações em diversos níveis constituídas pela Política Externa Brasileira (PEB) nesse período.

A Unitaid já conseguiu reduções de até 45% nos preços dos medicamentos contra a Aids, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres da África. É hora de dar-lhe um novo impulso. Idéias que tanto mobilizaram nossos povos não podem perder-se na inércia burocrática (LULA DA SILVA, 2007).

Falcone (2006), ao definir como funciona a perspectiva cognitiva dentro da construção de um discurso, corrobora com a intencionalidade de Lula da Silva (2007) de apresentar um Brasil preocupado com a colocação de regras “mais justas” nas relações econômicas, principalmente envolvendo a África.

(...) a Análise Cognitiva do Discurso não se enquadra em uma perspectiva mentalista de cognição. Assumir que sujeitos têm mentes e, que operam a partir de elaborações mentais, não significa rejeitar a natureza discursiva e social das propriedades cognitivas. Só a partir dessa delimitação é possível compreender a proposta de interface entre prática social e prática discursiva (FALCONE, 2006, p. 174).

No ano seguinte, Lula da Silva (2008) enfatiza novamente a questão da Unitaid e as melhorias proporcionadas, a partir dessa iniciativa. Depreende-se que a intencionalidade na construção desse trecho do discurso está vinculada à exigência de medidas a serem adotadas também por outros Estados, a partir do exemplo brasileiro, em relação não só ao continente, mas também no que refere a outros Estados em condições precárias de fome, saúde, conflitos intermitentes etc. E Lula da Silva (2008) afirma que:

A Unitaid, Central de Compra de Medicamentos, é um primeiro resultado dessa iniciativa, ajudando a combater a Aids, tuberculose e malária em vários países da África. Mas não basta. Precisamos avançar e, muito, se queremos que a Humanidade cumpra efetivamente as Metas do Milênio.

Dessa forma, Lula da Silva (2008) considera que, no âmbito multilateral, as ações desenvolvidas pelos Estados deveriam concentra-se também na adoção de medidas solidárias, como está fazendo o Brasil, com vistas a promover mudanças no cenário internacional e com isso, reafirmar o compromisso do Estado brasileiro com as nações mais pobres. Inclusive, o presidente aponta a atuação brasileira no Haiti como uma das projeções mais relevantes dessa iniciativa, especialmente no que diz respeito à manutenção da paz e por materializar, no local, os compromissos dos países desenvolvidos que na prática, foram pouco cumpridos. Segundo Lula da Silva (2008):

Todos esses esforços no plano multilateral são complementados por meio de ações de solidariedade de meu país para com nações mais pobres, especialmente na África. Quero também enfatizar nosso compromisso com o Haiti, país em que exercemos o comando das tropas da Minustah e ajudamos a restabelecer a paz. Renovo meu chamamento à solidariedade dos países desenvolvidos com o Haiti, muito prometida e pouco cumprida.

Falcone (2006) aponta que as ideologias não podem ser percebidas apenas como a consecução de sentido às ações sociais, mas prioritariamente, devem se comportar como reguladoras e impulsionadoras das atuações em sociedade. Ou seja, elas se constituem em um dos principais elementos responsáveis pela detecção dos extremos Nós (o que compartilhamos; com que propósito e visão de mundo) x Eles (que adotam posicionamentos contrários ao nosso e tendem a omitir o que privilegiamos), cuja finalidade constitui uma “compreensão de mundo e da ação social”. “A distinção NÓS x ELES é fortemente marcada nos discursos ideológicos e, necessariamente, tem a função valorativa (bem x mal); (certo x errado)” (FALCONE, 2006, p. 169).

Quando o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, representou Lula da Silva na Assembleia Geral da ONU em 2010, em seu discurso sobre a questão da África, fez um condensado das proposições brasileiras em relação a esse continente. Na ocasião, renovou o comprometimento do Brasil com os Estados africanos nos mais diversos âmbitos de atuação política, econômica e social e ressaltou ações realizadas de forma pontual em alguns destes Estados, como foi o caso de Guiné Bissau. Segundo Amorim (2010):

A África ocupa um lugar muito especial na diplomacia brasileira. Desde a sua posse, o Presidente Lula foi à África onze vezes. Visitou mais de duas dezenas de países. Implantamos um escritório de pesquisas agrícolas em Gana; uma fazenda-modelo de algodão no Mali; uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais em Moçambique; e centros de formação profissional em cinco países africanos.

As ações desencadeadas no continente africano se constituem em formas de demonstrar para o mundo as proposições brasileiras para a África e ressaltar o retorno obtido, a partir do estreitamento de relações com os Estado desse continente. Essa situação configura o que Nós (Brasil) consideramos relevante em detrimento do que Eles (cenário internacional) vislumbram para aquela região. Como ressalta Falcone (2006, p. 169):

Sendo as ideologias crenças compartilhadas por grupos sociais, elas definem a identidade, o interesse e as ações desses grupos. Dessa forma, é importante ressaltar que “as ideologias não são apenas ‘uma visão de

‘mundo’ de um determinado grupo, mas principalmente os princípios que formam a base dessas crenças (VAN DIJK, 1998, p. 21)”.

#### **4) Combate à Fome e à Pobreza**

A questão da fome é um tema que adquiriu bastante relevância, principalmente no primeiro mandato de Lula. Entretanto, ele reforça seu posicionamento no cenário internacional em relação ao combate à Fome, ao utilizar a plataforma da Assembleia geral para divulgar os dados estatísticos da pobreza no Estado após a implantação do Programa Fome Zero. “O combate à fome e à pobreza deve ser preocupação de todos os povos. É inviável uma sociedade global marcada pela crescente disparidade de renda. Não haverá paz duradoura sem a progressiva redução das desigualdades”. (LULA DA SILVA, 2007).

Lula da Silva (2007), ao expor esses dados quantitativos, mostra aos Estados presentes, principalmente os pertencentes ao continente africano, que o Brasil também está inserido nessa luta e que pode prestar consultoria e apoio na reversão do quadro caótico desses Estados. Nesse aspecto, remete-se à proposição de Van Dijk (1998) em relação à ideologia enquanto um elemento de ligação entre a sociedade e cognição, e que ela promove, através de valores e percepções semelhantes, uma articulação que pode resultar em ressignificações de crenças sociais estabelecidas. Para o autor, as ideologias são “as bases das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo” (VAN DIJK, 1998, p. 21).

Dessa forma, Lula da Silva (2007), ao discursar para esses grupos, abriu possibilidade de organização dos Estados por meio de determinadas “crenças sociais” que desencadeiem ações coordenadas em torno de pretensões em comum. “O problema da fome no planeta não decorre da falta de alimento, mas da falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças. É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos” (LULA DA SILVA, 2007).

Em relação à atividade discursiva, Falcone (2006, p. 166) considera que esse processo está condicionado à forma como os elementos que o compõem estão “socialmente construídos, contextualmente situados e cognitivamente elaborados”. Em outras palavras, a construção do discurso se dará em três vertentes: social, contextual e cognitiva, já mencionadas anteriormente. Como exemplifica a autora:

Conversar, escrever ou ler textos, participar de um debate, assistir a conferências e aulas, ou escutar uma música: são práticas discursivamente

realizadas, que resultam de processos constantes de compreensão, interpretação, inferências, atribuições de sentido e de valores, ou seja, das nossas 'performances cognitivas' (FALCONE, 2006, p.166).

Nesse contexto, Lula da Silva (2008), em seu discurso do ano seguinte, ressalta os impactos ocasionados pelos impasses envolvendo a Rodada de Doha e sua expressiva contribuição para a condição de pobreza e escassez de alimento no planeta. Segundo ele, a questão da fome no mundo estaria atrelada à continuidade na permissão de emprego de subsídios agrícolas pelos Estados desenvolvidos. Este fato poderia ser superado caso as negociações da Rodada de Doha avançassem. Lula da Silva (2008) reitera sua postura:

Minha obsessão com o problema da fome explica o empenho que tenho tido, junto a outros líderes mundiais, para chegar a um acordo que reduza os escandalosos subsídios agrícolas dos países ricos. O êxito da Rodada de Doha terá impacto muito positivo na produção de alimentos, sobretudo nos países pobres e em desenvolvimento.

Após um ano da crise econômica e financeira global, Lula da Silva (2009) aponta as dificuldades enfrentadas para a superação da crise, em virtude da resistência dos Estados desenvolvidos em adotar medidas que regulem os mercados financeiros e promovam reformas nos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, considerados pelo presidente, o “pano de fundo” dessa persistência de um sistema financeiro caótico. E Lula da Silva (2009) declara que:

A maioria dos problemas de fundo não foi enfrentada. Há enormes resistências em adotar mecanismos efetivos de regulação dos mercados financeiros. Países ricos resistem em realizar reformas nos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial. É incompreensível a paralisia da Rodada de Doha, cujo acordo beneficiará, sobretudo, as nações mais pobres do mundo. Há sinais inquietantes de recaídas protecionistas. Pouco se avançou no combate aos paraísos fiscais.

Sendo assim, a possibilidade de um retorno ao protecionismo repudiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante todo o seu governo (2003-2010), a condição de paralisia em que se encontra a Rodada de Doha e a consequente suspensão das ações que seriam empreendidas a partir dela, são alvos constantes de crítica do político brasileiro. Pode-se inferir que, pelo ponto de vista de Lula da Silva (2007-2010), os Estados em desenvolvimento, por meio de ações protecionistas dos Estados desenvolvidos, tem suas economias discriminadas no Sistema Internacional e suas ações de manobra e negociação são limitadas, resultando em cenários de pobreza e fome. Falcone (2006) define a finalidade da ACD como um conjunto de ferramentas capazes de analisar a produção e

reprodução de atos, como este apontado por Lula da Silva (2009), que configuram abuso de poder ou imposição de poder através do discurso. Assim, Falcone (2006, p.166) aponta que:

O objetivo de uma análise sócio-cognitiva do discurso deve ser, fundamentalmente, o de investigar as práticas discursivas como ações públicas que podem desempenhar uma variedade de funções sociais, tais como a (re) produção da discriminação étnica, social e sexista.

Amorim (2010), quando aborda a questão da pobreza e da fome, ressalta que há meios para a reversão desses cenários, como já mencionado durante os oito anos de governo de Lula da Silva. Nessa vanguarda de atuar na superação dessas dificuldades tradicionais enfrentadas por esses Estados, além dos problemas provocados também por catástrofes naturais, como o caso do Haiti, que intensificou sua condição de pobreza e miséria, o Ministro menciona novamente a materialidade das ações brasileiras nessas áreas. E implicitamente, faz referência à necessidade dos Estados africanos, estarem cientes da importância de aumentar sua participação política e econômica no cenário externo, com vistas a melhorar as condições precárias de sua população. Faz referência também à necessidade de adquirir capacidade de garantir a segurança do Atlântico Sul, cujas riquezas também se encontram em sua área de influência, enquanto Estados sul-atlânticos. Segundo Amorim (2010):

Os haitianos sabem que podem contar com o Brasil, não só para a manutenção da ordem e a defesa da democracia, mas também para o seu desenvolvimento. Estamos realizando o que prometemos e estamos vigilantes para que os compromissos da comunidade internacional não se esgotem em manifestações retóricas.

## **5) Avanços econômicos e sociais**

Ao apontar os avanços econômicos e sociais obtidos pelo Brasil nos seus primeiros quatro anos de governo, Lula da Silva (2007) ressalta que o Estado encara as questões ambientais, sociais, econômicas, políticas, entre outras, como inter-relacionadas e que, por isso, não podem ser solucionadas separadamente. Com essa construção discursiva, esclarece que o Brasil está empenhado em manter uma postura interna e externamente sustentável.

A sustentabilidade do desenvolvimento não é apenas uma questão ambiental, é também um desafio social. Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico. Nosso país voltou a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. As oportunidades agora são para todos (LULA DA SILVA, 2007).

Segundo Maingueneau (2005), discurso deve ser compreendido por duas perspectivas: à sua percepção enquanto sistema de regras que determina a característica de uma enunciação; e à sua concepção como um conjunto delimitado por uma adequada “formação semântica” ou “formação discursiva” (Maingueneau, 2005, p. 19-20). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o discurso define como se dá a enunciação, ou seja, como os elementos que compõem o enunciado são constituídos, também delimita dentro de seus signos e símbolos a forma como será compreendido por aqueles que reconhecem a construção semântica que o compõe.

Lula da Silva (2008) inicia seu discurso na AGNU no ano seguinte com um panorama do Brasil desde a sua primeira participação na Assembleia em 2003. E ressalta que as decisões tomadas pelo seu governo, nesse intervalo de tempo, resultaram em melhorias quantitativas e qualitativas para a sociedade brasileira.

Criamos quase 10 milhões de empregos formais. Distribuímos renda e riqueza. Melhoramos os serviços públicos. Tiramos 9 milhões de pessoas da miséria e outras 20 milhões ascenderam à classe média. Tudo isso em um ambiente de forte crescimento, estabilidade econômica, redução da vulnerabilidade externa e, o que é mais importante, fortalecimento da democracia, com intensa participação popular (LULA DA SILVA, 2008).

No ano seguinte ao comparecer a esse foro internacional, o presidente do Brasil faz alusão novamente aos avanços sociais e econômicos obtidos, principalmente por meio dos programas sociais. Esse mecanismo de enfatizar as medidas adotadas no âmbito interno do Brasil e as mudanças geradas por elas pode ser considerado como uma forma de mostrar, para os demais Estados, que o Estado brasileiro tem competência para administrar suas preocupações internas e externas, empregando esforços semelhantes. Essa mensagem destina-se especialmente aos Estados africanos que estão situados no entorno do Atlântico Sul, junto aos quais o Brasil tem atuado ativamente por meio de cooperações e acordos bilaterais.

Lula da Silva (2009) afirma que:

Aprofundamos nossos programas sociais, especialmente os de transferência de renda. Aumentamos os salários acima da inflação. Estimulamos, por meio de medidas fiscais, o consumo para impedir que se detivesse a roda da economia. O equilíbrio macroeconômico foi preservado sem afetar as conquistas populares. O que o Brasil e outros países demonstraram é que também nos momentos de crise precisamos realizar audaciosos programas sociais e de desenvolvimento.

Para Van Dijk (1997), as ideologias presentes no discurso se tornam relevantes principalmente por sua dimensão cognitiva, que segundo ele, é a expressão mais representativa da construção discursiva, pois envolve a forma como o indivíduo está inserido social e cognitivamente dentro das premissas que regem a ideologia que são as evidências sociais e políticas vinculadas a grupos e estruturas sociais. Nessa perspectiva, as ideologias incorporam intuitivamente o que o autor denomina de “objetos mentais” que vão dos pensamentos até às crenças. Sendo assim, Amorim (2010) declara:

Mais de vinte milhões de brasileiros saíram da pobreza e outros tantos da pobreza extrema. Quase trinta milhões de pessoas ingressaram na classe média. Ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula, o Brasil mudou. Crescimento econômico sustentado, estabilidade financeira, inclusão social e a plena vigência da democracia conviveram e se reforçaram mutuamente.

O Ministro das Relações Exteriores, ao realizar um balanço do governo Lula, reforça as mudanças não só políticas, econômicas e sociais, mas também a manutenção da democracia e a busca pela diminuição da desigualdade social, e que também se aplica para o Sistema Internacional (SI). E assim, busca possibilitar maior espaço de manobra política para o Brasil e também para os Estados da África, especificamente os sul-atlânticos, com os quais o Estado brasileiro tem intensificado as cooperações em diversos níveis.

Políticas públicas firmes e transparentes reduziram as desigualdades de renda, de acesso e de oportunidades. Milhões de brasileiros conquistaram dignidade e cidadania. O mercado interno fortalecido nos preservou dos piores efeitos da crise mundial desencadeada pela crise financeira nos países mais ricos do Planeta (AMORIM, 2010).

## **6) Cooperação Sul-Sul**

Lula da Silva (2007), ao tratar da Cooperação Sul-Sul desencadeada desde o seu primeiro mandato, após sua reeleição para mais quatro anos de governo, expõe os direcionamentos que serão tomados pela Política Externa Brasileira (PEB) durante o seu governo e a necessidade de se estreitar ainda mais a relação no âmbito sul-sul. Para tal finalidade, o presidente enfatiza que é imprescindível o incentivo a relações mais equilibradas, principalmente no âmbito das negociações dentro do comércio internacional. Sendo assim, Lula da Silva (2007) declara:

Devemos aumentar igualmente a cooperação sul-sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos. Assim daremos sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Ainda segundo o presidente, a isso está relacionada à política de subsídios agrícolas que tendem a favorecer os Estados ricos. “A rodada de Doha da OMC deve promover um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento, aprovando regras justas e equilibradas para o comércio internacional” (LULA DA SILVA, 2007). Dessa forma, há fatores sociais, econômicos, políticos, ideológicos que podem ter contribuído para a forma como a questão de “cooperação sul-sul” foi abordada no discurso. E Falcone (2006), ao tratar da abordagem sócio-cognitiva de Van Dijk (1988), aponta que os aspectos sociais e culturais são essenciais dentro de uma construção cognitiva de um único discurso. Segundo a autora, há inúmeros processos cognitivos acontecendo na sociedade que precisam ser compreendidos e que não se deve restringir aos indivíduos quando se considera uma visão sócio-cognitiva. Portanto, Falcone (2006, p. 164) afirma que:

A ‘visão sócio-cognitivista’, mesmo que desenvolvida a partir de linha de trabalho distintas, assume o compromisso de incorporar aspectos sociais e culturais à compreensão que se tem do processamento cognitivo, sustentando que existem muitos processos cognitivos os quais acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos.

Lula da Silva (2008) dá continuidade à sua percepção de um caminho para uma aproximação cada vez mais intensa com os Estados do Sul como uma tendência resultante de um novo cenário político, econômico e comercial que está se desenhando no mundo. Trata-se de uma postura que se tornou característica do seu governo, uma PEB cada vez mais baseada no fortalecimento de vínculos com o Sul. Sendo assim:

No passado, os navegantes miravam a estrela polar para “encontrar o Norte”, como se dizia. Hoje estamos procurando as soluções de nossos problemas contemplando as múltiplas dimensões de nosso Planeta. Nosso “norte” às vezes está no Sul (LULA DA SILVA, 2008).

Amorim (2010), ao se pronunciar sobre o investimento do Brasil em cooperações de diferentes níveis com Estados fora do eixo Norte, aponta que a iniciativa brasileira não se restringe à aquisição de novos mercados para os seus produtos, mas quer também reproduzir, em outros Estados, essas experiências positivas do Brasil. E desta forma, pretende intensificar o vínculo com o continente e, conseqüentemente, com os Estados africanos situados no entorno estratégico do Atlântico Sul, e assim garantir uma atuação mais direta na região. Portanto, “Nesses últimos anos, o Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo sentido de

solidariedade. Temos a convicção de que é possível fazer política externa com humanismo, sem perder de vista o interesse nacional” (AMORIM, 2010).

Van Dijk (1997), em seus estudos sobre ACD, ressalta a importância de se detectar nos discursos a voz daqueles que estão excluídos dos circuitos de poder, no domínio linguístico que vai desde uma matéria jornalística até uma construção discursiva propriamente dita. “Para Van Dijk, a partir do modo como determinado grupo tem acesso a dados discursivos pressupõe-se como se constrói sua representação social” (MELO, 2009, p. 12).

Dessa forma, os processos linguísticos resultantes podem ser percebidos também como um mecanismo de inclusão daqueles que estão socialmente excluídos, como se pode inferir o caso dos Estados africanos que possuem vastas riquezas em seus territórios e estão situados no entorno do Atlântico Sul, área de interesse brasileiro, e cuja participação, em nível internacional, só acontece em uma via, a dos interesses dos Estados desenvolvidos. Como afirma Amorim (2010): “Essa política é amparada por iniciativas de cooperação Sul-Sul. O Fundo de Alívio à Pobreza do IBAS, foro que congrega Índia, Brasil e África do Sul, financia projetos no Haiti, Guiné Bissau, Cabo Verde, Palestina, Camboja, Burundi, Laos e Serra Leoa”.

## **7) Conselho de Segurança das Nações Unidas**

Lula da Silva (2007), ao apontar a necessidade de participação mais efetiva dos Estados em desenvolvimento no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS), reforça seu posicionamento em relação à realização de uma reforma no CS, a fim de que o órgão se adeque às demandas vivenciadas no século XXI pelos Estados no Sistema Internacional (SI). E afirma:

Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação. Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento. Igualmente necessária é a reestruturação do processo decisório dos organismos financeiros internacionais (LULA DA SILVA, 2007).

Kress (1990) considera que o discurso é construído sob duas perspectivas: o significado dos signos linguísticos empregados na elaboração do texto escrito e também a questão da imagem, constituída por quem reproduz o discurso. Segundo

o autor, tanto as gesticulações quanto a forma como um texto é elaborado descrevem em que circunstâncias a produção discursiva foi construída, desde que a imagem formada por esse discurso seja identificada no contexto em que foi utilizada.

Dessa forma, Lula da Silva (2008), ao retornar à Assembleia Geral das Nações Unidas, desenvolve como um dos eixos de seu discurso, o processo de reformulação da ONU e do seu Conselho de Segurança. Ele aponta que a ONU enquanto entidade máxima das Relações Internacionais, precisa ser “suficientemente representativa” na resolução das questões que ameaçam a paz mundial. Ele também incentiva o fortalecimento do diálogo na esfera internacional como uma alternativa para os conflitos existentes. “Não é possível que as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança sejam regidos pelos mesmos parâmetros que se seguiram à Segunda Guerra Mundial” (LULA DA SILVA, 2009).

De uma ONU com a autoridade política e moral para solucionar os conflitos do Oriente Médio, garantindo a coexistência de um Estado Palestino com o Estado de Israel; de uma ONU que enfrente o terrorismo sem estigmatizar etnias e religiões, mas atacando suas causas profundas e promovendo o diálogo de civilizações; (...) de uma ONU suficientemente representativa para enfrentar as ameaças à paz mundial, por meio de um Conselho de Segurança renovado, aberto a novos membros permanentes (LULA DA SILVA, 2009).

Para Condor & Antaki (2000, p. 454): “(...) o interesse se concentra no modo como as pessoas, enquanto membros de culturas ou grupos particulares, percebem e descrevem o mundo social”. Ou seja, naquele contexto internacional, o Brasil precisava se posicionar estrategicamente em relação a temas considerados polêmicos, em virtude do impacto gerado na forma como as Relações Internacionais estão estabelecidas. E o CS foi uma das prioridades da PEB no período do governo de Lula de Silva.

Amorim (2010) também é enfático ao abordar a necessidade de uma reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além de uma participação mais ativa dos Estados em desenvolvimento, o Ministro aponta que os métodos de ação que vem sendo adotados não tem uma postura transparente, já que os membros permanentes continuam tratando das questões de interesses globais a portas fechadas. Nessas circunstâncias, Amorim (2010) ressalta as ações realizadas pelo Brasil, mesmo não sendo um membro-permanente:

O Brasil tem procurado corresponder ao que se espera de um membro do Conselho de Segurança, mesmo não-permanente, que é contribuir para a paz. Por essa razão, nos empenhamos em encontrar um instrumento que

pudesse representar avanço para a solução do dossiê nuclear iraniano. Ao fazê-lo, nos baseamos em propostas apresentadas como “oportunidade ímpar” para criar confiança entre as partes.

Nesse trecho, percebe-se que o Brasil tem se mantido coerente em relação à questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao propósito de adquirir um assento permanente nele. Particularmente, reitera a preocupação do Estado brasileiro com a busca de soluções de conflitos por vias pacíficas, já que o Brasil atuou ativamente para a criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS) na década de 1980, e tem tomado outras atitudes que visam fortalecer a alternativa do diálogo como medida a ser constantemente buscada pela ONU. Como ressalta Amorim (2010): “O mundo não pode se permitir o risco de um novo conflito como o do Iraque. Por isso temos insistido com o Governo do Irã que mantenha uma atitude flexível e de abertura às negociações. É preciso que todos os envolvidos revelem essa disposição”.

## **b) Implícitos**

Flores (2007, p. 46) define a utilização da estrutura textual “implícitos” com o propósito de:

Ao recorrer a esta ferramenta textual o enunciador tem por objetivo omitir percepções negativas acerca do “NÓS”. Embora possa ser utilizada como recurso que explicita apenas uma parte da informação que quer ser comunicada esperando que o receptor complete o resto, lançando mão do conhecimento prévio que já tem do fato ou dos referentes comuns compartilhados com o emissor.

No caso do estudo aqui realizado, esta categoria será abordada como um recurso que permite ao enunciador estimular percepções do receptor a partir de seu conhecimento prévio que já foi compartilhado anteriormente com o emissor. Em outras palavras, essa ferramenta torna possível a identificação do que está implícito nos discursos proferidos por Luiz Inácio Lula da Silva, na Assembleia Geral das Nações Unidas, no período de 2007 a 2010.

## **Relação Brasil-África e o Atlântico Sul**

Com base no exposto acima, agora se pretende analisar especificamente como a questão do Atlântico Sul está implícita nas ações brasileiras voltadas para o continente africano. Sendo assim, percebe-se que a forma como os discursos de

Lula da Silva (2007-2009) e do Ministro das Relações Exteriores (2010) foram construídos colocam a África em uma posição de destaque dentro das ações realizadas pela Política Externa Brasileira (PEB) no cenário externo.

Ao se analisar mais profundamente como esse vínculo é perceptível na construção discursiva, considera-se que, nas expressões relacionadas ao continente, há uma tendência a menções implícitas dos interesses do Brasil na região sul-atlântica, já que alguns Estados africanos estão situados no entorno dessa porção oceânica. Como pode ser observado no trecho abaixo retirado do discurso de Amorim (2010):

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a comunidade internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo no que tange às forças armadas.

Ao ressaltar essa preocupação brasileira em relação às condições sociais, econômicas e políticas do continente africano, Amorim (2010) reforça o empenho do Brasil em promover mudanças na realidade vivenciada pela população africana, que sente os efeitos da desigualdade, pobreza e fome há décadas. Além disso, a cooperação e a parceria com o Brasil têm gerado significativa diminuição da dependência dos grandes centros e intensificado o vínculo entre os dois lados do Atlântico Sul. “Com comércio e investimento, estamos ajudando o continente africano a desenvolver sua enorme potencialidade e a diminuir sua dependência de uns poucos centros de poder político e econômico” (AMORIM, 2010).

O presidente ao mencionar o alcance de medidas iniciadas dentro do próprio Estado como o Programa Fome Zero e, que foi projetada também para outros Estados e gerou resultados positivos, principalmente nos Estados africanos, reforça o propósito de intensificar o estreitamento de relações com a África, e indiretamente projetar suas ações sobre o Atlântico Sul. “Em 2004, lançamos a Ação Global contra a Fome e a Pobreza. Os primeiros resultados são animadores, principalmente a criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos” (LULA DA SILVA, 2007).

Em seu discurso do ano seguinte, o presidente reitera a preocupação com a condição social, política e econômica desse continente. “Todos esses esforços no plano multilateral são complementados por meio de ações de solidariedade de meu

país para com nações mais pobres, especialmente na África” (LULA DA SILVA, 2008).

Para Flores (2007), o implícito é uma ferramenta útil para se identificar o que não é dito explicitamente na construção discursiva, mas está nas entrelinhas do discurso, e pode ser reconhecido pelo receptor, desde que disponha de conhecimento prévio ou já tenha compartilhado das percepções desenvolvidas pelo emissor em relação ao assunto abordado.

Dessa forma, percebe-se que Lula da Silva, desde que assumiu a presidência do Brasil em 2003, vem priorizando o estreitamento de vínculos com os Estados africanos, o que tornou possível a compreensão destes em relação à abordagem realizada pelo Estado brasileiro sobre o seu continente. E, principalmente tornou possível o reconhecimento desses Estados sobre as pretensões que se encontram também nas entrelinhas do discurso. Como o trecho abaixo, onde Lula da Silva (2007) enfatiza que:

A Unitaid já conseguiu reduções de até 45% nos preços dos medicamentos contra a Aids, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres da África. É hora de dar-lhe um novo impulso. Idéias que tanto mobilizaram nossos povos não podem perder-se na inércia burocrática. **Mas a superação definitiva da pobreza exige mais do que solidariedade internacional. Ela passa, necessariamente, por novas relações econômicas que não penalizem os países pobres**<sup>42</sup>.

Sendo assim, quando menciona “novas relações econômicas”, faz alusão ao incentivo para o estabelecimento de cooperações e parcerias que busquem também desenvolver o continente africano, similar ao que já estava sendo realizado pelo Brasil, e transformá-lo em uma fonte de parcerias nos diversos âmbitos das Relações Internacionais, ao invés mantê-los somente como fonte de matérias primas. “Os países pobres e em desenvolvimento têm de aumentar sua participação na direção do FMI e do Banco Mundial” (LULA DA SILVA, 2009). Entretanto, pode-se inferir que esse empenho brasileiro esteja intencionado a apontar, aos africanos, a relevância que a África tem na PEB, com vistas a reforçar a concepção de constituição de Estados sul-atlânticos fortalecidos e com um interesse em comum: a soberania sobre as riquezas localizadas no Atlântico Sul.

Há quatro anos, junto com vários líderes mundiais, lancei aqui em Nova Iorque a Ação contra a Fome e a Pobreza. Nossa proposta era, e continua sendo, a de adotar mecanismos inovadores de financiamento. A Unitaid, Central de compra de medicamentos, é um primeiro resultado dessa

---

<sup>42</sup> Grifo da autora (nota do autor)

iniciativa, ajudando a combater Aids, tuberculose e malária em vários países da África. Mas não basta. Precisamos avançar, e muito, se queremos que a Humanidade cumpra efetivamente as Metas do Milênio (LULA DA SILVA, 2008).

Amorim (2010) ressalta: “Implantamos um escritório de pesquisas agrícolas em Gana; uma fazenda-modelo de algodão no Mali; uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais em Moçambique; e centros de formação profissional em cinco países africanos”. Essas iniciativas, que fazem parte da Cooperação em âmbito Sul-Sul, apontam a forma como o Brasil está “abraçando a causa” africana e desenvolvendo em todas as esferas sociais, a concepção de que o Estado brasileiro está disposto a ajudar no que for preciso. Ou seja, implicitamente garante o apoio brasileiro na manutenção da democracia e soberania desses Estados, inclusive, prestando auxílio na proteção da costa africana situada no entorno estratégico do Atlântico Sul.

A África ocupa um lugar muito especial na diplomacia brasileira. Desde a sua posse, o Presidente Lula foi à África onze vezes. Visitou mais de duas dezenas de países. Neste ano, em que um número significativo de países africanos comemora cinquenta anos de descolonização, o Brasil renova seu compromisso com uma África independente, próspera, justa e democrática (AMORIM, 2010).

### **Política Externa Brasileira e o Atlântico Sul**

Lula da Silva (2007), ao se posicionar sobre questões envolvendo mudança climática e adoção de biocombustíveis como uma alternativa para reverter os efeitos gerados pelo uso de combustíveis fósseis, ressalta que o Brasil já vem investindo no estudo e aplicação do Biocombustível. Segundo o presidente, essa iniciativa se configura como uma oportunidade para os Estados pobres e em desenvolvimento aumentarem sua autonomia, particularmente os vizinhos sul-americanos e também os sul-atlânticos, que envolvem os Estados africanos situados no entorno do Atlântico Sul.

O Brasil tem feito esforços para diminuir os efeitos da mudança do clima. Até porque o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania e nem de suas responsabilidades sobre a Amazônia. Estou seguro de que nossa experiência no tema pode ser útil a outros países (LULA DA SILVA, 2007).

Lula da Silva (2007) aponta as contribuições do Brasil para o desenho de uma “integração Sul-Americana”, principalmente a partir de ações via MERCOSUL. Segundo o presidente, o Estado brasileiro tem dispendido ações que visam promover a aproximação com outros povos e regiões da África e da Ásia, Estados

árabes, entre outros. Uma das iniciativas nesse sentido foi a criação do IBAS em 2003, constituído por Brasil, África do Sul e Índia, que tem atuado em diálogos de foros internacionais relevantes e concretizado “projetos de cooperação em diversos países, a exemplo do que fizemos no Haiti e Guiné-Bissau”.

Para reforçar a relevância do contexto em que os discursos são construídos, Van Dijk (2012) ressalta que a perspectiva de abordagem contextual e construtivista está relacionada às características dos discursos que podem ser controladas ou influenciadas por elementos contextuais. Segundo Van Dijk (2012, p. 165):

Uma das condições dessa variabilidade é que muitas das características de alto nível do discurso (por exemplo, a escolha dos assuntos, as interrupções feitas a outrem etc.) são controladas ou potencialmente controláveis, e, portanto, muito mais passíveis de serem influenciadas por vários fatores contextuais.

### **Cooperação Sul-Sul**

Amorim (2010) ressalta que o Estado brasileiro tem intensificado suas ações no cenário externo, visando promover a integração e a paz no âmbito da América do Sul e tem adotado, como medidas, o fortalecimento de parcerias com a Argentina e aprofundado o MERCOSUL “com mecanismos financeiros únicos entre países em desenvolvimento” (AMORIM, 2010).

A fundação da UNASUL - União de Nações Sul-americanas – teve como objetivo consolidar uma genuína zona de paz e de prosperidade. A UNASUL já demonstrou seu valor na promoção do entendimento e da solução pacífica de conflitos entre países sul-americanos e no interior desses países. A UNASUL tornou ainda menos justificável qualquer tipo de ingerência externa (AMORIM, 2010).

Ao abordar a questão da integração regional, o Ministro indiretamente reforça a intenção brasileira de se projetar em nível regional, através de uma maior articulação entre os Estados da América do Sul, e promoção de melhorias de infraestrutura política, econômica e social desses Estados. Sendo assim, o Brasil por ser o que detém a maior extensão da costa voltada para o Atlântico Sul, estaria na vanguarda de exercer influencia mais relevante e assim, garantir sua soberania naquela região e se apresentar como uma opção aos Estados africanos, no que se refere a cooperações na área de segurança, política, economia e social. Como pode ser observado no trecho abaixo:

Em meu continente, a Unasul, criada em maio deste ano, é o primeiro tratado – em 200 anos de vida independente – que congrega todos os países sul-americanos. Com essa nova união política, vamos articular os

países da região em termos de infraestrutura, energia, políticas sociais, complementaridade produtiva, finanças e defesa (LULA DA SILVA, 2008).

### **c) Representação do contexto internacional**

Segundo Van Dijk (2003, p. 44) o objetivo da estrutura textual “Representação do contexto internacional” consiste:

Na busca de identificar seu papel no contexto internacional, à atuação internacional do país, tende a identificar o ambiente em que operam as relações internacionais e, desta forma, avaliar seu papel; possibilidades ou condicionantes acerca de seu comportamento, ou seja, em última instância sua política externa.

O autor ressalta que a ferramenta possibilita que o analista identifique o comportamento do Estado no cenário internacional, a partir de sua atuação na relação com os demais e dos fatores que contribuem para a adoção de determinada postura dentro das Relações Internacionais. Para esta finalidade, elencaram-se alguns aspectos considerados mais relevantes, a partir dos temas já apresentados, e definiu-se como critério a forma como contribuem para a percepção do Brasil no cenário internacional.

### **Nova Ordem Internacional**

Lula da Silva (2007), ao tratar das mudanças climáticas que foi o tema central das discussões da Assembleia Geral em 2007, ressalta a necessidade de uma “equidade social” como uma alternativa para amenizar a situação degradante em que se encontra o planeta. E o Estado buscaria assim atribuir de forma adequada à responsabilidade de cada Estado na promoção das mudanças necessárias, ao invés de ações empreendidas que tendem a onerar os Estados subdesenvolvidos. “Os países mais industrializados devem dar o exemplo. É imprescindível que cumpram os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto” (LULA DA SILVA, 2007). E ele complementa seu raciocínio, ao apontar o papel que os Estados em desenvolvimento precisam desempenhar no contexto nacional, a fim de implicar alterações também em âmbito interno:

Também os países em desenvolvimento devem participar do combate à mudança do clima. São essenciais estratégias nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações. O Brasil lançará em breve o seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. A Floresta Amazônica é uma das áreas que mais poderão sofrer com o aquecimento do Planeta, mas há ameaças em todos os continentes: elas vão do agravamento da

desertificação até o desaparecimento de territórios ou mesmo de países inteiros pela elevação do nível do mar (LULA DA SILVA, 2007).

Lula da Silva (2009) aponta os biocombustíveis como uma das medidas relevantes dentro das ações que visam à alteração dos modelos de produção e consumo dos Estados a fim de reverter o quadro caótico das mudanças climáticas. Embora, a então recente descoberta de petróleo nas camadas de pré-sal, Lula da Silva (2009) ressalta que:

O etanol brasileiro e os demais biocombustíveis são produzidos em condições cada vez mais adequadas, sobretudo a partir do zoneamento agroecológico que acabamos de implantar, mandando para o Congresso Nacional. Todas essas preocupações fazem parte da política energética de um país autossuficiente em petróleo e que acaba de descobrir grandes reservas.

Sua proposta é sustentada nas ações que vem sendo realizadas pelo Brasil desde que assumiu novamente a presidência em janeiro de 2007. Entre uma das medidas adotadas está a retomada do etanol como uma das matrizes alternativas utilizadas pelo Estado. Inclusive, em seu discurso, situa os biocombustíveis no âmbito econômico, social e energético de outros Estados, impulsionando a economia, principalmente dos vizinhos mais pobres da América do Sul e da África. Segundo Lula da Silva (2007):

Os biocombustíveis podem ser muito mais do que uma alternativa de energia limpa. O etanol e o biodiesel podem abrir excelentes oportunidades para mais de uma centena de países pobres e em desenvolvimento na América Latina, na Ásia e, sobretudo, na África. Podem propiciar autonomia energética, sem necessidade de grandes investimentos. Podem gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar. E podem equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis.

Nesse contexto, Falcone (2006) ressalta que “o processo de elaboração discursiva envolve a ação reflexiva e crítica dos atores envolvidos em um evento comunicativo”. Ou seja, a forma como o discurso foi construído reflete a percepção crítica do sujeito em relação ao tema ou assunto e está condicionado pelo contexto de sua leitura do mundo. Dessa forma, Lula da Silva (2007) ao estimular um tratamento político adequado dentro da agenda internacional para os impasses envolvendo as questões climáticas, aponta o investimento cada vez maior em fontes renováveis de energia, como os biocombustíveis. Tal ação estava sendo priorizada em seu governo.

A tentativa de associar a alta dos alimentos à difusão dos biocombustíveis não resiste à análise objetiva da realidade. A experiência brasileira comprova – o que poderá valer também para outros países com características semelhantes – que o etanol de cana-de-açúcar e a produção de biodiesel diminuem a dependência de combustíveis fósseis. Queremos aprofundar esse debate, em todos os seus aspectos, na Conferência Mundial sobre biocombustíveis que convocamos para novembro, na cidade de São Paulo (LULA DA SILVA, 2008).

Nesse trecho, percebe-se que a construção discursiva associa a experiência do Brasil como Estado em desenvolvimento situado na América do Sul, como um espelho para os Estados que pretendem promover mudanças em suas estruturas sociais, políticas, econômicas e financeiras. Inclusive, os africanos, cuja matriz energética é dependente do petróleo fornecido pelos Estados desenvolvidos, apesar da maior parte desse combustível fóssil ser retirado da África. Sendo assim, o Atlântico Sul é mencionado indiretamente em virtude das riquezas minerais e do petróleo do pré-sal estar localizado na área correspondente à Amazônia Azul, sob a jurisdição brasileira.

Melo (2009), ao tratar do papel dos atores sociais dentro da composição do mundo em que o discurso é constituído, ressalta que não há como entender a produção discursiva e os sentidos gerados, sem que aconteçam as interações necessárias dos sujeitos com os objetos, para que lhes atribuam sentido. Dessa forma, infere-se que a forma como a questão dos biocombustíveis foi mencionada remete a uma condição anterior vivenciada pelos receptores, que reconheceram e identificaram naquele pronunciamento.

### **Avanços econômicos e sociais**

Lula da Silva (2007) aproveita a oportunidade do pleito da AG para relatar os avanços obtidos pelo Brasil em relação à questão climática, dando ênfase, principalmente para a Amazônia. Ele ressalta a preocupação do Estado não só com os efeitos sofridos pela floresta em virtude do aquecimento global, mas também o papel que representa dentro da soberania brasileira, cuja responsabilidade o Brasil não está disposto a renunciar em detrimento de interesses ou intervenção de terceiros. “Até porque o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania e nem de suas responsabilidades sobre a Amazônia” (LULA DA SILVA, 2007). Implicitamente, pode-se considerar que ao mencionar a intensificação da presença

brasileira na Amazônia Verde com vistas a preservá-la, deixa subentendida a preocupação também existente em relação à “Amazônia Azul”.

Os êxitos recentes são fruto da presença cada vez maior e mais efetiva do Estado Brasileiro na região, promovendo o desenvolvimento sustentável – econômico, social, educacional e cultural – de seus mais de 20 milhões de habitantes (LULA DA SILVA, 2007).

Ao apontar os eixos de atuação do Brasil na Amazônia, o presidente reforça para os demais Estados o quanto essa área é relevante para o Estado brasileiro e também enfatiza os resultados do seu empenho na diminuição do desmatamento. Ele ressalta que a experiência positiva brasileira pode servir de auxílio para outras regiões do planeta que enfrentam o mesmo problema. Infere-se que estão inclusas as condições de exploração vivenciada pelos Estados africanos que estão situados no entorno do Atlântico Sul. “O Brasil propôs em Nairobi a adoção de incentivos econômico-financeiros que estimulem a redução do desmatamento em escala global” (LULA DA SILVA, 2007). Falcone (2006, p. 169) corrobora essa postura de Lula, ao afirmar como o discurso dependendo da forma como foi elaborado, pode atuar na realização de mudanças na percepção sobre determinado tema:

Toda ação discursiva de contar uma estória, conseqüentemente, resulta de uma forma de observar/compreender esse evento, ou seja, de uma elaboração cognitiva individual/social. E isso é uma ‘ação discursiva’ porque irá operar no processo de construção dos modelos mentais do interlocutor e interferir nas suas crenças e nos seus conhecimentos. Daí o uso de estratégias retóricas de persuasão e, em alguns casos, de manipulação.

## **4.2. Análise dos Discursos de Dilma Rousseff (2011-2014) na Assembleia Geral das Nações Unidas.**

### **4.2.2. Categorias de Análise**

#### **a) Temas**

Para Flores (2007), a estrutura textual “temas” pode ser compreendida pelo seu papel dentro da construção de um discurso. “Existem os temas nos quais NÓS estamos interessados e deles vamos falar com maior ênfase do que os temas dos OUTROS, dos quais provavelmente não vamos sequer falar” (Flores, 2007, p. 46). Diante dessa perspectiva, a partir de agora, pretende-se discorrer sobre os temas considerados mais relevantes dentro da análise dos discursos proferidos por Dilma Rousseff no foro internacional AGNU, no período proposto. Vale ressaltar que, de forma similar aos discursos do Lula, englobam as temáticas de Relações Internacionais acerca do Atlântico Sul, já mencionadas no capítulo anterior.

## **1) Avanços econômicos e sociais**

Em seu primeiro pronunciamento na Assembleia Geral das Nações Unidas, a presidente Dilma Rousseff (2011) apresentou dados sobre os avanços do Brasil em relação à questão política, econômica e social, ressaltando que as projeções de ações dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” que deveriam ser cumpridos até 2015, estavam quase sanados. “Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros” (ROUSSEFF, 2011). Dessa forma, o Estado brasileiro reforçou seu compromisso com o desenvolvimento interno brasileiro ao mesmo tempo em que, indiretamente (implicitamente), abriu as portas para que os demais Estados, principalmente os mais pobres, vissem, na experiência do Brasil, uma possibilidade de superar as condições de atraso e precariedade, vivenciada pela conjuntura política, econômica e social em que estão inseridos. E nesse meio estão inseridos os Estados sul-atlânticos ou africanos, banhados pelo Atlântico Sul e cuja economia também está associada à exploração de seus recursos.

Van Dijk (2012) aponta que são poucos os estudos de base social voltados para a “variação do discurso”, principalmente quando se trata de discurso falado, devido à complexidade de “observar, gravar e transcrever grandes porções de discursos comparáveis em suas situações ‘naturais’”. (VAN DIJK, 2012, p. 160). Ou seja, em termos quantitativos não é comum dispor de mecanismos de comparação que sejam considerados “parâmetros” situacionais (gênero social ou classe social) se associa “sistematicamente” com traços de discursos específicos.

Rousseff (2013) enfatiza os avanços obtidos em âmbito interno pelas medidas adotadas também em seu governo, mas iniciadas na administração de Lula da Silva (2003-2010). Rousseff (2013) “Para nós, todos os avanços conquistados são sempre só um começo. Nossa estratégia de desenvolvimento exige mais, tal como querem todos os brasileiros e as brasileiras”. Em outras palavras, exalta a capacidade brasileira de enfrentar novos desafios a cada dia em busca de promover um desenvolvimento que esteja no nível de necessidade dos brasileiros. Com isso, a presidente também expõe para a comunidade internacional que o Brasil está sempre disposto a analisar possibilidades, alternativas que visem à promoção de melhorias também dos Estados, com quem estabelece parcerias.

Por isso, lancei cinco grandes pactos: o pacto pelo Combate à corrupção e pela Reforma Política; o pacto pela Mobilidade Urbana, pela melhoria do

transporte público e por uma reforma urbana; o pacto pela Educação, nosso grande passaporte para o futuro, com o auxílio dos royalties e do fundo social do petróleo; o pacto pela Saúde, o qual prevê o envio de médicos para atender e salvar as vidas dos brasileiros que vivem nos rincões mais remotos e pobres do país; e o pacto pela Responsabilidade Fiscal, para garantir a viabilidade dessa nova etapa (ROUSSEFF, 2013).

No ano seguinte, Rousseff (2014) apontou os dados que relatavam que o Brasil estava fora do mapa da Fome e que o resultado foi obtido através de medidas internas de crescimento, como a adoção de uma política econômica que gerou cerca de 21 milhões de empregos no mercado brasileiro, o Plano Brasil Sem Miséria. Além dos avanços na área de educação como o Programa “Ciências Sem Fronteiras” e a aprovação de uma lei que destina uma porcentagem dos royalties do pré-sal para a saúde e educação. Como declara Rousseff (2014):

O Brasil saltou da 13<sup>o</sup> posição para 7<sup>a</sup> maior economia do mundo e a renda per capita mais que triplicou. A desigualdade caiu. Sem em 2002, mais da metade dos brasileiros era pobre ou muito pobre, hoje 3 em cada 4 brasileiros integram a classe média e os extratos superiores.

Implicitamente no discurso de Rousseff (2014) percebe-se que, e intencionalidade discursiva consiste em mostrar que as ações empreendidas pelo Brasil também podem ser vislumbradas por outros Estados, e que por meio de cooperações ou parcerias bilaterais com o Brasil, como é o caso dos Estados africanos, em particular, podem resultar em boas alternativas de desenvolvimento, perante essa crise que gerou saldos negativos.

No período da crise, enquanto o mundo desempregava centena de milhões de trabalhadores, o Brasil gerou 12 milhões de empregos formais. Além disso, nos consolidamos como um dos principais destinos de investimentos externos (ROUSSEFF, 2014).

## **2) Conselho de Segurança das Nações Unidas**

Ao iniciar seu pronunciamento sobre o Conselho de Segurança das Nações Unidas, tema recorrente durante os oito anos de governo Lula da Silva (2003-2010), Rousseff (2011) ressalta o quanto se tornou imprescindível à buscar soluções por vias pacíficas no século XXI e que o governo brasileiro tem desenvolvido suas ações em prol do CS, a partir de um trinômio composto por “desenvolvimento, paz e segurança” e que a sustentabilidade também deve ser uma das alternativas buscadas pelo CS no âmbito de manutenção da paz. Particularmente, vale ressaltar que a experiência brasileira envolve também a ZOPACAS implantada na década de

1980 e que tem mantido a zona do Atlântico Sul pacífica e com a proibição de armamentos nucleares.

Temos insistido na inter-relação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas às estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustentável (ROUSSEFF, 2011).

Rousseff (2013) ao abordar a questão da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS) aponta que prestes a completar 70 anos de existência em 2015, e que a revitalização do mecanismo de decisão da ONU deveria aproveitar a ocasião para se tornar “capaz” de atender as novas demandas do século XXI, ao invés de se manter em uma situação de “falta de preparo” mediante aos desafios que se impõe para sua atuação no cenário internacional. Os polos de decisão em questões políticas não podem continuar excluindo a maior parte dos Estados afetados com as medidas adotadas, a partir das decisões resultantes do CS. Dessa forma:

É preocupante a limitada representação do Conselho de Segurança da ONU, face os novos desafios do século XXI. Exemplos disso são a grande dificuldade de oferecer solução para o conflito sírio e a paralisia no tratamento da questão israelo-palestina. Em importantes temas, a recorrente polarização entre os membros permanentes gera imobilismo perigoso (ROUSSEFF, 2013).

Van Dijk (2012) ressalta que ao se propor realizar em uma vertente a análise mais aprofundada de como se constituem as relações entre sociedade e situações sociais, e em outra perspectiva, como acontece a “variação do discurso”, seria necessário considerar que a denominada “força influenciadora crucial” consistiria nas “representações ou construções que os membros da sociedade fazem dessa estrutura social e dessas situações sociais” (VAN DIJK, 2012, p. 170).

No ano seguinte, Rousseff (2014) novamente aponta que o fato das Nações Unidas estarem prestes a completar 70 anos de existência, consiste numa oportunidade de reverter essa condição de “inação” em que se encontra o CS e torná-lo “(...) mais representativo e mais legítimo poderá ser também mais eficaz” (ROUSSEFF, 2014). A presidente faz sérias críticas às formas como a questão dos conflitos no Oriente Médio vem sendo tratadas pelo CS, principalmente a crise israelo-palestina, e ressalta a importância de soluções que visem administrar a situação por meios que evitem mais conflitos diretos. Assim, Rousseff (2014) declara:

Gostaria de reiterar que não podemos permanecer indiferentes à crise israelo-palestina, sobretudo depois do dramático acontecimento na Faixa de Gaza. Condenamos o uso desproporcional da força, vitimando fortemente a população civil, mulheres e crianças. Esse conflito deve ser solucionado e não precariamente administrado, como vem sendo. Negociações efetivas entre as partes têm de conduzir à solução de dois Estados – Palestina e Israel – vivendo lado a lado e em segurança, dentro de fronteiras internacionais reconhecidas.

A questão do comprometimento brasileiro com a luta pela reforma está diretamente relacionada a sua busca por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e assim, garantir não só maior ação de manobra no cenário internacional como também conferir ao “Atlântico Sul” e ao seu entorno estratégico, prioridade no âmbito de segurança e fortalecimento dos vínculos de paz e cooperação com os Estados africanos e com os Estados Sul-americanos também. Como afirma Rousseff (2014):

Em meio a tantas situações de conflito, a América Latina e o Caribe buscam enfrentar o principal problema que nos marcou, por séculos – a desigualdade social. Fortalecem-se as raízes democráticas e firma-se a busca de um crescimento econômico mais justo, inclusivo e sustentável. Avançam os esforços da integração, por meio do Mercosul, da UNASUL e da CELAC.

### **3) Nova ordem internacional**

Rousseff (2011) ressalta a necessidade de fortalecimento da ação dos órgãos multilaterais para que seja retomada a confiança e o crescimento econômico. Ela pontua que o incentivo a uma coordenada entre os Estados-membros da ONU e outras instituições de cunho multilateral, como o FMI, Banco Mundial, entre outros. “A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesão política e de coordenação macroeconômica” (ROUSSEFF, 2011).

Nesse trecho, Rousseff (2012):

Continuamos reduzindo a desigualdade social e aumentando significativamente a renda dos trabalhadores. A responsabilidade fiscal é tão necessária quanto são imprescindíveis medidas de estímulo ao crescimento, pois a consolidação fiscal só é sustentável em um contexto de recuperação da atividade econômica.

Sendo assim, quando retorna à AGNU no ano seguinte, ela reforça a preocupação brasileira com a situação de crise de proporções globais que continua gerando reflexos negativos, principalmente para os Estados pobres e em desenvolvimento. O Brasil tem atuado no estreitamento de vínculos com os Estados do Sul e os efeitos dessa crise, percebe-se que representaram obstáculos para a

continuidade das cooperações e acordos estabelecidos, devido às limitações econômicas e financeiras resultantes da crise.

Segundo Rousseff (2014) o crescimento dos Estados em desenvolvimento deve ser acompanhado da sua participação no processo decisório, entretanto, a situação é diferente. A presidente ressalta na Assembleia Geral que mediante ao cenário econômico não faz sentido a permanência de limitação de ação desses Estados junto às Instituições Financeiras como o FMI e o Banco Mundial. “É inaceitável a demora na ampliação do poder de votos dos países em desenvolvimento nessas Instituições. O risco que estas instituições correm é perder sua legitimidade e sua eficiência” (ROUSSEFF, 2014). E afirma:

A atual geração de líderes mundiais – a nossa geração – tem sido chamada a enfrentar também importantes desafios vinculados aos temas da paz, da segurança coletiva e do meio ambiente. Não temos sido capazes de resolver velhos contenciosos nem de impedir novas ameaças. O uso da força é incapaz de eliminar as causas profundas dos conflitos (ROUSSEFF, 2014).

#### **4) Combate à fome e à pobreza**

Rousseff (2011) ressalta que a percepção do Brasil sobre desenvolvimento está relacionada à superação da pobreza e elevação da qualidade de vida da população, com a diminuição da desigualdade em nível interno e também entre os Estados que compõem o Sistema Internacional (SI). Nesse contexto, a presidente implicitamente faz um elo com a condição de pobreza e miséria vivenciada pelos Estados africanos, considerados parceiros do Brasil e cujas afinidades culturais, políticas e econômicas tornam-se cada vez mais intensas, principalmente com a questão da segurança e paz na região sul-atlântica. E reforça a necessidade da: “(...) diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros” (ROUSSEFF, 2011).

Quando retorna à Assembleia Geral das Nações Unidas, no seu quarto ano de mandato, Rousseff (2014) aponta que é necessário que se retome o dinamismo da economia global para que a desigualdade entre os Estados diminua e induza o crescimento do comércio internacional. Ela também ressalta o retorno das negociações da Rodada de Doha para que sejam concluídas e possibilitem melhorias nas condições financeiras do Sistema Internacional (SI). “No que se refere ao comércio internacional, impõe-se um compromisso de todos com um programa de trabalho para a conclusão da Rodada de Doha” (ROUSSEFF, 2014).

Nesse contexto, Fairclough (2012) ressalta que são as práticas sociais que tornam possível dialogar entre a ação e a estrutura que constituem o comportamento e a posição do sujeito em sociedade. Dessa forma, é a prática que define a posição que o sujeito ocupa na denominada “rede de práticas estruturadas” e envolve basicamente a forma como ele age no meio social, ao mesmo tempo em que fornece mecanismos de reprodução dessas estruturas, sendo possível até modifica-las, a partir do “domínio de ação social e interação” que são característicos da prática social.

## **5) Cooperação Sul-sul**

Rousseff (2011) assim que inicia seu discurso, após mencionar que é a primeira mulher a abrir os trabalhos da Assembleia Geral das Nações Unidas, o que se identifica como um discurso de gênero com vistas a promover discussões sobre a questão da mulher no mundo, também aborda a questão das cooperações internacionais realizadas pelo Brasil e sua predisposição de auxiliar os demais Estados, principalmente em situação de pobreza e miséria. “Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo em desenvolvimento (...)” (ROUSSEFF, 2011).

Quero estender ao Sudão do Sul as boas vindas à nossa família de nações. O Brasil está pronto a cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para seu desenvolvimento soberano (ROUSSEFF, 2011).

Nesse aspecto, considera-se que implicitamente a intencionalidade consistiu em reafirmar o posicionamento já assumido pelo Brasil no governo anterior, em relação ao fortalecimento e ampliação de parcerias em âmbito bilateral ou multilateral com os Estados em desenvolvimento e pobres, seja no continente africano – cooperações em diversos níveis e alguns estarem situados no entorno do Atlântico Sul – asiático ou sul-americano.

Desde final de 2010 assistimos a uma sucessão de manifestações populares, que se convencionou denominar “Primavera Árabe”. O Brasil é pátria de ação de muitos imigrantes daquela parte do mundo. Os brasileiros se solidarizam com a busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade. (ROUSSEFF, 2011).

Van Dijk (2012) ressalta que a interface sócio-cognitiva envolve diversas perspectivas na relação entre situação social e discurso, e que uma delas, reside no fato de não ser do tipo “determinística”, ou seja, não é um fato social que controla a

forma como se constrói o discurso, mas sim como se percebe subjetivamente esse fato social ou se constrói concepções a partir dele. Ainda segundo Van Dijk (2012,p. 163):

Pela mesma razão, minha abordagem não é compatível com um tratamento da língua, do discurso e da sociedade, que assuma que o uso da língua tem 'condições materiais' (imediatas), como as que encontramos nas formulações marxistas tradicionais. Claro que existem condições 'materiais' (econômicas etc.) para a vida cotidiana, mas essas condições materiais só podem influenciar o discurso se forem interpretadas, representadas e 'vivas' como tais pelos usuários da língua.

Rousseff (2014) reforça o papel que o BRICs tem adquirido nas ações brasileiras em âmbito internacional e como as projeções das capacidades de atuação do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul no cenário externo têm sido conduzidas a partir das ações realizadas pelo órgão multilateral. Rousseff (2014) declara que é:

Com grande satisfação o Brasil abrigou a VI Cúpula dos países do Brics. Recebemos os líderes da China, da Índia, da Rússia e da África do Sul num encontro fraterno, proveitoso que aponta para importantes perspectivas para o futuro. Assinamos acordos de constituição do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. O Banco atenderá às necessidades de financiamento de infraestrutura dos países Brics e dos países em desenvolvimento.

## **6) Relação Brasil- África**

Rousseff (2014) ao tratar sobre a África em seu discurso ressalta que a comunidade internacional não pode ignorar as calamidades provocadas pelo alastramento do vírus ebola na região oeste do continente. E reforça que o Brasil está disposto a apoiar a “Missão das Nações Unidas de Resposta Emergencial ao Ebola” e que caso, necessite de efetivo, o Estado brasileiro se mostrará solidário à causa.

Da mesma maneira, a promoção da igualdade racial é o resgate no Brasil dos séculos de escravidão a que foram submetidos os afro-brasileiros, hoje mais da metade da nossa população. Devemos a eles um inestimável legado permanente de riquezas e valores culturais, religiosos e humanos. Para nós, a miscigenação é um fator de orgulho (ROUSSEFF, 2014).

Nessa reunião da Assembleia Geral, em específico, a representante brasileira manteve uma postura de gratidão e respeito à população africana, pela forma como tratou questões “delicadas” como o racismo, a desigualdade social e a dívida que o Brasil tem para com os povos africanos. Dessa forma, Rousseff (2014), aponta o compromisso brasileiro com esse continente, cujas afinidades não apenas culturais,

mas também políticas, econômicas e do âmbito de segurança, no que se concerne ao Atlântico Sul, e que está disposta a adotar medidas que intensifiquem essa relação.

Será crucial definirmos meios de implementação que correspondam à magnitude das dificuldades que nós nos comprometemos a superar. Precisamos ser ambiciosos em matéria de financiamento, cooperação, construção e capacidades nacionais e transferências de tecnologias, sobretudo em favor dos países menos desenvolvidos. Destaco, nesse contexto, a necessidade de estabelecer um mecanismo para o desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologias limpas, ambientalmente sustentáveis (ROUSSEFF, 2014).

Nessa perspectiva, Van Dijk (2012) ressalta a necessidade de se projetar a compreensão da produção discursiva, no âmbito crítico, para além dos contextos. Segundo o autor, as categorias sociais e os grupos a que pertencem os sujeitos que constituem os discursos, serem abstratas e, portanto, não oferecem formatos de qualidade em relação ao real uso da língua. Dessa forma, Van Dijk (2012, p. 163) afirma que:

Contudo, dentre as variáveis sociais de sempre estudadas pela Sociolinguística Clássica, a idade, a classe social e a profissão podem exercer influências mais ponderáveis que outras, tais como o gênero social, porque tendem a implicar diferenças nas experiências (duradoras ou diárias), e exposição a tipos e contextos discursivos relativamente diferentes.

## **b) Implícitos**

Para Flores (2007), a relevância de aplicação da estrutura textual “implícitos” de Van Dijk (1988) dentro dos estudos relacionados à política externa e a conjuntura política de uma forma geral, consiste na possibilidade de identificar o que o emissor tenta omitir na sua construção discursiva, por considerar negativa. Mas também pode ser usada com a finalidade de dar ênfase apenas a uma parte da mensagem e deixar o “não-dito” a cargo daqueles que reconhecem os signos e a produção de sentidos presentes no discurso.

Dessa forma, para este estudo elencou-se a partir da categoria “Temas” apresentada anteriormente, os elementos em que há pretensões implícitas na forma como os discursos foram construídos, fazendo alusão à temática principal em que está situado o objeto desta pesquisa, o Atlântico Sul.

## **Relação Brasil-África**

Rousseff (2012) ressalta que a África continua sendo uma das regiões de maior preocupação do Brasil, principalmente no que se refere à superação das condições de pobreza, fome e dependência em relação aos Estados desenvolvidos e sua política limitadora no cenário internacional. Nesse discurso, percebe-se implicitamente a questão da atuação brasileira no continente e as medidas adotadas no nível de cooperação e apoio, como o tipo de ação mais adequada para prover a melhoria das condições da população africana. E assim, garantir que os Estados africanos disponham de preparo para exercer sua soberania no entorno estratégico do Atlântico Sul e que uma maior projeção de poder das grandes potências na região seja evitada.

Assim como em 2011, senhor presidente, o Oriente Médio e o Norte da África continuam a ocupar um lugar central nas atenções da comunidade internacional. Importantes movimentos sociais, com distintos signos políticos varreram grandes regimes despóticos e desencadearam processos de transição cujo sentido e direção ainda não podem ser totalmente estabelecidos (ROUSSEFF, 2012).

A existência de uma “rede global de espionagem eletrônica” (ROUSSEFF, 2013), em que o Brasil estava sendo alvo de investigações colocou o Estado brasileiro em uma situação de exposição no cenário internacional. Dessa forma, a presidente Dilma Rousseff (2013) utilizou a plataforma da Assembleia Geral para reafirmar que o Brasil tem adotado medidas de segurança e que sua postura quanto à manutenção da paz tem sido coerente e que o Estado não apoia qualquer ação terrorista. Novamente, infere-se que esse pronunciamento estava carregado de intencionalidade implícita em relação aos Estados pobres e em desenvolvimento, cuja ação brasileira tem sido mantida através de uma relação diplomática constante e voltada para melhorias desses Estados, principalmente os africanos situados no entorno da região sul-atlântica.

O Brasil, senhor presidente, sabe proteger-se. Repudia, combate e não dá abrigo a grupos terroristas. Somos um país democrático, cercado de países democráticos, pacíficos e respeitosos do Direito Internacional. Vivemos em paz com os nossos vizinhos há mais de 140 anos (ROUSSEFF, 2013).

Nesse trecho percebe-se um dos aspectos apontados por Van Dijk (2012) no que concerne à constituição da situação comunicativa. Segundo ele, se trata de uma representação subjetiva e complexa das variadas “propriedades sociais” que podem ter maior ou menor grau de relevância dependendo das circunstâncias em que o

texto é elaborado. “(...) ora a identidade de gênero e mais relevante do que as identidades de idade, classe social ou profissão, ora é menos relevante, dependendo da natureza da atividade em curso, dos propósitos dessa atividade ou de outros fatores da situação” (VAN DIJK, 2012, p. 164 – 165).

Rousseff (2014) no quarto ano de seu mandato como presidente do Brasil inicia seu pronunciamento no foro internacional com a questão da afinidade entre o Brasil e os Estados africanos, que ao longo de seu governo e de seu antecessor Lula da Silva (2003 – 2010) estiveram entre as prioridades das ações realizadas pela Política Externa Brasileira (PEB). Em seu discurso ressalta os vínculos culturais e históricos e a contribuição da África para a construção da identidade nacional do Brasil, o que se infere como uma oportunidade encontrada pela presidente para enaltecer “implicitamente” seu compromisso com os Estados desse continente e assim, reforçar a concepção de uma comunidade sul-atlântica, com propósitos de segurança e desenvolvimento compartilhados. Dessa forma, percebe-se o Brasil e sua projeção sobre o Atlântico Sul, sendo concretizada através do contínuo estreitamento de relações com os Estados africanos.

### **Cooperação Sul-Sul**

Rousseff (2011) ressalta a importância da atuação brasileira na produção de tecnologias intermediárias que atendam a demandas específicas. Percebe-se que não há referências diretas aos Estados Africanos que estão situados no entorno do Atlântico Sul, que são os vizinhos com quem o Brasil tem buscado estreitar as relações através de cooperações em diversos níveis. Além disso, o Estado brasileiro tem se mantido cada vez mais empenhado na resolução dos problemas da fome, da pobreza e do atraso que marcam esse continente. “Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo em desenvolvimento, em matéria de segurança alimentar, tecnologia agrícola, geração de energia limpa e renovável e no combate à pobreza e à fome” (ROUSSEFF, 2011).

Mutz & Mondak (2006 *apud* VAN DIJK, 2012, p. 165) ressaltam o papel que o contexto desempenha dentro das ideologias dos participantes das diversas categorias sociais. Segundo os autores, ao se considerar o ambiente de trabalho enquanto categoria social percebe-se que ele tende a apresentar-se como um dos mais propícios para a constituição de “discursos políticos cruzados” ou conflitivos,

devidos a interação entre as diferentes perspectivas dos sujeitos que constituem o meio que está sendo analisado.

Em âmbito de cooperação Sul-Sul, o governo Dilma Rousseff (2011 – 2014) apresentou comportamentos que são coerentes com as medidas adotadas e estimuladas durante o governo de Lula da Silva (2003-2010), com fins a estreitar os vínculos com os Estados do Sul, visando manter a posição já conquistada pelo Brasil, principalmente na relação de proximidade com os Estados africanos, que são potenciais aliados na garantia da soberania na região do Atlântico Sul. Dessa forma, se observa o estímulo dado à continuidade das ações envolvendo o BRICs e o IBAS, particularmente no que se refere a posicionamentos políticos coordenados a fim de elevar a credibilidade desses mecanismos de negociação no cenário internacional. “É urgente a construção de um amplo pacto pela retomada coordenada do crescimento econômico global, impedindo a desesperança provocada pelo desemprego e pela falta de oportunidades” (ROUSSEFF, 2012).

Nos últimos doze anos, em particular, acrescentamos a essas conquistas a construção de uma sociedade inclusiva baseada na igualdade de oportunidades. A grande transformação em que estamos empenhados produziu uma economia moderna e uma sociedade mais igualitária. Exigiu, ao mesmo tempo, forte participação popular, respeito aos Direitos Humanos e uma visão sustentável de nosso desenvolvimento. (ROUSSEFF, 2014).

### **Política Externa Brasileira (PEB)**

Rousseff (2011) ao elaborar o seu discurso com base na percepção de que a comunidade internacional precisa compreender que há outros meios para solucionar conflitos e divergências, que não seja o uso da força, se coloca em uma posição de vanguarda da paz no mundo e confirma seu propósito na manutenção da paz, através das ações de sua Política Externa Brasileira (PEB), Particularmente nas regiões em que está inserido, como é o caso da sul-americana e sul-atlântica. “Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso à força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas” (ROUSSEFF, 2011).

Falcone (2006) aponta que os discursos são elaborados ou concebidos a partir da forma como os receptores entendem e interpretam os “elementos contextuais” que constituem sua essência e que também estão condicionados pelo conhecimento compartilhado previamente com o grupo a quem se direciona a produção discursiva. Sendo assim, o Brasil se apropriou da informação dos demais

Estados em relação as suas ações na busca pela paz, além de criticar as intervenções já ocorridas e acompanhadas pela comunidade internacional, para reforçar sua visão de mundo perante o Sistema Internacional (SI). E mais uma vez, sua pretensão de cooperação com fins a diminuir a desigualdade entre os Estados e assim manter a zona sul atlântica pacífica, cooperativa e ciente dos seus direitos de exploração das riquezas da região. Rousseff (2012):

Em um cenário de desafios ambientais, crises econômicas e ameaças à paz em diferentes pontos do mundo, o Brasil continua empenhado em trabalhar com seus vizinhos por um ambiente de democracia, um ambiente de paz, de prosperidade e justiça social. Avançamos muito na integração do espaço latino-americano e caribenho como prioridade para nossa inserção internacional.

Rousseff (2012) também ressalta os avanços obtidos por meio do MERCOSUL e Unasul que se tornaram uma ferramenta de “integração e democracia”, que tem mantido o Brasil firme nas negociações multilaterais. Segundo Falcone (2006, p. 167), torna-se imprescindível compreender que o contexto envolve todos os elementos externos ao discurso e as representações subjetivas elaboradas pela nossa cognição:

A partir de uma perspectiva cognitivista, podemos afirmar que os contextos são as construções mentais (com base na experiência social) com as quais operamos no momento de elaboração de um texto (falado ou escrito), daí a afirmação de que texto e contexto estão intrinsecamente vinculados.

Dessa forma, Rousseff (2013) no trecho “O Debate Geral oferece a oportunidade para reiterar os princípios fundamentais que orientam a política externa de meu país e nossa posição em temas candentes da realidade e da atualidade internacional”, ressalta que as ações da PEB estão estruturadas com o propósito de defender soluções pacíficas em um mundo multilateral, que visa uma participação menos desigual dos Estados dentro do cenário externo. Nessa perspectiva, infere-se que o tema Atlântico Sul se faz presente implicitamente no processo de manutenção da paz na região com a ZOPACAS, e também na preocupação brasileira em estabelecer uma nova ordem mundial, em que os Estados africanos situados na costa sul-atlântica, adquiram autonomia para garantir a defesa de seu entorno estratégico. E Rousseff (2013) reforça essa tendência de “vocação pacífica” do Brasil:

Guiamo-nos pela defesa de um mundo multilateral, regido pelo Direito Internacional, pela primazia da solução pacífica dos conflitos e pela busca de uma ordem solidária e justa – econômica e socialmente. A Crise na Síria

comove e provoca indignação. Dois anos e meio de perdas de vidas e destruição causaram o maior desastre humanitário deste século.

### **Avanços econômicos e sociais**

Nesse trecho Rousseff (2011) aborda a questão do crescimento econômico do Estado brasileiro como uma forma de demonstrar para o mundo, como o Brasil está priorizando a solução dos problemas internos, e que as medidas adotadas têm gerado resultados promissores.

O Brasil está fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo e de crescimento (ROUSSEFF, 2011).

Segundo Rousseff (2013), as movimentações nas ruas do Brasil exigindo melhorias nos setores de educação, saúde, transporte, entre outros, representam um reforço de que o Estado brasileiro está no caminho certo para a consolidação de sua democracia e promoção de mudanças sociais. E que os avanços obtidos durante o governo do PT representam uma percepção de superação da pobreza, com base na diminuição das desigualdades tanto no âmbito interno do Brasil quanto no externo, demonstrando para os demais Estados que o Estado brasileiro dispõe de mecanismos para a promoção de mudanças. Além disso, a concepção de “vocação pacífica” do Brasil se reflete em uma percepção de segurança na região do Atlântico Sul, construída a partir da imagem de confiança repassada pelo Estado brasileiro. Dessa forma, Rousseff (2013) afirma que:

Nós nos formamos no cotidiano das grandes lutas do Brasil. A rua   o nosso chão, a nossa base. Os manifestantes não pediram volta ao passado. Os manifestantes pediram sim o avanço para um futuro de mais direitos, mais participa o e mais conquistas sociais. No Brasil, foi nessa década, que houve a maior redu o de desigualdade dos últimos 50 anos. Foi esta década que criamos um sistema de prote o social que nos permitiu agora praticamente superar a extrema pobreza.

Fairclough (2012) corrobora essa percep o, ao ressaltar que as práticas sociais são constituídas pelos elementos: atividades produtiva, meios de produ o, rela es sociais, valores culturais, consciência e semiose, que constantemente se relacionam, por meio da dialética. Segundo o autor, embora sejam elementos diferentes, em algum momento da produ o de sentido, há uma intera o em que cada um incorpora o que o outro produz sem perder a sua essência. E completa:

Dessa perspectiva, as rela es e identidades sociais, os valores culturais e a consciência são em parte semióticos, o que não permite inferir que as

relações sociais, por exemplo, sejam teorizadas do modo como se faz nos estudos da linguagem. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 309).

### **Nova ordem internacional**

Rousseff (2011) ressalta a necessidade de aumentar a participação dos Estados em desenvolvimento no processo decisório sobre as políticas econômicas, sociais, de segurança, etc. Entretanto, uma das medidas a serem adotadas é o processo de reformas nas instituições multilaterais para que os Estados emergentes também possam contribuir para os índices de crescimento da economia global.

Os países emergentes, sozinhos, não podem garantir a retomada do crescimento global. Mais do que nunca, é preciso uma ação coordenada para reduzir o desemprego e restabelecer o dinamismo do comércio internacional. Estamos todos no mesmo barco (ROUSSEFF, 2011).

A partir dessa percepção, compreende-se que as “ações coordenadas” que visam uma participação equitativa de todos estados, tem sido foco da atuação brasileira nos governos do PT. Compreende-se que o propósito implícito por trás desse empenho brasileiro, está relacionado aos seus interesses na elevação de manobra política de seus parceiros africanos, a fim de que obtendo maior peso no cenário internacional, suas ações voltadas principalmente para o Atlântico Sul adquiram mais força política.

Van Dijk (2012) aponta que a maioria das propriedades do discurso pode ser adaptada à complexidade resultante da relação com as diversas “comunidades de práticas” em que estão inseridos os sujeitos e as suas respectivas formas de interação e interesses compartilhados. Dessa forma, Van Dijk (2012, p. 162):

(...) propriedades e variações específicas do discurso, digamos, de adolescentes, mulheres e homens, ou de professores, precisariam ser examinados em relação com as suas várias comunidades de práticas de que essas pessoas fazem parte.

Em outras palavras, o teórico ressalta que ao se analisar as propriedades de um determinado discurso torna-se imprescindível que se conheça previamente como o comportamento ou postura social do sujeito que produziu o discurso e quais os conhecimentos compartilhados pelas comunidades em que está inserido.

Rousseff (2014) aponta que a preocupação com o estabelecimento de uma nova ordem internacional deve estar situada em um mesmo patamar de igualdade que a paz e o desenvolvimento sustentável. Segundo a presidente, a fundamentação para a necessidade de uma reformulação do Sistema Internacional (SI) consiste

justamente nos valores que são compartilhados entre os Estados pobres e em desenvolvimento. Nesse contexto, reforça o repúdio do Brasil a qualquer tipo de discriminação e exclusão. “O meu governo combate incansavelmente a violência contra a mulher em todas suas formas. Consideramos o século 21, o século das mulheres” (ROUSSEFF, 2014).

Falcone (2006) ressalta que ao se propor investigar profundamente um discurso, é necessário compreender as diversas “operações sócio-cognitivas” que estão envolvidas no processo de sua constituição. Sendo assim, é imprescindível analisar como se comporta cada uma das relações e interações que constituíram a elaboração da produção discursiva.

### **c) Representação do contexto internacional**

Para Flores (2007, p. 46), a estrutura textual “representação do contexto internacional” pode ser compreendida como:

As representações que são explicitadas sobre a situação internacional são importantes para detectar as percepções sobre as condições nas quais o próprio país deveria lidar com esse contexto mundial e regional.

Trata-se de uma ferramenta utilizada para entender como os Estados se comportam no Sistema Internacional, a partir da forma como compreendem a conjuntura em que estão inseridos, e adotam posturas condizentes com seus propósitos em nível local e global. Sendo assim, essa categoria de análise será aplicada a partir dos temas – já mencionados nessa subseção de Dilma Rousseff - considerados por esta autora, mais representativos da postura brasileira no contexto internacional e que fazem alusão ao tema Atlântico Sul, ainda que indiretamente.

### **Nova ordem internacional**

Rousseff (2011) ao ressaltar a necessidade de se buscar alternativas coletivas para a questão da crise econômica e financeira em que estão inseridos os Estados que compõem o Sistema Internacional (SI), reforça a percepção brasileira de uma participação mais ativa dos Estados pobres ou em desenvolvimento na tomada de decisões em que também são diretamente afetados.

Importa, sim, encontrarmos soluções coletivas, rápidas e verdadeiras. Essa crise é séria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as

consequências da crise, todos têm o direito de participar das soluções (ROUSSEFF, 2011).

Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (ACD), Flores (2007) ressalta a importância de entender a forma como os Estados estão inseridos no contexto internacional e como percebem as ações que devem ser adotadas por eles, a fim de obter os resultados esperados, em relação à manutenção de sua posição em nível local e global. Essa intencionalidade brasileira de intensificar a participação, especialmente dos Estados africanos, que possuem muitas parcerias bilaterais e multilaterais com o Brasil, consiste em garantir apoio político e coordenado através das cooperações. Rousseff (2012) ressalta essa percepção do Brasil, no ano seguinte ao abordar a necessidade de combater a desigualdade no Sistema Internacional (SI) e promover a superação de dificuldades que afligem diversos Estados, principalmente os africanos, que são condicionados às vontades das grandes potências.

Reafirmo também o nosso compromisso de manter a região livre de armas de destruição de massas. E nesse ponto, quero lembrar a existência de imensos arsenais que, além de ameaçar a humanidade, agravam tensões e prejudicam os esforços de paz (ROUSSEFF, 2012).

Rousseff (2014) aponta que o Brasil tem contribuído para a construção de uma sociedade mais participativa e equitativa, a partir das ações desempenhadas no cenário internacional e que visam o estabelecimento de oportunidades iguais para todos os Estados que compõem o Sistema Internacional (SI). A presidente ao abordar o papel que o Brasil vem desempenhando no cenário internacional quanto à busca de uma nova ordem internacional, ressalta que:

Os Estados-membros e as Nações Unidas têm, hoje, diante de si, desafios de grande magnitude. Estes devem ser as prioridades desta Sessão da Assembleia Geral. O ano de 2015 desponta como um verdadeiro ponto de inflexão. Estou certa de que não nos furtaremos a cumprir, com coragem, com lucidez, nossas altas responsabilidades na construção de uma ordem internacional alicerçada na promoção da Paz, no desenvolvimento sustentável, na redução da pobreza e da desigualdade (ROUSSEFF, 2014).

### **Cooperação Sul-Sul**

Rousseff (2011) ao defender a prática da economia solidária como uma alternativa para promover um “equilíbrio global” em meio às consequências suscitadas pela grave crise econômica e financeira que assola o mundo desde 2008 ressalta como a cooperação pode ser um caminho para reequilibrar as demandas

em nível mundial. “Países altamente superavitários devem estimular seus mercados internos e, quando for o caso, flexibilizar suas políticas cambiais, de maneira a cooperar para o reequilíbrio da demanda global” (ROUSSEFF, 2011).

Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, até agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência não é ilimitada. Queremos – e podemos – ajudar, enquanto há tempo, os países onde a crise já é aguda (ROUSSEFF, 2011).

Rousseff (2013) ao tratar da questão da espionagem ilegal ressalta que o Estado brasileiro exige maior empenho para coibir esse tipo de ação no Sistema Internacional (SI) e que os Estados que são seus parceiros comerciais e políticos, dentre eles, os situados ao Sul que são o foco da Política Externa Brasileira (PEB), convergem no posicionamento em relação à essa questão. “Governos e sociedades amigas, que buscam consolidar uma parceria efetivamente estratégica, como é o nosso caso, não podem permitir que ações ilegais, recorrentes, tenham curso como se fossem normais. Elas são inadmissíveis” (ROUSSEFF, 2013).

Nesse contexto, Van Dijk (2012) ressalta que ao se constituir uma situação comunicativa, deve-se compreender que se trata de uma representação subjetiva e complexa das variadas “propriedades sociais” que podem ter maior ou menor grau de relevância dependendo das circunstâncias em que o texto é elaborado. Dessa forma, a representatividade brasileira perante a relação de cooperação estabelecida com esses Estados, torna-se mais evidente nas entrelinhas. O Brasil conquistou esse lugar de “porta-voz” dos Estados pobres e em desenvolvimento, através do estreitamento de relações em diversos níveis, especialmente no caso dos Estados africanos. Dessa forma, Rousseff (2013) afirma que pela perspectiva brasileira:

O problema, porém, transcende o relacionamento bilateral de dois países. Afeta a própria comunidade internacional e dela exige resposta. As tecnologias de telecomunicação e informação não podem ser o novo campo de batalha entre os Estados. Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestruturas de outros países.

As ações de manutenção de paz podem ser compreendidas como uma ferramenta empregada pelo Brasil em seus discursos como forma de fixar que o Estado brasileiro sempre está disposto a buscar soluções para os problemas vias pacíficas, sem conflitos diretos e que seus vizinhos sul-americanos e sul-atlânticos compartilham da mesma percepção. E dessa forma, indiretamente assume uma

postura proativa e coordenada quanto a questões que estão diretamente relacionadas à sua soberania e a dos Estados que sob sua área de “influência”. “(...) o Brasil apresentará propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam” (ROUSSEFF, 2013).

### **Conselho de Segurança das Nações Unidas**

Rousseff (2011) ressalta que o Brasil tem percorrido um “árduo” caminho para se tornar apto para assumir um assento permanente. Os meios que vem empregando para ter credibilidade junto às Nações Unidas, como é o caso de compor missões de paz e ajuda humanitária, tem reforçado para o mundo, a vertente pacífica de atuação da diplomacia brasileira. Particularmente, a da zona de paz constituído no Atlântico Sul, pode-se interpretar como um dos desdobramentos que corroboram o argumento de maior manobra política no cenário internacional. Como afirma Rousseff (2011):

Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.

Falcone (2006) aponta que ao se promover uma análise sócio-cognitiva, torna-se imprescindível ter a percepção de que o contexto adquire uma nova conotação na proposta desenvolvida por Van Dijk (2006<sup>a</sup>). Segundo a autora, a concepção difere da sua utilização na teoria clássica, em que constantemente é percebido como algo “diretamente determinado por aspectos regularmente tratado como contextuais: Instituições, cultura, gênero, idade, classe social, etc.” (FALCONE, 2010, p. 167). Em outras palavras, por essa perspectiva o contexto consiste em “interpretações subjetivas” desses elementos que o condicionariam ou determinariam na teoria clássica, dentro de uma “interação situada”, com fins a interações específicos. “Se, por um lado, esses aspectos são relevantes para a elaboração de discursos, por outros eles não podem ser entendidos como determinantes” (FALCONE, 2010, p. 167).

Rousseff (2014) ressalta a necessidade do Conselho de Segurança ser mais democrático e permitir que outras vozes sejam ouvidas, além dos membros-

permanentes e não permanentes. Segundo a presidente, com a adesão de novos Estados para as duas categorias, há uma elevação na “representatividade do conselho”, o que torna suas ações mais legítimas mediante aos Estados que até então só recebem as soluções, não oferecem propostas. E reforça:

Em qualquer hipótese, repudiamos intervenções unilaterais ao arrepio do Direito Internacional, sem autorização do Conselho de Segurança. Isso só agravaria a instabilidade política da região e aumentaria o sofrimento humano. Da mesma forma, a paz duradoura entre Israel e Palestina assume nova urgência diante das transformações por que passa o Oriente Médio (ROUSSEFF, 2014).

## **CONSIDERAÇÕES PARCIAIS**

Diante do exposto acima, percebe-se semelhanças nas construções dos discursos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no período de 2007 a 2014. Na categoria de análise “Temas”, foram abordados assuntos que se concentraram em torno da “nova ordem internacional”, “avanços econômicos e sociais”; “combate à fome e à pobreza”; “conselho de segurança da ONU”; “relação Brasil-África” e “cooperação Sul-Sul”, os quais foram explorados intensamente na construção discursiva dos dois presidentes. Entretanto, há diferenças na forma como os discursos foram construídos. Enquanto Lula usava normalmente a dicotomia Nós x Eles, Dilma enfatizava os temas de interesse, falando pouco ou não falando nos interesses de outros.

Dessa forma, em relação a essa categoria, notou-se que foram realizadas algumas menções implícitas ao Atlântico Sul, principalmente quando foram abordadas questões relacionadas à pobreza e à fome, a cooperação no âmbito sul e sul e a relação Brasil-África, pois as referências mencionadas inferiam sobre a constante atuação brasileira no continente africano e a diversidade de influências exercidas sobre o entorno do Atlântico Sul.

Quanto à estrutura textual “implícitos”, percebe-se que os eixos em que o Atlântico Sul foi mencionado de forma implícita consistem nos trechos referentes às ações brasileiras no continente africano e em âmbito de cooperação sul-sul, além da menção aos acordos bilaterais e criação do IBAS e UNASUL, como palco de negociações em nível regional e internacional. Isso tudo concretizado através de sua Política Externa Brasileira (PEB). Dessa forma, a construção discursiva considerou a esfera sócio-cognitiva do grupo que está envolvido diretamente na discussão desses assuntos, que são os Estados pobres e em desenvolvimento, como a maioria

dos Estados africanos. O propósito foi reforçar o papel que a África e o Atlântico Sul ocupam dentro das prioridades da Política Externa Brasileira (PEB) e o esforço do Estado brasileiro em manter uma relação amistosa com o seu entorno estratégico.

E por fim, em relação à “Representação do contexto internacional” identificou-se nos discursos que o Brasil tem assumido no cenário internacional posturas que visam confirmar ou reafirmar seu propósito de ações voltadas para o estabelecimento de uma nova ordem internacional, mais equitativa, com a participação efetiva de Estados pobres e em desenvolvimento, situação que envolve a maioria dos Estados africanos e sul-americanos, respectivamente.

Em relação ao Atlântico Sul, considera-se que os eixos pontuados na análise e que abordam Cooperação em diversos níveis; Integração Regional; Biocombustíveis e Amazônia; Conselho de Segurança das Nações Unidas; África; e Política Externa Brasileira (PEB), englobam implicitamente a temática sul-atlântica pela abrangência e interesses que estão vinculados aos posicionamentos assumidos pelo Brasil no cenário internacional, durante o período estudado.

## 5. CONCLUSÃO

Ao se propor responder a pergunta-problema: No período de 2007 a 2014, nos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, o tema Atlântico Sul foi mencionado ou silenciado nos discursos proferidos na Assembleia Geral da ONU? Para este estudo utilizou-se a vertente teórica e metodológica da Análise Crítica do Discurso (ACD) e a partir dela, aplicou-se as estruturas textuais desenvolvidas no decorrer dos estudos realizados por Van Dijk (2000), aos elementos-chaves retirados do referencial teórico sobre Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), considerados “categoria de análise” e que estão correlacionados com o tema Atlântico Sul.

A partir das análises dos discursos dos presidentes, observou-se mais continuidades que rupturas nas questões abordadas na Assembleia Geral das Nações Unidas e que se constituíram em torno de “Cooperação Sul-Sul”; “Política Externa Brasileira”; “Relação Brasil-África”; “Combate à fome e à pobreza”; “Avanços econômicos e sociais”; e “Conselho de Segurança das Nações Unidas”. Assim, pretende-se agora pontuar as principais constatações em relação ao fato do objeto deste estudo, ser ou não mencionado, e se de forma implícita ou explícita.

Dentro das categorias de análise “Temas”, os temas “Cooperação Sul-sul”; “Política Externa Brasileira”; “Combate à fome e à pobreza”; e “Relação Brasil-Africa”; são eixos em que os presidentes em questão, dedicam-se a construir um raciocínio que conduza as percepções de que a manutenção das relações com os Estados do Sul é relevante para o posicionamento estratégico do Brasil no Sistema Internacional e que devem, portanto, ser priorizadas pelas ações da política externa. E nesse contexto, o combate à fome e à pobreza é essencial para melhorar os índices sociais e econômicos dos Estados em desenvolvimento e que são potenciais parceiros do Brasil, sendo o continente africano, um dos mais atingidos por essas mazelas sociais, e cujos Estados estão situados no entorno do Atlântico Sul.

Dessa forma, há uma menção implícita ao Atlântico sul na forma como os temas foram insistentemente tratados em um dos foros internacionais mais importantes do cenário externo. No tema “Avanços econômicos e sociais”, Lula da Silva e Dilma Rousseff ao apontar os avanços obtidos pelas medidas e políticas adotadas em âmbito interno e que resultaram em índices de melhorias sociais e econômicas, utilizam esses dados com o intuito de demonstrar aos Estados pobres e

em desenvolvimento que podem reverter sua situação econômica e social. Para isso, basta seguir o exemplo do Brasil, que está inclusive, disposta a prestar todo o apoio necessário. Percebe-se que há a pretensão de tornar seus parceiros mais fortes e expressivos no Sistema Internacional e assim, no que se refere ao Atlântico Sul, garantir que os Estados sul-atlânticos estejam preparados para lidar com as possíveis ameaças à soberania da região.

Situação semelhante acontece com o tema “Conselho de Segurança da ONU”, constantemente abordado quanto a sua reforma como uma participação mais equitativa dos Estados. O argumento de sua ineficiência na resolução de problemas e conflitos da forma tradicional como está estruturado, com poder de veto só para os Estados com assento permanente, vem sendo adotado pelo Brasil. Dessa forma, o Estado brasileiro reforça sua posição favorável à reforma e sua intencionalidade em adquirir um assento permanente no Conselho e garantir maior atuação política dos Estados situados no entorno estratégico do Atlântico Sul.

Quanto à categoria de análise “Implícitos” há trechos dos discursos em que a temática “Atlântico Sul” pode ser inferida como parte central dessas construções discursivas, mesmo presente de forma não dita. Os presidentes em questão, ao se referirem às ações desencadeadas na África, por exemplo, reforçam a prioridade que o continente tem para o Estado brasileiro e o empenho intenso em ampliar e intensificar cada vez mais os vínculos já estabelecidos, que não se restringem a questões comerciais ou financeiras, mas também culturais e de identidade. Assim, nessa intencionalidade brasileira de estreitar esses laços, está subentendida a preocupação com a garantia de uma parceria efetiva e fortalecida com os Estados do entorno estratégico do Atlântico Sul, que se tornou a “menina dos olhos” do Brasil.

Ao abordar a cooperação sul-sul e a política externa brasileira, associadas à necessidade de ampliar cada vez mais as ações externas para os Estados do Sul, que se tornaram mercados relevantes para o Brasil, ambos os presidentes consideraram as cooperações prioridades dentro de sua Política Externa Brasileira. Assim, esforços bilaterais e multilaterais foram estimulados fortalecidos, e resultaram em ações mais enfáticas no cenário externo através do IBAS e da UNASUL, que se tornaram verdadeiros palcos de negociação em âmbito regional de América do Sul e Estados Sul-atlânticos. Sendo assim, infere-se que há por detrás do discurso de

cooperação sul-sul, a intenção de se fortalecer mutuamente, e manter a região do Atlântico Sul uma zona de paz e cooperação, como já prevista pela ZOPACAS, ao mesmo tempo em que o Brasil através dessas iniciativas se mantém em uma posição favorável no cenário externo.

Já por meio da terceira e última categoria de análise “Representação do contexto internacional” constatou-se nos discursos a tentativa de o Brasil em inculcar por meio de suas posturas no cenário internacional, a importância do estabelecimento de uma nova ordem internacional, com uma participação mais igualitária dos Estados, particularmente os pobres e em desenvolvimento. E a essa defesa está associada ao fato dos maiores parceiros brasileiros, como é o caso dos Estados africanos adquirirem maior visibilidade e assim fortalecerem as discussões suscitadas pelo Brasil no Sistema Internacional, como é a questão da defesa dos interesses relacionados ao Atlântico Sul e suas inúmeras riquezas.

Outros aspectos relevantes envolvem Cooperação sul-sul, que abrange a questão sul-atlântica sob as várias perspectivas, entre elas, em primeiro lugar o processo de integração regional em âmbito sul-americano que está relacionado à manutenção de paz com os vizinhos, a fim de não interferirem ou perceberem os propósitos brasileiros em relação ao Atlântico Sul como ameaças às suas ações regionais ou voltadas para a África. Em segundo, os Biocombustíveis, ações desencadeadas pelo Brasil visando alternativas energéticas e conseqüentemente diminuição da dependência brasileira de combustíveis fósseis e também dos demais Estados em desenvolvimento e pobres. Embora, parte considerável do pré-sal se encontre na Amazônia Azul que está situada no Atlântico Sul, o Brasil manteve esse discurso em relação aos biocombustíveis.

E em terceiro lugar, as ações da política externa que englobam todas as ações voltadas para a defesa dos interesses do Estado brasileiro na região sul-atlântica, assim como a manutenção da soberania da Amazônia Verde, que o Brasil já defende há tempos em seus discursos no cenário externo e que utiliza como mecanismo para ressaltar a relevância da Amazônia Azul em âmbito interno.

E como último eixo dessa categoria de análise, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, que se tornou um dos mecanismos de maior insistência brasileira ao se pronunciar em relação ao papel dos Estados na conjuntura internacional no período de 2007 a 2014, quando tanto Lula quanto Dilma diversas vezes em seus

discursos na ONU abordaram a necessidade de reforma do Conselho e da própria ONU. Esse posicionamento do Brasil implicitamente reforçava também a intenção dos presidentes em adquirir mais uma plataforma de luta para a manutenção de uma região de cooperação e de paz no Atlântico Sul e conferir maior manobra aos seus vizinhos sul-atlânticos, os Estados africanos, dentro da proposta brasileira de reforma.

Como resultado deste estudo, observou-se continuidade no tratamento dado aos temas que mencionavam apenas indiretamente ou implicitamente a temática sul-atlântica. E constatou-se que as construções discursivas levaram em consideração a esfera sócio-cognitiva do grupo diretamente envolvido com os assuntos discutidos pelo Brasil, como é o caso dos Estados africanos. E que a intencionalidade consistiu justamente reforçar a relevância do continente africano e do Atlântico Sul dentro das ações desencadeadas pela Política Externa Brasileira (PEB), além do esforço na busca de região sul-atlântica cada vez mais cooperativa e articulada para a defesa das riquezas dessa porção oceânica.

A Análise Crítica do Discurso (ACD) e a própria Análise do Discurso (AD) forneceram mecanismos para a identificação dos fatores que contribuíram para o comportamento discursivo da temática “Atlântico Sul” nos discursos proferidos, auxiliando na percepção de rupturas ou continuidades nas abordagens relacionadas aos temas apontados como repetitivos e que se transformaram em elementos-chaves no processo de análise. Dessa forma, tornou-se possível identificar como e se o objeto de estudo desta pesquisa foi mencionado e de que forma isso se deu no decorrer das produções discursivas analisadas, e assim, esse estudo contribuiu para a elaboração de um novo olhar para a concepção do Atlântico Sul dentro das concepções brasileiras para a região sul-atlântica.

Vale ressaltar que a trajetória percorrida pelo Brasil até esse aprofundamento das relações com o continente africano por meio de sua política externa, esteve muitas vezes, relacionada à forma como os governos brasileiros conceberam essa parceria que em um primeiro momento não parecia tão favorável ao Brasil. E desde o pós-II Guerra Mundial, os posicionamentos brasileiros no Sistema Internacional tem sido fundamentais para a construção de uma PEB mais autônoma e voltada cada vez mais, para um fortalecimento de ações em âmbito sul-sul, através de diversos tipos de cooperação.

Nesse contexto, o Atlântico Sul foi adquirindo visibilidade por suas rotas marítimas, embora tenha vivenciado momentos em condição secundária de navegação, com as descobertas minerais tem se mantido na mira de muitos Estados, particularmente do Brasil. A partir do governo Lula, se intensificam ações voltadas para ratificar a região como cooperativa e de paz e estreitar os vínculos entre o Estado brasileiro e seus vizinhos sul-atlânticos, os Estados africanos.

É evidente que as vantagens de uma “política africana” podem não ser percebidas caso seja realizada apenas análise superficial. De uma forma geral, deve-se ter a consciência de que as ações estratégicas brasileiras em relação à África estão sendo construídas com uma perspectiva de resultados futuros. Além disso, o processo de internacionalização do continente e a aceleração econômica em nível global transformaram a região africana em um campo fértil de tendências políticas no âmbito internacional. E como o Brasil vislumbra projeção de poder sobre o Atlântico Sul, investir em ações voltadas para esse continente, são imprescindíveis.

Com base na forma como os diversos autores abordaram os governos de Lula da Silva (2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) percebeu-se que ambos os presidentes mantiveram posturas em prol de uma manutenção das relações no âmbito sul-sul, através de cooperações e estreitamento de vínculos com os Estados sul-americanos e sul-atlânticos, no caso dos Estados africanos situados no entorno estratégico do Atlântico Sul. Entretanto, a forma como conceberam a política externa dentro de seus governos se diferencia, em virtude de fatores associados às conjunturas internacional e nacional em que assumiram a presidência do Brasil, e também conduziram suas políticas internacionais.

Particularmente, a questão africana em ambos os governos, se comporta como continuidade/descontinuidade, pois semelhante ao seu antecessor, Dilma Rousseff buscou manter o continente dentro das atenções do Estado brasileiro. Entretanto, as ações voltadas para a África já não são tão enfáticas quanto no governo Lula da Silva, período em que o Atlântico Sul adquiriu muito mais visibilidade e as inúmeras visitas realizadas por Lula e sua comitiva fortaleceram a presença do Brasil no continente e possibilitaram negociações em diferentes vertentes de cooperação e apoio mútuo, que conferiram à “política africana” uma ressignificação dentro da política externa brasileira. Ainda há pouca literatura

relacionada à percepção de Dilma Rousseff sobre África e Atlântico Sul, uma das grandes dificuldades para a elaboração deste estudo e que se tornou um limitante na busca de referencial teórico. Portanto, considera-se imprescindível, que se desenvolvam pesquisas relacionando o governo de Dilma Rousseff e a questão do Atlântico Sul, nas perspectivas de analisar como está sendo construída essa percepção de Estados sul-atlânticos em sua administração.

## REFERÊNCIAS

ALTEMANI, Henrique. **Política Externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

AMORIM, Celso. **Discurso do Ministro Celso Amorim, na abertura do debate geral da 65ª Assembleia Geral das Nações Unidas em 2010**. Disponível em: <<[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/10001-discurso-do-ministro-celso-amorim-na-abertura-do-debate-geral-da-65-sessao-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-novayork-23-de-setembro-de-2010](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas/categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/10001-discurso-do-ministro-celso-amorim-na-abertura-do-debate-geral-da-65-sessao-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-novayork-23-de-setembro-de-2010)>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Notícias do Itamaraty. **Estadão**. 16 mai. 2008. Disponível em: <[www.estadao.com.br/suplementos/not-sup140913,0](http://www.estadao.com.br/suplementos/not-sup140913,0)>. Acesso em: 10 abr. 2016.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTABILIDADE E CONTROLE DE MATERIAIS NUCLEARES (ABACC). **Ata de Integração Brasil-Argentina assinada em 1986**. Disponível em: <<[www.abacc.org.br/?p=551](http://www.abacc.org.br/?p=551)>. Acesso em 02 ago.2016.

BAUER, M. W; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 2006.

BACHEGA, Hugo. Patriota nega recuo de política externa e diz que 'era hora de consolidar'. **BBC Brasil**. São Paulo, 22 maio 2014. Disponível em: <[www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140513\\_entrevista\\_patriota\\_hb](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140513_entrevista_patriota_hb)>. Acesso: em 10 abr. 2015.

BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de sociologia e política**, Curitiba, v.21, n. 47, set. 2003. ISSN 0104-4478. Disponível e:<[dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004](https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004)>. Acesso em 15 mar. 2015.

BRASIL, Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Projetos – Cooperação Sul-Sul**. 2015a. Disponível em: <[www.abc.gov.br/projetos](http://www.abc.gov.br/projetos)>. Acesso em 12 abr. 2015.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise do discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Revista Linguagem – Estudos e Pesquisas**, Vol. 1, n. 01, p. 171 – 182, jan/jun 2011. Campinas: UFG, 2011. Disponível em: <[revistas.ufg.emnuvens.com.br](http://revistas.ufg.emnuvens.com.br)> . Acesso em: 25 ago. 2015.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento entre o Governo da República federativa do Brasil e o Governo da República Argentina**, Brasília, DF, 1989. Disponível em:<[www.daimre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b\\_100/](http://www.daimre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1988/b_100/)>. Acesso em 02 ago. 2016.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul)>. Acesso em 15 set. 2016.

BRÍGIDO, Eveline Vieira. O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. **Revista Século XXI**, Porto Alegre, V.2, Nº 2, Jul-Dez 2011.

BROZOSKI, Fernanda Pacheco de Campos. **A revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul no sistema internacional**. 2013. 115 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2013. Disponível em: <[www.ie.ufrj.br/images/posgraduacao/ppge/Dissertao\\_Fernanda\\_Pacheco\\_de\\_C.\\_Brozowski.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/posgraduacao/ppge/Dissertao_Fernanda_Pacheco_de_C._Brozowski.pdf)>. Acesso em: 05 mai. 2016.

CASTRO, Therezinha de Castro. O Atlântico Sul: contexto regional. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, n.714,1984.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

\_\_\_\_\_. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 46, n. 2, p.5 – 25, Dezembro 2003.

CESARIO, Ana; ALMEIDA, Ana. **A Análise do discurso político**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CONGRESSO NACIONAL (Brasil). **Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)**. Brasília: Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL (representação brasileira), 2015. Disponível em: <[www.camara.leg.br/mercosul/blocos/SADC.htm](http://www.camara.leg.br/mercosul/blocos/SADC.htm)>. Acesso em: 15 set. 2016.

CORRÊA, Claudio Rodrigues; FLÔR, Claudio Rogério de Andrade. Jogos de guerra: instrumentos de cooperação. **Revista Escola de Guerra Naval**. Disponível em: <[www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2012/edicao18\\_2.161-190.pdf](http://www.egn.mar.mil.br/arquivos/revistaEgn/dezembro2012/edicao18_2.161-190.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2016.

COURTINE. Jean-Jacques. O discurso inatingível: Marxismo e Linguística (1965-1985). Tradução de Heloísa M. Rosário. In: **Cadernos de tradução** - n. 6, Jun. 1999. Porto Alegre: 1999, p. 5-18.

COUTO, José A. Cunha. A quem interessa a desmilitarização do Atlântico Sul? **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro, n.119, 1999.

DANESE, S. Diplomacia Presidencial. **Empresa Brasil de Comunicação**- EBC. Brasil sediará conferência mundial sobre governança da internet em 2014. Rio de

Janeiro: Topbooks Editora, 1999. Disponível em: <[www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/10/brasil-sediara-conferencia-mundials-obre-governanca-dainternet-em](http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/10/brasil-sediara-conferencia-mundials-obre-governanca-dainternet-em)>. Acesso em: 16 out. 2014.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Semiose, mediação e ideologia: uma visão dialética. **Revista Parágrafo**, v. 4, n.1, 2016. Disponível em: <[www.revistaseletronicas.fiafaam.br/index.php/recicofi/article/view/375/372](http://www.revistaseletronicas.fiafaam.br/index.php/recicofi/article/view/375/372)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FALCONE, Karine. A Análise cognitiva do discurso. **Anais do Evento PG Letras 30Anos**, v.1, p. 162-175. Disponível em: <[www.pgletras.com.br/Anais-30Anos/Docs/Artigos/2.%20Pesq%20em%20andamento%20Ling%C3%BC%C3%ADstica/2.8%20Karina%20Falcone.pdf](http://www.pgletras.com.br/Anais-30Anos/Docs/Artigos/2.%20Pesq%20em%20andamento%20Ling%C3%BC%C3%ADstica/2.8%20Karina%20Falcone.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2015.

FARIA, João Afonso Prado Maia de. A consciência situacional marítima (CSM) e a Marinha do Brasil. In: Aula inaugural dos Cursos de Altos Estudos da Escola de Guerra Naval, 2012, Rio de Janeiro, RJ. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 213-229, jan-jun. 2012.

FERNANDES, Carla Montuori. As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro. **Aurora**: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.5, n.14, p.69-85, jun.-set. 2012. Disponível em: <[www.revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/9266/7522](http://www.revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/9266/7522)>. Acesso em: 10 out. 2015.

FLORES, Mário César. Atlântico Sul: aspectos de segurança. **Segurança e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v.31, n.195,1988.

FLORES, F. I. P. **Ideologia e política externa do Brasil e do México frente às opções de integração regional (1990 – 2006)**. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2007.

FONSECA, D. da Silva & RIMES, A. L. de O. C. (2011). O uso dos mecanismos coesivos no discurso de Dilma Rousseff. **Revista Philologus**, Ano 17, nº 51, set - dez. 2011 – Suplemento. Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 366. Disponível em: <[www.filologia.org.br/revista/51supl/34.pdf](http://www.filologia.org.br/revista/51supl/34.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. O Sujeito e o Poder. In: RABINOV, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984, p.229-249.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1995, 239 p.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 2. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996, 79 p.

GOMES, Antonio. **Análise de discurso segundo Pêcheux e Orlandi**. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

GONÇALVES, Williams da Silva. A Inserção do Brasil na América do Sul. **Revista OIKOS**. Rio de Janeiro. Volume 10, n. 2 . 2011. Disponível em: < [revista.oikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/280/156](http://revista.oikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewFile/280/156)>. Acesso em: 24 maio 2016.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: Fernandes, C.A.; SANTOS, J.B. (Org). **Teorias Linguísticas: problemáticas contemporâneas**. Uberlândia: EDUFU, 2003, p. 21-34.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org). **Discurso e mídia - a cultura do espetáculo**. São Carlos (SP): Editora Claraluz, 2003, p. 21-34.

\_\_\_\_\_. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: BRAIT, B. **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo Contexto, 2006, p. 33-52.

\_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

HALLIDAY, M. A. K. Language Structure and Language Function. In: LYONS, J. **New Horizons Linguistics**. London: Pinguin Books, 1970.

HIRST, M.; LIMA, M.R.S. Crisis y toma de decisión en la política externa brasileña: el programa de integración Argentina-Brasil y las negociaciones sobre la informática con Estados Unidos. In: RUSSEL, R. **Política exterior y toma de decisión em America Latina**. Buenos Aires: GEL, 1990, p. 61-110.

KRESS, G. Critical Discourse Analysis. In: W. G. (org.). **Annual Review of Applied Linguistics 11**, 1990.

LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Na trilha de uma política externa afirmativa**. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, Ibase, p. 94-100, 2003.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lulada-silva/discursos/2o-mandato/2007/25-09-2007discurso-dopresidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-62aassembleiageral-das-nacoes-unidas/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lulada-silva/discursos/2o-mandato/2007/25-09-2007discurso-dopresidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-62aassembleiageral-das-nacoes-unidas/view)>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-09-2008discurso-dopresidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-63aassembleiageral](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/expresidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-09-2008discurso-dopresidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-do-debate-geral-da-63aassembleiageral)>.

al-das-nacoes-unidas/view>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas.** Disponível em: <[www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/audios/lula-audios-2010/23-09-2009-discurso-do-presidente-darepubblica-luiz-inacio-lula-da-silva-abertura-debate-geral-da-64a-assembleia-geral-dasnacoes-unidas-nova-iorque-eua-18min48s/view](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/audios/lula-audios-2010/23-09-2009-discurso-do-presidente-darepubblica-luiz-inacio-lula-da-silva-abertura-debate-geral-da-64a-assembleia-geral-dasnacoes-unidas-nova-iorque-eua-18min48s/view)>. Acesso em: 10 out.2014.

MAGALHÃES, Diego Trindade d'Ávila. O novo norte do sul: emergentes como vetores da globalização no mundo em desenvolvimento. **3º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais**, 2011. Disponível em:<[www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100067&sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100067&sci_arttext)>. Acesso em: 02 ago. 2016.

MALDIDIER, Denise. A Inquietação do Discurso. **(Re) Ler Michel Pêcheux Hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARINHA DO BRASIL. **LEPLAC**. Rio de Janeiro: Diretoria de Hidrografia e Navegação, 2010. Disponível em: <[www.mar.mil.br/dhn/dhn/ass\\_leplac.html](http://www.mar.mil.br/dhn/dhn/ass_leplac.html)>. Acesso em: 02 ago. 2016.

MARQUES, Welisson. **Metodologia de pesquisa em análise do discurso face aos novos suportes midiáticos**. Universidade Federal de Uberlândia, 2011.

MARULL, Yana. Brasil confirma prioridade da África em sua política externa ao perdoar dívidas. **Yahoo Notícias**. [S.], maio, 2013. Disponível em: <[br.noticias.yahoo.com/brasil-confirma-prioridade-africa-politica-externa-aoperdoar-194047683.html](http://br.noticias.yahoo.com/brasil-confirma-prioridade-africa-politica-externa-aoperdoar-194047683.html)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MATTOS, Carlos de Meira. O Atlântico Sul: sua importância estratégica. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, v.6, n.688, 1983.

MAZZOLA, Renan. **Análise do discurso: um campo de reformulações**. 2009.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Hucitec,1998.

MIYAMOTO, Shiguenoli. A política externa brasileira para a África no início do novo século: interesses e motivações. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, 2011.

MUCCI, Latuf Isaias: s.v. "Semiose", *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*, coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9. Disponível em: <[www.edtl.com.pt](http://www.edtl.com.pt)>. Acesso em: 10 ago.2016.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. Política africana do Brasil: mudança entre Lula e Dilma? **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v.6, n.29, p.33-47, abr./mai. 2015.

Disponível em: <[oaji.net/articles/2015/2137-1439060449.pdf](http://oaji.net/articles/2015/2137-1439060449.pdf)>. Acesso em 04 jun. 2016.

ORLANDI, E.P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Unicamp, 1999.

\_\_\_\_\_. A análise do discurso: algumas observações. **Rev Docum Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, 1986; p. 105-26.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas: Pontes, 2012.  
PÊCHEUX, M; Leon J, Bonnafous S; Marandin JM. Apresentação da análise automática do discurso. In: Gadet F, Hak T, organizadores. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp; 2001. p. 253-82.

\_\_\_\_\_. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b. P. 311-318.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Pulcineli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1988. 317p.

\_\_\_\_\_. **O Discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Puccineli Orlandi. 3. Ed. Campinas: Pontes, 2002. 68 p.

PENHA, Eli Alves. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2011. 245p.

RIBEIRO, Claudio Oliveira. A política africana do governo Lula (2003-2006). **Revista Tempo Social**, Universidade de São Paulo, v. 21, n. 2. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a09.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ts/v21n2/v21n2a09.pdf)>. Acesso em 10 dez. 2014.

RIBEIRO LUÍS, Camila Cristina. Pensamento Geopolítico brasileiro e a construção do espaço geopolítico sul-atlântico. In: **Anais do VI Encontro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (VI ENABED)**, São Paulo. 2012.

RODRIGUES, Rômulo da Silva Vargas. Saussure e a Definição da Língua como Objeto de Estudos. **ReVEL**. Edição especial n.2, 2008. Disponível em: <[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)>. Acesso em 15 mar. 2016.

ROSI, Bruno Gonçalves. O Brasil e o conselho de segurança das Nações Unidas no governo Dilma. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 3, nº 11, abr-maio 2012.

ROUSSEFF, Dilma (2011). **Discurso da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff**. Discurso no Debate Geral da 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <[www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republicadilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-dasnacoes-unidasnova-iorque-eua](http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republicadilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-dasnacoes-unidasnova-iorque-eua)>. Acesso em 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. (2012). **Discurso da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.** Discurso no Debate Geral da 67ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <[www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta](http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta)>. Acesso em 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. (2013). **Discurso da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.** Discurso no Debate Geral da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <[www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta](http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta)>. Acesso em 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. (2014). **Discurso da Presidente da República, Dilma Vana Rousseff.** Discurso no Debate Geral da 69ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <[www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta](http://www2.planalto.gov.br/presidenta/discursos-da-presidenta)>. Acesso em 10 dez. 2014.

SARAIVA, Flavio, **África parceria do Brasil atlântico: Relações Internacionais do Brasil e da África no início do século XXI.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SARAIVA, Miriam Gomes. O Brasil entre a União Europeia e a América do Sul entre continuidades e mudanças nos governos de Cardoso e Lula: limites para uma relação triangular. In: **Brasil, União Europeia, América do Sul: anos 2010-2020.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009. 268 p. Disponível em: <[www.kas.de/wf/doc/kas\\_17329-1522-5-30.pdf?090820140804](http://www.kas.de/wf/doc/kas_17329-1522-5-30.pdf?090820140804)>. Acesso em 15 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Novas abordagens para análise dos processos de integração na América do Sul: o caso brasileiro. **Revista Carta Internacional**, v.8, n. 1, jan - jun. 2013, p. 3 - 21. Disponível em: <[cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/79/53](http://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/download/79/53)>. Acesso em: 15 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Estancamento e crise da liderança do Brasil no entorno regional. **Revista Carta Internacional**, jan-jun 2013. Disponível em: <[www.cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/download/129/52](http://www.cartainternacional.abri.org.br/index.php/Carta/article/download/129/52)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.50, n.2, p. 42-59, 2007a. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2.pdf)>. Acesso em: 16 mar.2016.

\_\_\_\_\_. O segundo mandato de Lula e a política externa: poucas novidades. **Revista Carta Internacional**, mar. 2007b. Disponível em: <[www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/viewFile/407/161](http://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/viewFile/407/161)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SOUZA, André Luiz Coelho Farias de; Santos, Vinicius Silva dos. A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU. **Mural Internacional**, v. 5, n. 2, jul-dez 2014. Disponível em: <[www.unirio.br/ccjp/cienciapolitica/arquivos-1/discursos-de-dilma](http://www.unirio.br/ccjp/cienciapolitica/arquivos-1/discursos-de-dilma)>. Acesso em 10 ago. 2015.

SARDINHA, A. P. B. Linguística de corpus: histórico e problemática. **Revista D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 16, n.2, p. 323-367, 2000.

SEIXAS CORRÊA, L. F. de (Org.). **O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006**. Brasília: FUNAG, 2007.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SINCLAIR, J. **Corpus, concordance, collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SOARES, João Clemente Baena. Breves considerações sobre a reforma da ONU. In: **Seminário sobre a Reforma da ONU**. Rio de Janeiro. Reforma da ONU: textos acadêmicos. Brasília: FUNAG, 2009, p.11.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção Continental do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1935.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Lexicologia, Lexicografia e Terminologia**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística: São Paulo, 2013. Disponível em:<[www.anpoll.org.br/gt/lexicologia-lexicografia-e-terminologia/](http://www.anpoll.org.br/gt/lexicologia-lexicografia-e-terminologia/)>. Acesso em: 10 jun. 2016.

VAN DIJK, T. Semântica do discurso. In: PEDRO, E. R. (Org.) **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997.

VAZ, Alcides Costa. **Cooperação, integração e processo negociador: a construção do Mercosul**. Brasília: Ibri, 2002.

\_\_\_\_\_. O Atlântico Sul e as perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. **Boletim de economia e política internacional**. Disponível em:<[www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_internacional/110614\\_boletim\\_internacional06\\_cap7.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap7.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2016.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: A estratégia da Autonomia pela diversificação. **Revista Contexto Internacional**. v.29, nº 2, jul - dez 2007. Disponível em:< [www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2015.

WOOD, L. A. & KROEGER, R. O. **Doing discourse analysis: Methods for studying action in talk and text**. London: Sage Publications, 2000.

## ANEXOS

### ANEXO A

#### 1) Discurso do Presidente da República

Presidência da República

Secretaria de Imprensa

Visite o site da Secretaria: 23/09/2008

<http://www.imprensa.planalto.gov.br>

#### **\*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Debate-Geral da 62ª Assembléia-Geral das Nações Unidas**

Nova Iorque-EUA, 25 de setembro de 2007

Senhoras e Senhores chefes de Estado e de Governo,

Senhor Serjani Kerim, presidente da Assembléia-Geral das Nações Unidas,

Senhor Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas,

Senhoras e senhores delegados,

Cumprimento-o, senhor secretário-geral, por ter sido escolhido para ocupar posição tão relevante no sistema internacional.

Saúdo sua decisão de promover debates de alto nível sobre o gravíssimo problema das mudanças climáticas. É salutar que essa reflexão ocorra no âmbito das Nações Unidas.

Não nos iludamos: se o modelo de desenvolvimento global não for repensado, crescem os riscos de uma catástrofe ambiental e humana sem precedentes.

É preciso reverter essa lógica aparentemente realista e sofisticada, mas na verdade anacrônica, predatória e insensata, da multiplicação do lucro e da riqueza a qualquer preço.

Há preços que a humanidade não pode pagar, sob pena de destruir as fontes materiais e espirituais da existência coletiva, sob pena de destruir-se a si mesma. A perenidade da vida não pode estar à mercê da cobiça irrefletida.

O mundo, porém, não modificará a sua relação irresponsável com a natureza sem modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social.

Se queremos salvar o patrimônio comum, impõe-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas, tanto no interior de cada país como na esfera internacional.

A equidade social é a melhor arma contra a degradação do Planeta. Cada um de nós deve assumir sua parte nessa tarefa. Mas não é admissível que o ônus maior da imprevidência dos privilegiados recaia sobre os despossuídos da Terra. Os países mais industrializados devem dar o exemplo. É imprescindível que cumpram os compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto.

Isso contudo não basta. Necessitamos de metas mais ambiciosas a partir de 2012. E devemos agir com vigor para que se universalize a adesão ao Protocolo. Também os países em desenvolvimento devem participar do combate à mudança do clima. São essenciais estratégias nacionais claras que impliquem responsabilidade dos governos diante de suas próprias populações.

O Brasil lançará em breve o seu Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas. A Floresta Amazônica é uma das áreas que mais poderão sofrer com o aquecimento do Planeta, mas há ameaças em todos os continentes: elas vão do agravamento da desertificação até o desaparecimento de territórios ou mesmo de países inteiros pela elevação do nível do mar.

O Brasil tem feito esforços notáveis para diminuir os efeitos da mudança do clima. Basta dizer que, nos últimos anos, reduzimos a menos da metade o desmatamento da Amazônia. Um resultado como este não é obra do acaso. Até porque o Brasil não abdica, em nenhuma hipótese, de sua soberania e nem de suas responsabilidades sobre a Amazônia.

Os êxitos recentes são fruto da presença cada vez maior e mais efetiva do Estado Brasileiro na região, promovendo o desenvolvimento sustentável – econômico, social, educacional e cultural – de seus mais de 20 milhões de habitantes.

Estou seguro de que nossa experiência no tema pode ser útil a outros países. O Brasil propôs em Nairobi a adoção de incentivos econômico-financeiros que estimulem a redução do desmatamento em escala global.

Devemos aumentar igualmente a cooperação Sul-Sul, sem prejuízo de adotar modalidades inovadoras de ação conjunta com países desenvolvidos. Assim,

daremos sentido concreto ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

É muito importante o tratamento político integrado de toda a agenda ambiental. O Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92. Precisamos avaliar o caminho percorrido e estabelecer novas linhas de atuação. Por isso, proponho a realização, em 2012, de uma nova Conferência, que o Brasil se oferece para sediar, a Rio + 20.

Senhoras e Senhores,

Não haverá solução para os terríveis efeitos das mudanças climáticas se a humanidade não for capaz também de mudar seus padrões de produção e consumo. O mundo precisa, urgentemente, de uma nova matriz energética. Os biocombustíveis são vitais para construí-la. Eles reduzem significativamente as emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, com a utilização crescente e cada vez mais eficaz do etanol, evitou-se, nesses 30 últimos anos, a emissão de 644 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub> na atmosfera.

Os biocombustíveis podem ser muito mais do que uma alternativa de energia limpa. O etanol e o biodiesel podem abrir excelentes oportunidades para mais de uma centena de países pobres e em desenvolvimento na América Latina, na Ásia e, sobretudo, na África. Podem propiciar autonomia energética, sem necessidade de grandes investimentos. Podem gerar emprego e renda e favorecer a agricultura familiar. E podem equilibrar a balança comercial, diminuindo as importações e gerando excedentes exportáveis.

A experiência brasileira de três décadas mostra que a produção de biocombustíveis não afeta a segurança alimentar. A cana de açúcar ocupa apenas 1% de nossas terras agricultáveis, com crescentes índices de produtividade. O problema da fome no Planeta não decorre da falta de alimentos, mas da falta de renda que golpeia quase um bilhão de homens, mulheres e crianças. É plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos.

No Brasil, daremos à produção de biocombustíveis todas as garantias sociais e ambientais.

Decidimos estabelecer um completo zoneamento agroecológico do País para definir quais áreas agricultáveis podem ser destinadas à produção de biocombustíveis. Os

biocombustíveis brasileiros estarão presentes no mercado internacional com um selo que garanta suas qualidades sóciolaborais e ambientais.

O Brasil pretende organizar em 2008 uma conferência internacional sobre biocombustíveis, lançando as bases de uma ampla cooperação mundial no setor. Faço aqui um convite a todos os países para que participem do evento.

A sustentabilidade do desenvolvimento não é apenas uma questão ambiental, é também um desafio social. Estamos construindo um Brasil cada vez menos desigual e mais dinâmico. Nosso país voltou a crescer, gerando empregos e distribuindo renda. As oportunidades agora são para todos.

Ao mesmo tempo em que resgatamos uma dívida social secular, investimos fortemente em educação de qualidade, ciência e tecnologia. Honramos o compromisso do Programa Fome Zero ao erradicar esse tormento da vida de mais de 45 milhões de pessoas. Com dez anos de antecedência, superamos a primeira das Metas do Milênio, reduzindo em mais da metade a pobreza extrema no nosso País.

O combate à fome e à pobreza deve ser preocupação de todos os povos. É inviável uma sociedade global marcada pela crescente disparidade de renda. Não haverá paz duradoura sem a progressiva redução das desigualdades. Em 2004, lançamos a Ação Global contra a Fome e a Pobreza. Os primeiros resultados são animadores, principalmente a criação da Central Internacional de Compra de Medicamentos.

Meus amigos e minhas amigas,

A Unitaid já conseguiu reduções de até 45% nos preços dos medicamentos contra a Aids, a malária e a tuberculose destinados aos países mais pobres da África. É hora de dar-lhe um novo impulso. Idéias que tanto mobilizaram nossos povos não podem perder-se na inércia burocrática.

Mas a superação definitiva da pobreza exige mais do que solidariedade internacional. Ela passa, necessariamente, por novas relações econômicas que não penalizem os países pobres.

A Rodada de Doha da OMC deve promover um verdadeiro pacto pelo desenvolvimento, aprovando regras justas e equilibradas para o comércio internacional.

São inaceitáveis os exorbitantes subsídios agrícolas, que enriquecem os ricos e empobrecem os mais pobres. É inadmissível um protecionismo que perpetua a dependência e o subdesenvolvimento. O Brasil não poupará esforços para o êxito das negociações, que devem beneficiar sobretudo os países mais pobres.

Senhor Presidente, senhor Secretário-Geral,

A construção de uma nova ordem internacional não é uma figura de retórica, mas um requisito de sensatez. O Brasil orgulha-se da contribuição que tem dado para a integração Sul-Americana, sobretudo no Mercosul.

Temos atuado para aproximar povos e regiões, impulsionando o diálogo político e o intercâmbio econômico com os países árabes, africanos e asiáticos, sem abdicar de nossos parceiros tradicionais.

Criamos – Brasil, África do Sul e Índia – um foro inovador de diálogo e ação conjunta, o IBAS. Temos realizado inclusive projetos concretos de cooperação em diversos países, a exemplo do que fizemos no Haiti e em Guiné-Bissau.

Todos concordamos ser necessária uma maior participação dos países em desenvolvimento nos grandes foros de decisão internacional, em particular o Conselho de Segurança das Nações Unidas. É hora de passar das intenções à ação.

Notamos, com muito agrado, as recentes propostas do presidente Sarkozy, de reformar o Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento. Igualmente necessária é a reestruturação do processo decisório dos organismos financeiros internacionais.

Senhor Presidente,

As Nações Unidas são o melhor instrumento para enfrentar os desafios do mundo de hoje. É no exercício da diplomacia multilateral que encontramos os meios de promover a paz e o desenvolvimento.

A participação do Brasil, em conjunto com outros países da América Latina e do Caribe, na Missão de Estabilização no Haiti simboliza nosso empenho de fortalecer o multilateralismo. No Haiti, estamos mostrando que a paz e a estabilidade se constroem com a democracia e o desenvolvimento social.

Senhoras e Senhores,

Ao entrar neste prédio, os delegados podem ver uma obra de arte presenteada pelo Brasil às Nações Unidas há 50 anos. Trata-se dos murais “Guerra” e “Paz”, pintados pelo grande artista brasileiro Cândido Portinari. O sofrimento expresso no mural, que retrata a guerra, nos remete à alta responsabilidade das Nações Unidas de afastar o risco de conflitos armados.

O segundo mural revela que a paz vai muito além da ausência da guerra. Pressupõe bem-estar, saúde e um convívio harmonioso com a natureza. Pressupõe justiça social, liberdade e superação dos flagelos da fome e da pobreza.

Não é por acaso que o mural "Guerra" está colocado de frente para quem chega, e o mural “Paz”, para quem sai. A mensagem do artista é singela, mas poderosa: transformar aflições em esperança, guerra em paz, é a essência da missão das Nações Unidas.

O Brasil continuará a trabalhar para que essa expectativa tão elevada se torne definitivamente realidade.

Muito obrigado.

## **2) Discurso do Presidente da República**

**Presidência da República**

**Secretaria de Imprensa**

**Visite o site da Secretaria: 23/09/2008**

**<http://www.imprensa.planalto.gov.br>**

### **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do debate geral da 63ª Assembléia Geral das Nações Unidas**

Nova Iorque-EUA, 23 de setembro de 2008

Senhores e senhoras chefes de Estado e de Governo,

Senhor Miguel d’Escoto, presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas,

Senhor Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas,

Senhoras e senhores chefes de Delegação,

Saúdo, com alegria, o presidente da Assembléia Geral, meu ilustre amigo Miguel d’Escoto. Desejo-lhe pleno êxito em sua missão.

Esta Assembléia realiza-se em um momento particularmente grave. A crise financeira, cujos presságios vinham se avolumando, é hoje uma dura realidade. A euforia dos especuladores transformou-se em angústia dos povos após a sucessão de naufrágios financeiros que ameaçam a economia mundial.

As indispensáveis intervenções do Estado, contrariando os fundamentalistas do mercado, mostram que é chegada a hora da política. Somente a ação determinada dos governantes, em especial naqueles países que estão no centro da crise, será capaz de combater a desordem que se instalou nas finanças internacionais, com efeitos perversos na vida cotidiana de milhões de pessoas.

A ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores. É inadmissível, dizia o grande economista brasileiro Celso Furtado, que os lucros dos especuladores sejam sempre privatizados e suas perdas, invariavelmente socializadas.

O ônus da cobiça desenfreada de alguns não pode recair impunemente sobre os ombros de todos. A economia é séria demais para ficar nas mãos dos especuladores. A ética deve valer também na economia. Uma crise de tais proporções não será superada com medidas paliativas. São necessários mecanismos de prevenção e controle, e total transparência das atividades financeiras.

Os organismos econômicos supranacionais carecem de autoridade e de instrumentos práticos para coibir a anarquia especulativa. Devemos reconstruí-los em bases completamente novas. Dado o caráter global da crise, as soluções que venham a ser adotadas deverão ser também globais, tomadas em espaços multilaterais legítimos e confiáveis, sem imposições. Das Nações Unidas, máximo cenário multilateral, deve partir a convocação para uma resposta vigorosa às ameaças que pesam sobre nós.

Há outras questões igualmente graves no mundo de hoje. É o caso da crise alimentar, que ameaça mais de um bilhão de seres humanos; da crise energética, que se aprofunda a cada dia; dos riscos para o comércio mundial, se não chegarmos a um acordo na Rodada de Doha; e da avassaladora degradação ambiental, que está na origem de tantas calamidades naturais, golpeando sobretudo os mais pobres.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores,

O Muro de Berlim caiu. Sua queda foi entendida como a possibilidade de construir um mundo de paz, livre dos estigmas da Guerra Fria. Mas é triste constatar que outros muros foram se construindo, e com enorme velocidade. Muitos dos que pregam a livre circulação de mercadorias e capitais são os mesmos que impedem a livre circulação de homens e mulheres, com argumentos nacionalistas, e até fascistas, que nos fazem evocar, temerosos, tempos que pensávamos superados.

Um suposto “nacionalismo populista”, que alguns pretendem identificar e criticar no Sul do mundo, é praticado sem constrangimento em países ricos. As crises financeira, alimentar, energética, ambiental e migratória, para não falar das ameaças à paz em tantas regiões, demonstram que o sistema multilateral deve se adequar aos desafios do século XXI. Aos poucos vai sendo descartado o velho alinhamento conformista dos países do Sul aos centros tradicionais.

Essa nova atitude não conduz, no entanto, a uma postura de confrontação. Simplesmente pelo diálogo direto, sem intermediação das grandes potências, os países em desenvolvimento têm-se credenciado a cumprir um novo papel no desenho de um mundo multipolar. Basta citar iniciativas como o IBAS, o G-20, as cúpulas América do Sul-África ou América do Sul-Países Árabes e a articulação dos BRICs.

Está em curso a construção de uma nova geografia política, econômica e comercial no mundo. No passado, os navegantes miravam a estrela polar para “encontrar o Norte”, como se dizia. Hoje estamos procurando as soluções de nossos problemas contemplando as múltiplas dimensões de nosso Planeta. Nosso “norte” às vezes está no Sul.

Em meu continente, a Unasul, criada em maio deste ano, é o primeiro tratado – em 200 anos de vida independente – que congrega todos os países sul-americanos. Com essa nova união política vamos articular os países da região em termos de infra-estrutura, energia, políticas sociais, complementaridade produtiva, finanças e defesa.

Reunidos em Santiago do Chile há pouco mais de uma semana os presidentes da América do Sul, comprovamos a capacidade de resposta rápida e eficaz da Unasul frente a situações complexas, como a que vive a nação-irmã boliviana. Respal damos

seu governo legitimamente eleito, suas instituições democráticas e sua integridade territorial e fizemos um apelo ao diálogo como caminho para a paz e a prosperidade do povo boliviano.

Em dezembro, o Brasil irá sediar, na Bahia, uma inédita cúpula de toda a América Latina e do Caribe sobre integração e desenvolvimento. Será uma reunião de alto nível, sem qualquer tutela, assentada em uma perspectiva própria latino-americana e caribenha.

Todos esses esforços no plano multilateral são complementados por meio de ações de solidariedade de meu país para com nações mais pobres, especialmente na África. Quero também enfatizar nosso compromisso com o Haiti, país em que exercemos o comando das tropas da Minustah e ajudamos a restabelecer a paz. Renovo meu chamamento à solidariedade dos países desenvolvidos com o Haiti, muito prometida e pouco cumprida.

Senhor Presidente,

A força dos valores deve prevalecer sobre o valor da força. É preciso que haja instrumentos legítimos e eficazes de garantia da segurança coletiva.

As Nações Unidas discutem há quinze anos a reforma do Conselho de Segurança. A estrutura vigente, congelada há seis décadas, responde cada vez menos aos desafios do mundo contemporâneo. Sua representação distorcida é um obstáculo ao mundo multilateral que todos nós almejamos. Considero, nesse sentido, muito auspiciosa a decisão da Assembléia Geral de iniciar prontamente negociações relativas à reforma do Conselho de Segurança.

O multilateralismo deve guiar-nos também na solução dos complexos problemas ligados ao aquecimento global, com base no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas. O Brasil não tem fugido a suas responsabilidades. Nossa matriz energética é crescentemente limpa.

As crises alimentar e energética estão profundamente entrelaçadas. Na inflação dos alimentos estão presentes – ao lado de fatores climáticos e da especulação com as commodities agrícolas – os aumentos consideráveis do petróleo, que incidem pesadamente sobre o custo de fertilizantes e transporte.

A tentativa de associar a alta dos alimentos à difusão dos biocombustíveis não resiste à análise objetiva da realidade. A experiência brasileira comprova – o que

poderá valer também para outros países com características semelhantes – que o etanol de cana-de-açúcar e a produção de biodiesel diminuem a dependência de combustíveis fósseis, criam empregos, regeneram terras deterioradas e são plenamente compatíveis com a expansão da produção de alimentos. Queremos aprofundar esse debate, em todos os seus aspectos, na Conferência Mundial sobre biocombustíveis que convocamos para novembro, na cidade de São Paulo.

Minha obsessão com o problema da fome explica o empenho que tenho tido, junto a outros líderes mundiais, para chegar a uma conclusão positiva da Rodada de Doha. Continuamos insistindo em um acordo que reduza os escandalosos subsídios agrícolas dos países ricos. O êxito da Rodada de Doha terá impacto muito positivo na produção de alimentos, sobretudo nos países pobres e em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

Há quatro anos, junto com vários líderes mundiais, lancei aqui em Nova Iorque a Ação contra a Fome e a Pobreza. Nossa proposta era, e continua sendo, a de adotar mecanismos inovadores de financiamento. A Unitaid, Central de Compra de Medicamentos, é um primeiro resultado dessa iniciativa, ajudando a combater Aids, tuberculose e malária em vários países da África. Mas não basta. Precisamos avançar, e muito, se queremos que a Humanidade cumpra efetivamente as Metas do Milênio.

Em dezembro serão comemorados os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que não pode ser objeto de uma homenagem meramente protocolar. Ela traduz compromissos inalienáveis, que nos interpelam a todos. Como governantes, mais do que a defesa retórica da Declaração, somos chamados a lutar para que os valores proclamados há seis décadas se transformem em realidade em cada país e em todo o mundo.

Senhor Presidente,

O Brasil de hoje é muito distinto daquele de 2003, ano em que assumi a Presidência do meu país e em que, pela primeira vez, compareci a esta Assembléia Geral. Governo e sociedade deram passos decisivos para transformar a vida dos brasileiros. Criamos quase 10 milhões de empregos formais. Distribuimos renda e riqueza. Melhoramos os serviços públicos. Tiramos 9 milhões de pessoas da miséria

e outras 20 milhões ascenderam à classe média. Tudo isso em um ambiente de forte crescimento, estabilidade econômica, redução da vulnerabilidade externa e, o que é mais importante, fortalecimento da democracia, com intensa participação popular.

No ano em que celebramos o centenário do grande brasileiro Josué de Castro, o primeiro diretor-geral da FAO e um dos pioneiros da reflexão sobre o problema da fome no mundo, vale a pena recordar sua advertência: “Não é mais possível deixar-se impunemente uma região sofrendo de fome, sem que o mundo inteiro venha a sofrer as suas conseqüências.” Tenho orgulho de dizer que o Brasil está vencendo a fome e a pobreza.

Senhor Presidente,

Reitero o otimismo que expressei aqui há cinco anos. Somos muito maiores do que as crises que nos ameaçam. Dispomos de sentimento, razão e vontade para vencer qualquer adversidade. Esse, mais do que nunca, é o espírito dos brasileiros.

Muito obrigado.

### **3) Discurso do Presidente da República**

**Presidência da República**

**Secretaria de Imprensa**

**Visite o site da Secretaria: <http://www.imprensa.planalto.gov.br> 23/09/2009**

**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura do debate geral da 64ª Assembleia Geral das Nações Unidas**

**Nova Iorque-EUA, 23 de setembro de 2009**

Meus cumprimentos ao presidente da Assembleia Geral, Ali Treki, ao secretário-geral, Ban Ki-moon, e a todos chefes de Estado e delegados presentes.

Senhoras e senhores,

A Assembleia Geral das Nações Unidas tem sido e deve ser cada vez mais o grande foro de debate sobre os principais problemas que afligem a humanidade.

Quero abordar aqui três questões cruciais, que me parecem interligadas, três ameaças que pairam sobre nosso planeta: a persistência da crise econômica, a ausência de uma governança mundial estável e democrática e os riscos que a mudança climática traz para todos nós.

Senhor Presidente,

Há exatamente um ano, no limiar da crise que se abateu sobre a economia mundial, afirmei, desta tribuna, que seria um grave erro, uma omissão histórica imperdoável, cuidarmos apenas das consequências da crise sem enfrentarmos as suas causas.

Mais do que a crise dos grandes bancos, essa é a crise dos grandes dogmas. O que caiu por terra foi toda uma concepção econômica, política e social tida como inquestionável. O que faliu foi um insensato modelo de pensamento e de ação que subjogou o mundo nas últimas décadas. Foi a doutrina absurda de que os mercados podiam auto-regular-se, dispensando qualquer intervenção do Estado, considerado por muitos um mero estorvo. Foi a tese da liberdade absoluta para o capital financeiro, sem regras nem transparência, acima dos povos e das instituições. Foi a apologia perversa do Estado mínimo, atrofiado, fragilizado, incapaz de promover o desenvolvimento e de combater a pobreza e as desigualdades; a demonização das políticas sociais, a obsessão de precarizar o trabalho, a mercantilização irresponsável dos serviços públicos. A verdadeira raiz da crise foi o confisco de grande parte da soberania popular e nacional – dos Estados e dos governos democráticos – por circuitos autônomos de riqueza e de poder.

Afirmei que era chegada a hora da política. Disse que governantes – e não tecnocratas arrogantes – deveriam assumir a responsabilidade de enfrentar a desordem mundial. O enfrentamento da crise e a correção de rumo da economia mundial não poderiam ficar apenas a cargo dos de sempre. Os países desenvolvidos – e os organismos multilaterais onde eles eram hegemônicos – foram incapazes de prever a catástrofe que se iniciava e, menos ainda, de preveni-la.

Os efeitos da crise se espalharam por todo o mundo, golpeando inclusive e sobretudo àqueles que há anos vinham reconstruindo suas economias com enormes sacrifícios. Não é justo que o custo da aventura especulativa seja assumido pelos que nada tem a ver com ela: os trabalhadores e as nações pobres ou em desenvolvimento.

Passados doze meses, constatamos que houve alguns progressos mas que persistem muitas indefinições. Ainda não há uma clara disposição para enfrentar, no âmbito multilateral, as graves distorções da economia global. O fato de ter sido evitado o colapso total do sistema parece ter provocado em alguns um perigoso conformismo.

A maioria dos problemas de fundo não foi enfrentada. Há enormes resistências em adotar mecanismos efetivos de regulação dos mercados financeiros. Países ricos resistem em realizar reformas nos organismos multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial. É incompreensível a paralisia da Rodada de Doha, cujo acordo beneficiará sobretudo as nações mais pobres do mundo. Há sinais inquietantes de recaídas protecionistas. Pouco se avançou no combate aos paraísos fiscais.

Mas muitos países não ficaram de braços cruzados. O Brasil – um dos últimos, felizmente, a sentir os efeitos da crise – é hoje um dos primeiros a sair dela. Não fizemos nenhuma mágica. Simplesmente havíamos preservado nosso sistema financeiro do vírus da especulação. Havíamos reduzido nossa vulnerabilidade externa, passando da condição de devedores à de credores internacionais.

Decidimos, junto com outros países, aportar recursos para que o FMI empreste dinheiro aos países mais pobres sem os condicionamentos inaceitáveis do passado. Mas, sobretudo, desenvolvemos antes da crise, e depois que ela eclodiu, políticas anticíclicas.

Aprofundamos nossos programas sociais, especialmente os de transferência de renda. Aumentamos os salários acima da inflação. Estimulamos, por meio de medidas fiscais, o consumo para impedir que se detivesse a roda da economia.

Já saímos da breve recessão. Nossa economia retomou seu ímpeto e anuncia um 2010 promissor. As exportações recuperam seu vigor. O emprego se recompõe de forma extraordinária. O equilíbrio macroeconômico foi preservado sem afetar as conquistas populares. O que o Brasil e outros países demonstraram é que também nos momentos de crise precisamos realizar audaciosos programas sociais e de desenvolvimento.

Mas não tenho a ilusão de que poderemos resolver nossos problemas sozinhos, apenas no espaço nacional. A economia mundial é interdependente. Estamos todos obrigados a atuar além de nossas fronteiras. Por isso, é imprescindível refundar a ordem econômica mundial.

Nas reuniões do G-20 e nos muitos encontros que mantive com líderes mundiais tenho insistido sobre a necessidade de irrigar a economia mundial com importantes créditos. Tenho defendido a regulação financeira, a generalização de política anticíclicas, o fim do protecionismo, o combate aos paraísos fiscais. Com a mesma determinação, meu país propõe uma autêntica reforma dos organismos financeiros multilaterais.

Os países pobres e em desenvolvimento têm de aumentar sua participação na direção do FMI e do Banco Mundial. Sem isso não haverá efetiva mudança e os riscos de novas e maiores crises serão inevitáveis. Somente organismos mais representativos e democráticos terão condições de enfrentar complexos problemas como os do reordenamento do sistema monetário internacional.

Não é possível que, passados 65 anos, o mundo continue a ser regido pelas mesmas normas e valores dominantes quando da conferência de Bretton Woods. Não é possível que as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança sejam regidos pelos mesmos parâmetros que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Vivemos um período de transição no âmbito internacional. Caminhamos em direção ao mundo multilateral. Mas também multipolar, seguindo as experiências de integração regional, como ocorre na América do Sul com a constituição da UNASUL. Esse mundo multipolar não será conflitante com as Nações Unidas. Ao contrário. Poderá ser um fator de revitalização da ONU. De uma ONU com a autoridade política e moral para solucionar os conflitos do Oriente Médio, garantindo a coexistência de um Estado Palestino com o Estado de Israel; de uma ONU que enfrente o terrorismo sem estigmatizar etnias e religiões, mas atacando suas causas profundas e promovendo o diálogo de civilizações; de uma ONU que assuma a ajuda efetiva a países – como o Haiti – que buscam reconstruir sua economia e seu tecido social depois de haver recuperado a estabilidade política; de uma ONU que se comprometa com o Renascimento africano que hoje assistimos; de uma ONU capaz de adotar políticas eficientes de preservação e ampliação dos Direitos Humanos; de uma ONU que possa avançar no caminho do desarmamento estabelecendo um real equilíbrio entre este e a não-proliferação; de uma ONU que lidere cada vez mais as iniciativas para preservar o ambiente; de uma ONU que, por meio do ECOSOC, incida nas definições sobre o enfrentamento da crise econômica; de uma ONU

suficientemente representativa para enfrentar as ameaças à paz mundial, por meio de um Conselho de Segurança renovado, aberto a novos membros permanentes.

Senhor Presidente,

Não somos voluntaristas. Mas sem vontade política não se pode enfrentar e corrigir situações que conspiram contra a paz, o desenvolvimento e a democracia. Sem vontade política persistirão anacronismos como o embargo contra Cuba. Sem vontade política continuarão a proliferar golpes de Estado como o que derrocou o Presidente constitucional de Honduras, Manuel Zelaya, que se encontra, desde segunda-feira, refugiado na embaixada do Brasil em Tegucigalpa. A comunidade internacional exige que Zelaya reassuma imediatamente a Presidência de seu país e deve estar atenta à inviolabilidade da missão diplomática brasileira na capital hondurenha.

Sem vontade política, por fim, crescerão as ameaças hoje representadas pela mudança climática no mundo. Todos os países devem empenhar-se em realizar ações para reverter o aquecimento global.

Preocupa-nos a resistência dos países desenvolvidos em assumir sua parte na resolução das questões referentes à mudança do clima. Eles não podem lançar sobre os ombros dos países pobres em desenvolvimento responsabilidades que lhes são exclusivas.

O Brasil está cumprindo a sua parte. Vamos chegar a Copenhague com alternativas e compromissos precisos. Aprovamos um Plano de Mudanças Climáticas que prevê a redução de 80% do desmatamento da Amazônia até 2020. Diminuiremos em 4,8 bilhões de toneladas a emissão de CO<sub>2</sub>, o que representa mais do que a soma dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos.

Em 2009, já podemos apresentar o menor desmatamento dos últimos 20 anos. A matriz energética brasileira é das mais limpas do planeta: Quarenta e cinco por cento da energia consumida no país é renovável. No resto do mundo apenas 12% é renovável, enquanto que nos países da OCDE essa proporção não supera 5%. Oitenta por cento de nossa eletricidade provém igualmente de fontes renováveis. Vinte e cinco por cento de etanol está misturado à gasolina que consomem nossos veículos. Mais de 80% dos carros produzidos no país têm motor flex, o que permite a utilização indiscriminada de gasolina ou álcool.

O etanol brasileiro e os demais biocombustíveis são produzidos em condições cada vez mais adequadas, sobretudo a partir do zoneamento agroecológico que acabamos de implantar, mandando para o Congresso Nacional.

Proibimos a cana-de-açúcar e as usinas de álcool em áreas de vegetação nativa. A decisão vale para toda Amazônia e nossos principais biomas.

O plantio da cana-de-açúcar não ocupa mais do que 2% de nossas terras agricultáveis. Distinto de outros biocombustíveis, ele não afeta nossa segurança alimentar nem compromete o equilíbrio ambiental. Empresários, trabalhadores e governo firmaram um importante compromisso para assegurar o trabalho decente nos canaviais brasileiros.

Todas essas preocupações fazem parte da política energética de um país autossuficiente em petróleo e que acaba de descobrir grandes reservas que nos colocarão na vanguarda da produção de combustíveis fósseis. Mas o Brasil não renunciará à agenda ambiental para ser apenas um gigante do petróleo. Queremos consolidar nossa condição de potência mundial da energia verde.

Por outro lado, deve-se exigir dos países desenvolvidos metas de redução de emissões muito mais expressivas do que as atuais, que representam mera fração do que é recomendado pelo Painel Inter-governamental para a Mudança do Clima.

Causa-nos também profunda preocupação a insuficiência dos recursos até agora anunciados para as necessárias inovações tecnológicas que preservarão o ambiente nos países em desenvolvimento.

A resolução desses e outros impasses só ocorre se as ameaças ligadas às mudanças climáticas forem enfrentadas a partir da compreensão de que temos responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

Senhor Presidente,

Os temas que estão no centro de nossas preocupações – a crise financeira, a nova governança mundial e a mudança do clima – têm um forte denominador comum. Ele aponta para a necessidade de construir uma nova ordem internacional, sustentável, multilateral, menos assimétrica, livre de hegemonismos e dotada de instituições democráticas. Esse mundo novo é um imperativo político e moral.

Não basta remover os escombros do modelo que fracassou, é preciso completar o parto do futuro. É a única forma de reparar tantas injustiças e de prevenir novas tragédias coletivas.

Obrigado.

#### **4) LXVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU (Nova York, 23 setembro de 2010).**

#### **Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na abertura do debate geral da 65ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, 23 setembro de 2010).**

Senhor Presidente da Assembleia Geral, Joseph Deiss,  
Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,  
Senhoras e Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhoras e Senhores,

É grande a honra de subir a esta tribuna e falar em nome do povo e do Governo brasileiros. Trago a saudação do Presidente Lula. Dentro de poucos dias, mais de 130 milhões de brasileiros comparecerão às urnas e escreverão mais um importante capítulo da nossa democracia.

Ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula, o Brasil mudou. Crescimento econômico sustentado, estabilidade financeira, inclusão social e a plena vigência da democracia conviveram e se reforçaram mutuamente.

Mais de vinte milhões de brasileiros saíram da pobreza e outros tantos da pobreza extrema. Quase trinta milhões de pessoas ingressaram na classe média.

Políticas públicas firmes e transparentes reduziram as desigualdades de renda, de acesso e de oportunidades. Milhões de brasileiros conquistaram dignidade e cidadania. O mercado interno fortalecido nos preservou dos piores efeitos da crise mundial desencadeada pela ciranda financeira nos países mais ricos do Planeta.

O Brasil orgulha-se de já ter cumprido quase todas as metas e de estar a caminho de alcançar, em 2015, todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

A incapacidade de um país, de qualquer país, de alcançar essas metas deve ser encarada como um fracasso de toda a comunidade internacional. A promoção do desenvolvimento é uma responsabilidade coletiva.

O Brasil vem se empenhando em ajudar outros países a replicar experiências bem sucedidas.

Nesses últimos anos, o Brasil moveu-se na cena internacional impulsionado pelo sentido de solidariedade. Temos a convicção de que é possível fazer política externa com humanismo, sem perder de vista o interesse nacional.

Essa política é amparada por iniciativas de cooperação Sul-Sul. O Fundo de Alívio à Pobreza do IBAS, foro que congrega Índia, Brasil e África do Sul, financia projetos no Haiti, Guiné Bissau, Cabo Verde, Palestina, Camboja, Burundi, Laos e Serra Leoa.

O Brasil aumentou substancialmente sua ajuda humanitária e multiplicou os projetos de cooperação com países mais pobres.

A África ocupa um lugar muito especial na diplomacia brasileira. Desde a sua posse, o Presidente Lula foi à África onze vezes. Visitou mais de duas dezenas de países.

Implantamos um escritório de pesquisas agrícolas em Gana; uma fazenda-modelo de algodão no Mali; uma fábrica de medicamentos anti-retrovirais em Moçambique; e centros de formação profissional em cinco países africanos.

Com comércio e investimento, estamos ajudando o continente africano a desenvolver sua enorme potencialidade e a diminuir sua dependência de uns poucos centros de poder político e econômico.

O Brasil tem uma preocupação especial com a Guiné Bissau. Não é por meio do isolamento ou do abandono que a comunidade internacional logrará resolver os problemas que ainda persistem naquele país irmão. Precisamos de modalidades mais inteligentes de cooperação, que promovam o desenvolvimento e a estabilidade e incentivem as indispensáveis reformas, sobretudo no que tange às forças armadas.

Neste ano, em que um número significativo de países africanos comemora cinquenta anos de descolonização, o Brasil renova seu compromisso com uma África independente, próspera, justa e democrática.

Em poucas situações a solidariedade internacional é tão necessária quanto no Haiti. Juntamo-nos à ONU no luto pela tragédia que ceifou centenas de milhares de vidas haitianas. Nós mesmos perdemos brasileiros de grande valor, como a Dra. Zilda Arns – uma mulher que dedicou sua vida aos pobres, especialmente às crianças –, Luiz Carlos da Costa, Chefe-Adjunto da MINUSTAH, além de dezoito de nossos militares.

Queremos expressar nossa compaixão pelo sofrimento do povo haitiano e, acima de tudo, nossa admiração pelo estoicismo e coragem com que tem sabido enfrentar a adversidade.

Os haitianos sabem que podem contar com o Brasil, não só para a manutenção da ordem e a defesa da democracia, mas também para o seu desenvolvimento. Estamos realizando o que prometemos e estamos vigilantes para que os compromissos da comunidade internacional não se esgotem em manifestações retóricas.

Nos últimos anos, o Governo brasileiro investiu muito na integração e na paz da América do Sul. Fortalecemos nossa parceria estratégica com a Argentina. Aprofundamos o Mercosul, inclusive com mecanismos financeiros únicos entre países em desenvolvimento.

A fundação da UNASUL - União de Nações Sul-americanas – teve como objetivo consolidar uma genuína zona de paz e de prosperidade. A UNASUL já demonstrou seu valor na promoção do entendimento e da solução pacífica de conflitos entre países sul-americanos e no interior desses países. A UNASUL tornou ainda menos justificável qualquer tipo de ingerência externa.

Com a criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, lançada na Bahia e confirmada em Cancún, reafirmamos a vontade regional de ampliar para a América Central e Caribe o espírito integracionista que anima os sul-americanos.

O Brasil reitera seu repúdio – que é de todos os latino-americanos e caribenhos – ao ilegítimo bloqueio a Cuba, cujo único resultado tem sido o de prejudicar milhões de cubanos em sua luta pelo desenvolvimento.

Condenamos retrocessos antidemocráticos, como o golpe de Estado em Honduras. O regresso do ex-Presidente Zelaya sem ameaças à sua liberdade é indispensável para a normalização plena das relações de Honduras com o conjunto da região.

Quando o Presidente Lula subiu a esta tribuna pela primeira vez, em 2003, o mundo vivia sob a sombra da invasão do Iraque.

Esperamos que tenhamos aprendido as lições daquele episódio. É preciso rejeitar a fé cega em relatórios de inteligência feitos sob medida para justificar objetivos políticos. É preciso banir, de uma vez por todas, o uso da força sem amparo no Direito Internacional. Mais do que isso: é fundamental valorizar o diálogo e as soluções pacíficas para as controvérsias.

Para alcançarmos um mundo verdadeiramente seguro, é preciso que seja cumprida a promessa da eliminação total das armas nucleares. Cortes unilaterais são bem-vindos, mas insuficientes, sobretudo quando ocorrem em paralelo à modernização dos arsenais atômicos.

Como o Presidente Lula costuma dizer, o multilateralismo é a face internacional da democracia. E a ONU deve ser o principal centro de decisões para a política internacional. (Multilateralismo)

As mudanças que se têm operado no mundo ao longo das últimas décadas e a sucessão de crises que temos vivido no que toca à segurança alimentar, à mudança do clima, ao campo econômico e financeiro, e às áreas de paz e segurança tornam urgente redefinir as regras que organizam o convívio internacional. (Nova Ordem Internacional)

A crise financeira de 2008 precipitou mudanças na governança econômica global. O G-20 tomou o lugar do G-8 como principal foro de deliberação sobre temas econômicos.

O G-20 significou uma evolução. Mas o Grupo deve sofrer ajustes, por exemplo, para garantir maior presença africana. O G-20 só preservará sua relevância e legitimidade se souber manter diálogo franco e permanente com o conjunto das nações representadas nesta Assembleia Geral.

No auge da crise, conseguimos evitar o pior: um surto protecionista descontrolado, que teria lançado o mundo em uma depressão profunda. Mas os países desenvolvidos não têm demonstrado o necessário compromisso com a estabilidade econômica global. Continuam privilegiando uma lógica baseada em interesses paroquiais.

Em nenhuma outra área isso é tão evidente quanto na Rodada Doha da OMC. Uma solução equilibrada desse processo, que se estende por quase dez anos,

favoreceria, com o fim dos subsídios distorcivos e das barreiras protecionistas, a expansão econômica e o desenvolvimento nos países mais pobres. Afinal, são estes as principais vítimas da visão estreita e mesquinha que ainda prevalece em relação ao comércio internacional.

Na área financeira, as reformas tampouco foram suficientes. Resistências injustificadas impedem que mudanças já acordadas sejam concretizadas. A obstinação em manter privilégios anacrônicos perpetua e aprofunda a falta de legitimidade das instituições.

Outro grande desafio é o de alcançar um acordo global, abrangente e ambicioso sobre a mudança do clima.

Para avançar nessa matéria, é preciso que os países deixem de se esconder uns atrás dos outros. O Brasil, como outros países em desenvolvimento, fez a sua parte. Mas, em Copenhague, várias delegações, sobretudo do mundo rico, procuraram justificativas para se esquivarem de suas obrigações morais e políticas. Esqueceram-se de que com a natureza não se negocia.

Um resultado positivo na COP-16, com progressos reais em florestas, financiamento para adaptação e mitigação e a reafirmação dos compromissos de Quioto, é imprescindível. A presidência mexicana pode contar com o engajamento do Brasil.

Em 2012, organizaremos no Rio de Janeiro a Rio+20. Em nome do Governo brasileiro, renovo o convite a todos, para realizarmos a promessa de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Senhor Presidente,

A reforma da governança global ainda não alcançou o campo da paz e da segurança internacionais. Nas esferas econômica e ambiental as nações mais ricas já compreenderam que não podem prescindir da cooperação dos países pobres e dos emergentes. Mas, quando se trata de assuntos da guerra e da paz, as potências tradicionais relutam em compartilhar o poder.

O Conselho de Segurança deve ser reformado, de modo a incluir maior participação dos países em desenvolvimento, inclusive entre seus membros permanentes.

Não é possível continuar com métodos de trabalho pouco transparentes, que permitem aos membros permanentes discutirem, a portas fechadas e pelo tempo que desejarem, assuntos que interessam a toda a Humanidade.

O Brasil tem procurado corresponder ao que se espera de um membro do Conselho de Segurança, mesmo não-permanente, que é contribuir para a paz. Por essa razão, nos empenhamos em encontrar um instrumento que pudesse representar avanço para a solução do dossiê nuclear iraniano.

Ao fazê-lo, nos baseamos em propostas apresentadas como “oportunidade ímpar” para criar confiança entre as partes. A Declaração de Teerã de 17 de maio, firmada por Brasil, Turquia e Irã, removeu obstáculos que, segundo os próprios autores daquelas propostas, impediam que se chegasse a um acordo.

A Declaração de Teerã não esgota a matéria. Nem foi essa a intenção. Estamos convictos de que, uma vez de volta à mesa de negociações, as partes encontrarão formas de resolver outros problemas, como o enriquecimento a 20% e o estoque de urânio enriquecido acumulado desde outubro de 2009.

A despeito das sanções, ainda temos esperança de que a lógica do diálogo e do entendimento prevaleça.

O mundo não pode se permitir o risco de um novo conflito como o do Iraque. Por isso temos insistido com o Governo do Irã que mantenha uma atitude flexível e de abertura às negociações. É preciso que todos os envolvidos revelem essa disposição.

Seguimos com atenção os desdobramentos no processo de paz no Oriente Médio. Esperamos que o diálogo direto entre palestinos e israelenses, lançado no início deste mês, leve a avanços concretos, que resultem na criação de um Estado Palestino nas fronteiras anteriores a 1967. Um Estado que assegure ao povo palestino uma vida digna, coexistindo, lado a lado e pacificamente, com o Estado de Israel.

Mas não é a forma do diálogo que determinará se haverá resultados. O que importa é o ânimo das partes de chegar a uma paz justa e duradoura. Isto será mais fácil com o envolvimento de todos os interessados.

O congelamento de construções em assentamentos nos territórios ocupados, o levantamento do bloqueio à Faixa de Gaza e o fim de ataques a populações civis são elementos fundamentais neste processo.

Na visita que fez a Israel, à Palestina e à Jordânia, em março, o Presidente Lula discutiu esses temas com governantes e com representantes da sociedade civil. Recebemos em Brasília, com frequência, dirigentes de diversos países da região,

que buscam apoio para a solução dos problemas que os afligem há tantas décadas e que não têm sido resolvidos pelos meios e atores tradicionais.

O Brasil, que tem cerca de dez milhões de descendentes de árabes e uma comunidade judaica convivendo em harmonia, não se furtará a dar sua contribuição para a Paz a que todos anseiam.

Temos um compromisso inabalável com a promoção dos Direitos Humanos.

Favorecemos um tratamento não-seletivo, objetivo e multilateral dos direitos humanos. Um tratamento sem politização ou parcialidade, em que todos – ricos ou pobres, poderosos ou fracos – estejam sujeitos ao mesmo escrutínio.

Na nossa visão, o diálogo e a cooperação são mais efetivos para assegurar o exercício dos Direitos Humanos do que a arrogância baseada em uma suposta superioridade moral auto-conferida.

Senhor Presidente,

Nos oito anos do Governo Lula, o Brasil desenvolveu uma diplomacia independente, sem subserviências e respeitosa de seus vizinhos e parceiros. Uma diplomacia inovadora, mas que não se afasta dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade.

Assim como o Brasil mudou, e continuará a mudar, o mundo se está transformando. É preciso aprofundar e acelerar essas mudanças.

Com os avanços tecnológicos e a riqueza acumulada, não há mais lugar para a fome, a pobreza e as epidemias que podem ser evitadas. Não podemos mais conviver com a discriminação, a injustiça e o autoritarismo. Temos que enfrentar os desafios do desarmamento nuclear, do desenvolvimento sustentável e de um comércio mais livre e mais justo.

Estejam certos: o Brasil continuará lutando para fazer desses ideais uma realidade.

Muito obrigado.

## **ANEXO B**

### **1) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas ( Nova York, 21 de setembro de 2011)**

Nova Iorque-EUA, 21 de setembro de 2011

Senhor presidente da Assembleia Geral, Nassir Abdulaziz Al-Nasser,

Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,

Senhoras e senhores chefes de Estado e de Governo,

Senhoras e senhores,

Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. E a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo.

E com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico.

Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher, e que, com tenacidade, está ocupando o lugar que merecem no mundo. Tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres.

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje.

Senhor Presidente,

O mundo vive um momento extremamente delicado e, ao mesmo tempo, uma grande oportunidade histórica. Enfrentamos uma crise econômica que, se não for debelada, pode se transformar em uma grave ruptura política e social. Uma ruptura sem precedentes, capaz de provocar sérios desequilíbrios na convivência entre as pessoas e as nações.

Mais que nunca, o destino do mundo esta nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados.

Agora, menos importante e saber quais foram os causadores da situação que enfrentamos, ate porque isto já está suficientemente claro. Importa, sim, encontrarmos soluço es coletivas, rápidas e verdadeiras.

Essa crise e se ria demais para que seja administrada apenas por uns poucos países. Seus governos e bancos centrais continuam com a responsabilidade maior na condução do processo, mas como todos os países sofrem as consequências da crise, todos te m o direito de participar das soluções.

Na o e por falta de recursos financeiros que os líderes dos países desenvolvidos ainda na o encontraram uma soluço o para a crise. E – permitam-me dizer – por falta de recursos políticos e, algumas vezes, de clareza de ideias.

Uma parte do mundo na o encontrou ainda o equilíbrio entre ajustes fiscais apropriados e estímulos fiscais corretos e precisos para a demanda e o crescimento. Ficam presos na armadilha que na o separa interesses partida rios daqueles interesses legítimos da sociedade.

O desafio colocado pela crise e substituir teorias defasadas, de um mundo velho, por novas formulações para um mundo novo. Enquanto muitos governos se encolhem, a face mais amarga da crise – a do desemprego – se amplia. Já temos 205 milhões de desempregados no mundo – 44 milhões na Europa, 14 milhões nos Estados Unidos. E vital combater essa praga e impedir que se alastre para outras regiões do Planeta. Nós, mulheres, sabemos – mais que ninguém – que o desemprego na o e apenas uma estatística. Golpeia as famílias, nossos filhos e nossos maridos. Tira a esperança e deixa a violência e a dor.

Senhor Presidente,

E significativo que seja a presidenta de um país emergente – um país que vive praticamente um ambiente de pleno emprego – que venha falar, aqui, hoje, com cores tão vívidas, dessa tragédia que assola, em especial, os países desenvolvidos. Como outros países emergentes, o Brasil tem sido, ate agora, menos afetado pela crise mundial. Mas sabemos que nossa capacidade de resistência na o e ilimitada.

Queremos – e podemos – ajudar, enquanto ha tempo, os países onde a crise já é aguda.

Um novo tipo de cooperação, entre países emergentes e países desenvolvidos, e a oportunidade histórica para redefinir, de forma solidária e responsável, os compromissos que regem as relações internacionais.

O mundo se defronta com uma crise que e, ao mesmo tempo, econômica, de governança e de coordenação política.

Não haverá a retomada da confiança e do crescimento enquanto na o se intensificarem os esforços de coordenação entre os países integrantes da ONU e as demais instituições multilaterais, como o G-20, o Fundo Monetário, o Banco Mundial e outros organismos. A ONU e essas organizações precisam emitir, com a máxima urgência, sinais claros de coesa o política e de coordenação macroeconômica.

As políticas fiscais e monetárias, por exemplo, devem ser objeto de avaliação mútua, de forma a impedir efeitos indesejáveis sobre os outros países, evitando reações defensivas que, por sua vez, levam a um círculo vicioso.

Já a soluçã o do problema da dívida deve ser combinada com o crescimento econômico. Ha sinais evidentes de que várias economias avançadas se encontram no limiar da recessão, o que dificultará , sobremaneira, a resolução dos problemas fiscais.

Esta claro que a prioridade da economia mundial, neste momento, deve ser solucionar o problema dos países em crise de dívida soberana e reverter o presente quadro recessivo. Os países mais desenvolvidos precisam praticar políticas coordenadas de estímulo a s economias extremamente debilitadas pela crise. Os países emergentes podem ajudar.

Países altamente superavitários devem estimular seus mercados internos e, quando for o caso, flexibilizar suas políticas cambiais, de maneira a cooperar para o reequilíbrio da demanda global.

Urge aprofundar a regulamentação do sistema financeiro e controlar essa fonte inesgotável de instabilidade. E preciso impor controles à guerra cambial, com a adoçã o de regimes de câmbio flutuante. Trata-se, senhoras e senhores, de impedir a manipulação do câmbio tanto por políticas monetárias excessivamente expansionistas como pelo artifício do cambio fixo.

A reforma das instituições financeiras multilaterais deve, sem sombra de dúvida, prosseguir, aumentando a participação dos países emergentes, principais responsáveis pelo crescimento da economia mundial.

O protecionismo e todas as formas de manipulação comercial devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade, de maneira espúria e fraudulenta.

Senhor Presidente,

O Brasil esta fazendo a sua parte. Com sacrifício, mas com discernimento, mantemos os gastos do governo sob rigoroso controle, a ponto de gerar vultoso superávit nas contas públicas, sem que isso comprometa o êxito das políticas sociais, nem nosso ritmo de investimento e de crescimento.

Estamos tomando precauções adicionais para reforçar nossa capacidade de resistência a crise, fortalecendo nosso mercado interno com políticas de distribuição de renda e inovação tecnológica.

Ha pelo menos três anos, senhor Presidente, o Brasil repete, nesta mesma tribuna, que e preciso combater as causas, e não só as consequências da instabilidade global.

Temos insistido na interrelação entre desenvolvimento, paz e segurança, e que as políticas de desenvolvimento sejam, cada vez mais, associadas a s estratégias do Conselho de Segurança na busca por uma paz sustenta vel.

E assim que agimos em nosso compromisso com o Haiti e com a Guine -Bissau. Na liderança da Minustah temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito a soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país.

Estamos aptos a prestar também uma contribuição solidária, aos países irmãos do mundo em desenvolvimento, em mate ria de segurança alimentar, tecnologia agrícola, geração de energia limpa e renovável e no combate a pobreza e a fome.

Senhor Presidente,

Desde o final de 2010 assistimos a uma sucessão de manifestações populares, que se convencionou denominar “Primavera Árabe”. O Brasil e pátria de adoça o de muitos imigrantes daquela parte do mundo. Os brasileiros se solidarizam com a

busca de um ideal que não pertence a nenhuma cultura, porque é universal: a liberdade.

É preciso que as nações aqui reunidas encontrem uma forma legítima e eficaz de ajudar as sociedades que clamam por reforma, sem retirar de seus cidadãos a condução do processo.

Repudiamos com veemência as repressões brutais que vitimam populações civis. Estamos convencidos de que, para a comunidade internacional, o recurso a força deve ser sempre a última alternativa. A busca da paz e da segurança no mundo não pode limitar-se a intervenções em situações extremas.

Apoiamos o Secretário-Geral no seu esforço de engajar as Nações Unidas na prevenção de conflitos, por meio do exercício incansável da democracia e da promoção do desenvolvimento.

O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis.

Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São os conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma.

Senhor Presidente,

A cada ano que passa, mais urgente se faz uma solução para a falta de representatividade do Conselho de Segurança, o que corrói sua eficácia. O ex-presidente Joseph Deiss recordou-me um fato impressionante: o debate em torno da reforma do Conselho já entra em seu 18º ano. Não é possível, senhor Presidente, protelar mais.

O mundo precisa de um Conselho de Segurança que venha a refletir a realidade contemporânea, um Conselho que incorpore novos membros permanentes e não permanentes, em especial representantes dos países em desenvolvimento.

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação.

Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. Tenho orgulho de dizer que o Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região, e até mesmo fora dela.

No Conselho de Direitos Humanos, atuamos inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.

O autoritarismo, a xenofobia, a miséria, a pena capital, a discriminação, todos são algozes dos direitos humanos. Há violações em todos os países, sem exceção. Reconheçamos esta realidade e aceitemos, todos, as críticas. Devemos nos beneficiar delas e criticar, sem meias-palavras, os casos flagrantes de violação, onde quer que ocorram.

Senhor Presidente,

Quero estender ao Sudão do Sul as boas vindas à nossa família de nações. O Brasil está pronto a cooperar com o mais jovem membro das Nações Unidas e contribuir para seu desenvolvimento soberano.

Mas lamento ainda não poder saudar, desta tribuna, o ingresso pleno da Palestina na Organização das Nações Unidas. O Brasil já reconhece o Estado palestino como tal, nas fronteiras de 1967, de forma consistente com as resoluções das Nações Unidas. Assim como a maioria dos países nesta Assembleia, acreditamos que é chegado o momento de termos a Palestina aqui representada a pleno título.

O reconhecimento ao direito legítimo do povo palestino à soberania e à autodeterminação amplia as possibilidades de uma paz duradoura no Oriente Médio. Apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política em seu entorno regional.

Venho de um país onde descendentes de árabes e judeus são compatriotas e convivem em harmonia, como deve ser.

Senhor Presidente,

O Brasil defende um acordo global, abrangente e ambicioso para combater a mudança do clima no marco das Nações Unidas. Para tanto, é preciso que os países assumam as responsabilidades que lhes cabem.

Apresentamos uma proposta concreta, voluntária e significativa de redução [de emissões], durante a Cúpula de Copenhague, em 2009. Esperamos poder avançar, já na reunião de Durban, apoiando os países em desenvolvimento nos seus esforços de redução de emissões e garantindo que os países desenvolvidos cumpram as suas obrigações – com novas metas no Protocolo de Quioto – para além de 2012.

Teremos a honra de sediar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em junho do ano que vem. Juntamente com o secretário-geral Ban Ki-moon, reitero aqui o convite para que todos os chefes de Estado e de Governo compareçam.

Senhor Presidente e minhas companheiras mulheres de todo mundo,

O Brasil descobriu que a melhor política de desenvolvimento e o combate à pobreza, e que uma verdadeira política de direitos humanos tem por base a diminuição da desigualdade e da discriminação entre as pessoas, entre as regiões e entre os gêneros.

O Brasil avançou política, econômica e socialmente sem comprometer sequer uma das liberdades democráticas. Cumprimos quase todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, antes de 2015. Saíram da pobreza e ascenderam para a classe média quase 40 milhões de brasileiras e brasileiros. Tenho plena convicção de que cumpriremos nossa meta de, até o final do meu governo, erradicar a pobreza extrema no Brasil.

No meu país, a mulher tem sido fundamental na superação das desigualdades sociais. Nossos programas de distribuição de renda têm, nas mães, a figura central. São elas que cuidam dos recursos que permitem às famílias investir na saúde e na educação de seus filhos.

Mas o meu país, como todos os países do mundo, ainda precisa fazer muito mais pela valorização e afirmação da mulher. Ao falar disso, cumprimento ao secretário-geral Ban Ki-moon pela prioridade que tem conferido às mulheres em sua gestão à frente das Nações Unidas.

Saúdo, em especial, a criação da ONU Mulher e sua diretora-executiva, Michelle Bachelet.

Senhor Presidente,

Além do meu querido Brasil, sinto-me aqui também representando todas as mulheres do mundo. As mulheres anônimas, aquelas que passam fome e não podem dar de comer aos seus filhos; aquelas que padecem de doenças e não podem se tratar; aquelas que sofrem violência e são discriminadas no emprego, na sociedade e na vida familiar; aquelas cujo trabalho no lar cria as gerações futuras.

Junto minha voz a s vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje.

Como mulher que sofreu tortura no cárcere, sei como são importantes os valores da democracia, da justiça, dos direitos humanos e da liberdade.

E é com a esperança de que estes valores continuem inspirando o trabalho desta Casa das Nações, que tenho a honra de iniciar o Debate Geral da 66ª Assembleia Geral da ONU.

Muito obrigada.

## **2) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas ( New York, 25 DE SETEMBRO DE 2012)**

Nova Iorque-EUA, 25 de setembro de 2012

Senhor presidente da Assembleia Geral, Vuk Jeremic,  
Senhor secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon,  
Senhoras e senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhoras e senhores,

Mais uma vez uma voz feminina inaugura o debate na Assembleia Geral das Nações Unidas. Para muitos, nós, mulheres, somos a metade do céu, mas nós queremos ser a metade da Terra também, com igualdade de direitos e oportunidades, livres de todas as formas de discriminação e violência, capazes de construir a sua emancipação, e com ela contribuir para a plena emancipação de todos.

Senhor Presidente,

Um ano após o discurso que pronunciei nesta mesma tribuna, constato a permanência de muitos dos problemas que nos afligiam já em setembro de 2011. Quero hoje voltar a discutir algumas destas questões cuja solução é cada vez mais urgente.

Senhor Presidente,

A grave crise econômica, iniciada em 2008, ganhou novos e inquietantes contornos. A opção por políticas fiscais ortodoxas vem agravando a recessão nas economias desenvolvidas com reflexos nos países emergentes, inclusive o Brasil.

As principais lideranças do mundo desenvolvido ainda não encontraram o caminho que articula ajustes fiscais apropriados e estímulos ao investimento e a demanda indispensáveis para interromper a recessão e garantir o crescimento econômico.

A política monetária não pode ser a única resposta para resolver o crescente desemprego, o aumento da pobreza e o desalento que afeta, no mundo inteiro, as camadas mais vulneráveis da população.

Os Bancos Centrais dos países desenvolvidos persistem em uma política monetária expansionista que desequilibra as taxas de câmbio. Com isso, os países emergentes perdem mercado devido a valorização artificial de suas moedas, o que agrava ainda mais o quadro recessivo global.

Não podemos aceitar que iniciativas legítimas de defesa comercial por parte dos países em desenvolvimento sejam injustamente classificadas como protecionismo. Devemos lembrar que a legítima defesa comercial está amparada pelas normas da Organização Mundial do Comércio. O protecionismo e todas as formas de manipulação do comércio devem ser combatidos, pois conferem maior competitividade de maneira espúria e fraudulenta.

Não haverá resposta eficaz à crise enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países e os organismos multilaterais como o G-20, o FMI e o Banco Mundial. Esta coordenação deve buscar reconfigurar a relação entre política fiscal e monetária para impedir o aprofundamento da recessão, controlar a guerra cambial e reestimular a demanda global.

Sabemos, por experiência própria, que a dívida soberana dos Estados e a dívida bancária e financeira não serão equacionadas num quadro recessivo, ao contrário,

a recessão só agudiza esses problemas. E urgente a construção de um amplo pacto pela retomada coordenada do crescimento econômico global, impedindo a desesperança provocada pelo desemprego e pela falta de oportunidades.

Senhor presidente,

Meu país tem feito a sua parte. Nos últimos anos mantivemos uma política econômica prudente, acumulamos reservas cambiais expressivas, reduzimos fortemente o endividamento público e com políticas sociais inovadoras, retiramos 40 milho es de brasileiros e brasileiras da pobreza, consolidando um amplo mercado de consumo de massa.

Fomos impactados pela crise, como todos os países. Mas, apesar da redução conjuntural de nosso crescimento, estamos mantendo o nível de emprego em patamares extremamente elevados. Continuamos reduzindo a desigualdade social e aumentando significativamente a renda dos trabalhadores. Superamos a visa o incorreta que contrapõe, de um lado as medidas de incentivo ao crescimento, e de outro, os planos de austeridade. Esse e um falso dilema. A responsabilidade fiscal e tão necessária quanto são imprescindíveis medidas de estímulo ao crescimento, pois a consolidação fiscal só e sustentável em um contexto de recuperação da atividade econômica.

A história revela que a austeridade, quando exagerada e isolada do crescimento, derrota a si mesma. A opção do Brasil tem sido a de enfrentar, simultaneamente, esses desafios.

Ao mesmo tempo em que observamos um estrito controle das contas públicas, aumentamos nossos investimentos em infraestrutura e educação.

Ao mesmo tempo em que controlamos a inflação, atuamos vigorosamente nas políticas de inclusa o social e combate a pobreza. E, ao mesmo tempo em que fazemos reformas estruturais na área financeira e previdenciária, reduzimos a carga tributa ria, o custo da energia e investimos em infraestrutura, em conhecimento para produzir ciência, tecnologia e inovação.

Ha momentos em que na o podemos escolher entre uma coisa ou outra. Na o ha este tipo de alternativa. Há que desenvolvê-las de forma simultânea e articulada.

Assim como em 2011, senhor presidente, o Oriente Médio e o Norte da África continuam a ocupar um lugar central nas atenções da comunidade internacional.

Importantes movimentos sociais, com distintos signos políticos varreram regimes despóticos e desencadearam processos de transição cujo sentido e direção ainda não podem ser totalmente estabelecidos.

Mas não é difícil identificar em quase todos esses movimentos um grito de revolta contra a pobreza, o desemprego, a realidade da falta de oportunidades e de liberdades civis, impostas por governos autoritários a amplos setores dessas sociedades, sobretudo a s populações mais jovens.

Não é difícil, igualmente, encontrar nesses acontecimentos as marcas de ressentimentos históricos, provocados por décadas de políticas coloniais ou neocoloniais levadas a cabo em nome de uma aça o supostamente civilizatória. Pouco a pouco, foram ficando claros os interesses econômicos que estavam por detrás daquelas políticas.

Hoje, assistimos consternados a evolução da gravíssima situação da Síria. O Brasil condena, nos mais fortes termos, a violência que continua a ceifar vidas nesse país.

A Síria produz um drama humanitário de grandes proporções no seu território e em seus vizinhos. Recai sobre o governo de Damasco a maior parte da responsabilidade pelo ciclo de violência que tem vitimado grande nu mero de civis, sobretudo mulheres, crianças e jovens. Mas sabemos também da responsabilidade das oposições armadas, especialmente daquelas que contam com apoio militar e logístico de fora.

Como presidenta de um país que e pátria de milhões de descendentes de sírios, lanço um apelo a s partes em conflito para que deponham as armas e juntem-se aos esforços de mediação do representante especial da ONU e da Liga Árabe. Na o ha solução o militar para a crise síria. A diplomacia e o dia logo são não só a melhor, mas, creio, a u nica opção.

Ainda como presidenta de um país no qual vivem milhares e milhares de brasileiros de confissão islâmica, registro neste plenário nosso mais veemente repudio a escalada de preconceito islamofóbico em países ocidentais. O Brasil e um dos protagonistas da iniciativa generosa “Aliança de Civilizações”, convocada originalmente pelo governo turco.

Com a mesma veemência, senhor Presidente, repudiamos também os atos de terrorismo que vitimaram diplomatas americanos na Líbia.

Senhor Presidente,

Ainda com os olhos postos no Oriente Médio, onde residem alguns dos mais importantes desafios a paz e a segurança internacional, quero deter-me mais uma vez na questão israelo– palestina.

Reitero minha fala de 2011, quando expressei o apoio do governo brasileiro ao reconhecimento do Estado Palestino como membro pleno das Nações Unidas. Acrescentei, e repito agora, que apenas uma Palestina livre e soberana poderá atender aos legítimos anseios de Israel por paz com seus vizinhos, segurança em suas fronteiras e estabilidade política regional.

Senhor presidente,

A comunidade internacional tem dificuldade crescente para lidar com o acirramento dos conflitos regionais. E isto fica visível nos impasses do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esse é um dos mais graves problemas que enfrentamos. A crise iniciada em 2008 mostrou que é necessário reformar os mecanismos da governança econômica mundial. Na verdade, isto até hoje não foi integralmente implementado. As guerras e os conflitos regionais, cada vez mais intensos, as trágicas perdas de vidas humanas e os imensos prejuízos materiais para os povos envolvidos demonstram a imperiosa urgência da reforma institucional da ONU e em especial de seu Conselho de Segurança.

Não podemos permitir que este Conselho seja substituído – como vem ocorrendo – por coalizões que se formam à sua revelia, fora de seu controle e à margem do direito internacional. O uso da força sem autorização do Conselho, uma clara ilegalidade, vem ganhando ares de opção aceitável. Mas, senhor Presidente, definitivamente, não é uma opção aceitável. O recurso fácil a esse tipo de ação é produto desse impasse que imobiliza o Conselho. Por isso, ele precisa urgentemente ser reformado.

O Brasil sempre lutara para que prevaleçam as decisões emanadas da ONU. Mas queremos ações legítimas, fundadas na legalidade internacional. Com esse espírito, senhor presidente, defendi a necessidade da “responsabilidade ao proteger” como complemento necessário da “responsabilidade de proteger”.

Senhoras e senhores,

O multilateralismo esta hoje mais forte depois da Rio+20.

Naqueles dias de junho, realizamos juntos a maior e mais participativa conferência da história das Nações Unidas, no que se refere ao meio ambiente, e pudemos dar passos firmes rumo a consolidação histórica de um novo paradigma: crescer, incluir, proteger e preservar, ou seja, a síntese do desenvolvimento sustenta vel.

Agradeço especialmente o empenho do secretário-geral Ban Ki-moon e do embaixador Sha Zukang, que tanto colaboraram com o Brasil, antes e durante a Conferência.

O documento final que aprovamos por consenso no Rio de Janeiro não só preserva o legado de 1992, como constitui ponto de partida para uma agenda de desenvolvimento sustentável para o século XXI, com foco na erradicação da pobreza, no uso consciente dos recursos naturais e nos padrões sustentáveis de produção e consumo.

As Nações Unidas tem pela frente uma série de tarefas delegadas pela Conferência do Rio, somos parceiros. Menciono aqui, em particular, a definição dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A Rio+20 projetou um poderoso fecho de luz sobre o futuro que queremos. Temos de levá-lo avante. Temos a obrigação de ouvir os repetidos alertas da ciência e da sociedade, no que se refere a mudança do clima. Temos de encarar a mudança do clima como um dos principais desafios a s gerações presentes e futuras.

O governo brasileiro está firmemente comprometido com as metas de controle das emissões de gás de efeito estufa e com o combate, sem tréguas, ao desmatamento da Floresta Amazônica.

Em 2009, voluntariamente, adotamos compromissos e os transformamos em legislação. Essas metas são particularmente ambiciosas para um país em desenvolvimento, um país que lida com urgências de todos os tipos para oferecer bem-estar a sua população.

Esperamos que os países historicamente mais responsáveis pela mudança do clima, e mais dotados de meios para enfrentá-la, cumpram também com suas obrigações perante a comunidade internacional. Outra iniciativa das Nações Unidas que o Brasil também considera importante, que saudamos, e o lançamento da De cada de Aça o pela Segurança no Trânsito – 2011/2020. O Brasil esta mobilizado nas aço es de

proteção a vida, que assegurem a redução dos acidentes de trânsito, uma das principais causas de morte entre a população jovem do mundo. Para isso, nosso governo está desenvolvendo uma ampla campanha de conscientização em parceria com a Federação Internacional de Automobilismo.

Senhor Presidente,

Em um cenário de desafios ambientais, crises econômicas e ameaças à paz em diferentes pontos do mundo, o Brasil continua empenhado em trabalhar com seus vizinhos por um ambiente de democracia, um ambiente de paz, de prosperidade e de justiça social.

Avançamos muito na integração do espaço latino-americano e caribenho como prioridade para nossa inserção internacional. Nossa região é um bom exemplo para o mundo. O Estado de Direito que conquistamos com a superação dos regimes autoritários que marcaram o nosso continente está sendo preservado e está sendo fortalecido.

Para nós, a democracia não é um patrimônio imune a assaltos, temos sido firmes, - Mercosul e Unasul - quando necessário, para evitar retrocessos porque consideramos integração e democracia princípios inseparáveis.

Reafirmo também o nosso compromisso de manter a região livre de armas de destruição em massa. E nesse ponto, quero lembrar a existência de imensos arsenais que, além de ameaçar toda a humanidade, agravam tensões e prejudicam os esforços de paz.

O mundo pede, em lugar de armas, alimentos, para o bilhão de homens, mulheres e crianças que padecem do mais cruel castigo que se abate sobre a humanidade: a fome.

Por fim, senhor Presidente, quero referir-me a um país-irmão, querido de todos os latino-americanos e caribenhos: Cuba. Cuba tem avançado na atualização de seu modelo econômico. E para seguir em frente nesse caminho, precisa do apoio de parceiros próximos e distantes. Precisa do apoio de todos. A cooperação para o progresso de Cuba é, no entanto, prejudicada pelo embargo econômico que há décadas golpeia sua população. É mais do que chegada a hora de pôr fim a esse anacronismo, condenado pela imensa maioria dos países das Nações Unidas.

Senhor presidente,

Este ano, assistimos todos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, organizados brilhantemente pelo Reino Unido. Com o encerramento dos Jogos de Londres, já começou, para o Brasil, a contagem regressiva para as Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016, que serão precedidas pela Copa do Mundo de 2014.

A cada dois anos, durante os Jogos de verão e de inverno, a humanidade parece despertar para valores que nos deveriam inspirar permanentemente: a tolerância, o respeito pelas diferenças, a igualdade, a inclusão, a amizade e o entendimento, princípios que são também os alicerces dos direitos humanos e desta Organização.

Ao inaugurar esta sexagésima sétima Assembleia Geral, proponho a todas as nações aqui representadas que se deixem iluminar pelos ideais da chama olímpica.

Senhoras e senhores,

O fortalecimento das Nações Unidas é extremamente necessário neste estágio em que estamos, onde a multipolaridade abre uma nova perspectiva histórica. É preciso trabalhar para que assim seja. Trabalhar para que, na multipolaridade que venha a prevalecer, a cooperação predomine sobre o confronto, o diálogo se imponha à ameaça, a solução negociada chegue sempre antes e evite a intervenção pela força. Reitero que nesse esforço, necessariamente coletivo, e que pressupõe busca de consensos, cabe às Nações Unidas papel privilegiado. Sobretudo, à medida que a Organização e suas diferentes instâncias se tornem mais representativas, mais legítimas e, portanto, mais eficazes.

Muito obrigada

### **3) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA - 24 DE SETEMBRO DE 2013.**

Nova Iorque-EUA, 24 de setembro de 2013

Embaixador John Ashe, Presidente da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas,  
Senhor Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas,

Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo,  
Senhoras e Senhores,

Permitam-me uma primeira palavra para expressar minha satisfação em ver um ilustre representante de Antígua e Barbuda – país que integra o Caribe tão querido no Brasil e em nossa região – a frente dos trabalhos desta Sessão da Assembleia-Geral.

Conte, Excelência, com o apoio permanente de meu Governo.

Permitam-me também, já no início da minha intervenção, expressar o repúdio do governo e do povo brasileiro ao atentado terrorista ocorrido em Nairobi. Expresso as nossas condolências e a nossa solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao governo do Quênia.

O terrorismo, onde quer que ocorra e venha de onde vier, merecera sempre nossa condenação inequívoca e nossa firme determinação em combatê-lo. Jamais transigiremos com a barbárie.

Senhor Presidente,

Quero trazer à consideração das delegações uma questão a qual atribuo a maior relevância e gravidade.

Recentes revelações sobre as atividades de uma rede global de espionagem eletrônica provocaram indignação e repúdio em amplos setores da opinião pública mundial.

No Brasil, a situação foi ainda mais grave, pois aparecemos como alvo dessa intrusão. Dados pessoais de cidadãos foram indiscriminadamente objeto de interceptação. Informações empresariais – muitas vezes, de alto valor econômico e mesmo estratégico - estiveram na mira da espionagem. Também representações diplomáticas brasileiras, entre elas, a Missão Permanente junto às Nações Unidas e a própria Presidência da República tiveram suas comunicações interceptadas.

Imiscuir-se dessa forma na vida de outros países fere o Direito Internacional e afronta os princípios que devem reger as relações entre eles, sobretudo, entre nações amigas. Jamais pode uma soberania firmar-se em detrimento de outra soberania. Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos de outro país.

Pior ainda quando empresas privadas esta o sustentando essa espionagem. Não se sustentam argumentos de que a interceptação ilegal de informações e dados destina-se a proteger as nações contra o terrorismo.

O Brasil, senhor presidente, sabe proteger-se. Repudia, combate e não dá abrigo a grupos terroristas.

Somos um país democrático, cercado de países democráticos, pacíficos e respeitosos do Direito Internacional. Vivemos em paz com os nossos vizinhos ha mais de 140 anos.

Como tantos outros latino-americanos, lutei contra o arbítrio e a censura e na o posso deixar de defender de modo intransigente o direito a privacidade dos indivíduos e a soberania de meu país. Sem ele – direito a privacidade - não há verdadeira liberdade de expressão e opinião e, portanto, não há efetiva democracia. Sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as nações.

Estamos, senhor presidente, diante de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas as atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito a soberania nacional do meu país.

Fizemos saber ao governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão.

Governos e sociedades amigas, que buscam consolidar uma parceria efetivamente estratégica, como e o nosso caso, na o podem permitir que ações ilegais, recorrentes, tenham curso como se fossem normais. Elas são inadmissíveis.

O Brasil, senhor presidente, redobrara os esforços para dotar-se de legislação, tecnologias e mecanismos que nos protejam da interceptação ilegal de comunicações e dados.

Meu governo fara tudo que estiver a seu alcance para defender os direitos humanos de todos os brasileiros e de todos os cidadãos do mundo e proteger os frutos da engenhosidade de nossos trabalhadores e de nossas empresas.

O problema, porém, transcende o relacionamento bilateral de dois países. Afeta a própria comunidade internacional e dela exige resposta. As tecnologias de telecomunicação e informação na o podem ser o novo campo de batalha entre os Estados. Este é o momento de criarmos as condições para evitar que o espaço cibernético seja instrumentalizado como arma de guerra, por meio da espionagem, da sabotagem, dos ataques contra sistemas e infraestrutura de outros países.

A ONU deve desempenhar um papel de liderança no esforço de regular o comportamento dos Estados frente a essas tecnologias e a importância da internet, dessa rede social, para construção da democracia no mundo.

Por essa razão, o Brasil apresentara propostas para o estabelecimento de um marco civil multilateral para a governança e uso da internet e de medidas que garantam uma efetiva proteção dos dados que por ela trafegam.

Precisamos estabelecer para a rede mundial mecanismos multilaterais capazes de garantir princípios como:

- 1 - Da liberdade de expressão, privacidade do indivíduo e respeito aos direitos humanos.
- 2 - Da Governança democrática, multilateral e aberta, exercida com transparência, estimulando a criação coletiva e a participação da sociedade, dos governos e do setor privado.
- 3 - Da universalidade que assegura o desenvolvimento social e humano e a construção de sociedades inclusivas e não discriminatórias.
- 4 - Da diversidade cultural, sem imposição de crenças, costumes e valores.
- 5 - Da neutralidade da rede, ao respeitar apenas critérios técnicos e éticos, tornando inadmissível restrições por motivos políticos, comerciais, religiosos ou de qualquer outra natureza.

O aproveitamento do pleno potencial da internet passa, assim, por uma regulação responsável, que garanta ao mesmo tempo liberdade de expressão, segurança e respeito aos direitos humanos.

Senhor presidente, senhoras e senhores,

Não poderia ser mais oportuna a escolha da agenda de desenvolvimento pós-2015 como tema desta Sessão da Assembleia-Geral.

O combate à pobreza, a fome e a desigualdade constitui o maior desafio de nosso tempo.

Por isso, adotamos no Brasil um modelo econômico com inclusão social, que se assenta na geração de empregos, no fortalecimento da agricultura familiar, na ampliação do crédito, na valorização do salário e na construção de uma vasta rede de proteção social, particularmente por meio do nosso programa Bolsa Família.

Além das conquistas anteriores, retiramos da extrema pobreza, com o Plano Brasil sem Miséria, 22 milhões de brasileiros, em apenas dois anos.

Reduzimos de forma drástica a mortalidade infantil. Relatório recente do UNICEF aponta o Brasil como país que promoveu uma das maiores quedas deste indicador em todo o mundo.

As crianças são prioridade para o Brasil. Isso se traduz no compromisso com a educação. Somos o país que mais aumentou o investimento público no setor educacional, segundo o último relatório da OCDE. Agora vinculamos, por lei, 75% de todos os royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde.

Senhor presidente,

No debate sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 devemos ter como eixo os resultados da Rio+20.

O grande passo que demos no Rio de Janeiro foi colocar a pobreza no centro da agenda do desenvolvimento sustentável. A pobreza, senhor presidente, não é um problema exclusivo dos países em desenvolvimento, e a proteção ambiental não é uma meta apenas para quando a pobreza estiver superada.

O sentido da agenda pós-2015 é a construção de um mundo no qual seja possível crescer, incluir, conservar e proteger.

Ao promover, senhor presidente, a ascensão social e superar a extrema pobreza, como estamos fazendo, nós criamos um imenso contingente de cidadãos com melhores condições de vida, maior acesso à informação e mais consciência de seus direitos.

Um cidadão com novas esperanças, novos desejos e novas demandas.

As manifestações de junho, em meu país, são parte indissociável do nosso processo de construção da democracia e de mudança social.

O meu governo não as reprimiu, pelo contrário, ouviu e compreendeu a voz das ruas. Ouvimos e compreendemos porque nós viemos das ruas.

Nós nos formamos no cotidiano das grandes lutas do Brasil. A rua e o nosso chão, a nossa base.

Os manifestantes não pediram a volta ao passado. Os manifestantes pediram sim o avanço para um futuro de mais direitos, mais participação e mais conquistas sociais.

No Brasil, foi nessa de cada, que houve a maior redução de desigualdade dos últimos 50 anos. Foi esta década que criamos um sistema de proteção social que nos permitiu agora praticamente superar a extrema pobreza.

Sabemos que democracia gera mais desejo de democracia. Inclusão social provoca cobrança de mais inclusão social. Qualidade de vida desperta anseio por mais qualidade de vida.

Para nós, todos os avanços conquistados são sempre só um começo. Nossa estratégia de desenvolvimento exige mais, tal como querem todos os brasileiros e as brasileiras.

Por isso, não basta ouvir, e necessário fazer. Transformar essa extraordinária energia das manifestações em realizações para todos.

Por isso, lancei cinco grandes pactos: o pacto pelo Combate a Corrupção e pela Reforma Política; o pacto pela Mobilidade Urbana, pela melhoria do transporte público e por uma reforma urbana; o pacto pela Educação, nosso grande passaporte para o futuro, com o auxílio dos royalties e do fundo social do petróleo; o pacto pela Saúde, o qual prevê o envio de médicos para atender e salvar as vidas dos brasileiros que vivem nos rincões mais remotos e pobres do país; e o pacto pela Responsabilidade Fiscal, para garantir a viabilidade dessa nova etapa.

Senhoras e Senhores,

Passada a fase mais aguda da crise, a situação da economia mundial ainda continua frágil, com níveis de desemprego inaceitáveis.

Os dados da OIT indicam a existência de mais de 200 milhões de desempregados em todo o mundo.

Esse fenômeno afeta as populações de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Este é o momento adequado para reforçar as tendências de crescimento da economia mundial que esta o agora dando sinais de recuperação.

Os países emergentes, sozinhos, não podem garantir a retomada do crescimento global. Mais do que nunca, é preciso uma ação coordenada para reduzir o desemprego e restabelecer o dinamismo do comércio internacional. Estamos todos no mesmo barco.

Meu país está recuperando o crescimento apesar do impacto da crise internacional nos últimos anos. Contamos com três importantes elementos: i) o compromisso com políticas macroeconômicas sólidas; ii) a manutenção de exitosas políticas sociais inclusivas; iii) e a adoção de medidas para aumentar nossa produtividade e, portanto, a competitividade do país.

Temos compromisso com a estabilidade, com o controle da inflação, com a melhoria da qualidade do gasto público e a manutenção de um bom desempenho fiscal.

Seguimos, senhor presidente, apoiando a reforma do Fundo Monetário Internacional. A governança do fundo deve refletir o peso dos países emergentes e em desenvolvimento na economia mundial. A demora nessa adaptação reduz sua legitimidade e sua eficácia.

Senhoras e senhores, senhor presidente

O ano de 2015 marcará o 70º aniversário das Nações Unidas e o 10º da Cúpula Mundial de 2005.

Será a ocasião para realizar a reforma urgente que pedimos desde aquela cúpula.

Impossível evitar a derrota coletiva que representaria chegar a 2015 sem um Conselho de Segurança capaz de exercer plenamente suas responsabilidades no mundo de hoje.

É preocupante a limitada representação do Conselho de Segurança da ONU, face os novos desafios do século XXI.

Exemplos disso são a grande dificuldade de oferecer solução para o conflito sírio e a paralisia no tratamento da questão israelo-palestina.

Em importantes temas, a recorrente polarização entre os membros permanentes gera imobilismo perigoso.

Urge dotar o Conselho de vozes ao mesmo tempo independentes e construtivas.

Somente a ampliação do número de membros permanentes e não permanentes, e a

inclusão de países em desenvolvimento em ambas as categorias, permitira sanar o atual déficit de representatividade e legitimidade do Conselho.

Senhor presidente,

O Debate Geral oferece a oportunidade para reiterar os princípios fundamentais que orientam a política externa do meu país e nossa posição em temas candentes da realidade e da atualidade internacional. Guiamo-nos pela defesa de um mundo multilateral, regido pelo Direito Internacional, pela primazia da solução pacífica dos conflitos e pela busca de uma ordem solidária e justa – econômica e socialmente.

A crise na Síria comove e provoca indignação. Dois anos e meio de perdas de vidas e destruição causaram o maior desastre humanitário deste século.

O Brasil, que tem na descendência síria um importante componente de nossa nacionalidade, está profundamente envolvido com este drama.

É preciso impedir a morte de inocentes, crianças, homens, mulheres e idosos. E preciso calar a voz das armas – convencionais ou químicas, do governo ou dos rebeldes.

Não há saída militar. A única solução é a negociação, o diálogo, o entendimento.

Foi importante a decisão da Síria de ceder a Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas e aplicá-la imediatamente.

A medida é decisiva para superar o conflito e contribui para um mundo livre dessas armas. Seu uso, reitero, é hediondo e inadmissível em qualquer situação.

Por isso, apoiamos o acordo obtido entre os Estados Unidos e a Rússia para a eliminação das armas químicas sírias. Cabe ao Governo sírio cumpri-lo integralmente, de boa-fé e com ânimo cooperativo.

Em qualquer hipótese, repudiamos intervenções unilaterais ao arripio do Direito Internacional, sem autorização do Conselho de Segurança. Isto só agravaria a instabilidade política da região e aumentaria o sofrimento humano.

Da mesma forma, a paz duradoura entre Israel e Palestina assume nova urgência diante das transformações por que passa o Oriente Médio.

E chegada a hora de se atender a s legítimas aspirações palestinas por um Estado independente e soberano.

E também chegada a hora de transformar em realidade o amplo consenso internacional em favor de uma solução de dois Estados.

As atuais tratativas entre israelenses e palestinos devem gerar resultados práticos e significativos na direção de um acordo.

Senhor presidente, senhoras e senhores,

A história do século XX mostra que o abandono do multilateralismo e o prelúdio de guerras, com seu rastro de miséria humana e devastação.

Mostra também que a promoção do multilateralismo rende frutos nos planos político e institucional.

Renovo, assim, o apelo em prol de uma ampla e vigorosa conjunção de vontades políticas que sustente e revigore o sistema multilateral, que tem nas Nações Unidas seu principal pilar.

Em seu nascimento, reuniram-se as esperanças de que a humanidade poderia superar as feridas da Segunda Guerra Mundial.

De que seria possível reconstruir, dos destroços e do morticínio, um mundo novo de liberdade, de solidariedade e prosperidade.

Temos todos a responsabilidade de não deixar morrer essa esperança tão generosa e tão fecunda.

Muito obrigada, senhores e senhoras.

**4) Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) - 24/09/2014 11h35**

Embaixador Sam Kutesa, Presidente da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas,  
Senhor Ban Ki-moon, Secretário-Geral das Nações Unidas,  
Excelentíssimos Senhores e Senhoras Chefes de Estado e de Governo,  
Senhoras e Senhores,

Para o Brasil – que tem a honra e o privilégio de abrir este debate – e grande a satisfação de ver na Presidência desta Sessão da Assembleia Geral um filho da África. Os brasileiros, somos ligados por laços históricos, culturais e de amizade ao

continente africano, cuja contribuição foi e é decisiva para a construção da identidade nacional de meu país.

Senhor Presidente,

Abro este Debate Geral às vésperas de eleições, que vão escolher, no Brasil, o Presidente da República, os Governos estaduais e grande parte de nosso Poder Legislativo. Essas eleições são a celebração de uma democracia que conquistamos há quase trinta anos, depois de duas décadas de governos ditatoriais. Com ela, muito avançamos também na estabilização econômica do país.

Nos últimos doze anos, em particular, acrescentamos a essas conquistas a construção de uma sociedade inclusiva baseada na igualdade de oportunidades.

A grande transformação em que estamos empenhados produziu uma economia moderna e uma sociedade mais igualitária. Exigiu, ao mesmo tempo, forte participação popular, respeito aos Direitos Humanos e uma visão sustentável de nosso desenvolvimento.

Exigiu, finalmente, uma ação na cena global marcada pelo multilateralismo, pelo respeito ao Direito Internacional, pela busca da paz e pela prática da solidariedade.

Senhor Presidente,

Há poucos dias, a FAO informou que o Brasil saiu do mapa da fome.

Essa mudança foi resultado de uma política econômica que criou 21 milhões de empregos, valorizou o salário básico, aumentando em 71% seu poder de compra nos últimos 12 anos. Com isso, reduzimos a desigualdade.

Trinta e seis milhões de brasileiros deixaram a miséria desde 2003; 22 milhões somente no meu governo. Para esse resultado contribuíram também políticas sociais e de transferência de renda reunidas no Plano Brasil Sem Miséria.

Na área da saúde, logramos atingir a meta de redução da mortalidade infantil, antes do prazo estabelecido pelas Metas do Milênio.

Universalizamos o acesso ao ensino fundamental. Perseguimos o mesmo objetivo no ensino médio. Estamos empenhados em aumentar sua qualidade, melhorando os currículos e valorizando o professor.

O ensino técnico avançou com a criação de centenas de novas escolas e a formação e qualificação técnico-profissional de 8 milhões de jovens, nos últimos 4 anos.

Houve uma expansão sem precedentes da educação superior: novas Universidades Públicas e mais de 3 milhões de alunos contemplados com bolsas e financiamentos que garantem o acesso a universidades privadas.

Ações afirmativas permitiram o ingresso massivo de estudantes pobres, negros e indígenas na nossa Universidade.

Finalmente, os desafios de construção de uma sociedade do conhecimento ensejaram a criação de um programa, o Ciência sem Fronteiras, pelo qual mais de 100 mil estudantes de pós-graduação e de graduação são enviados às melhores universidades do mundo.

Por iniciativa presidencial, o Congresso Nacional aprovou lei que destina 75% dos royalties e 50% do fundo de recursos do petróleo e do pré-sal para a educação e 25% para a saúde.

Vamos transformar recursos finitos, não renováveis – como o petróleo e o gás - em algo perene: a educação, conhecimento científico, tecnológico e inovação. Esse será o nosso passaporte para o futuro.

Senhor Presidente,

Na o descuramos da solidez fiscal e da estabilidade monetária e protegemos o Brasil frente a volatilidade externa.

Assim, soubemos dar respostas a grande crise econômica mundial, deflagrada em 2008. Crise do sistema financeiro internacional, iniciada após a quebra do Lehman Brothers e, em seguida, transformada em muitos países em crise de dívidas soberanas.

Resistimos às suas piores consequências: o desemprego, a redução de salários, a perda de direitos sociais e a paralisia do investimento.

Continuamos a distribuir renda, estimulando o crescimento e o emprego, mantendo investimentos em infraestrutura.

O Brasil saltou da 13ª posição para a 7ª maior economia do mundo e a renda per capita mais que triplicou. A desigualdade caiu.

Se em 2002, mais da metade dos brasileiros era pobre ou muito pobre, hoje 3 em cada 4 brasileiros integram a classe média e os extratos superiores.

No período da crise, enquanto o mundo desempregava centena de milhões de trabalhadores, o Brasil gerou 12 milhões de empregos formais.

Além disso, nos consolidamos como um dos principais destinos de investimentos externos.

Retomamos o investimento em infraestrutura numa forte parceria com o setor privado.

Todos esses ganhos está o ocorrendo em ambiente de solidez fiscal. Reduzimos a dívida líquida de aproximadamente 60% para 35% do Produto Interno Bruto.

A dívida externa bruta em relação ao PIB caiu de 42% para 14%.

As reservas internacionais foram multiplicadas por 10 e assim, nos tornamos credores internacionais.

A taxa de inflação anual também tem se situado nos limites da banda de variação mínima e máxima fixada pelo sistema de metas em vigor no Brasil.

Senhor Presidente,

Ainda que tenhamos conseguido resistir a s consequências mais danosas da crise global, ela também nos atingiu, de forma mais aguda, nos últimos anos.

Tal fato decorre da persistência, em todas as regiões do mundo, de consideráveis dificuldades econômicas, que impactam negativamente nosso crescimento.

Reitero o que disse, no ano passado na abertura do Debate Geral. É indispensável e urgente retomar o dinamismo da economia global. Ela deve funcionar como instrumento de indução do crescimento, do comércio internacional e da diminuição das desigualdades entre países, e na o como fator de redução do ritmo de crescimento econômico e de distribuição da renda social.

No que se refere ao comércio internacional, impõe-se um compromisso de todos com um programa de trabalho para a conclusão da Rodada de Doha.

É imperioso também, Senhor Presidente, por fim ao descompasso entre a crescente importância dos países em desenvolvimento na economia mundial e sua insuficiente participação nos processos decisórios das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário e o Banco Mundial. É inaceitável a demora na ampliação

do poder de voto dos países em desenvolvimento nessas instituições. O risco que estas instituições correm é perder sua legitimidade e sua eficiência.

Senhor Presidente,

Com grande satisfação o Brasil abrigou a VI Cúpula dos países Brics. Recebemos os líderes da China, da Índia, da Rússia e da África do Sul num encontro fraterno, proveitoso que aponta para importantes perspectivas para o futuro.

Assinamos acordos de constituição do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas.

O Banco atenderá as necessidades de financiamento de infraestrutura dos países Brics e dos países em desenvolvimento.

O Arranjo Contingente de Reservas protegerá os países dos Brics de volatilidades financeiras.

Cada instrumento terá um aporte de US\$ 100 bilhões.

Senhor Presidente,

A atual geração de líderes mundiais – a nossa geração – tem sido chamada a enfrentar também importantes desafios vinculados aos temas da paz, da segurança coletiva e do meio ambiente.

Não temos sido capazes de resolver velhos contenciosos nem de impedir novas ameaças.

O uso da força é incapaz de eliminar as causas profundas dos conflitos. Isso está claro na persistência da Questão Palestina; no massacre sistemático do povo sírio; na trágica desestruturação nacional do Iraque; na grave insegurança na Líbia; nos conflitos no Sahel e nos embates na Ucrânia. A cada intervenção militar não caminhamos para a Paz mas, sim, assistimos ao acirramento desses conflitos.

Verifica-se uma trágica multiplicação do número de vítimas civis e de dramas humanitários. Não podemos aceitar que essas manifestações de barbárie recrudescam, ferindo nossos valores e princípios, morais e civilizatórios.

Tampouco podemos ficar indiferentes ao alastramento do vírus ebola no oeste da África. Nesse sentido, apoiamos a proposta do Secretário-Geral de estabelecer a

Missa o das Nações Unidas de Resposta Emergencial ao ebola. O Brasil será inteiramente solidário a isso.

Senhor Presidente,

O Conselho de Segurança tem encontrado dificuldade em promover a solução pacífica desses conflitos. Para vencer esses impasses será necessária uma verdadeira reforma do Conselho de Segurança, processo que se arrasta há muito tempo.

Os 70 anos das Nações Unidas, em 2015, devem ser a ocasião propícia para o avanço que a situação requer. Estou certa de que todos entendemos os graves riscos da paralisia e da inação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Um Conselho mais representativo e mais legítimo poderá ser também mais eficaz. Gostaria de reiterar que não podemos permanecer indiferentes à crise israelo-palestina, sobretudo depois dos dramáticos acontecimentos na Faixa de Gaza. Condenamos o uso desproporcional da força, vitimando fortemente a população civil, mulheres e crianças.

Esse conflito deve ser solucionado e não precariamente administrado, como vem sendo. Negociações efetivas entre as partes têm de conduzir a solução de dois Estados – Palestina e Israel – vivendo lado a lado e em segurança, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Em meio a tantas situações de conflito, a América Latina e o Caribe buscam enfrentar o principal problema que nos marcou, por séculos – a desigualdade social. Fortalecem-se as raízes democráticas e firma-se a busca de um crescimento econômico mais justo, inclusivo e sustentável. Avançam os esforços de integração, por meio do Mercosul, da UNASUL e da CELAC.

Senhor Presidente,

A mudança do clima é um dos grandes desafios da atualidade. Precisamos, para vencê-la, sentido de urgência, coragem política e o entendimento de que cada um deve contribuir segundo os princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

A Cúpula do Clima, convocada em boa hora pelo Secretário-Geral, fortalece as negociações no âmbito da Convenção-Quadro.

O Governo brasileiro se empenhara para que o resultado das negociações leve a um novo acordo equilibrado, justo e eficaz. O Brasil tem feito a sua parte para enfrentar a mudança do clima.

Comprometemo-nos, na Conferência de Copenhague, em 2009, com uma redução voluntária das nossas emissões em 36% a 39%, na projeção até 2020. Entre 2010 e 2013, deixamos de lançar na atmosfera, a cada ano, em média, 650 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano. Alcançamos em todos esses anos as quatro menores taxas de desmatamento da nossa história. Nos últimos 10 anos, reduzimos o desmatamento em 79%, sem renunciar ao desenvolvimento econômico, nem a inclusão social.

Mostramos que é possível crescer, incluir, conservar e proteger. Uma conquista como essa resulta do empenho - firme e contínuo - do governo, da sociedade e de agentes públicos e agentes privados. Esperamos que os países desenvolvidos - que têm a obrigação não só legal, mas também política e moral de liderar pelo exemplo, demonstrem de modo inequívoco e concreto seu compromisso de combater esse mal que aflige a todos nós.

Na Rio+20, tivemos a grande satisfação de definir uma nova agenda, baseada em Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, aplicáveis tanto a países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento.

Será crucial definirmos meios de implementação que correspondam à magnitude das dificuldades que nós nos comprometemos a superar. Precisamos ser ambiciosos em matéria de financiamento, cooperação, construção de capacidades nacionais e transferência de tecnologias, sobretudo em favor dos países menos desenvolvidos.

Destaco, nesse contexto, a necessidade de estabelecer um mecanismo para o desenvolvimento, transferência e disseminação de tecnologias limpas, ambientalmente sustentáveis.

Senhor Presidente,

Ao lado do desenvolvimento sustentável e da paz, a ordem internacional que buscamos construir funda-se em valores. Entre eles, destacam-se o combate a todo o tipo de discriminação e exclusão.

Temos um compromisso claro com a valorização da mulher no mundo do trabalho, nas profissões liberais, no empreendedorismo, na atividade política, no acesso a

educação entre tantos outros. O meu governo combate incansavelmente à violência contra a mulher em todas as suas formas. Consideramos o século 21, o século das mulheres.

Da mesma maneira, a promoção da igualdade racial e o resgate no Brasil dos séculos de escravidão a que foram submetidos os afro-brasileiros, hoje mais da metade de nossa população.

Devemos a eles um inestimável legado permanente de riquezas e valores culturais, religiosos e humanos. Para nós, a miscigenação é um fator de orgulho.

O racismo, mais que um crime inafiançável e uma mancha que não hesitamos em combater, punir e erradicar. O mesmo empenho que temos em combater a violência contra as mulheres e os negros, os afrobrasileiros, temos também contra a homofobia. A Suprema Corte do meu país reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo, assegurando-lhes todos os direitos civis, daí decorrentes.

Acreditamos firmemente na dignidade de todo ser humano e na universalidade de seus direitos fundamentais. Estes devem ser protegidos de toda seletividade e de toda politização tanto no plano interno como no plano internacional.

Outro valor fundamental é o respeito à coisa pública e o combate sem tréguas a corrupção.

A história mostra que só existe uma maneira correta e eficiente de combater a corrupção: o fim da impunidade com o fortalecimento das instituições que fiscalizam, investigam e punem atos de corrupção, lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros.

Essa é uma responsabilidade de cada governo. Responsabilidade que assumimos, ao fortalecer nossas instituições.

Construímos o Portal Governamental da Transparência que assegura, ao cidadão, acessar os gastos governamentais em 24 horas.

Aprovamos a Lei de Acesso a Informação que permite ao cidadão, o acesso a qualquer informação do governo, exceto aquelas relativas à soberania do país.

Fortalecemos e demos autonomia aos órgãos que investigam e também ao que faz o controle interno do governo.

Criamos leis que punem tanto o corrupto, como o corruptor. O fortalecimento de tais instituições é essencial para o aprimoramento de uma governança aberta e democrática.

A recente reeleição do Brasil para o Comitê Executivo da "Parceria para o Governo Aberto" vai nos permitir contribuir também para governos mais transparentes no plano mundial.

Senhor Presidente,

E indispensável tomar medidas que protejam eficazmente os direitos humanos tanto no mundo real como no mundo virtual, como preconiza a resolução desta Assembleia sobre a privacidade na era digital.

O Brasil e a Alemanha provocaram essa importante discussão em 2013 e queremos aprofundá-la nesta Sessão. Servirá de base para a avaliação do tema o relatório elaborado pela Alta Comissária de Direitos Humanos. Em setembro de 2013, propus aqui, no debate geral, a criação de um marco civil para a governança e o uso da Internet com base nos princípios da liberdade de expressão, da privacidade, da neutralidade da rede e da diversidade cultural.

Noto, com satisfação, que a comunidade internacional tem se mobilizado, desde então, para aprimorar a atual arquitetura de governança da internet. Passo importante nesse processo foi a realização, por iniciativa do Brasil, da Reunião Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet - a NETmundial - em São Paulo, em abril deste ano.

O evento reuniu representantes de várias regiões do mundo e de diversos setores. Foram discutidos os princípios a seguir e as ações a empreender para garantir que a internet continue a evoluir de forma aberta, democrática, livre, multissetorial e multilateral.

Senhor Presidente,

Os Estados-membros e as Nações Unidas têm, hoje, diante de si, desafios de grande magnitude. Estas devem ser as prioridades desta Sessão da Assembleia Geral. O ano de 2015 desponta como um verdadeiro ponto de inflexão.

Estou certa de que não nos furtaremos a cumprir, com coragem, com lucidez, nossas altas responsabilidades na construção de uma ordem internacional

alicerçada na promoção da Paz, no desenvolvimento sustentável, na redução da pobreza e da desigualdade.

O Brasil está pronto e plenamente determinado a dar sua contribuição.

Muito obrigada.